



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Lenna Carolina da Silva Solé Vernin

**Batalha das Flores: uma festa e suas possibilidades educativas
para a cidade do Rio de Janeiro (1903-1909)**

Rio de Janeiro

2024

Lenna Carolina da Silva Solé Vernin

**Batalha das Flores: uma festa e suas possibilidades educativas
para a cidade do Rio de Janeiro (1903-1909)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Paula Leonardi

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

V537 Vernin, Lenna Carolina da Silva Solé
Batalha da Flores: uma festa e suas possibilidades educativas para a cidade do
Rio de Janeiro / Lenna Carolina da Silva Solé Vernin . – 2024.
304 f.

Orientadora: Paula Leonardi.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Festas – Rio de Janeiro – Teses. 3. Urbanização –
Teses. I. Leonardi, Paula. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação. III. Título.

br CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lenna Carolina da Silva Solé Vernin

**Batalha da Flores: uma festa e suas possibilidades educativas
para a cidade do Rio de Janeiro**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-Graduação em Educação, da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração:
História da Educação.

Aprovada em 07 de agosto de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Paula Leonardi (Orientadora)

Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Alexandra Lima

Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr. André Azevedo

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Victor Melo

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Ednardo Monti

Universidade Federal do Piauí

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Para minha Maria Cecília, Fátima e Leonardo, por compreender minha presença ausente.

A todos os trabalhadores que fazem o Rio de Janeiro acontecer.

Aos professores da Educação Básica que lutam por uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é fruto de uma travessia longa, atribulada, cansativa, adoecedora, que culmina na satisfação de contribuir para a História da Educação no Rio de Janeiro. Por isso, minha gratidão à cidade que, com suas profundas contradições, incentivou-me a levar a tese até o fim.

Agradeço à minha família e aos amigos que, ao longo desses anos, compreenderam (ou não) tantas privações, desespero e curiosidade. Cada palavra de encorajamento foi como o pulsar das percussões soando janela afora para lembrar que, ao final da avenida, podemos brincar livres diante do arco curvilíneo da apoteose, tal qual o caminho da vida.

À professora orientadora Paula Leonardi, muito obrigada por aceitar me acompanhar no desafio de realizar uma pesquisa sobre um tema inédito, surgido no meio do caminho e distinto do projeto de pesquisa original. Reitero minhas seguidas desculpas pela distância que o trabalho e as responsabilidades da vida adulta impõem entre o trabalhador e a atividade acadêmica.

Que tal a civilização
Cristã e ocidental
Deploro esta herança na língua
Que me deram eles, afinal
Diz, América que és nossa
Só porque hoje assim se crê:
Há motivos para festa?
Quinhentos anos de quê?

Eu não estou interessado em nenhuma teoria
Nem nessas coisas do oriente, romances astrais
A minha alucinação é suportar o dia a dia
E meu delírio é a experiência com coisas reais
Um preto, um pobre, um estudante, uma mulher sozinha
Blue jeans e motocicletas, pessoas cinzas normais
Garotas dentro da noite, revólver: cheira cachorro
Os humilhados do parque com os seus jornais
Carneiros, mesa, trabalho,
Meu corpo que cai do oitavo andar
E a solidão das pessoas dessas capitais
Belchior

RESUMO

VERNIN, Lenna Carolina da Silva Solé. *Batalha da Flores: uma festa e suas possibilidades educativas para a cidade do Rio de Janeiro*. 2024. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta tese de doutorado tem como objetivo investigar a Batalha da Flores, uma festa educativa promovida pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1903 e 1909, como parte das ações que integraram a reforma urbana realizada pelo prefeito Pereira Passos na primeira década do século XX. Pelo método indiciário, analisam-se fontes documentais oriundas da imprensa da época, atos oficiais da Prefeitura e imagens, sobretudo fotografias produzidas por Augusto Malta como fotógrafo documentalista contratado por Passos para registrar as transformações pelas quais passava a cidade. Como aporte teórico-metodológico, o trabalho se embasa na perspectiva analítica de Norbert Elias e John L. Scotson, cujas contribuições para o entendimento de configurações sociais marcadas por tensões entre grupos estabelecidos e *outsiders*, bem como do desenvolvimento processual do conceito de civilização em sociedades ocidentais abrem caminhos profícuos para a compreensão da Batalha das Flores do Rio de Janeiro como uma celebração carnavalesca inspirada no carnaval francês da cidade de Nice, pela qual a Prefeitura buscou, por meio da socialização, desenvolver entre os grupos populares hábitos considerados mais refinados, segundo os parâmetros de civilização e modernidade das elites europeizadas da época, levando ao desenvolvimento do apreço por celebrações mais contidas e, conseqüentemente, ao recrudescimento das brincadeiras populares que envolviam ânimos mais exaltados, como o entrudo. Mobiliza-se, ainda, a noção de circularidade cultural proposta por Carlo Ginzburg, a fim de observar o processo de apropriação e releitura, pelas camadas populares da população carioca, de elementos europeizados da festa estudada.

Palavras-chave: Festa pedagógica. Carnaval e reformas urbanas. Entrudo. Batalha das Flores. Batalha de Confetti.

ABSTRACT

VERNIN, Lenna Carolina da Silva Solé. *Batalha das Flores: a festival and your educational possibilities to the city of Rio de Janeiro (1903-1909)*. 2024. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This doctoral thesis aims to investigate the ‘Batalha da Flores’, an educational festival promoted by the City Hall of Rio de Janeiro between 1903 and 1909, as part of the actions foreseen by the urban reform carried out by Mayor Pereira Passos in the first decade of the 20th century. Using the indexical method, documentary sources from the press at the time, official acts of the City Hall, and images are analyzed, especially photographs produced by Augusto Malta as a documentary photographer hired by Passos to record the main transformations the city was undergoing. As a theoretical-methodological framework, the work is based on the analytical perspective of Norbert Elias and John L. Scotson, whose contributions to the understanding of social configurations marked by tensions between established groups and outsiders, as well as the processual development of the concept of civilization, open fruitful paths for understanding Rio de Janeiro’s ‘Batalha da Flores’ as a carnival celebration inspired by the French carnival in the city of Nice. Through this celebration, Rio de Janeiro’s City Hall sought, via socialization, to develop among popular groups habits considered more refined, according to the standards of civilization and modernity of the Europeanized elites, leading to the development of appreciation for more restrained celebrations and, consequently, to the curbing of popular festivities that involved more exalted spirits, such as the game of ‘entrudo’ (shrovetide). Additionally, the notion of cultural circularity proposed by Carlo Ginzburg is mobilized to observe the process of appropriation and reinterpretation of Europeanized elements of the ‘Batalha das Flores’ by the popular layers of Rio de Janeiro’s population.

Keywords: Pedagogical festival. Carnival and urban reforms. Entrudo. Batalha das Flores. Batalha de Confetti.

RESUMEN

VERNIN, Lenna Carolina da Silva Solé. *Batalha das Flores: un festival y sus posibilidades educativas a la ciudad de Rio de Janeiro (1903-1909)*. 2024. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta tesis doctoral tiene como objetivo investigar la ‘Batalha das Flores’, un festival educativo promovido por el ayuntamiento de Rio de Janeiro entre 1903 y 1909, como parte de las acciones previstas por la reforma urbana llevada a cabo por el alcalde Pereira Passos en la primera década del siglo XX. Utilizando el método indiciario, se analizan fuentes documentales de la prensa de la época, actos oficiales e imágenes, especialmente fotografías producidas por Augusto Malta como fotógrafo documentalista contratado por Passos para registrar las principales transformaciones que la ciudad estaba experimentando. Como marco teórico-metodológico, el trabajo se basa en la perspectiva analítica de Norbert Elias y John L. Scotson, cuyas contribuciones a la comprensión de las configuraciones sociales marcadas por tensiones entre grupos establecidos y *outsiders*, así como el desarrollo procesual del concepto de civilización, abren caminos fructíferos para entender la ‘Batalha das Flores’ de Rio de Janeiro como una celebración carnavalesca inspirada en el carnaval francés de la ciudad de Nice. A través de esta celebración, el Ayuntamiento de Río de Janeiro buscó, mediante la socialización, desarrollar hábitos considerados más refinados entre los grupos populares, según los estándares de civilización y modernidad de las élites europeizadas. Esto condujo al desarrollo del aprecio por celebraciones más contenidas y a la restricción de las festividades populares que involucraban comportamientos más exaltados, como el juego del ‘entrudo’. Además, se moviliza la noción de circularidad cultural propuesta por Carlo Ginzburg para observar el proceso de apropiación y reinterpretación de elementos europeizados de la ‘Batalha das Flores’ por parte de los grupos populares de la población de Rio de Janeiro.

Palabras clave: Festival pedagógico. Carnaval y reformas urbanas. Entrudo. Batalha das Flores. Batalha de Confetti.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Família posa em elemento decorativo preparado para a Batalha das Flores	19
Figura 2 – Proximidade entre o Campo de Santana e o Porto do Rio de Janeiro	48
Figura 3 – Plano de Intervenção da Comissão da Carta Cadastral (1903)	63
Figura 4 – Praça da República em 1906	64
Figura 5 – Charge “Pierrot chuta índio”	79
Figura 6 – Chamada para o baile de máscaras de 16 de fevereiro de 1901	84
Figura 7 – Cordões no entorno do Campo de Santana (1906)	91
Figura 8 – Bisnaga de cheiro	99
Figura 9 – Bisnaga de metal e limão de borracha	99
Figura 10 – Mulher atacada por pó de goma	100
Figura 11 – Grupo esguicha água com seringas em homem	100
Figura 12 – Homem entrudado em sequência por limão de cheiro, seringa, bacia e bisnaga.....	101
Figura 13 – Entrudo familiar em aquarela de Augustus Earle (1739-1838)	102
Figura 14 – Entrudo familiar e popular lado a lado (1880)	102
Figura 15 – Febre amarela ceifando vidas no carnaval (1876)	105
Figura 16 – Anúncio da primeira versão da Batalha das Flores (1889)	107
Figura 17 – Capa do Jornal do Brasil de 15 de agosto de 1903	117
Figura 18 – Colégio Abílio em 1905	121
Figura 19 – Barraca das Damas da Assistência a Infância na Batalha das Flores	123
Figura 20 – Barraca do Dispensário de São Vicente de Paulo na Batalha das Flores	124
Figura 21 – Sociedade Carnavalesca ‘Club dos Democráticos’ na Batalha das Flores.....	125
Figura 22 – Grupo de mulheres, crianças e homens em barraca na Batalha das Flores	126
Figura 23 – Barco a remo no lago do Campo de Santana na Batalha das Flores	128
Figura 24 – Carro do Instituto Profissional Feminino desfila na Batalha das Flores	129
Figura 25 – Prefeito Pereira Passos com grupo de homens no Instituto Profissional em 1905	130
Figura 26 – Pereira Passos visita o Instituto Profissional novamente em 1906	131
Figura 27 – Roteiro para mobilidade no Campo de Santana (1903)	137

Figura 28 – Decoração dos pavilhões e ordenação do Campo de Santana para a Batalha das Flores de 1907	138
Figura 29 – Embarcação enfeitada para a primeira edição da Batalha das Flores (1903)....	139
Figura 30 – Embarcações iluminadas para passeio noturno na Batalha das Flores (1907)..	140
Figura 31 – Remador negro em embarcação na Batalha das Flores (1907)	140
Figura 32 – Croqui de ornamentação do Campo de Santana na primeira edição da Batalha das Flores (1903).....	142
Figura 33 – Carros em desfile na Batalha das Flores de 1907.....	148
Figura 34 – Participantes desembarcam de veículos na Batalha das Flores de 1907	149
Figura 35 – Automóvel enfeitado na Batalha das Flores de 1907	149
Figura 36 – Detalhe da fotografia anterior	150
Figura 37 – Disposição do público na Batalha das Flores de 1907	151
Figura 38 – Pessoas que não entraram na festa assistem à Batalha das Flores (1907).....	163
Figura 39 – Multidão em frente ao Departamento de Parques e Jardins na Batalha das Flores de 1906	166
Figura 40 – Charges publicadas na revista O Malho (1903)	173
Figura 41 – Charge “Batalha das Flores”	174
Figura 42 – Charge “Entre brochadores”.....	176
Figura 43 – Charge “Briga em família”.....	178
Figura 44 – Grupo reunido na Batalha das Flores (1909)	181
Figura 45 – Charge “Flores de papel?” (1903).....	191
Figura 46 – Menino monta burro enfeitado na Batalha das Flores (1907).....	195
Figura 47 – Menino desfila a cavalo na Batalha das Flores (1907).....	198
Figura 48 – Pequeno carro excessivamente enfeitado, tripulado por criança (1909).....	201
Figura 49 – Bebê em carro adornado com poucas flores e muitas folhagens sob risos e curiosidade do público (1909).....	202
Figura 50 – Cabeçalho da coluna de apresentação da Batalha de Confetti na Gazeta de Notícias (1907).....	209
Figura 51 – Charge “Echo do carnaval” (1904)	215
Figura 52 – Cabeçalho do texto da Gazeta de Notícias sobre a primeira Batalha de Confetti (1907)	217
Figura 53 – Carro enfeitado desfila na primeira Batalha de Confetti (1907)	218
Figura 54 – Batalha de Confetti na Avenida Beira-Mar (1907)	221

Figura 55 – Batalha de Confetti na Praia de Botafogo (1907)	226
Figura 56 – Charge “No dia da Batalha das Flores” (1904)	233
Figura 57 – Frequentadores da Batalha das Flores I.....	235
Figura 58 – Frequentadores da Batalha das Flores I (detalhe)	235
Figura 59 – Frequentadores da Batalha das Flores II	237
Figura 60 – Frequentadores da Batalha das Flores II (detalhe)	238
Figura 61 – Frequentadores da Batalha das Flores III.....	239
Figura 62 – Personagem feminina da charge e mulher na Batalha das Flores	240
Figura 63 – Gravura da coluna “O Rio chic” (1905).....	241
Figura 64 – Camarote da comissão julgadora da Batalha das Flores (1905).....	242
Figura 65 – Mulher no camarote da comissão julgadora da Batalha das Flores (1905) (detalhe).....	242
Figura 66 – Automóvel ganhador do primeiro prêmio em concurso da Batalha das Flores (1907)	248
Figura 67 – Pavilhão do presidente da República na Batalha das Flores (1906)	251
Figura 68 – Barraca com exposição de prêmios da Batalha das Flores(1907).....	254
Figura 69 – Carros premiados na Batalha das Flores de 1903	256
Figura 70 – Gravura “Synthese da Batalha das Flores” no Jornal do Brasil (1903)	266
Figura 71 – Charge “Porque não foram à Batalha das Flores” no Jornal do Brasil (1903)..	268
Figura 72 – Ilustração “Flores e Espinhos” publicada no Jornal do Brasil (1903).....	270
Figura 73 – Homem molha as partes íntimas de uma mulher no carnaval em Salvador.....	278
Figura 74 – Campanha educativa do governo estadual da Bahia para o carnaval de 2024 ..	279
Figura 75 – Dja Marthins joga água em foliões no carnaval do Rio de Janeiro em 2024	280
Figura 76 – Público assiste a desfiles das Escolas de Samba do Rio do alto do viaduto	283
Figura 77 – Pessoas assistem à entrada das Escolas de Samba no Sambódromo às margens do canal da Av. Presidente Vargas.....	283
Figura 78 – Pereira Passos posa para escultor Rodolfo Bernadelli (1905).....	301
Figura 79 – Pereira Passos assina pedra fundamental de monumento (1906).....	302
Figura 80 – Pessoas formam corredor para saída do cortejo fúnebre de Pereira Passos fúnebre (1913)	303
Figura 81 – Passagem do cortejo fúnebre de Pereira Passos pelo Campo de Santana (1913)	304

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição do ensaio de um cordão carnavalesco em 1906	74
Quadro 2 – Anúncio de 21 de janeiro de 1900.....	76
Quadro 3 – Anúncios de 10 de fevereiro e 22 de outubro de 1900.....	77
Quadro 4 – Anúncio de 27 de maio de 1900.....	77
Quadro 5 – Chamada para baile de máscaras no Jornal do Brasil (trecho 1).....	87
Quadro 6 – Chamada para baile de máscaras no Jornal do Brasil (trecho 2).....	88
Quadro 7 – Transcrição do anúncio da primeira versão da Batalha das Flores (1889)	107
Quadro 8 – Postura da Prefeitura do Distrito Federal contra o entrudo (1903)	108
Quadro 9 – Crônica a favor do entrudo na Gazeta de Notícias (1902)	109
Quadro 10 – Texto sobre o carnaval de Lisboa que menciona a Batalha das Flores	113
Quadro 11 – Comparação entre o entrudo e as brincadeiras de confetes e serpentinas.....	114
Quadro 12 – Confetes no carnaval carioca de 1902.....	115
Quadro 13 – Procedência das flores utilizadas na Batalha das Flores em 1903	115
Quadro 14 – Festa da Glória na capa do Jornal do Brasil de 15 de agosto de 1903	118
Quadro 15 – Batalha das Flores na capa do Jornal do Brasil de 15 de agosto de 1903	118
Quadro 16 – Festa da Glória no Jornal do Commercio em 16 de agosto de 1875	119
Quadro 17 – Apoio de instituição escolar à Batalha das Flores (1903)	121
Quadro 18 – Trecho da circular “Festas Nacionais” (1903)	122
Quadro 19 – Elogio à demolição do mercado da Glória por Pereira Passos em 1904.....	127
Quadro 20 – Coluna “A cidade” de 4 de junho de 1903 (trecho 1)	132
Quadro 21 – Coluna “A cidade” de 4 de junho de 1903 (trecho 2)	133
Quadro 22 – Prefeito nega pedidos de transferência da data da Batalha das Flores	145
Quadro 23 – Reportagem do Jornal do Brasil sobre a primeira Batalha das Flores (1903)...	147
Quadro 24 – Elogio ao prefeito Pereira Passos na revista O Malho (1903).....	153
Quadro 25 – Elogio ao prefeito Pereira Passos no jornal O Paiz (1906)	154
Quadro 26 – Trecho de crônica da revista O Malho (1902).....	156
Quadro 27 – Instruções da Prefeitura para a primeira Batalha das Flores (1903)	157
Quadro 28 – Coluna do Jornal do Brasil de 13 de agosto de 1903 (trecho 1)	158
Quadro 29 – Coluna do Jornal do Brasil de 13 de agosto de 1903 (trecho 2)	159
Quadro 30 – Coluna “Echos da Batalha das Flores” de 1903 (trecho 1)	162

Quadro 31 – Coluna “Echos da Batalha das Flores” de 1903 (trecho 2)	162
Quadro 32 – Correio da Manhã sobre a primeira Batalha das Flores (1903).....	165
Quadro 33 – Gazeta de Notícias sobre a primeira Batalha das Flores (1903)	165
Quadro 34 – Nota da Gazeta de Notícias sobre o acesso à Batalha das Flores (1903)	167
Quadro 35 – Nota da Gazeta de Notícias sobre a última edição da Batalha das Flores (1909)	167
Quadro 36 – Coluna do Jornal do Brasil sobre a Batalha das Flores (1903)	170
Quadro 37 – Nota da Gazeta de Notícias sobre incidente na Batalha das Flores (1903).....	171
Quadro 38 – Dois trechos de matéria da Gazeta de Notícias sobre a primeira Batalha das Flores no Campo de Santana (1903)	172
Quadro 39 – Crônica da revista Kosmos de 1904 (trecho 1)	189
Quadro 40 – Crônica da revista Kosmos de 1904 (trecho 2)	190
Quadro 41 – Descrição dos carros na primeira Batalha das Flores (1903)	193
Quadro 42 – Passagem da revista O Malho sobre o Passeio Público (1903).....	205
Quadro 43 – Versos da revista O Malho (1903)	207
Quadro 44 – Apresentação da Batalha de Confetti na Gazeta de Notícias (trecho 1).....	210
Quadro 45 – Apresentação da Batalha de Confetti na Gazeta de Notícias (trecho 2).....	211
Quadro 46 – Diminuição do entrudo no carnaval de 1904	213
Quadro 47 – Apresentação da Batalha de Confetti na Gazeta de Notícias (trecho 3).....	213
Quadro 48 – Descrição de uma batalha de confetes pela Gazeta de Notícias (1907)	219
Quadro 49 – Coluna “Notas de um fluminense” na Gazeta de Notícias (1902)	219
Quadro 50 – Participação da elite carioca na primeira Batalha de Confetti (1907).....	220
Quadro 51 – Gazeta de Notícias sobre a primeira Batalha de Confetti (1907).....	222
Quadro 52 – Gazeta de Notícias sobre a primeira Batalha das Flores (1903)	222
Quadro 53 – Prefeitura assume a organização da Batalha de Confetti em 1908	227
Quadro 54 – Texto sobre a última Batalha das Flores (trecho 1).....	228
Quadro 55 – Texto sobre a última Batalha das Flores (trecho 2).....	228
Quadro 56 – Texto sobre a última Batalha das Flores (trecho 3)	229
Quadro 57 – Texto publicado no Jornal do Brasil em 1900 (trecho 1).....	244
Quadro 58 – Texto publicado no Jornal do Brasil em 1900 (trecho 2).....	245
Quadro 59 – Passagem do jornal O Paiz sobre ‘Club dos Diários’ em 1902.....	252
Quadro 60 – Trecho de matéria do Correio da Manhã sobre a Batalha das Flores (1903)	254
Quadro 61 – Texto do Correio da Manhã sobre corrida do ‘Velo-Club’ (trecho 1)	255

Quadro 62 – Texto do Correio da Manhã sobre corrida do ‘Velo-Club’ (trecho 2)	255
Quadro 63 – Crônica do Jornal do Commercio sobre indígenas na Av. Central	257
Quadro 64 – Nota que menciona ciclista do ‘Velo Club’ (1903).....	259
Quadro 65 – Resultado do concurso da primeira Batalha das Flores (1903).....	263
Quadro 66 – Trecho do Jornal do Brasil sobre a venda de flores às vésperas da festa	269

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocorrências do termo “Batalha das Flores” na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional em periódicos de 1907 até 1909	224

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGCRJ	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
BN	Biblioteca Nacional
Faperj	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
IMS	Instituto Moreira Salles
MIS-RJ	Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro
Riotur	Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
ProfHistória	Mestrado Profissional em Ensino de História
ProPEd	Programa de Pós-graduação em Educação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Festa e Educação.....	35
1 O PROCESSO CIVILIZADOR CARIOCA AVANÇA SOBRE A DOR E A DELÍCIA DE “SER O QUE É”: O DESAFIO DA CIDADE REAL	56
2 AS CIDADES E AS FESTAS: O CARNAVAL E A TENSÃO PROVOCADA PELOS ENCONTROS.....	67
2.1 A cidade como espaço de aprendizagem	96
3 “QUEIXO-ME ÀS ROSAS, MAS QUE BOBAGEM! AS ROSAS NÃO FALAM”: A FESTA COMO OPORTUNIDADE PARA EXIBIÇÃO DAS ELITES.....	144
3.1 Flores raras: a heterogeneidade do público	169
3.2 “As flores de plástico não morrem”: transformam-se	190
4 AOS AMIGOS, TODAS AS FLORES DO MUNDO	230
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	273
REFERÊNCIAS	285
ANEXO A – Prefeito Pereira Passos em fotografias de Augusto Malta	301

INTRODUÇÃO

No sábado nublado, rescalado da sexta-feira chuvosa repleta de expectativas para a grande novidade, muita gente aguardava próximo ao vigiado gradil do Campo de Santana, aliviada pela folga que o sol resfolegante dos trópicos dera à cidade. A chuva, por sua vez, não passou de ameaça, presenteando a festa com temperaturas amenas. O clima estava agradável, sugestivo para o intento do evento que estreava naquele 15 de agosto de 1903¹.

A primeira Batalha das Flores da cidade do Rio de Janeiro foi um evento de grandes proporções. Segundo a imprensa da época, a festa trouxe para o Campo de Santana públicos de diferentes bairros cariocas, contando com a presença e a participação de várias famílias, tanto dos grupos proeminentes, que se acomodaram nos camarotes, quanto das mais modestas, que passearam entre as alamedas do parque. Mereceu destaque a visita do então presidente da República, Rodrigues Alves, ao evento.

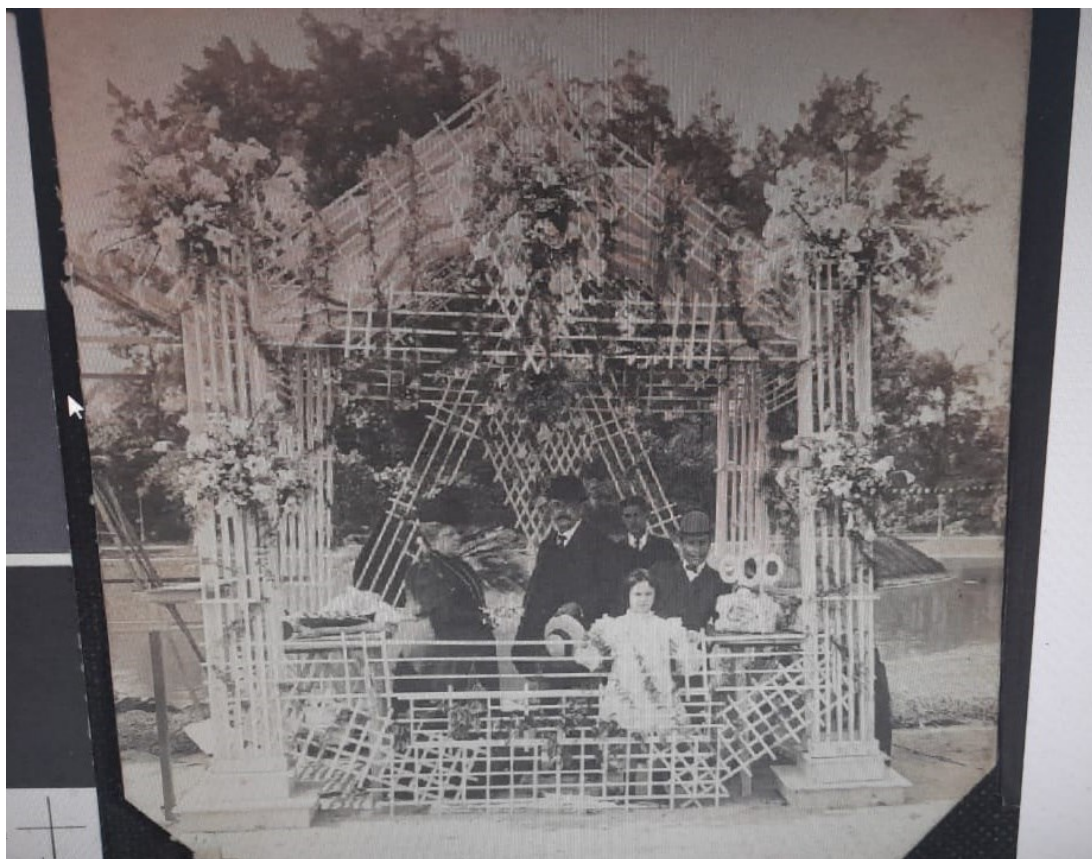
O bucólico jardim foi ricamente decorado com flores, folhagens e tecidos nobres. Tudo foi organizado de modo a criar uma estrutura que impressionasse os visitantes por sua distinção, apuro e conforto. Quiosques em estilo japonês, chinês e gótico guarnecidos com o tema da festa vendiam alimentos, bebidas e flores para serem jogadas na batalha. Havia bandas musicais em diferentes pontos do parque, assim como carros, embarcações e outros veículos que concorriam ao título de “mais belamente adornado”. O prédio da ‘Inspeção² de Mattas, Jardins, Arborização, Caça e Pesca’³ foi transformado num luxuoso camarote para que o prefeito, o presidente e seus convidados conseguissem contemplar o desfile. Sobre carros, automóveis, bicicletas e cavalos puros-sangues, eram apresentados ao público arranjos floridos, famílias nucleares, a *toilette* das damas, a moda europeia, o poder de consumo sobre as novas tecnologias de transporte disponíveis, redes de relações sociais e muitas outras imagens que permitiam que aquele grupo se sentisse tão valoroso em relação aos demais (Elias; Scotson, 2000). Pelas descrições exibidas nos principais jornais cariocas, a estreia da Batalha das Flores no calendário festivo foi um verdadeiro sucesso.

¹ A descrição da primeira edição da Batalha das Flores promovida pela Prefeitura no Campo de Santana é feita com base nas matérias sobre o evento publicadas em periódicos disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. São eles: Gazeta de Notícias, 16 de agosto de 1903; Jornal do Brasil, 16 de agosto de 1903; e Correio da Manhã, 16 de agosto de 1903.

² No presente trabalho, optei por manter a grafia original em nomes próprios de órgãos governamentais, associações e outras entidades dos séculos XIX e XX, assim como nas transcrições de trechos de periódicos e outros documentos citados, de acordo com as respectivas fontes consultadas.

³ Para maiores informações sobre o órgão, cf. Duarte, 2012.

Figura 1 – Família posa em elemento decorativo preparado para a Batalha das Flores



Fonte: Augusto Malta, [190-] (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Esta tese aborda a Batalha das Flores como uma festa pedagógica promovida pela Prefeitura do Rio de Janeiro no bojo das reformas urbanas que afetaram a cidade no início do século XX. O trabalho é um desdobramento da dissertação intitulada *Campo de histórias e a batalha pela memória: usos possíveis do Campo de Santana na prática da educação patrimonial* (Vernin, 2018), fruto da pesquisa que desenvolvi durante o Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ProfHistória/UFRJ). A dissertação discorreu sobre a história do Campo de Santana e as disputas memoriais travadas pelo regime republicano em busca de legitimidade, no período imediatamente posterior à Proclamação da República, fazendo do parque público localizado no Centro do Rio de Janeiro um espaço disparador de discussões acerca da história da cidade e do país.

Na dissertação, esse período foi escolhido devido à necessidade do regime republicano de, após a proclamação, estabelecer marcos que conferissem materialidade à sua memória, em detrimento da memória monárquica solidamente construída ao longo de três séculos. Adotando uma perspectiva de ensino que parte da história local para as análises mais amplas, objetivei

despertar o interesse sobre a disciplina História, levantar discussões acerca das identidades dos discentes e fazer com que eles se percebessem como agentes históricos.

Por sua vez, o presente trabalho – desenvolvido durante o doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPed/UERJ), na linha de pesquisa ‘Instituições, Práticas Educativas e História da Educação’ – debruça-se sobre a Batalha das Flores: uma festa de caráter pedagógico, como este texto procura demonstrar. Argumento, nesse sentido, que a realização dessa festa foi uma das medidas educativas impulsionadas pelas reformas urbanas implantadas na cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX, como parte do projeto modernizador.

Nesse cenário, a festa foi promovida pela Prefeitura do Rio de Janeiro, então Capital da República, entre os anos de 1903 e 1909, inspirada pelo carnaval francês, especialmente o da cidade de Nice. Sua primeira edição aconteceu em agosto de 1903 e consistiu em um evento organizado por uma comissão de pessoas indicadas pelo prefeito Pereira Passos. A atividade atraía o público por meio da promoção de concursos de carros, bicicletas, charretes e embarcações decoradas com flores naturais. Além da apreciação do desfile dos concorrentes, o público podia arremessar flores uns sobre os outros, apogeu da programação, que consistia na “batalha das flores” propriamente dita.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar a Batalha das Flores em documentos oficiais, imagens e periódicos da época, de modo a descrevê-la e observá-la junto a outras estratégias utilizadas pela reforma urbana promovida pelo prefeito Pereira Passos, no começo do século XX, para a sofisticação dos costumes dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro por meio da socialização. Nesse contexto, um ponto a ser destacado diz respeito ao entrudo jogado nas ruas pela população, que era a brincadeira mais diretamente combatida pela apresentação do corso com guerra de flores que, por efeito do exemplo positivo, deveria substituí-lo.

À época, o entrudo era um joguete carnavalesco de caráter popular que fugia ao padrão europeu de comportamento considerado “civilizado”, previsto para a convivência no espaço público (Monteiro, 2010). Por isso, era compreendido pelas elites⁴ reformadoras da cidade como uma usança a ser superada por um tipo de celebração que melhor representasse seus anseios. Assim, os mecanismos educativos utilizados na tentativa de estabelecer um novo padrão de festa, em substituição ao entrudo, são analisados nesta tese.

⁴ O termo “elites” é utilizado neste texto para se referir ao grupo social que idealizou, executou e protagonizou a maior parte dos desfiles das Batalhas das Flores. Composto especialmente pelas elites agrárias e seus aliados, o referido grupo social participou das principais mudanças do fim do século XIX que possibilitaram a transição para trabalho livre e consolidaram o regime republicano. Ou, nas palavras de Jeffrey D. Needell: “A elite carioca incluía republicanos e abolicionista, profissionais liberais e empresários, mas nenhum jacobino” (Needell, 1993, p. 41).

Para a melhor compreensão do papel pedagógico da festa que intentava preparar a população da cidade para performar conforme as expectativas das elites locais, proponho que recorramos a Milton Santos (2013). O geógrafo nos sugere um caminho profícuo para acompanharmos a festa que esta tese investiga como um projeto que, talvez, buscasse substituir a multiplicidade de celebrações praticadas nas ruas por um produto cultural europeu, na esperança de preparar a imagem de uma cidade receptiva aos investimentos. Em seus termos:

As causas dos males aparecem como se fossem a sua solução, círculo vicioso que escancara as portas das favelas para a cultura de massas com o seu cortejo de despersonalização e a substituição dos projetos pessoais saídos da cultura, isto é, de dentro do indivíduo, por outros projetos elaborados de fora deste mesmo indivíduo, projetos decididos a conquistar todo mundo pela força da propaganda. Assim, a cultura popular, cultura “selvagem” e irracional, é substituída, lenta ou rapidamente, pela cultura de massas, o espaço “selvagem” cede lugar a um espaço que enquadra e limita as expressões populares, e o que deveria surgir como sociedade de massas apenas se dá como sociedade alienada (Santos, 2013, p. 93).

A partir dessas reflexões, podemos considerar que a Batalha das Flores invadiria as subjetividades dos moradores dos cortiços, das casas de cômodos, da nascente favela e de toda forma de habitação popular que, então, circundava o Campo de Santana, com um modelo de festejo alheio à história, à identidade e à cultura dos grupos que ali habitavam. No entanto, apesar do controle ao entrudo contar com a face amena e festiva como possibilidade de substituição, os agentes reformadores poderiam subir o tom, adotando medidas repressivas. Ademais, a Batalhas das Flores não era a única estratégia adotada no sentido de persuadir os habitantes a deixarem de jogar o entrudo e, conseqüentemente, contribuírem para o desenvolvimento de relações mais cordatas, ao menos em espaços públicos, já que a prática de jogar objetos e líquidos nas pessoas também era realizada em ambientes privados. Nesse quadro, proibições e ameaças de prisão eram procedimentos de coerção ao entrudo adotados simultaneamente à festa. Junto a isso, espalhavam-se pela cidade outras intervenções urbanas, no mesmo sentido de convidar os sujeitos a experimentarem novas atitudes, provocando apropriações inovadoras da proposta original da Batalha, bem como reações a ela.

A escolha da periodização circunscrita ao intervalo entre 1903 e 1909, isto é, às sete edições das Batalhas das Flores promovidas dentro do Campo de Santana, deve-se à própria efemeridade do objeto analisado. Contudo, para compreendê-lo, é importante realizarmos alguns recuos temporais, com o objetivo de acessar os processos históricos que levaram à promoção da festa naquele espaço.

A Batalha das Flores se desenrolou em um espaço de tempo curto e pretendeu afetar as maneiras de brincar, marcando a distinção entre os grupos sociais que a frequentariam,

inclusive, pela exigência do material necessário para a participação na principal atração do evento: as flores naturais, que eram bastante caras para a realidade de boa parte da população carioca da época. Assim, para se apresentar em veículos enfeitados com flores naturais, era necessário um alto investimento. Desse modo, participar dessa atividade configurava, também, uma excelente oportunidade para os membros das famílias ricas da cidade apresentarem aos demais suas posses e “boas maneiras”.

Desde a primeira edição, em 1903, a Batalha das Flores foi um sucesso de público. Ao longo deste trabalho, acompanharemos as pressões realizadas pelos frequentadores para ampliar sua participação na festa para além da posição de observadores, resultando em alterações nos materiais exigidos, que representavam importantes deslocamentos no tempo.

Nesse sentido, os avanços e recuos entre os diferentes formatos assumidos pelo evento em um curto período podem ser compreendidos de modo mais eficaz por uma orientação temporal que desvie da noção de tempo linear homogeneizante, e se volte para uma compreensão de tempo integral. Para tanto, esta tese dialoga com o pensamento elaborado por Walter Benjamin (1984; 1987a; 1987b), que propõe uma abordagem pautada pela contraposição à lógica evolucionista que, tal qual o estudo dos fenômenos da natureza, estabelece relações causais entre momentos históricos⁵. Em suas teses “Sobre o conceito de história” (Benjamin, 1987a, p. 229-230), o autor utiliza o termo alemão *jetztzeit* – equivalente a “hoje”, “presente”, “tempo agora”, “atual” – para designar essa ruptura com o tempo linear. Trata-se de uma abordagem retrospectiva capaz de conferir importância àquilo que, a princípio, não tinha, mesmo depois de passado algum tempo.

Benjamin (1984) propõe, ainda, uma visão prospectiva sobre o que chama de “constelações”, que seriam encontros de épocas distintas – isto é, de eventos distanciados pelo tempo e aproximados por similaridades, adquirindo configurações peculiares em cada contexto, tais quais os desenhos formados pelas constelações, interpretados de diferentes maneiras a depender dos grupos sociais que os observam.

A ideia de constelação surge em diversos momentos da obra benjaminiana. A compreensão que dialoga com a proposta deste trabalho é a de constelação como “extremo” (Benjamin, 1984), segundo a qual cada estrela marcaria um ponto extremo que forma os

⁵ Assim fala Benjamin, no apêndice 1 de suas teses “Sobre o conceito de história”, segundo a tradução de Sergio Paulo Rouanet: “O historicismo se contenta em estabelecer um nexos causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é por si só um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios. O historiador consciente disso renuncia a desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário” (Benjamin, 1987a, p. 232).

desenhos imaginários das constelações. A partir dessa metáfora conceitual, podemos compreender, em cada uma das pontas, diferentes períodos históricos, sem que tais períodos sejam separados pelo lapso temporal. Pelo contrário: nessa perspectiva, as diferentes temporalidades formariam constelações, pois, assim como no caso do conjunto de estrelas, seu centro é vazio e os contornos são definidos e interligados pelas extremidades.

No que tange às representações do passado presentes em fontes documentais, como as que são analisadas ao longo deste trabalho⁶, Benjamin aponta que a preocupação maior do historiador não consiste em alcançar fidedignidade em relação ao passado a ser investigado. Na perspectiva do autor, tal pretensão não deve ser investida sobre nenhuma modalidade de documento, pois “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (Benjamin, 1987a, p. 224).

Tendo isso por base, o levantamento de fontes realizado em periódicos e acervos de imagens relacionados às sete edições da Batalha das Flores, que ocorreram entre 1903 e 1909, pretende aproximar-se das reminiscências desse passado por meio do rastreamento de vestígios deixados na imprensa e em registros produzidos a pedido de órgãos oficiais. Ao fazê-lo, o presente trabalho destaca o fato de que esses registros são profundamente marcados pela segmentação de raça, classe, escolarização, gênero, religião etc. de quem os produziu.

Além disso, no desenvolvimento da tese, optei pelo avanço da pesquisa sobre a posterior transformação da Batalha das Flores em uma nova festa, a Batalha de Confetti, acompanhando as ocorrências deste evento nos periódicos publicados na cidade do Rio de Janeiro, também na primeira década do século XX. Esse avanço não buscou investigar uma progressão linear do modelo de festa. Em vez disso, a Batalha de Confetti é acompanhada como um desdobramento, ou uma transformação do próprio objeto da pesquisa, o qual, a partir de sua síntese com o entrudo, teria originado uma nova brincadeira, capaz de aludir às mesmas práticas que a festa original desejava contornar para disseminar modos “mais refinados” entre a população.

Essa escolha reforça que esta pesquisa observa o tempo em uma perspectiva constelar. Nela, os diferentes tempos representados pelas práticas que se pretendia combater, bem como os comportamentos que deveriam ser disseminados organizavam-se não de modo linear, mas em interlocução. Nas palavras de Benjamin, esse ponto de contato entre o passado e o futuro é,

⁶ A pesquisa se baseia, majoritariamente, em periódicos publicados na cidade do Rio de Janeiro entre 1900 e 1909, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; em fotografias do acervo iconográfico do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro; e em fontes impressas disponíveis no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

para a história, “objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o tempo saturado de ‘agoras’. Assim, a Roma Antiga era, para Robespierre, um passado carregado de ‘agoras’ que ele fez explodir do *continuum* da história” (Benjamin, 1987a, p. 230).

O trabalho de pesquisa que resultou nesta tese valeu-se majoritariamente dos textos e charges publicados na imprensa carioca no início do século XX, assim como de registros fotográficos produzidos por Augusto Malta como fotógrafo oficial da Prefeitura. Em relação aos primeiros, os principais jornais e revistas da época, movidos por entusiasmo ou por críticas ao evento, produziram registros significativos, capazes de nos aproximar das diversas perspectivas em torno das edições da Batalha das Flores.

Os periódicos consultados estão sob a guarda da Biblioteca Nacional (BN) e podem ser examinados digitalmente no *site* da Hemeroteca Digital da BN. A princípio, trabalhar com fontes impressas digitalizadas pode parecer um grande facilitador das buscas realizadas durante a pesquisa. No entanto, ainda que a consulta por meio do portal evite o deslocamento físico do pesquisador para analisar os arquivos, bem como o enfrentamento das possíveis indisponibilidades do acervo, as frequentes instabilidades no sistema de consulta são um desafio que deve ser considerado.

Para uma pesquisa que tem como recorte temporal uma periodização delimitada a um período curto, inferior a uma década, e restrita a um espaço bastante definido e destacado, como o Rio de Janeiro, então capital da República, as ofertas de filtros para as buscas no acervo da Hemeroteca Digital se mostraram satisfatórias. Foi possível identificar, com relativa facilidade, os textos em que constava a expressão “Batalha das Flores”, selecionando como filtro a década de 1900-1909 e o Rio de Janeiro como local de publicação da fonte.

Os desafios surgiram com a necessidade de consultar fontes que colaborassem com a compreensão do contexto ampliado da festa. Algumas questões colocadas para a pesquisa, como as relativas à intenção de transformar os costumes da população por meio de medidas educativas associadas às reformas urbanas, precisaram de diversas tentativas de localização no sistema de busca on-line da BN, com expressões diferentes, como “hábitos”, “costumes”, “usos”, “usanças”, entre outras. Para compreender as razões pelas quais o entrudo causava incômodo na sociedade da época, a ponto de fomentar a criação de uma festa pela Prefeitura para mitigá-lo, o assunto foi procurado por meio de palavras que aludissem ao tema sem referi-lo diretamente, como “molhadeira”, “bexiga”, “bisnaga”, “limões”, “cartucheira”, “ataque” e outras, relacionadas aos instrumentos utilizados nas brincadeiras.

Os documentos retornados foram cuidadosamente analisados para verificar sua pertinência à pesquisa, pois, muitas vezes, correspondiam a sinônimos das palavras buscadas ou a expressões que não dialogavam com os assuntos propostos. Além disso, foi fundamental verificar integralmente as publicações de datas próximas às das edições da Batalha das Flores, pois, em alguns casos, os filtros selecionados para a busca não identificavam ocorrências do termo consultado nessas publicações, mas, ao verificar cada página do jornal, era possível encontrar informações importantes.

Uma vez identificados os textos com informações pertinentes ao assunto pesquisado, por vezes, outros assuntos surgiram, elencando novas palavras a serem introduzidas nos filtros de busca, de modo a ampliar os canais de informação que revelam matizes sobre o objeto, ainda que sem mencioná-lo nominalmente. Junto a isso, as fontes bibliográficas foram fundamentais para o levantamento dos documentos a serem analisados, constituindo uma base consistente para a seleção de palavras relevantes e significativas em relação ao objeto pesquisado, que, ao serem buscadas, elucidaram textos publicados na imprensa que dialogam com a problemática principal da investigação.

A Batalha das Flores foi um evento amplamente noticiado pela imprensa, sobretudo em suas primeiras edições. Até mesmo o declínio do número de matérias relacionadas à festa com o passar dos anos foi um dado indiciário relevante para o entendimento sobre a redução do interesse pelo evento. Ao mesmo tempo, tão importante quanto as informações descritivas que constam nos textos da imprensa foi a observação de determinadas nuances editoriais, identificáveis pelos respectivos posicionamentos de cada jornal em relação ao evento noticiado. Esses posicionamentos implicavam diretamente na maneira pela qual um mesmo acontecimento era apresentado pelos periódicos ao leitor da época e, conseqüentemente, influenciam o modo como seu registro chega até nós como um vestígio do passado.

Na virada do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro passou por relevantes transformações urbanas e sociais que marcaram sua modernização. O mesmo aconteceu com a imprensa local. Surgiram grandes jornais que transformaram as comunicações, rompendo o monopólio mantido desde 1827 pelo conservador *Jornal do Commercio*, voltado para a exploração de assuntos políticos, informações sobre importação e exportação e notícias do país e do exterior (Sodré, 1966, p. 127). Com um caráter difusor das ideias governamentais, muitas vezes, este jornal operava como distribuidor das notícias enviadas diretamente do gabinete presidencial para os demais veículos de comunicação (Moreira, 2016, p. 75). Possivelmente por seu compromisso em veicular matérias de caráter exclusivamente conservador, foi identificada

apenas uma publicação sobre a Batalha das Flores neste periódico: o derradeiro programa da festa no ano de 1909. Tendo em vista a origem carnavalesca da festa e a natureza austera dos assuntos tratados pelo *Jornal do Commercio*, não surpreende a ausência de textos sobre o tema neste veículo, em particular.

A partir das últimas décadas do século XIX, pulularam na cidade periódicos cujas palavras influenciavam a política e a cultura de seu tempo, entre os quais se destacam os títulos: *Gazeta da Tarde* (1880), *O Paiz* (1884), *A Notícia* (1884), *Diário de Notícias* (1885), *Cidade do Rio* (1888) e *Gazeta de Notícias* (1875) (cf. Asperti, 2006).

Chama a atenção, especialmente, a relação estabelecida entre a *Gazeta de Notícias* e a Prefeitura do Rio de Janeiro entre os anos de 1901 e 1907, quando aconteceu a maior parte das edições da Batalha das Flores e este periódico foi o agente oficial das publicações do município. Em suas páginas, eram veiculados os atos oficiais do prefeito. Assim, em função do interesse em manter os contratos, o periódico saía em defesa das controversas medidas adotadas pela Prefeitura para executar as reformas urbanas, com o objetivo de remodelar a cidade e modernizá-la. Da mesma forma, a Batalha das Flores foi noticiada de modo extremamente elogioso e entusiasmado pela *Gazeta de Notícias* durante todo o período da vigência da concessão para as publicações dos atos oficiais do município. Em 1907, mesmo ano em que os atos da Prefeitura deixaram de ser sua prerrogativa, a *Gazeta de Notícias* promoveu a Batalha de Confetti, autodenominada como um desdobramento da Batalha das Flores.

Com isso em vista, a atuação da *Gazeta de Notícias* em relação à Batalha das Flores pode ser qualificada como adulatora, em especial se comparada à do *Jornal do Commercio*, que se absteve de divulgar o evento. Além do já mencionado perfil conservador deste último periódico, a perda da concessão para publicar os atos oficiais do alcaide, mantida entre 1890 e 1901, pode ter contribuído para o silêncio do *Jornal do Commercio* sobre a festa promovida pela Prefeitura, que representava os ideais do grupo social que governava a Capital da República naquele momento.

A *Gazeta de Notícias* foi criada em 1875 por Ferreira de Araújo, como um jornal inovador, abolicionista, republicano e que desprezava as intrigas políticas. Para chamar a atenção do público, introduziu inovações no formato e no conteúdo jornalístico veiculado, bem como se fez produzir por nomes da imprensa em vez de apenas nomes das letras, conferindo às publicações características próprias. No entanto, os mesmos jornalistas que passaram a trabalhar na *Gazeta de Notícias*, por serem conhecedores do gosto do público, mantiveram o foco da publicação nos folhetins. Dessa forma, o periódico configurou-se como um jornal

acessível, liberal e profissional, sem deixar de ser jovem, moderno e vocacionado para a literatura (Moreira, 2016, p. 76). Como destaca o cronista Luís Edmundo, Olavo Bilac destacava-se entre as pratas da casa: “O grande brilho da *Gazeta*, jornal de elite, é dado, porém, pelos seus redatores literários. Olavo Bilac é quem traça a crônica aos domingos, onde lampeja a mais leve e dourada fantasia; [...]” (Edmundo, 2003, p. 571).

A atuação de Olavo Bilac como cronista da *Gazeta de Notícias* merece destaque no presente trabalho, não só por se tratar de uma figura bastante prestigiada em seu meio social, mas, especialmente, por conta de sua participação no júri da primeira edição da Batalha das Flores. Jornalista e escritor, Bilac participou ativamente de campanhas civilistas. Em 1881, ainda durante a agitação do início da República, quando Floriano Peixoto tomou posse e instaurou o estado de sítio, o escritor participou da fundação do jornal *O Combate*. Como retaliação, foi detido por seis meses na Fortaleza da Laje no Rio de Janeiro. Participou, ainda, da campanha a favor do serviço militar obrigatório, foi autor de literatura infantil com fins didáticos e atuou como inspetor escolar, além de ser considerado o representante máximo do parnasianismo na Literatura brasileira, tornando-se conhecido como “príncipe dos poetas” (cf. Barchi; Cunha, 2020). Por essas e outras razões, Bilac foi escolhido como secretário do júri presidido pelo ministro de Portugal, encarregado de premiar os mais belos carros, automóveis e bicicletas por ocasião da primeira Batalha das Flores, em 15 de agosto de 1903⁷.

A estreita relação entre a *Gazeta de Notícias* e a organização da Batalha das Flores, devido aos contratos firmados com a Prefeitura ou, até mesmo, pela presença de um dos seus maiores cronistas no júri do concurso, ajuda a compreender a razão pela qual os textos publicados neste jornal são acionados diversas vezes como fontes para tecer considerações a respeito do evento no presente trabalho. Para estreitar laços com sujeitos ligados à Prefeitura, o jornal publicou textos sobre a festa com bastante frequência, principalmente nas primeiras edições, tornando-se um importante material para esta pesquisa.

Por sua vez, *O Paiz* foi um periódico diário de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro, lançado em 1884 por João José dos Reis Júnior. O jornal logo adquiriu grande expressividade na sociedade da época, com o tom conservador adotado. Durante os primeiros anos da República, sua atuação em favor do governo exerceu forte influência sobre a opinião pública, o que o tornou uma espécie de porta-voz do governo. Este posicionamento incidiu sobre o seu fechamento em 1934, como uma das decorrências da Revolução de 1930, em oposição ao modelo de República Oligárquica assumido até então (cf. Brasil, 2015).

⁷ Cf. Correio da Manhã, 16 de agosto de 1903; *Gazeta de Notícias*, 16 de agosto de 1903.

Fundado pelo advogado Edmundo Bittencourt, o *Correio da Manhã* nasceu como um pequeno jornal em meados de 1901, mas cresceu significativamente ao romper com o modelo de escrita jornalística até então adotado, inclinado a assumir posições caudatárias em relação aos grupos ocupantes do governo no momento. Dessa forma, seus textos inovadores foram marcados pelo oposicionismo, expressando uma postura de enfrentamento à República Velha Oligárquica (Sodré, 1966). Ao mesmo tempo, apesar de ser inicialmente identificado como um periódico aderente às causas populares, o *Correio da Manhã* paulatinamente atraiu o interesse das camadas médias da sociedade, por meio de textos de forte apelo emocional. Junto a isso, a modernização da imagem do jornal, com o uso de ilustrações e fotografias, também pode ter contribuído para a ampliação de seu público (cf. Brasil, 2020).

Além da modernização da própria imagem, o *Correio da Manhã* costumava apoiar medidas relacionadas à modernização da própria cidade. Contudo, condenava veementemente o saldo negativo das reformas urbanas recaído sobre os habitantes mais pobres. Assim, nas páginas deste periódico, a nomeação de Pereira Passos como prefeito foi considerada positiva, devido a seu histórico de administrador disposto a trabalhar com base em motivações técnicas, afastando-se da política. No entanto, as dificuldades enfrentadas pela população mais pobre a partir das obras de remodelação implantadas pela Prefeitura levaram o jornal a assumir, em 1904, uma posição de porta-voz da Revolta da Vacina, cuja motivação principal estava mais relacionada à arbitrariedade das medidas tomadas pelo governo municipal do que aos possíveis malefícios imputados pela vacina contra a saúde da população (cf. Brasil, 2020).

A revista *O Malho* foi fundada por Luís Bartolomeu de Souza e Silva e iniciou suas atividades na imprensa carioca em 20 de setembro de 1902. Suas charges e textos eram direcionados para a crítica política, cultural e dos costumes, razão pela qual a Batalha das Flores, como uma festa voltada para a renovação dos hábitos da população da cidade, apareceu com frequência em suas páginas. Para expressar suas posições, a revista contava com a colaboração de importantes nomes do jornalismo, como o já mencionado Olavo Bilac, além de Pedro e Emílio de Rabelo, Arthur Azevedo e Álvaro Moreyra, dentre outros. Já entre os ilustradores destacados, colaboraram com a revista nomes como Angelo Agostini, Lobão, Crispim do Amaral, Guimarães Passos, Leonidas Freitas, Nássara, Raul, Kalixto, Storni e outros, que surpreenderam o público ao apresentarem seus traços por meio da inovadora técnica de impressão sobre placas de zinco, em substituição à pedra litográfica (FCRB, c2024).

Alguns outros periódicos forneceram textos ou imagens pontuais que, apesar de significativos para o levantamento de informações sobre a Batalha das Flores e seu contexto de inserção, não chegaram a formar uma coleção de fontes.

Além do caráter documental dos periódicos em que esta tese se embasa, é importante abrir um parêntese para comentar o importante papel formador executado pela imprensa, em geral, como veículo centralizador, educativo e divulgador das opiniões da elite intelectual de um período (Lage, 2006). Nessa perspectiva, a imprensa do Rio de Janeiro na primeira década do século XX, a despeito das possíveis divergências políticas entre determinados veículos e a Prefeitura, contava com jornais e revistas capazes de potencializar a ação pedagógica da Batalha das Flores, pois reafirmavam os anseios das elites que, como grupo, promoviam a festa, além de divulgá-lo para o restante da sociedade.

A opção por fundamentar esta tese em documentos oficiais resultou em uma busca árdua por alguma publicação em que a criação da Batalha das Flores fosse discutida ou anunciada institucionalmente. Para tanto, visitei o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)⁸ em três ocasiões, à procura de documentos manuscritos ou impressos relacionados a festas, carnaval, jardins, licenças e debates da Câmara Municipal, entre outros, mas não obtive sucesso. Por indicação dos servidores do próprio AGCRJ, ampliei a busca para os Boletins da Intendência Municipal, sob a guarda da biblioteca da instituição. Embora não tenha respondido diretamente às questões propostas, este material forneceu pistas valiosas a respeito da intencionalidade educativa que perpassou a gestão do prefeito Pereira Passos.

Além da documentação escrita, este trabalho recorre a fontes imagéticas que foram fundamentais para compreensão da festa e do contexto que a originou. As charges foram um material particularmente importante para o entendimento da resposta da imprensa às medidas educativas propostas pelas reformas urbanas. Em seu contexto original de circulação, as mensagens transmitidas por essas imagens podem ter contribuído para que o desejo de disseminação dos valores da sociedade europeia sobre a população carioca se tornasse uma necessidade urgente. Vistas em retrospecto, seu tom crítico e exagerado fornece informações valiosas sobre as expectativas e percepções da sociedade durante um período de mudanças significativas na organização social urbana.

O Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ) guarda um rico acervo de imagens produzidas por Augusto Malta, fotógrafo documentalista contratado pela Prefeitura no

⁸ Foram realizadas buscas nos fundos e coleções reunidos na subgerência de documentação escrita, na subgerência de documentação especial e na biblioteca do AGCRJ.

período das transformações urbanas do começo do século XX, para registrar a reconfiguração à qual a cidade era submetida. Nesse contexto, as fotografias da Batalha das Flores feitas por Malta buscavam não só documentar, mas, sobretudo, projetar para o futuro a mobilização realizada pela Prefeitura para reformar os espaços e as formas de viver e socializar da população.

No entanto, as fotografias produzidas por Malta não se limitaram a captar paisagens e espaços remodelados; é possível perceber uma preocupação do fotógrafo com o registro de aspectos que, de acordo com o pensamento dominante da época, deveriam desaparecer, para serem substituídos por costumes condizentes com os de uma sociedade considerada “civilizada”. Por isso, as fotografias são especialmente importantes para o presente trabalho, tanto como registros de fragmentos do passado, com informações visuais sobre o período retratado, quanto como expressões artísticas, perpassadas por um filtro cultural estreitamente relacionado com a experiência de vida do artista (Kossoy, 2020). Dessa forma, o trabalho de Malta permite entrever a cidade que se transformava diante de sua lente, bem como as aspirações dos que contrataram seus serviços (cf. Costa, 2011).

As imagens disponibilizadas nos três arquivos consultados podem ser acessadas apenas em formato digital. Salvo raras exceções, trata-se de fotografias tomadas em cenas horizontais, impressas em preto com gelatina e prata. Em muitas delas, há anotações manuscritas que indicam a data do evento retratado, o assunto e a assinatura do fotógrafo. As impressões encontram-se em um estado de conservação razoável, considerando a média de 120 anos desde que foram tomadas, com poucas informações indicando se são originais ou cópias. O tamanho das impressões⁹ varia entre 16,7 cm e 29 cm de largura. Geralmente, os danos no papel se encontram nas bordas, sugerindo desgaste devido a manuseio e acondicionamento impróprios. As imagens do acervo do MIS-RS apresentam sobre a margem superior uma régua, a fim de orientar o pesquisador em relação às dimensões das impressões e, mesmo digitalizadas, é possível perceber que estão dispostas sobre as páginas de um álbum, forradas com um tecido preto grosso e áspero, aparentemente rígidas e com bordas amplas, a fim de evitar que sejam diretamente manuseadas. As fotografias que sofreram alguma avaria tiveram as áreas danificadas recortadas para evitar que os danos avançassem sobre a parte sã do papel, demonstrando uma preocupação em conservar a inteligibilidade, ainda que parcial, da cena retratada.

Em seu banco de dados, o acervo do MIS-RJ disponibiliza 101 imagens que têm como assunto a Batalha das Flores. Dentre elas, apenas uma é de autoria de fotógrafo não identificado,

⁹ Refiro-me exclusivamente às imagens que serão apresentadas no presente trabalho.

enquanto as demais foram tomadas por Augusto Malta. A riqueza do conjunto fez deste fotógrafo um ponto de apoio fundamental para esta pesquisa. No entanto, o acesso ao material foi bastante dificultoso.

O MIS-RJ disponibiliza para a consulta apenas os códigos e as descrições do material sob sua guarda, sem a possibilidade de visualização remota. Assim, é indispensável que o pesquisador se desloque até a instituição para consultar um material completamente digitalizado. Ademais, é importante ressaltar que parte significativa desta pesquisa foi desenvolvida durante a pandemia de covid-19, iniciada em 11 de março de 2020, o que tornou o acesso a espaços fechados, num primeiro momento, absolutamente inviabilizado e, mais tarde, bastante restrito.

Além das dificuldades para conseguir visitar fisicamente o MIS-RJ, o impasse diante do vasto acervo é acirrado pelo valor de R\$ 32,00, já considerada uma redução especial no preço para estudantes e pesquisadores. Com esse dado em mente, o pesquisador realiza a seleção das imagens que servirão como fonte para seu trabalho de modo a ponderar o montante do valor a ser pago pela transferência do arquivo com as imagens em alta resolução, para uso exclusivo com fins acadêmicos. A maior parte das imagens que serão observadas ao longo da tese tiveram a concessão do direito de uso subsidiadas pelo Projeto Jovem Cientista do Nosso Estado, concedido à orientadora deste trabalho pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), e uma parcela menor foi financiada por recursos particulares. As imagens catalogadas em outros repositórios foram acessadas remotamente e sem custo, pela Internet, guardada a responsabilidade de referenciar autores e acervos.

Trabalhar com fotografias históricas que respondem a encomendas exige uma atenção especial do pesquisador, a qual deve ser organizada em diversos níveis de análise. Em primeiro lugar, é importante atentar para o objeto central da imagem, que constitui seu discurso principal e organizado. A seguir, deve-se estabelecer um diálogo entre esses elementos e as informações contidas na bibliografia e nas demais fontes levantadas, sejam elas imagéticas ou textuais. É preciso, também, voltar o olhar para os elementos que estão enquadrados em segundo ou terceiro plano, buscando os detalhes discretamente posicionados que, por vezes, são bastante reveladores. Junto a isso, em todo o processo de análise, deve-se ter em mente que, embora a fotografia seja, sobretudo, uma imagem técnica, o sujeito por trás da câmera imprime sua visão de mundo sobre os objetos fotografados – visão que é, também, profundamente marcada por seu tempo (Kossoy, 2020).

A coleção de imagens da Batalha das Flores reunidas no MIS-RJ apresenta lacunas, uma vez que não contempla todas as edições da festa. Embora haja fotografias tomadas desde 1903, ano em que ocorreu a primeira edição da festa, até 1909, ano da derradeira celebração, algumas edições não possuem nenhum exemplar para consulta; e o número de imagens disponibilizadas é distribuído desigualmente entre os anos. Além disso, como já foi pontuado, algumas das imagens trazem anotações na parte inferior, com a indicação da data em que a fotografia foi feita, o nome do fotógrafo e o tema. Nas imagens que trazem esses registros, observei que a caligrafia utilizada apresenta similaridades entre os documentos. No entanto, não localizei dados que apontassem para uma preocupação do próprio fotógrafo em sistematizar sua produção, de modo que não se pode afirmar se as anotações foram feitas por ele, na ocasião em que as fotografias foram tomadas, ou se foram inseridas posteriormente, na tentativa de reunir e organizar o acervo.

A descontinuidade da sequência de fotos em relação período de duração da festa foi contornada pela observação de um padrão de características selecionadas pelo fotógrafo para registro. Ademais, ao confrontar o conjunto de imagens com as fontes escritas do mesmo período, prontifiquei-me a analisá-los consciente de que os documentos permitem a abertura de uma fresta pela qual enxergamos apenas uma imagem parcial do passado (Benjamin, 1987a).

O álbum formado pela seleção de fotografias levantadas no MIS-RJ foi complementado com alguns exemplares depositados na Coleção Família Passos do Museu da República, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e no Instituto Moreira Salles (IMS). Assim, as imagens reproduzidas neste trabalho podem ajudar a compreender o contexto do surgimento da Batalha das Flores como uma festa com caráter educativo, cujo objetivo era teatralizar a distinção social e oferecer um modelo de hábitos considerados “civilizados” entre a população da cidade moderna que a Capital da República gostaria de se tornar.

Augusto Malta foi contratado pelo governo do município do Rio de Janeiro em 1903, ainda no início da gestão de Pereira Passos, após ser levado por um amigo fornecedor da Prefeitura para fotografar algumas das primeiras obras inauguradas pelo prefeito. De acordo com o *Portal Augusto Malta* (cf. Rio de Janeiro, 2008), Passos ficou tão impressionado com o resultado do trabalho que criou o cargo de fotógrafo documentalista da Prefeitura – que até então não existia –, exclusivamente para Malta.

Sua principal atribuição era registrar em fotografias o desenvolvimento das obras públicas e suas inaugurações. Além disso, o artista fotografava estabelecimentos vinculados à administração municipal, como escolas, asilos, hospitais, prédios históricos a serem demolidos

e festas promovidas pela Prefeitura, bem como acontecimentos que provocavam alterações na dinâmica da cidade, como ressacas, enchentes e desabamentos (cf. Rio de Janeiro, 2008). Dessa forma, o ofício assumido pelo fotógrafo acabou produzindo um conjunto documental que nos oferece um panorama do Rio de Janeiro em transformação no início do século XX. Nesse conjunto, há imagens da cidade colonial que desaparecia, assim como da nova cidade moderna que se configurava.

Malta teve algumas experiências pessoais peculiares, que podem ter estreitado seus laços com o espaço público carioca e direcionado seu olhar para cidade que se transformava. Antes de se tornar fotógrafo, fez algumas investidas, sem sucesso, como comerciante. Dentre elas, atuou como vendedor de tecidos finos por amostra, oferecendo suas mercadorias pelas freguesias da cidade sobre uma bicicleta – veículo que lhe permitia circular com mais agilidade do que os usuais cavalos. Baseada em minha vivência como ciclista que, talvez, rabisque os mesmos caminhos pelos quais Malta pedalou, posso afirmar que esta circulação ágil e propulsão pela força humana proporciona um sentimento de pertencimento e um interesse visceral pelo espaço, capaz de acelerar corações.

Contudo, em negociação com um de seus clientes, a bicicleta de Malta foi trocada pela máquina fotográfica. Este foi o passo decisivo para o nascimento do fotógrafo amador que entraria para a história do Rio de Janeiro através dos quadros da cidade que vivenciou e observou tão de perto (Costa, 2011).

O Campo de Santana pode ser observado na obra de Malta em diversas ocasiões, seja como protagonista na imagem, seja como pano de fundo para cenas nas quais o espaço é tão importante quanto a ação imortalizada pela lente. Essa recorrência não se deu por acaso. Ao ocupar um cargo criado especialmente para ele, como fotógrafo pioneiro nos registros das intervenções realizadas pela Prefeitura, Malta recebeu um convite para residir no Palácio Municipal, contíguo ao jardim, onde também tinha seu laboratório. Dessa convivência íntima, teve origem o conjunto documental mais denso que consegui acessar durante a pesquisa: as fotografias feitas por Malta de várias edições da Batalha das Flores.

Na obra de Malta, há, também, fotografias de momentos em que o prefeito Pereira Passos fez questão de registrar o caráter educativo de seu projeto de cidade, visitando escolas ou produzindo objetos que representassem seu papel como político interessado em reengendrar os comportamentos, a formação cultural e educativa da população do Rio de Janeiro, configurando-os como suportes para a memória que desejava eternizar sobre si (Nora, 1993).

Não pretendo abordar as fotografias como um reflexo fidedigno da Batalha das Flores, pois as compreendo como fontes imagéticas e expressão artística, que tanto expressam o particularizado ponto de vista de seu autor quanto se empenham em nos oferecer janelas com olhares direcionados sobre aspectos específicos da cidade.

O caso de Malta é bastante peculiar por ele ter exercido seu ofício durante mais de trinta anos com o objetivo de documentar as transformações físicas e morais da cidade. Sua perspectiva sobre a Batalha das Flores aponta para a necessidade de criar uma representação do processo de modernização em seu aspecto micro, uma vez que privilegiou o enquadramento de cenas em que organização da festa fosse apresentada com fluxos de trânsito de pessoas, mercadorias, artes e, sobretudo, ideias, capazes de transmitir em imagens a racionalidade europeia.

A decisão por tornar notória a presença de crianças nos eventos registrados indica o quão importante era, para a Prefeitura, que a festa assumisse um caráter formativo sobre as novas gerações. Contudo, as crianças não são apresentadas como uma categoria homogênea. Nas fotografias selecionadas para a análise nesta pesquisa, algumas crianças aparecem na posição de observadores, aprendizes, objetos de caridade ou protagonistas, enquanto outras são invisibilizadas por conta de sua origem social e racial.

Por essas e outras razões, o trabalho de Malta revelou muitas nuances que serão abordadas de modo mais detido ao longo desta tese, como

imagens que contenham um reconhecido valor documentário [que] são importantes para o estudo específico nas áreas de arquitetura, antropologia, etnologia, arqueologia, história social e demais ramos do saber, pois representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural. Trata-se da fotografia como instrumento de pesquisa prestando-se a descoberta, análise e interpretação da vida histórica (Kossov, 2020, p. 61).

Em alguns casos, as fotografias reproduzidas nos capítulos deste trabalho estão colocadas de forma ilustrativa, com correspondência de assuntos, mas sem necessariamente relacionar as datas das imagens com as das fontes escritas. Esse desencontro ocorre porque, ao consultar os acervos de fotografias da Batalha das Flores tomadas por Malta, há registros da primeira e da última edição, porém, não foi localizada uma sequência entre elas, representando alguns anos “apagados”. Ainda assim, o conjunto documental contribuiu significativamente para as ponderações acerca da concepção da Batalha das Flores como uma festa que compunha o amplo quadro de medidas pedagógicas formuladas pela reforma urbana implementada por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro.

Festa e Educação

A relevância desta pesquisa para historiografia da educação se deve, em primeiro lugar, à inexistência de outros estudos da área que se voltem para o objeto Batalha das Flores. Além disso, esta tese é uma contribuição para o campo por pensar a cidade a partir de reflexões sobre as festas como espaços formativos, decorrentes de interações sociais em ambiente festivo. Nesse sentido, este trabalho se destaca por investigar a disseminação dos valores da modernidade e da civilização europeia em momentos de lazer como um dos aspectos da remodelação do espaço urbano sofrida pelo Rio de Janeiro na primeira década do século XX, contribuindo para a produção de conhecimento sobre a História da Educação na cidade.

É importante ressaltar que, ao longo desta pesquisa, a Batalha das Flores é pensada como uma festa que educa na medida em que socializa. Nesse processo, a educação acontece em decorrência das interações e resulta na adaptação de seres humanos ao convívio social. Envolve a realização de trocas entre duas ou mais partes, que se convertem na comutação de valores morais e padrões de comportamento. Na Batalha das Flores, essas partes eram representadas, respectivamente: pela organização do evento, como agentes da proposta pedagógica mais ampla, presente nas reformas urbanas às quais a cidade foi submetida no período; e pelo público, grupo que deveria ser educado para ajustar seus comportamentos à sociedade moderna e civilizada em construção.

Nesse prisma, a socialização tem um papel especialmente relevante na transmissão de valores e ideias que possibilitam a geração de matrizes culturais que coadunam os membros dos grupos em torno das ideologias compartilhadas. O reconhecimento do viés educativo do mundo transmitido pelo contato social, proporcionando trocas de ideias e gerando novos valores, permite “circunstanciar as noções de educação e socialização como sinônimas” (Setton, 2008, p. 17). Dessa forma, a educação aconteceria tanto nas festas quanto nas demais entidades do convívio social:

[...] a família, a religião, a escola seriam, então, instituições ou subespaços sociais capazes de projetar entendimentos sobre a realidade dos indivíduos ajudando-os a construir o convívio, a ordem e ou a transformação social. Como matrizes de cultura, gerariam em seu interior um sistema simbólico, um *ethos* organizado a partir de preceitos, máximas e prescrições morais e comportamentais. Em outras palavras, para se viver em sociedade, é preciso partilhar uma série de códigos comunicativos (uma língua), categorias do julgamento (sagrado, profano; divino, terreno), bem como padrões de conduta (obediência, disciplina, ascetismo) transmitidos por essas instituições que facilitam a vida em comum nos grupos e simultaneamente moldam a identidade individual. O processo de socialização vivido por cada um é compreendido,

então, como o processo de transmissão, negociação e incorporação desse imenso universo de símbolos que facilitam o intercâmbio da vida social, no entanto não isento de tensões (Setton, 2008, p. 17).

A educação que a população carioca do início do século XX foi convidada a comungar, tanto pelas alterações físicas no espaço quanto pela maneira como ele foi culturalmente ocupado, tinha inicialmente um sentido de instituição de padrões de comportamentos que deveriam ser aprendidos e interiorizados pelos habitantes por meio da vivência na cidade reformada, cujo novo feitio inspirado no urbanismo europeu os conduziria para hábitos e modos “mais refinados” (Azevedo, 2016). Nessa perspectiva, a experiência urbana consistiria em uma experiência educativa baseada na socialização, conforme a proposta de Setton:

Propõe-se [...] aproximar as noções de educação e socialização. A socialização compreendida aqui como um processo que busca a construção de um ser adaptado a um universo social. De caráter contratual, revestida de um forte conteúdo moral e ético, a socialização implica a negociação de padrões de comportamento definidos e legitimados *a priori* (Setton, 2008, p. 16).

Avançando na discussão, a autora coloca a socialização como indispensável para a formação dos seres humanos, uma vez que insere os sujeitos no quadro cultural do grupo a que pertencem, apresentando-lhes as ideias e os princípios basilares de seu mundo (Setton, 2008, p. 17). Pensando no exercício realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, ao promover a Batalha das Flores em consonância com os anseios das elites econômicas e intelectuais, observamos a criação de um ambiente socializador no qual os segmentos da população que não compartilhavam do mesmo traquejo na exteriorização dos símbolos dos modos de vida inspirados na etiqueta francesa e inglesa poderiam desenvolvê-los.

A historiografia da educação sobre as primeiras décadas do século XX na cidade do Rio de Janeiro é bastante profícua. Entre as pesquisas que dialogam com esta tese, destacam-se, principalmente, os respectivos trabalhos de Clarice Nunes (1996), José Cláudio Sooma Silva (2009), André Luiz Paulilo (2004) e Moysés Kuhlmann Jr. (2001), assim como as produções de Victor Andrade Melo, tanto as individuais quanto as elaboradas em coautoria com outros pesquisadores (cf. Melo 2008; 2010; 2020; Melo; Karls, 2018; Marzano; Melo, 2010).

Nunes (1996) delimita seu trabalho à cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1910 e 1935, quando a cultura urbana foi marcada por forças contraditórias que deixaram marcas tanto nos aspectos culturais e na política partidária quanto nas instituições escolares, sendo estas o objeto de sua pesquisa. Com o objetivo de investigar a escola no referido contexto, a autora analisa documentos que, para além de registros, são abordados, também, como indicativos de

uma necessidade das instituições da cidade de se projetarem historicamente, revelando, assim, um desejo de memória (Nunes, 1996, p. 155). Partindo dessa premissa, as escolas e cidade são lidas dialogicamente pela autora, de modo que “ler a escola lendo a cidade levou-[a] também a reter o trabalho pedagógico que vai forjando seus educadores” (Nunes, 1996, p. 155). Dessa forma, a escola aparece inserida no desenvolvimento da cidade e em diálogo constante com ela.

O trabalho de Nunes (1996) é marcado pela repercussão das transformações da cidade no ambiente escolar, assim como a pesquisa de Silva (2009), que aproxima “escola” e “cidade” ao abordar a institucionalização da “teatralização” dos comportamentos urbanos na década de 1920, no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Em relação ao Rio de Janeiro, em particular, o autor observa que, após as transformações físicas que ocorreram na região central da cidade durante a primeira década do século XX, o debate sobre a necessidade de modernizar a atitude da população carioca atinge, também, as instituições escolares, levantando vozes que viam na escolarização primária um possível canal de construção de “atitudes de urbanidade” entre o povo (Silva, 2009, p. 8-9). Assim, o autor demonstra que, para os agentes dessa modernização, os ideais de boas maneiras, cortesia e civilidade inspirados na sociabilidade europeia deveriam ser reiteradamente apresentados à sociedade carioca por meio da escola.

Outro ponto de destaque na pesquisa de Silva (1996) é que o autor confere especial atenção às incursões realizadas pelas escolas primárias no espaço público da cidade, a fim de exemplificar aos discentes o conjunto de comportamentos e atitudes dos quais deveriam se apropriar. Segundo o pesquisador, tais incursões configuravam a “teatralização da modernidade”, além de refletirem a própria interferência da escola na dinâmica urbana, contribuindo também com o espetáculo (Silva, 2009, p. 16).

Ao encontro das obras apreciadas anteriormente, Paulilo (2004) revisita a cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1922 e 1935, com foco nas respectivas ações de Carneiro Leão, no quadriênio 1922- 1926; de Fernando de Azevedo, entre 1927 e 1930; e de Anísio Teixeira, de 1932 a 1935. Com esse enfoque, o pesquisador examina as estratégias de reforma da educação pública implementadas pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal. Por meio do escrutínio de documentos produzidos pela administração pública, relatórios, atas, periódicos e correspondências, a pesquisa de Paulilo (2004) procura se acerrar dos procedimentos adotados pelo governo com o objetivo de controlar o cotidiano escolar na cidade, com vistas a fazer cumprir os propósitos reformistas.

As robustas e inegáveis contribuições das investigações de Nunes (1996), Silva (2009) e Paulilo (2004) para a historiografia da educação aproximam-se do principal objetivo da

presente tese – isto é, averiguar a Batalha das Flores como uma festa pedagógica –, sobretudo, por considerarem o impacto das transformações do espaço urbano nas ações educativas. Todavia, tais investigações se distanciam do objeto investigado nesta tese por tratarem de contextos escolares, ao passo que, nas festas ocorridas no espaço público, a intervenção educativa acontecia por meio do encontro entre os indivíduos, isto é, pela socialização.

Já o trabalho de Kuhlmann Jr. (2001) se volta para as exposições internacionais que contaram com a participação brasileira entre os anos de 1862 e 1922. A longa pesquisa, resultado de oito anos de trabalho do pesquisador, analisa as relações entre as exposições universais e a educação, identificando nesses eventos uma intenção didática e civilizadora. Aqui também se observa o propósito civilizador, o caráter educativo da socialização, a educação como signo de modernidade e a importância do espaço como adjuvante na transmissão dessas ideias. Nesse quadro, Kuhlmann Jr. (2001) assinala que, mesmo acontecendo fora das escolas, a educação proposta pelas exposições se voltava para as instituições escolares como atributo da modernidade, uma vez que estaria alinhada aos conhecimentos produzidos pela Europa. Por essa razão, as exposições privilegiavam

a educação como um símbolo da modernidade, difundindo um conjunto de propostas nessa área, que abarcava materiais didáticos, métodos pedagógicos e diferentes instituições – da creche ao Ensino Superior, passando pelo Ensino Profissional e pela Educação Especial (Kuhlmann Jr., 2001, p. 9).

É importante salientar que o autor não separa a socialização da educação, apenas delimita a educação promovida pelas instituições formais como o centro de interesse da pesquisa. Isto é, ao analisar o caráter pedagógico das exposições, o interesse da pesquisa de Kuhlmann Jr. (2001) recai sobre o conteúdo difundido a respeito da escolarização. Dessa forma, este trabalho sobre a educação dos costumes via processo de socialização se destaca por abordar um tema inédito, mas também se diferencia dos demais destacados até aqui por focar na pedagogia contida na festa em si, com sua dinâmica de promoção de encontros nos quais os sujeitos podem se observar, interagir e aprender uns com os outros.

O reconhecimento da intencionalidade educativa dos promotores dos eventos já os insere no quadro de possíveis objetos de interesse da História da Educação. No entanto, o foco do trabalho de Kuhlmann Jr. (2001) na representação da educação por meio de objetos e rituais que remetem ao cotidiano escolar não se opõe à compreensão da socialização como um processo mais amplo de adaptação do ser humano ao mundo social, conforme o pensamento de Setton (2008).

Dentre as pesquisas que apresentaram uma interlocução mais direta com a perspectiva de entendimento da Batalha das Flores como um espaço de aprendizagem estão os trabalhos produzidos por Victor Andrade Melo, individualmente e em coautoria (cf. Melo 2008; 2010; 2020; Melo; Karls, 2018; Marzano; Melo, 2010). Nessa produção, destacam-se os estudos que focalizam a dimensão educativa dos espaços de lazer e das atividades esportivas no Brasil, em geral, e no Rio de Janeiro, em particular, tendo como recorte temporal o período de transição entre os séculos XIX e XX.

Os trabalhos que investigam as ações educativas proporcionadas à população pela frequência de espaços de lazer se concentram, respectivamente: no parque de diversão instalado no Campo de Santana, no final do século XIX (cf. Melo, 2020); nas fábricas de cerveja localizadas na cidade do Rio de Janeiro, no mesmo período (cf. Melo; Karls, 2018); e nas diversas atividades de lazer praticadas no Rio de Janeiro entre 1830 e 1930 (cf. Marzano; Melo, 2010). Nesses trabalhos, as várias formas de frequência de espaços de lazer da cidade são compreendidas como atividades educativas.

Em síntese, argumenta-se que as atividades oferecidas para entretenimento, nos referidos espaços, remetiam à modernidade e à cultura europeia, além de demandarem dos frequentadores a adequação do comportamento aos ambientes civilizados que frequentavam, por meio de regras explícitas e implícitas que precisavam ser aprendidas por todos que lá estivessem (Melo, 2020; Melo; Karls, 2018; Marzano; Melo, 2010). Nesse prisma, a vigilância sobre o cumprimento da ética prevista para cada local, bem como a autorregulação dos impulsos (Elias, 1990), a cobrança de bilhetes de entrada e a exigência de vestimenta adequada para frequentar os espaços de lazer são percebidas, nos trabalhos em questão, como medidas de enquadramento dos costumes da população carioca na sociedade que se configurava no fim do século XIX, constituindo, portanto, importantes ações educativas por meio da socialização – assim como a Batalha das Flores.

Já os artigos concernentes a práticas esportivas – particularmente, o ciclismo e o automobilismo – investigam-nas como atividades voltadas ao desenvolvimento da vida pública no período de transição entre os séculos XIX e XX, no contexto brasileiro, em geral, e carioca, em particular (cf. Melo, 2008; 2010). Nesse cenário, o pesquisador enfatiza que as práticas esportivas em questão se utilizavam de objetos marcados pela inovação tecnológica, proporcionando a identificação de seus usuários como vanguardistas e portadores de pecúlio para possuí-los. Além disso, o autor destaca que, no período indicado, o automóvel foi rapidamente tomado como um símbolo da modernidade, especialmente em função da

associação entre a ideia de superação da natureza pela máquina, o domínio do conhecimento técnico necessário para o controle do aparelho, a velocidade atingida pelo veículo e a aceleração das mudanças sociais em curso (Melo, 2008, p. 188-189).

Tanto a bicicleta como o automóvel foram objetos de destaque na Batalha das Flores, pois eram os veículos utilizados no curso em que as elites exibiam seus costumes, a fim de que o público aprendesse como se comportar conforme as regras de sociabilidade propostas pelos ideais europeus de “civilização”. Ambos concorriam à premiação de “veículos mais enfeitados”, em categorias distintas, exibindo o “bom gosto” e o poder econômico de seus donos.

Com isso em vista, nota-se que as pesquisas desenvolvidas por Melo (2008; 2010), Melo e Karls (2018) e Marzano e Melo (2010) no campo da História da Educação abrem caminhos fecundos para as análises propostas nesta tese, voltadas à investigação dos processos de socialização em contextos de lazer e descontração como ações pedagógicas.

Desse modo, a articulação destas pesquisas aos outros trabalhos até aqui comentados, efetivamente, contribui para o entendimento da maneira pela qual os momentos de socialização proporcionados à população carioca pela Batalha das Flores promoviam uma exemplificação de comportamentos considerados “civilizados”, que poderiam levar à regulação das emoções em momentos festivos. Ao mesmo tempo, é importante observar que tais momentos também revelavam animosidades entre os diferentes grupos sociais que se encontravam na festa.

Para o melhor entendimento destes aspectos, o presente trabalho se embasa, sobretudo, nas obras *O processo civilizador*, de Norbert Elias (1990), e *Os estabelecidos e os outsiders*, de Norbert Elias e John L. Scotson (2000).

Elias (1990) aborda a condição humana, tal qual a compreendemos hoje, na sociedade ocidental, como uma construção que se estende no decurso de um longo processo histórico, rompendo com a ideia de natureza humana dada. Essa constituição gradual a que o autor se refere, acompanhando a noção de civilização (Elias, 1990, p. 13-14), adquiriu contornos próprios na história da cidade do Rio de Janeiro.

O termo civilização pode abarcar uma compreensão muito ampla sobre a forma como os grupos humanos vivem ou se organizam. De modo genérico, todas as formas de organização e produção humana podem ser consideradas civilizadas. No entanto, quando analisamos o conceito de civilização em seus atributos relacionais, percebemos que “ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’” (Elias, 1990, p. 23).

É com este significado, em particular, que a palavra civilização aparece recorrentemente no contexto em que a Batalha das Flores foi criada no Rio de Janeiro. Trata-se de um contexto fortemente marcado pelo desejo de aproximar a então capital do Brasil das sociedades ocidentais consideradas civilizadas. Todavia, dentro da cidade, havia tensões entre diferentes grupos em disputa por acesso a espaços de poder (Elias; Scotson, 2000), o que tornava a construção da imagem de cidade civilizada bastante complexa.

A fim de esclarecer a amplitude que a ideia de civilização pode adquirir, a passagem que se segue define o que significava “ser civilizado” no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX:

Enquadrar-se nos códigos burgueses de civilidade, associados a posturas pertinentes ao senso de individualidade, ao reconhecimento da legitimidade do espaço privado, ao autocontrole, e à percepção do espaço público como um espaço que deve ser utilizado a partir da observação a regras estabelecidas por lei (Azevedo, 2016, p. 190).

Ao longo do presente trabalho – em especial, na análise da Batalha das Flores em seu contexto gerador, ou seja, na gestão do prefeito Pereira Passos –, nos aprofundaremos no papel que a ideia de civilização adquire no direcionamento das ações políticas e, entre elas, na execução do evento. Com isso, observaremos a imbricada relação entre a ideia de civilização e o caráter educativo da festa.

Durante o período da grande reforma urbana, a cidade do Rio de Janeiro sofreu um impressionante aumento populacional, saltando dezoito vezes seu tamanho original entre 1800 e 1906¹⁰. Contudo, esse crescimento veio acompanhado de uma demanda por serviços urbanos básicos, como abastecimento de água, iluminação pública, transportes e tratamento de esgoto, entre outros. Como resposta, houve um crescimento proporcional do emprego da mão de obra de pessoas escravizadas no espaço urbano carioca no século XIX, considerada como solução para questões estruturais pelas autoridades públicas do período (Azevedo, 2016).

Além disso, nesse mesmo contexto, era marcante a figura dos chamados “negros de ganho” nas ruas da cidade (Azevedo, 2016; Chalhoub, 2006). Estes eram pessoas submetidas ao cativo que, sob a obrigação de pagar uma quantia determinada para seus proprietários, prestavam os mais diversificados serviços nas ruas da cidade, na esperança de que o pequeno excedente lhes daria acesso à compra da alforria. A possibilidade de circular pelas ruas da cidade, longe da vigilância constante dos senhores, lhes conferia uma autonomia relativa,

¹⁰ Para maiores detalhes a respeito da evolução demográfica da cidade do Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX, consultar o terceiro capítulo da obra *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*, de André Nunes de Azevedo (2016).

embora, paradoxalmente, a pressão econômica e as ameaças de violência fizessem com que o número de trabalhadores escravizados aos ganhos se tornasse uma das marcas da paisagem do Rio de Janeiro oitocentista. Somados e concorrentes, havia também um relevante contingente de pessoas livres ou libertas sem ocupação definida, vivendo da oferta diária de seus serviços¹¹ (Azevedo, 2016).

Se considerarmos que as mais diversas atividades relacionadas ao funcionamento do Rio de Janeiro oitocentista, dos serviços urbanos às tarefas domésticas, passando pelos transportes, comércio e muito mais, embasavam-se no trabalho de pessoas escravizadas, podemos pensar que a opção das elites imperiais por estruturar a economia da cidade na mão de obra de pessoas escravizadas fez com que a própria cidade se tornasse dependente do sistema escravista. Dessa dependência, adveio uma forma de ocupação do espaço baseada em uma dinâmica bastante informal, voltada para interesses privados que se expandiam pelo espaço público, em detrimento da conservação dos interesses de uso coletivo, gerando uma tolerância quanto à desregulamentação, a complacência da sociedade e a omissão do poder público.

Com a Proclamação da República, a sociedade carioca não alterou significativamente sua estratificação social, a despeito, obviamente, da recente abolição da escravidão. Afinal, esta não teve um caráter efetivamente emancipador até os dias atuais. Por um lado, os grupos populares permaneceram ocupando o espaço das ruas com seu trabalho de modo informal. Por outro lado, as elites que assumiram o controle da cidade com a República eram formadas por altos funcionários públicos da estrutura burocrática republicana e empresários, compondo uma crescente classe média que renovava a imagem da antiga Corte Imperial. Assim, qualquer pretensão de se reformular a cidade não poderia desconsiderar os modelos de interação construídos ao longo do século XIX.

É, justamente, pela necessidade de compreender esse contexto de modo mais sistemático que os já mencionados trabalhos de Elias (1990) e Elias e Scotson (2000) se destacam como um aporte teórico-metodológico fundamental para a presente pesquisa. De diferentes maneiras, são trabalhos que abrem caminhos profícuos para um entendimento mais abrangente do papel desempenhado pela Batalha das Flores como uma ação educativa, voltada ao desenvolvimento de costumes europeizados na cidade do Rio de Janeiro.

¹¹ Azevedo (2016) menciona que, no censo realizado no Rio de Janeiro em 1870, cerca de 35% dos homens livres são declarados sem ocupação definida. Já no censo de 1872, os portugueses passaram a representar 20,3% da população, e passam a fazer concorrência com escravizados ganhadores e homens pobres libes no mercado de trabalho.

Em *O processo civilizador*, Elias (1990) apresenta o longo processo sociogenético e psicogenético de desenvolvimento e estruturação emocional do controle dos instintos humanos em compasso com as transformações da própria sociedade ocidental. Assim, o autor nos auxilia na compreensão da tentativa de implementação dos ideais de civilização propostos para a cidade do Rio de Janeiro, dos quais a Batalha das Flores deveria ser expressão.

Já em *Os estabelecidos e os outsiders*, Elias e Scotson (2000) elaboram uma pesquisa etnográfica sobre uma pequena comunidade operária inglesa, em meados do século XX, identificada sob o nome fictício de Winston Parva. Os autores observam que, a despeito das pequenas diferenças econômicas, o grupo que ocupava a região há mais tempo, chamado de “estabelecidos”, organizava-se de modo mais coeso em relação aos vizinhos recém-chegados. Além disso, os pesquisadores destacam que as pessoas “estabelecidas” na comunidade estudada nutriam um orgulho profundo sobre seu modo de vida, o que funcionava, por um lado, como regulação do comportamento dos membros do próprio grupo, e, por outro, como justificativa para o desmerecimento e a exclusão dos que desviavam desse padrão.

Assim, os “estabelecidos” estudados por Elias e Scotson (2000) restringiam os contatos com os recém-chegados à superficialidade, circunscrevendo a ocupação dos espaços de poder aos habitantes mais antigos da região. Como forma de protegerem-se, os “estabelecidos” criavam uma rede de fofocas transmitidas pelos estreitos laços de sua comunidade, pela qual enalteciam os valores do próprio grupo, buscando generalizar os predicados dos “notáveis” sobre todos os membros. Por outro lado, os “estabelecidos” operavam de modo inverso em relação àqueles que consideravam “vizinhos ameaçadores” e forasteiros, ou *outsiders*. Sobre estes, aqueles faziam circular uma ampla rede de calúnias, pela qual os comportamentos inapropriados, ou excepcionais, de algumas famílias que viviam na área de ocupação mais recente, eram atribuídos a todos os moradores desta área.

Diante disso, os recém-chegados – oriundos de diversas regiões, com pouco contato entre si e diferentes modos de vida – não conseguiam se articular de modo a fortalecer a própria comunidade e fazer frente ao estigma criado sobre seu grupo. Dessa forma, a má fama, que tomava o mau comportamento de poucos como padrão de todo o grupo, era aceita até mesmo pelos moradores da parte discriminada da vizinhança.

Em seu trabalho, Elias e Scotson (2000) notam que os conflitos desenrolados na pequena comunidade de Winston Parva se apresentavam, em uma escala reduzida, de maneira semelhante a problemas observáveis no desenvolvimento de grupos sociais mais amplos, como uma cidade ou, até mesmo, um país. Isto é, na visão dos autores, este caso específico apresenta

padrões de reações decorrentes de interações sociais em contextos completamente distintos. No que tange à Batalha das Flores, interessa-nos, especificamente, o entendimento que os pesquisadores propõem sobre os processos de exclusão e estigmatização provocados pela concentração dos postos de poder entre os “estabelecidos”, em função de suas relações extremamente estreitas e desiguais.

Além disso, as condições em que o trabalho de Elias e Scotson (2000) foi produzido também se destacam como um fator relevante para a apreciação dessa obra. Os autores conduziram a pesquisa que deu origem ao livro *Os estabelecidos e os outsiders* praticamente sozinhos, sem contar com financiamentos institucionais. Segundo os pesquisadores, este fato lhes concedeu uma relativa flexibilidade em relação a ideias preconcebidas, calendários fixos ou problemas de pesquisa predeterminados (Elias; Scotson, 2000, p. 16).

Essas informações se tornam ainda mais relevantes ao levarmos em conta que, enquanto desenvolveram o estudo em questão, Scotson trabalhava em uma escola local, ao passo que Elias trabalhava em um Programa de Jovens e Adultos da região. Ou seja: os autores conciliaram a elaboração da pesquisa com outras atividades profissionais, assim como tantos pesquisadores de programas de pós-graduação brasileiros atuais. Contudo, ainda que nossos estudantes desenvolvam investigações de excelência em condições semelhantes, o fato de trabalharem concomitantemente aos estudos, algumas vezes, é apontado como um fator que comprometeria a qualidade das pesquisas. Porém, na investigação de Elias e Scotson (2000) em pauta, essa conciliação resultou em uma obra referencial sobre disputas de poder, cujas discussões não se limitam ao plano puramente teórico, mas, em vez disso, expandem-se por meio de valiosas demonstrações empíricas dos conceitos discutidos, propondo uma inovação metodológica profícua no formato de apresentação de resultados, ao qual me reportarei diversas vezes ao examinar a Batalha das Flores.

Durante o estranhamento provocado pelo cotidiano da pesquisa, Marc Bloch (2002) ainda soprava algo em meu ouvido. Ele me dizia que há uma relação processual entre, por um lado, a história do Rio de Janeiro, desenvolvida como uma sociedade desigual e excludente, deixando marcas indeléveis na cidade, e, por outro, o contraste entre a paisagem do Campo de Santana e os ocupantes vitimados pela crise. No entanto, entre as estruturas escravistas coloniais que criaram as bases da desigualdade social e a visão idílica do jardim, estava a Batalha das Flores, contextualizada pelo desejo de modernidade do início do século XX. Isto é, nesta sequência de tempo, no aparente *continuum* histórico, cabem enormes contradições e rupturas.

No caso em tela, o lapso inclusivo¹² provocado pelo desejo de educar a população segundo os parâmetros culturais em voga no mundo ocidental para o período se apresentou como um problema a ser desvendado. Ou, nas palavras de Bloch:

Ora, esse tempo verdadeiro é, por natureza, um *continuum*. É também perpétua mudança. Da antítese desses dois atributos provêm os grandes problemas da pesquisa histórica. Acima de qualquer outro, aquele que questiona até a razão de ser de nossos trabalhos (Bloch, 2002, p. 55).

Pode soar estranho que o estopim de uma pesquisa voltada para o passado seja uma situação vivida pela própria historiadora na contemporaneidade. Contudo, no descompasso entre as pessoas comendo com as mãos e o jardim, formulei a seguinte questão: em que medida a proposta de contenção das emoções (Elias, 1990) difundida pela República, expressa de várias maneiras, sendo uma delas a Batalha das Flores, encontrou dificuldades de execução? Ampliando a formulação da pergunta para uma reflexão a respeito do objetivo do ofício do historiador, compreendo o sopro de Marc Bloch em meu ouvido: é preciso conhecer o passado pelo presente e o presente pelo passado (Bloch, 2002).

A hipótese preliminar desenvolvida na pesquisa relaciona o exercício de jogar pétalas de flores ao desejo de substituição do entrudo, brinquete carnavalesco de origem portuguesa considerado um costume bárbaro para o século XX que se iniciava. Praticado por todos os grupos sociais desde o século XVI, o entrudo consistia em surpreender as pessoas com o lançamento de líquidos (algumas vezes contendo sujidades), pós e outros objetos. O entrudo doméstico, praticado pelas famílias na privacidade dos lares, era tolerado. No entanto, o entrudo cultivado nas ruas pelas camadas populares, que expunha qualquer pessoa às molhadelas, tornou-se objeto de uma dura campanha ao longo do século XIX, sem, contudo, promover o recrudescimento de sua prática (cf. Monteiro, 2010). Nem mesmo a postura municipal publicada em 30 de janeiro de 1891, como mais uma das muitas investidas contra o entrudo, conteve o renascimento do brinquete nos primeiros anos do século XX.

A popularidade do entrudo conviveu com seu controverso *status* de brincadeira proibida desde o século XVI até o XX, apontando, com isso, para a necessidade de controle que advém, somente, de práticas vivas e resilientes. Vieira Fazenda (1921) anotou que, nos anos de 1612,

¹² A expressão “lapso inclusivo” deve ser analisada com muito cuidado, uma vez que o projeto civilizador proposto para cidade do Rio de Janeiro pressupunha o enquadramento do comportamento de seus habitantes para, somente então, reconhecer sua pertença. Em outras palavras, a cidade moderna incluía apenas pares de seus idealizadores, ou por terem se formado no ambiente cultural que os alfabetizava na linguagem necessária para transitar e se comunicar entre os “civilizados”, ou por terem aderido a ela tardiamente (o que acarretava, em alguns casos, inadequações, provavelmente percebidas pelo grupo, criando resistências).

1686, 1691, 1784 e 1818, o entrudo foi alvo de proibições por meio de alvarás e portarias, várias vezes reeditadas ao longo do Império.

Após essa breve apresentação do entrudo, torna-se mais compreensível que a proposta modernizadora dos hábitos cariocas tenha sido operada por meio de uma pedagogia da festa, da qual fez parte a criação da Batalha das Flores. Essa ideia estava bastante circunstanciada. Primeiramente, ela foi posta em prática num momento em que toda a cidade estava sendo transformada, com base em padrões estéticos e culturais europeus. No entanto, é importante observar que as reformas urbanísticas executadas durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906) tinham como propósito realizar uma mudança para além do espaço urbano. A transformação voltava-se para a dinâmica da cidade, sendo o espaço um mediador para apreensão dos novos conhecimentos e comportamentos. Seu objetivo seria atingido no decurso de um tempo mais longo, isto é, conforme os hábitos dos homens e mulheres que habitavam a cidade fossem convertidos em resposta à condução por uma nova configuração espacial. Nessa perspectiva, a própria cidade ensinaria hábitos higiênicos, modernos e civilizados à população. Portanto, estamos aqui tratando de um período em que a cidade se propôs a assumir novas formas e práticas (inclusive, festivas), para, com elas, promover novas condutas entre seus habitantes.

Desse modo, esta tese de doutorado tem como objetivo analisar a Batalha das Flores promovida pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro como uma das diversas medidas educativas relacionadas às reformas urbanas do início do século XX, sobretudo a executada por Pereira Passos. As perguntas que conduzem a pesquisa são estas: quais eram as principais práticas carnavalescas da cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, que despertaram o desejo de transformação nas elites dirigentes? Quais práticas carnavalescas eram toleradas e quais eram repudiadas pela ideia de modernidade desejada por grupos do Rio de Janeiro que se consideravam civilizados? De que maneira a Batalha das Flores pretendia introduzir novas maneiras de celebrar entre a população? Quais fatores contribuíram para que a festa tivesse uma trajetória de apenas sete anos?

Para a compreensão do processo de formulação dessas questões, é preciso revisitarmos as transformações pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passou na transição entre os séculos XIX e XX. Nesse período, os costumes de parte da população carioca eram vistos como responsáveis pelo estado de insalubridade que, então, caracterizava a cidade, por serem considerados hábitos bárbaros e anti-higiênicos.

A partir de 1903, o presidente Rodrigues Alves leva ao extremo o plano de embelezar a cidade para torná-la apta a receber estrangeiros e investimentos, e nomeia para cargos estratégicos o engenheiro Pereira Passos, como prefeito, e Oswaldo Cruz, no cargo de Diretor Geral da Saúde Pública. O último comandou uma verdadeira cruzada sanitária que atinge em cheio os modos de viver da população mais pobre, isto é, as possibilidades de existência oferecidas por sua condição econômica. Sentindo-se desrespeitada pelos abusos cometidos pelo Estado republicano, parte dos cariocas se levantou na Revolta da Vacina (Sevcenko, 2018). Esta contou também com a participação de outros segmentos, como militares e operários; no entanto, não é objetivo desta pesquisa avaliá-los.

Entusiastas da técnica, Oswaldo Cruz e Pereira Passos trabalharam de modo estritamente orientado pela ciência da época, afastando-se da política. Aliás, este foi o argumento utilizado por Passos durante o pedido de fechamento da Câmara, como condição para levar a cabo seu projeto de cidade higiênica e elegante, inspirada na Paris reformada por Haussman.

Quando a Reforma Passos intensificou os esforços na tentativa de “civilizar” o Rio de Janeiro, já encontrou o Campo de Santana ajardinado por Glaziou. Esvaziado da possibilidade de interação popular – promovida na colônia e incentivada pela monarquia –, a concentração popular passa, neste período, a ser avaliada como potencialmente tumultuosa. Ao disciplinar o espaço, remodelá-lo de natureza, o paisagista colabora para o início da trajetória de modernização da região, com o princípio das obras em 1860.

É preciso lembrar a importância da estação ferroviária D. Pedro II, também conhecida como Estação do Campo, e sua visceral ligação com o principal porto do Brasil. Ora, o Campo de Santana funcionava como uma espécie de sala de embarque, de modo que deveria apresentar condições condizentes com a relevância econômica do binômio infraestrutura ferroviária/porto¹³.

¹³ Para Milton Santos, as infraestruturas constituem as estruturas físicas planejadas por indivíduos, instituições e firmas, que nos fazem reconhecer “o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casa, plantações, caminhos etc.” (Santos, 2008, p. 17). Com isso em vista, o interesse do presente trabalho em tratar da infraestrutura instalada no entorno do Campo de Santana advém da intencionalidade modernizadora contida nas intervenções efetuadas neste espaço, entre as quais se inclui a festa Batalha das Flores, com sua proposta pedagógica para os trabalhadores da região.

Figura 2 – Proximidade entre o Campo de Santana e o Porto do Rio de Janeiro



Legenda: Imagem dimensionando a distância entre o Campo de Santana e o Porto do Rio de Janeiro, data não identificada.

Fonte: Acervo AGCRJ, [s. d.].

As reformas fomentaram várias interferências nas ruas do Rio de Janeiro com o objetivo de adequá-las à modernidade, ultrapassando as transformações físicas da cidade. A renomeação de várias praças, ruas e travessas, em 1890, claramente, teve o intuito de apagar da memória da cidade qualquer alusão à barbárie do Império escravista que se fizesse presente em homenagens a episódios históricos ou personalidades relevantes do período imperial, substituindo-os por novos nomes de sentido equivalente, mas ligados à República recentemente instaurada.

No entanto, no início do século XX, o advento das reformas urbanas fez com que uma parcela dos habitantes da cidade sofresse mais diretamente com a crise habitacional. As demolições necessárias para a abertura de novas ruas ou para o alargamento das vias existentes provocaram um déficit de habitações populares no Centro da cidade, que, na ocasião, já era superpopuloso. Diante disso, os imóveis disponíveis que restaram no mercado se tornaram objeto de especulação, sendo ofertados por aluguéis cada vez mais altos, para números maiores de inquilinos e em condições higiênicas cada vez mais precárias.

Para o grupo de trabalhadores formado pelos recentes egressos da escravidão, somados aos pobres livres, que precisavam estar no Centro diariamente para ofertar seus serviços, a

opção de viver nos subúrbios não era viável economicamente, sobretudo em função do custo dos transportes. Ao mesmo tempo, as atividades laborativas desse grupo eram exatamente aquelas que, segundo os articulistas da modernidade, conferiam má aparência à cidade, de modo que seu controle representaria um notável incremento às estratégias adotadas para “apurar” a postura da população. Segundo Benchimol,

Fosse com a intenção de banir da cidade que “civilizava” modalidades de comércio ambulante, pequenos ofícios e meios “arcaicos” de distribuição e transporte, fosse apenas com a intenção de descarregar parte do ônus da reconstrução da cidade nos segmentos mais vulneráveis da população, o fato é que Pereira Passos usou, com todo o rigor, a sua máquina repressiva e fiscal contra os vendedores ambulantes e todos aqueles “autônomos”, para os quais o pagamento de licenças ou multas representavam, muitas vezes, um encargo insustentável (Benchimol, 1992, p. 281).

É nessa conjuntura que a criação da Batalha das Flores deve ser compreendida como um, entre tantos esforços que a República vinha realizando no sentido de sanear a cidade, alterar sua forma, expandi-la, torná-la comercializável e, para tanto, educar sua população. Portanto, fazia sentido que o espaço do Campo de Santana, já fisicamente ajustado aos propósitos do governo desde o final do século XIX, servisse como ambiente de aprendizagem, cenário para a festa que educaria a população mais pobre da cidade, constantemente responsabilizada pelo atraso do país. Situado no coração da Pequena África, o parque convergia todos os valores e comportamentos antagônicos à modernidade europeia, isto é: os corpos que por ali circulavam carregavam uma memória muito recente do cativo, em especial da resistência a ele, e operavam segundo códigos culturais africanos.

Em sua pesquisa sobre o projeto de modernização implementado por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, Benchimol (1992) apresenta as medidas de renovação urbana que, no começo do século XX, não apenas atuaram pedagogicamente sobre o aspecto comportamental dos cariocas, mas também desarticularam a economia popular, abrindo espaço para o grande capital. O autor desenvolve uma importante reflexão em torno dessas medidas, na qual demonstra que as motivações para as reformas urbanas e comportamentais do período se assentavam em

Representações ideológicas da população, num discurso moralizador e autoritário ao extremo, segundo o qual o Estado, atuando discricionariamente, devia atuar reformando os hábitos e a mentalidade dos homens “rudes do povo”. A princípio se enaltece sua docilidade [...]. Depois da eclosão da Revolta da Vacina [...] o discurso oficial passou, então, a atacar o caráter “indisciplinado” e a “incultura mental congênita” da população carioca (Benchimol, 1992, p. 285).

As transformações espaciais engendradas por meio do paisagismo, da estação ferroviária, da Prefeitura e da Escola Normal, entre outros elementos, foram paulatinamente cercando os frequentadores da região, cujos hábitos construídos ao longo de 300 anos de colonização e escravidão não conseguiam acompanhar a velocidade da reforma imputada pelo anseio por modernizar a cidade. Assim, a utilização de um lugar já tradicionalmente ocupado por festas e celebrações, e frequentado cotidianamente pela população mais pobre¹⁴, como ambiente para uma releitura brasileira do popularíssimo carnaval da cidade francesa de Nice demandaria menores esforços no sentido de alterar as condutas, com a promoção, pela Prefeitura, de uma festa que apresentasse aos frequentadores novas formas de brincar e se comportar no espaço urbano.

Como já mencionado, a pesquisa em tela se orienta pelo conceito de “processo civilizador”, desenvolvido por Norbert Elias (1990). O trabalho do autor acompanha as transformações do comportamento social humano no contexto da Europa medieval, ao passar por um refinamento que se inicia com um controle externo e, conforme as relações sociais dos indivíduos complexificam-se, internaliza-se e desenvolve a autorregulação. Naturalmente, há diferenças contextuais significativas entre a situação analisada por Elias e o Rio de Janeiro do início do século XX. Entretanto, mais importantes que as diferenças são as semelhanças entre os dois processos, que permitem trabalhar analogicamente com o conceito de Elias (1990) como categoria de análise.

De acordo com o autor, na configuração inicial do processo civilizador da Europa medieval, a divisão das funções era pequena, conferindo instabilidade às instituições, que se tornavam constantemente sujeitas à desintegração. Com o desenrolar do processo civilizador estudado, os mecanismos feudais paulatinamente foram substituídos por novas instituições, decorrentes do monopólio da força física pelo Estado.

A estabilização do controle exclusivo da força pelo Estado – por meio de um sistema tributário unificado, capaz de financiar o aparato da violência – intensificou de tal maneira a regulação do comportamento dos indivíduos que esta regulação se internalizou. Assim, as limitações antes impostas se tornaram refreamentos regulados por um autocontrole individual tão intenso a ponto de ser apresentar como uma “segunda natureza humana”.

¹⁴ Especialmente, pessoas negras, judeus, ciganos e o grande contingente de imigrantes portugueses recebidos no Rio de Janeiro no início do século XX, além de tantos outros grupos cuja presença causava desconforto às elites cariocas da época.

Para relacionar até aqui foi exposto com os objetivos do presente trabalho, podemos nos perguntar: de que modo o processo histórico estudado por Elias (1990) pode nos ajudar a compreender a configuração da Batalha das Flores como uma festa de caráter pedagógico?

Ao longo da colonização e do Império, a escravidão foi a instituição basilar da sociedade brasileira. Nela, o uso da força era exercido, sobretudo, pelos senhores sobre as pessoas escravizadas, juridicamente classificadas como propriedade. Embora houvesse certa dose de intervenção do Estado nas relações escravistas, as ações orientavam-se frequentemente no sentido de manter a ordem social, a fim de evitar levantes e manter a propriedade privada. Contudo, a abolição e a mudanças de regime político proporcionadas pela Proclamação da República reconfiguraram as relações. A massa de libertos se tornou ainda mais ameaçadora para as elites do que durante a vigência da escravidão, pois deixou de estar sob a vigilância próxima dos antigos senhores. Dali para a frente, todos passaram a ser cidadãos do ponto de vista jurídico; e a responsabilidade de educar a população para viabilizar a entrada do Brasil na modernidade caberia exclusivamente ao Estado. Nesse contexto, os caminhos pelos quais o projeto de modernização foi executado passaram pelo uso da força simbólica, por meio do discurso, e da força física, pela imposição das ações modernizantes. Como exemplo, na história do Rio de Janeiro, é emblemática a campanha sanitária de combate às epidemias, cujas ações autoritárias culminaram na Revolta da Vacina, em 1904 (cf. Sevcenko, 2018).

Entretanto, nem todas as ações modernizantes – “civilizadoras” – passaram exclusivamente pelo uso ostensivo da força. Muito do potencial educativo dos processos de socialização eram mediados pelo constrangimento. Elias (1990) destaca a vergonha, sentimento subjetivo modulado pela interação social, como um importante ingrediente no desenvolvimento do autocontrole necessário ao processo civilizador ocidental. Pensando a Batalha das Flores como um evento que contou com uma ampla campanha na imprensa para enaltecer a distinção da festa, associando-a à ideia de “fina flor” da sociedade carioca, detentora dos modos mais delicados apreendidos pelas elites em viagens à Europa, em contraposição à rudeza dos jogos do entrudo, podemos inferir que o código de conduta da festa provocasse novos comportamentos por meio do mecanismo de intimidação diante da vigilância dos convivas, culminando na implementação de novos padrões de conduta.

Era necessário formar novas subjetividades, pois, na perspectiva dos dirigentes da cidade, as mulheres e os homens que receberam a liberdade não estariam habituados a ela, portanto, não saberiam lidar com a cidadania. O impasse colocado pela igualdade proposta pela Constituição republicana promulgada no pós-abolição deveria ser superado por uma educação

que minimizasse as tensões, disseminando uma perspectiva racionalizadora que impusesse aos sujeitos a autorregulação. Nesse contexto, aqueles que não conseguiam interiorizar as normas eram enquadrados como transgressores e desviantes. Uma importante estratégia para educar as pessoas ao afetá-las pela convivência foi a promoção da educação estética das sensibilidades, na qual

o despertar para a civilidade não se faria apenas com a abertura de escolas, mas com uma educação estética que envolvesse habilidades manuais, a educação das mulheres para o lar, o contato com a literatura brasileira, os cantos, a dança, presentes no cotidiano das salas de aula, nas festas escolares, nas *festas da cidade*, bem como no estilo neoclássico das grandes edificações, da escola e da cidade (Veiga, 2016, p. 407, grifo meu).

Porém, a escola pública carioca, diluída em instituições isoladas e dispersas, encontrou dificuldades para se modernizar no contexto urbano da primeira década do século XX (Nunes, 1996), deixando uma lacuna para que outros canais fossem utilizados como vetores da civilização. Mesmo quando assume um papel protagonista na modernização da cidade a partir dos anos 1920, paralelamente, conviveu com a incessante agência das interações não escolares, que provocavam aprendizagens significativas em processos de imersão vivenciados na cidade. Ademais, como vimos, uma cidade não é feita apenas de prédios e vias urbanas; no processo civilizador do Rio de Janeiro do começo do século XX, havia corpos que, na perspectiva dos dirigentes da cidade, precisavam ser disciplinados e educados, hábitos que deviam ser modernizados – pois era este o objetivo final da remodelação espacial, como nos advertem os pesquisadores José Cláudio Sooma Silva, Irma Rizzini e Maria de Lourdes Silva:

Embora a harmonização, organicidade e disciplinamento do ambiente urbano demandassem ainda certo tempo para serem efetivados, a aposta incidia em que a incorporação de diferentes códigos de conduta e regras de sociabilidades já fosse, o quanto antes, pulverizada pelo cotidiano (Silva; Rizzini; Silva, 2012, p. 207).

A escola pública, em constante troca com a sociedade, foi também abarcada pelo processo civilizador: aprendeu com os saberes pulverizados no cotidiano da cidade, especialmente em momentos festivos, a exemplo da Batalha das Flores, assim como tão logo apropriou-se das festas, adaptando-as à sua própria realidade. As sensibilidades deveriam ser acionadas como canais de aprendizagem, dentro de um quadro social tão diversificado quanto o que se apresentou ao regime republicano, conforme nos esclarece Cynthia Veiga:

Foi no contexto de apreensões de toda ordem que se instaurou o debate educacional voltado para a necessidade de formação de um novo homem, para a definição do que deveria ser o cidadão. Nas constituições republicanas colocava-se um difícil problema a ser equacionado – “todos são iguais perante a lei”. Na abstração dos sujeitos sociais

esteve apenas uma resolução parcial do problema, entretanto foi necessário enfrentar concretamente as diferenças. Dentre as várias estratégias constituídas para isso, esteve a difusão da educação estética das populações presente nos conteúdos escolares, na organização do espaço urbano e escolar e na rotinização de acontecimentos promovedores de emoção estética, as festas escolares e as festas dos escolares na cidade, presentes nas primeiras décadas republicanas. O objetivo era dar visibilidade à modernidade, concretizar no espaço urbano novas atitudes e valores – a elegância, os bons costumes, o patriotismo, a civilidade [...] (Veiga, 2016, p. 400).

Desse modo, havia em toda a cidade um engajamento no sentido de reprimir as usanças associadas à barbárie colonial e promover práticas apropriadas à configuração espacial moderna, veículo do processo civilizador carioca.

No início da República, como o fim do padroado, as ordens religiosas se incumbiram da oferta de boa parcela dos serviços educacionais, com especial atenção às escolas secundárias que atendiam os filhos das elites agrárias, preparando-os para assumirem o papel de elite intelectual da nação, capaz de dialogar com as ideias científicas que vinham da Europa, bem como para ingressar nas escolas superiores de Direto, Medicina e Politécnica, que lhes garantiriam posições políticas estratégicas, capazes de decidir os rumos do regime que começava a caminhar (Nunes, 1996).

Essas instituições se esforçaram para marcar e alterar a paisagem por meio dos edifícios escolares, que tiveram um papel relevante na construção da memória social da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a análise de Leonardi (2019), tais edifícios funcionaram como lugares de memória (Nora, 1993), isto é, suportes materiais para a temporalidade, concentradores de lembranças que contribuíram para a manutenção da memória coletiva (Halbwachs, 2004), compreendida como dependente do entorno social no qual estamos inseridos e que constantemente se alimenta das lembranças do grupo que a produz para manter-se coletivamente.

As escolas religiosas instaladas em prédios que representavam marcos referencias na paisagem por sua monumentalidade, surgidas no contexto das reformas urbanas do início do século XX, podem ser compreendidas como parte de um processo educativo amplificado que inclui o espaço da cidade, as festas e as instituições escolares, pois:

A organização e a gestão do espaço podem ou não favorecer a criação e a ampliação do grau de consciência dos indivíduos. O sujeito nasce em um espaço que é também simbólico, que ele não ajudou a criar e cuja história não conhece. Portanto, a memória social ou coletiva contribui para a formação/educação do cidadão. Não só a partir de seus currículos os colégios educam, socializam, formam. Como monumentos, eles também instruem, estimulam a visão, a emoção e a memória (Leonardi, 2019, p. 155).

Nesse sentido, há muitas semelhanças entre a imersão cognitiva provocada pela grandiloquência comunicativa dos edifícios e a polissemia imersiva das festas, capaz de ensinar em momentos de lazer, quando o sujeito, muitas vezes, não percebe sua intencionalidade pedagógica.

Diante disso, esta tese divide-se em quatro capítulos que buscam apresentar a festa pedagógica dentro do contexto das reformas urbanas, explorando sua complexidade. No primeiro capítulo, chamado “O processo civilizador carioca avança sobre a dor e a delícia de ‘ser o que é’ – o desafio da cidade real”, a Batalha das Flores é apresentada ao leitor como um dos meios empregados para que o processo civilizador em curso no Rio de Janeiro progredisse. Diferentes estágios de desenvolvimento são verificados pela observação dos hábitos da população relatados nas fontes, revelando um latente desejo de modernização da sociedade por parte das elites políticas e econômicas. Estas vislumbravam para si o estabelecimento de uma sociedade inspirada nos moldes da civilização europeia, considerada a mais elevada de todas.

O segundo capítulo, “As cidades e as festas – o carnaval e a tensão provocada pelos encontros”, apresenta um panorama das diversas expressões do carnaval popular e sua resposta aos avanços da modernidade e dos ideais de civilização. Neste ponto, são investigadas as celebrações do carnaval popular – em especial, o entrudo – que provocavam desconforto nos grupos caudatários da cultura europeia, bem como as adaptações que essas celebrações realizaram a fim de se acomodarem, para que as práticas culturais que as informam continuassem existindo. Adiante, o capítulo aborda o surgimento da Batalha das Flores como uma festa pedagógica, fruto das intenções educativas da reforma urbana promovida pela Prefeitura durante a gestão de Francisco Pereira Passos.

A dinâmica da festa é focalizada no terceiro capítulo, intitulado “Queixo-me às rosas, mas que bobagem! As rosas não falam – a festa como oportunidade para exibição das elites”. O capítulo apresenta a proposta traçada pela organização da Batalha das Flores, de trazer convidados e organizar atividades que orientassem as pessoas que frequentavam a festa a adotarem atitudes mais moderadas. Contudo, o formato da batalha em corso, com desfile de veículos enfeitados jogando flores naturais uns sobre os outros e concorrendo ao título de mais belos proporcionava poucas oportunidades de interação entre os sujeitos, além da observação ou lançamento de flores naturais. Diante disso, entre as sete edições da festa, são analisadas quais foram as formas de participar da brincadeira encontradas pelo público, e quais foram os fatores que contribuíram para que a Batalha das Flores tivesse uma trajetória tão efêmera.

No quarto capítulo, intitulado “Aos amigos, todas as flores do mundo”, são analisadas as estreitas relações entre os sujeitos participantes da Batalha das Flores, nas respectivas posições de organizadores do evento e participantes do concurso que premiava os veículos mais belamente enfeitados. Ao acompanhar os caminhos percorridos pelos sujeitos que se encontravam reunidos para brincar a Batalha das Flores, assim como ao observar as inclinações que marcavam a escolha da premiação do concurso, o capítulo elucida os movimentos realizados pelas elites cariocas para evitar que sujeitos originários de outros grupos sociais tivessem sua participação e legitimidade reconhecidas diante do público.

Por último, o trabalho se encaminha para as considerações finais, apresentando o apanhado das ideias mais relevantes construídas ao longo da tese, por meio do exame das fontes escritas, imagéticas e bibliográficas, que possam contribuir para a historiografia da educação.

1 O PROCESSO CIVILIZADOR CARIOCA AVANÇA SOBRE A DOR E A DELÍCIA DE “SER O QUE É”: O DESAFIO DA CIDADE REAL

Este capítulo aborda as relações entre a Batalha das Flores, as reformas urbanas sofridas pela cidade do Rio de Janeiro no início do século XX e as brincadeiras carnavalescas com as quais a Batalha das Flores concorria. Ao me deter na relação entre o espaço e a festa, busco compreender a capacidade de ambos colaborarem com o avanço do “processo civilizador” (Elias, 1990) que toma a forma, sobretudo, de um processo educativo, uma vez que

a nova elite que se constitui nesses espaços coloniais, desenvolverá, na longa duração, processos pedagógicos de integração dessas populações submetidas, inclusive na construção legal de comportamentos e práticas integrativas desejáveis (Gebara, 2009, p. 19).

Na virada do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro passa por um momento peculiar de tentativa de ajuste da população local aos padrões estéticos e sociais europeus. Nesse período, foi realizado um conjunto de ações voltadas a modernizar a urbe carioca.

No âmbito nacional, o país pretendia se apresentar como o vultoso exportador de café que vinha se formando ao longo do século XIX, a fim de disputar um lugar no concerto das grandes nações. A transição lenta e gradual representada pela troca da mão de obra conduziu a introdução do Brasil no sistema capitalista, provocando mudanças internas de cunho político e social como decorrência do deslocamento da estrutura econômica.

As transformações passaram também pelo campo político, com o fim do longo Império do Brasil e a Proclamação da República. Ao mesmo tempo, não devemos esperar que a transição de regime tenha ocorrido com uma mudança abrupta, conforme a expressão “proclamação” pode sugerir. O projeto republicano começou a ser gerido na década de 1860, quase trinta anos antes da Proclamação, e passou, ainda, pela publicação do Manifesto Republicano em 1870.

Na mesma década, a Guerra do Paraguai serviu para deslocar o apoio político das elites, devido ao seu custo elevado e à participação dos cativos, o que colaborou ainda mais para a desarticulação da escravidão. O retorno dos militares vitoriosos que tiveram contato com as ideias republicanas na região platina, sobretudo os de baixa patente, sentindo-se desvalorizados,

engrossou a sensação de responsabilidade pelo “salto para o progresso”, difundido entre o grupo pelas ideias positivistas¹⁵.

A descentralização possibilitada pelo princípio federalista, associada à perspectiva evolucionista positivista, agradava as elites agrárias que, prontamente, instrumentalizaram o ideário político aos seus interesses econômicos. Em especial, os cafeicultores do emergente Oeste Paulista, responsáveis por 60% das exportações de café, estavam interessados na autonomia que o novo regime poderia lhes proporcionar.

Com a formalização do processo de abolição da escravidão em 1888, sem indenização para libertos, tampouco para ex-proprietários, muitos antigos senhores insatisfeitos aderiram de imediato à causa republicana. E não tardou para que esse cenário culminasse no golpe de 15 de novembro, num Campo de Santana com poucos aderentes, embora seja indispensável lembrar que este jamais foi um movimento de massas.

Rodrigues Alves assumiu a presidência em 1902, em um período de relativa estabilidade política. Seu antecessor, Campos Sales havia conseguido acalmar os ânimos das oligarquias estaduais, com a política dos governadores centrada na autonomia dos estados e na recuperação do preço do café no mercado internacional. Com o auxílio valoroso do Ministro da Fazenda Joaquim Murinho, a economia foi equilibrada com o enxugamento das despesas públicas, que permitiu a contratação de novos empréstimos para as obras da Capital brasileira (Benchimol, 1992). Como consequência, o mercado brasileiro foi se tornando novamente atraente aos capitais estrangeiros, enquanto a população encarava a crise e o desemprego (Rocha, 1986). Nas palavras de Sevcenko:

O processo de pacificação das lutas intestinas e o saneamento da crise financeira – internamente quanto às distorções do Encilhamento e externamente pela renegociação da dívida – recuperou o verniz da credibilidade e não só restaurou, como ainda ampliou os nexos com a rede cosmopolita. A “política dos governadores”, ao diluir as tensões permanentes das “vinte tiranias”, impôs também um controle central efetivo e estabilizador sobre o conjunto do território, garantindo os fluxos de recursos do exterior e interior do país (Sevcenko, 2003, p. 68-69).

Neste ensejo político, o novo presidente em exercício cogitou o nome de Francisco Pereira Passos para assumir a Prefeitura do Rio de Janeiro, por seu histórico como engenheiro tecnicamente capacitado desde os tempos do Império, quando realizara obras importantes. Passos era um homem conhecido por seu trabalho, formação e conhecimento da cidade em que

¹⁵ Doutrina de origem francesa baseada no cientificismo que circulou, principalmente, na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, instituição responsável pela formação dos engenheiros militares, na qual Benjamin Constant, figura chave na articulação da República, foi professor de matemática.

vivia há 50 anos. Para aceitar o cargo e implementar as reformas consideradas fundamentais para o município, exigiu “modificações na legislação vigente. Acreditava Passos que os problemas políticos da Prefeitura se resolveriam com o fechamento de Câmara. O engenheiro também fazia questão de se colocar acima das questões políticas [...]” (Rocha, 1986, p. 57).

Nomeado como alcaide pelo presidente Rodrigues Alves em 1903, Francisco Pereira Passos teve sua passagem pela Prefeitura do Rio de Janeiro marcada pelo conjunto de intervenções urbanas que contribuíram para a transformação física do Centro da cidade. De forma geral, tais intervenções tinham como propósito aproximá-lo da civilização europeia por meio da arquitetura e, com isso, educar os costumes da população local.

Simultaneamente, outra reforma, conduzida pelo governo federal, voltou-se para intervenções que impactassem os aspectos econômicos, como a modernização do porto, o programa de saneamento e combate às epidemias e o prolongamento do canal do mangue. De modo complementar ao novo sistema de operação do porto, três importantes avenidas foram abertas para facilitar a circulação das mercadorias pela cidade: a Avenida do Cais (atual Rodrigues Alves), a Avenida do Mangue (atual Francisco Bicalho) e a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco).

Sob a batuta de Lauro Muller e Francisco Bicalho, a reforma federal tinha como principal intervenção a obra do porto e, conseqüentemente, a reestruturação do sistema viário. A importância da modernização do sistema portuário decorria de sua função como canal para o fluxo de mercadorias e porta de entrada para imigrantes, que, por seu turno, contribuiriam para a modernização do trabalho e o branqueamento da população¹⁶. Segundo Nunes (1996), essas intervenções não pensavam a cidade como um todo; em vez disso, conectavam parte com parte, vinculando-se ao ideal mecanicista.

O uso do termo “civilização” era recorrente na imprensa e na literatura carioca dos séculos XIX e XX. Afinal, a sociedade brasileira desejava alcançar os países europeus, sobretudo França e Inglaterra, em termos culturais.

Para Elias (1990), o que compreendemos por “civilização” no mundo ocidental é fruto de um processo contínuo, decorrente do desenvolvimento da percepção medieval de civilidade, isto é, da normatização do convívio polido entre as pessoas para a gradação dos estágios de evolução das sociedades. Com isso, perceberemos que a ideia de civilização, na verdade,

¹⁶ É importante considerar que as ideias eugenistas em circulação no período davam preferência aos trabalhadores imigrantes brancos em detrimento dos trabalhadores nacionais, e projetavam o branqueamento da população brasileira. Para saber mais sobre o tema, cf. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930* (Schwarcz, 1993).

consiste em uma autorrepresentação enaltecadora dos avanços materiais, tecnológicos e culturais do Ocidente (Elias, 1990, p. 23), que estabelece uma hierarquia entre sociedades ou grupos humanos, em vez de considerá-los posicionados em diferentes estágios de um desenvolvimento processual.

Na virada do século XIX para o XX, ao compararem a realidade brasileira com a da França – principal país de referência cultural para o Brasil da época –, pode ter pesado sobre os grupos da elite carioca a contraposição entre as próprias maneiras e a ideia de civilização que atribuíam à sociedade francesa. Assim, ao perceberem que a freguesia de Santana, vizinhança onde foram realizadas as edições da Batalha das Flores, era tão diversa da capital parisiense que gostariam de ser, o julgamento das elites da cidade do Rio de Janeiro sobre o próprio estado de civilidade pode ter sido afetado. Este ponto pode ser melhor compreendido a partir das reflexões de Elias (1990) sobre a noção de civilização, tendo por base a disseminação do termo *civilisation* no contexto francês:

Duas ideias se fundem no conceito de civilização. Por um lado, ela constitui um contraconceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie. Este sentimento há muito permeava a sociedade de corte. [...].

Mas os povos não estão ainda suficientemente civilizados, dizem os homens do movimento de reforma de corte/classe média. *A civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir.* Este é o novo elemento manifesto no termo *civilisation*. Ele absorve muito do que sempre fez a corte acreditar ser – em comparação com os que vivem de maneira mais simples, mais incivilizada ou mais bárbara – um tipo mais elevado de sociedade: a ideia de um padrão de moral e costumes, isto é, tato social, consideração pelo próximo, e numerosos complexos semelhantes (Elias, 1990, p. 62, grifo meu).

Elias (1990) também observa que o século XVI foi marcado por mudanças políticas e econômicas que influenciaram significativamente o comportamento das pessoas, como a formação do Estado e sua monopolização da força, a tributação para manutenção de suas despesas e a formação das sociedades de cortes. Tornou-se imprescindível que os sujeitos controlassem os próprios impulsos na mesma medida em que a violência física se tornava monopólio do Estado, sendo regulamentada pela esfera jurídica. Ou seja: os indivíduos não poderiam mais resolver suas diferenças cedendo aos próprios impulsos; agora, caberia ao Estado atribuir penas e sanções. A partir daí, buscou-se esvaziar de reconhecimento social os comportamentos violentos (Elias, 1990).

Do ponto de vista simbólico, as interferências realizadas por Passos na cidade do Rio de Janeiro foram orientadas pela perspectiva de integração conservadora. De acordo com André Nunes de Azevedo (2016), quando Pereira Passos assumiu a Prefeitura, trouxe consigo a bagagem de um sujeito oriundo da elite do Império, cuja formação política fundamentava-se no

ideal de civilização de base europeia, anteriormente discutido. Para ele, a civilização era um ponto a ser perseguido pelo gestor público e estava assentado na tradição. A despeito do período em que realizou uma série de obras na cidade – e, por conta delas, foi responsável pelo conjunto de desapropriações e demolições que o torna lembrado como “bota-abaixo” –, é possível observar uma preocupação do governo Passos em “conservar elementos arquitetônicos que representassem a presença histórica de um Estado civilizador” (Azevedo, 2016, p. 187). Em contrapartida, os liberais do regime republicano se opunham a essas ideias, ao defenderem o ideal de progresso como sinônimo de desenvolvimento material inexorável, embasado na destruição do passado e projetado para o futuro.

Assim, as remodelações executadas por Passos tiveram como marca a preocupação com o valor histórico e cultural da ideia de civilização forjada, *a priori*, por sua formação no ambiente da elite brasileira do final do século XIX, “baseado em uma referência europeia de estética e cultura, além do que entendia como compostura no espaço urbano da cidade” (Azevedo, 2016, p. 108).

Diferenciando-se da reforma federal nos aspectos formais, o projeto de remodelação executado pela Intendência Municipal concebia a cidade de modo organicista, isto é, a urbe era pensada como um corpo cujos órgãos deveriam estar conectados. Nessa perspectiva, Passos tinha consciência da proeminência do Centro da cidade, pois nele estavam instalados os espaços mais representativos do ideal europeu de “civilização”. Nessa região, encontravam-se a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, os teatros, a Escola de Música, a Escola Nacional de Belas Artes e tantos outros prédios cujas formas contribuiriam para educar a população com base em padrões culturais europeus, colocando o Centro na posição de “coração” do organismo urbano do Rio de Janeiro.

A metáfora da cidade como organismo apoia-se na obra de Willian Harvey sobre a circulação sanguínea, datada de 1628. Sua descoberta foi revolucionária no que tange à compreensão do corpo. Contemporâneas ao advento do capitalismo moderno, as ideias de Harvey contribuíram para a percepção de que o ser humano moderno estaria em constante movimento, assim como as mercadorias. A partir do contato com essas ideias,

Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade de trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, [...] onde os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável (Sennett, 2003, p. 214).

Inspirado pelo princípio organicista que influenciou o urbanismo, ao pensar as pessoas como capazes de transportar, pelas vias urbanas, os elementos benéficos do Centro aos

subúrbios, e de modo articulado às obras em curso sob a administração do governo federal, Passos executou o reordenamento do sistema viário da urbe carioca. As modificações foram orientadas, basicamente, pelo prolongamento e alargamento de um conjunto de ruas da cidade. Porém, chama a atenção o fato de que apenas duas das quatro faces do Campo de Santana são tocadas por vias atingidas pela reforma em questão, ao passo que outras duas vias correm paralelas a seu perímetro.

Na visão organicista de cidade cultivada pelo prefeito, o Centro era o coração da cidade e todos os moradores deveriam passar por ele. Portanto, as vias deveriam convergir para este ponto da cidade. Este espaço tinha uma função redistributiva dos valores civilizacionais pelos que ali experimentassem vivências educativas, incluindo os moradores do subúrbio, que retornariam para a zona norte pelas novas vias. Desta forma,

A ideia subjacente ao seu projeto de reforma urbana era assimilar as camadas populares a esses pressupostos pelo convite a participação/uso do espaço urbano da urbe, a qual buscou transformar em lugar pedagógico da civilização. Essa civilização de matriz burguesa e europeia a qual o prefeito buscou inculcar na alma do carioca através de sedução estética era proponente de uma nova ética urbana (Azevedo, 2016, p. 211).

Tendo isso por base, a sedução estética passaria a ser exercida pela potência pedagógica dos elementos capazes de referenciar a cultura europeia. Tais elementos circulariam pela cidade por meio de cinco principais ações de reordenamento contidas no relatório da Comissão da Carta Cadastral¹⁷, cujo projeto foi apresentado e executado pelo engenheiro Alfredo Américo de Souza Rangel, nomeado por Pereira Passos, em 1903.

A primeira das ações foi a construção da Avenida Beira-Mar, que objetivava desafogar o intenso fluxo entre o Centro e os bairros da zona sul, como Glória, Catete, Flamengo e Botafogo. Estendendo-se do início da Avenida Chile ao fim da Praia de Botafogo, a nova avenida acompanhava a Baía de Guanabara em seu traçado.

As intervenções subsequentes margearam a face do Campo de Santana e foram complementadas pelas ruas da Assembleia, Carioca e Praça Tiradentes, em direção ao litoral da região central, à esquerda. Pelas ruas Visconde do Rio Branco, Frei Caneca e Estácio de Sá,

¹⁷ No Boletim da Intendência Municipal referente aos meses de abril, maio e junho de 1903, lê-se o seguinte: “Os diferentes planos de saneamento de cidade que foram objetos de concessão do Governo incluíram todos, como parte principal, abertura de avenidas, tão arraigada estava a convicção desta necessidade. Dentre as muitas e mui relevantes consequências destas medidas, sobressaem as seguintes: A – Dar maior facilidade de comunicação entre os diferentes bairros da cidade; barateando os frettes e as taxas dos carros de passeio aqui tão caros; E – Despertar o gosto arquitetônico, pois, oferecendo as ruas largas e bem situadas uma renda compensadora aos prédios nela edificadas, os proprietários animar-se-ão em construí-los em melhores condições” (Rio de Janeiro, 1903, p. 252-253).

à direita (em direção à Tijuca), buscou-se promover uma ligação entre o Centro e a zona norte. Para tanto, foram alargadas as ruas da Assembleia e Carioca, com a demolição de todas as casas do lado par. Foi arrasado também o trecho da Rua Frei Caneca que se estende do Campo de Santana até o canto da Rua General Caldwell, demolindo-se todos os prédios do lado par.

Margeando a face hoje inexistente do Campo de Santana, por ter sido amputada para a abertura da Avenida Presidente Vargas na década de 1940, foi realizada a terceira operação viária. Seu trajeto era consecutivo ao Boulevard de São Cristóvão e à Rua Visconde de Itaúna, passando pelo Campo de Santana e pela Rua Marechal Floriano Peixoto, prolongada até o mar. Tinha como objetivo a ligação entre o Centro e as regiões da Tijuca e zona norte.

Paralelamente à lateral do Campo de Santana cujo portão se defronta com a Rua do Hospício, atual Rua Buenos Aires, a Prefeitura fez uma quarta intervenção viária. Seu intuito era conectar a região portuária ao Centro da cidade, pois os bairros Saúde e Gamboa encontravam-se isolados por uma cadeia de morros. Assim, foram abertas duas grandes vias. A primeira – com o alargamento da Rua da Prainha até a Rua Uruguaiana, demolindo-se todos os prédios – prolongou-se até a Rua do Sacramento, próximo à Praça Tiradentes, que, após a morte do prefeito em 1913, passou a chamar-se Avenida Passos. A segunda via foi formada pelo prolongamento da Rua do Sacramento até a Rua Camerino, com a demolição de quase todos os prédios, alargando a rua até o Cais da Saúde.

A quinta intervenção viária conectava os bairros da zona sul da cidade com aqueles que compunham a região da Grande Tijuca. O tráfego de veículos neste sentido era intenso, portanto, exigia uma intervenção urbanística. Como solução, foi aberta uma avenida de 17 metros de largura entre o Largo da Lapa e a Rua Frei Caneca, na esquina da Rua de Santana, passando sob o Aqueduto da Carioca, onde converge com a Rua do Riachuelo. Por este, a Avenida Beira-Mar, que vinha da zona sul, interligava-se ao Centro, escoando o trânsito para o Largo do Estácio, de onde partiam caminhos para vários bairros do subúrbio do Rio de Janeiro.

Observando atentamente o posicionamento do Campo de Santana entre as vias destacadas em vermelho no Plano de Intervenção da Comissão da Carta Cadastral assinado por Pereira Passos em 1903 (Figura 3), vemos que a centralidade do parque atendia aos requisitos necessários para assumir a função de receber a Batalha das Flores dentro dos princípios de uma cidade organicista, em que os ideais de “civilização” deveriam ser apresentados à população por meio de representações da cultura europeia e circular por toda urbe, partindo do Centro.

Figura 3 – Plano de Intervenção da Comissão da Carta Cadastral (1903)



Fonte: OpenEdition Journals, c2023. Disponível em:

<http://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/18065/img-2.jpg>. Acesso em: 26 set. 2023.

Colocando o Centro do Rio de Janeiro como o coração da cidade, Passos dedicou especial atenção aos jardins que, desde o Iluminismo, representavam os pulmões – pois, segundo a perspectiva urbanística organicista, “os órgãos respiratórios eram uma referência tão importante quanto o coração” (Sennett, 2003, p. 223). Por esta razão,

a Praça XV, o Largo da Gloria, o Largo do Machado, a Praça São Salvador, a Praça 11 de Junho, o Passeio Público e a Praça Tiradentes foram agraciados com estátuas imponentes e/ou tiveram seus jardins melhorados; as ruas do Centro Botafogo e Laranjeiras sofreram um surto de arborização (Abreu, 2013, p. 61).

Dentre as freguesias centrais, “apenas a de Santana escapará da picareta [demolidora] municipal” (Rocha, 1986, p. 73), embora tenha recebido melhoramentos no trecho da Praça da República defronte ao quartel, em forma de reordenamento viário, como se observa na fotografia de Augusto Malta de 1906, reproduzida a seguir.

Figura 4 – Praça da República em 1906



Legenda: A fotografia retrata a Praça da República em 1906, após a modernização executada pela Reforma Passos.

Fonte: Augusto Malta, c1906 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Como um parque inserido na região mais populosa e empobrecida do Centro da cidade, é compreensível que o paisagismo previamente realizado por Glaziou no Campo de Santana entre 1873 e 1880 – período relativamente recente em relação à primeira década do século XX, quando aconteceu a Batalha das Flores – possa ter contribuído para que a principal intervenção no parque fosse efetuada em forma de festividade. Não menos importante é a informação de que Pereira Passos participou da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro constituída entre 1874 e 1876, período correspondente ao início das obras de Glaziou no Campo de Santana (cf. Silva, 2019). Dessa forma, muitos projetos que não haviam sido executados pela comissão por falta de financiamento foram reincorporados ao plano de urbanismo da reforma municipal executada por Passos entre 1902 e 1906, sugerindo que a escolha do Campo de Santana para a realização da Batalha das Flores estava ligada a um projeto de modernização mais amplo, gerido desde o último quartel do século XIX, mas que só pôde ser desenvolvido no início do século XX.

Nas palavras do próprio prefeito, dirigidas à Câmara Municipal do Rio de Janeiro no dia 1º de setembro de 1903, é notável o paralelismo entre a construção do sistema viário, os

ajardinamentos e a promoção das diversões populares, entre outras medidas voltadas ao incremento do nível civilizacional com um sentido educativo:

Ao mesmo tempo encetei os melhoramentos de que a cidade é tão carecedora, já no que diz respeito à abertura de novas vias de comunicação, já no que se refere ao alargamento das atuais, a reforma do calçamento, a arborização, ao ajardinamento das praças, ao embelezamento dos nossos melhores logradouros públicos, ao desenvolvimento das diversões populares gratuitas, já, finalmente, cuidando da extinção de males arraigados que davam a nota deprimente do atraso da nossa civilização (Rio de Janeiro, 1906, p. 7).

Essa preocupação declarada com a capacidade educativa dos espaços pode ser observada na organização da primeira edição da Batalha das Flores, em 1903. Este foi um ano decisivo, pois iniciava-se a implementação das transformações urbanas e o esquema de fluxo de veículos e pessoas planejado para a festa experimentaria o uso sistematizado da área do parque, bem como a receptividade da população à proposta.

O processo civilizador, entendido como uma ampla e complexa rede (Elias, 1990), espalhou suas teias em diversos planos da cidade, gerando estágios de desenvolvimento distintos. Entre as muitas intervenções sofridas pelo Campo de Santana, podemos apontar o já mencionado ajardinamento realizado pelo paisagista Glaziou na década de 1870. Atribuindo à região o caráter de “sala de embarque” para a conexão entre o porto e a ferrovia, o jardim inglês tencionava disciplinar a paisagem, o lugar e os corpos, bem como preparar o espaço para receber uma ilustre vizinha: a Escola Normal da Corte, criada pelo decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879. Transformada mais tarde em Escola Normal da Capital Federal, esta instituição também tomou para si a missão de efetuar “a coerção de costumes tradicionais, que passam a ser revestidos e encarados como primitivismo colonial, avesso à modernidade da industrialização” (Santos, 2012).

O governo do prefeito Pereira Passos (1902-1906) entrou para a história por sua reforma urbana que tentou transformar o Rio de Janeiro na “Paris do Trópicos”. Até então, a Capital do país era uma cidade de ruas estreitas, cujo alinhamento era determinado pela própria construção das fachadas, igualmente delgadas, de prédios muito longos que careciam da privacidade estimada pelas elites. A circulação se dava por cômodos mal arejados, conhecidos como alcovas. Entre a população mais pobre, era comum a moradia em habitações que, além de atentarem contra a moral burguesa, tornavam-se foco para a propagação das doenças epidêmicas que marcaram a época. Junto a isso, as mais variadas formas de trabalho decorrentes da recentemente abolida escravidão, como toda sorte de vendedores ambulantes acompanhados

de animais, davam à cidade um aspecto colonial e “poroso” (Benjamin, 1987b, p. 148), no qual tudo se interpenetrava.

O método para moldar as subjetividades, naturalmente, não poderia vir senão da Europa. E foi assim que – inspirada no tradicional carnaval de Nice, na França – surgiu a Batalha das Flores no Rio de Janeiro. Com a celebração francesa, os organizadores cariocas aprenderam a imprimir um caráter assumidamente elitizado ao evento. Apropriaram-se do modo francês de instituir comitês organizadores, realizar a decoração do espaço público, as cavalgadas e a premiação de carros em espaços delimitados (Bora, 2020). Adicionaram a isso os desfiles de carros, automóveis, bicicletas, embarcações e homens a cavalo adornados com flores naturais, que lançavam pétalas sobre si, cujo objetivo era ensinar à população o gosto e os modos do velho mundo. Assim, a Batalha das Flores foi concebida como uma sofisticada operação educativa que buscava minimizar os comportamentos sociais mais afastados do desejável, por meio de práticas pedagógicas que aplacassem a tensão entre, por um lado, a permanência da cidade bárbara, colonial e escravista que, até então, existia; e, por outro, a metrópole que se queria. E, muitas vezes, essas duas cidades se encontravam nos momentos de festa.

2 AS CIDADES E AS FESTAS: O CARNAVAL E A TENSÃO PROVOCADA PELOS ENCONTROS

A cidade do Rio de Janeiro teve uma importante trajetória de festas ao longo de sua história. Embora essas festas mantivessem a “porosidade” benjaminiana (cf. Benjamin, 1987b) que caracterizou toda a cidade, com o sagrado e o profano se interpenetrando, elas sempre foram objetos de tensão. Grupos sociais diferentes poderiam frequentar os mesmos espaços festivos, embora, muitas vezes, esta convivência fosse marcada por desconforto, vigilância e suspeição.

O Campo de Santana foi o espaço escolhido para receber a Batalha das Flores por fazer parte do sentido da festa. O parque se situava na freguesia de Santana, que atingia parte da região do porto, os arredores do Morro da Providência e a Praça Onze, tendo como principal limite a Rua dos Inválidos, que a separava da freguesia de Santa Rita, da qual fora desmembrada em 1814 (Silva, L., 2015).

A freguesia de Santana, situada na periferia da reduzida cidade do Rio de Janeiro do século XIX, acabou se tornando a mais populosa da urbe, com intensos problemas habitacionais, concentrando a maior parte dos cortiços da cidade. Um dos pontos onde os cortiços mais se adensavam situava-se nos arredores das ruas do Lavradio, dos Inválidos e Visconde do Rio Branco, justamente no entorno do Campo de Santana (Silva, L., 2015).

Segundo os estudos da pesquisadora Mary Karash referenciados pela historiadora Martha Abreu (1994; 1999), a partir de 1820, a polícia começou a prender quem dançasse os batuques no Rio de Janeiro. Além disso, na mesma época, as autoridades governamentais começaram a proibir as danças e procissões das irmandades de escravizados, como a de Nossa Senhora do Rosário, no Campo de Santana, por causa da suposta bagunça, embriaguez e desordem pública (Abreu, 1999, p. 198).

Diante disso, percebemos que a ocupação popular do Campo de Santana, algo esperado devido à localização periférica e à habitual utilização do parque para celebrações oficiais, acionava os mecanismos de controle do Estado desde a vigência da escravidão, quando os proprietários tinham a responsabilidade sobre a supervisão das pessoas que escravizavam. Por outro lado, o manejo da coletividade recaía sobre o poder público, como podemos observar nesta passagem sobre as posturas municipais:

As posturas dos anos 1830 e, principalmente, a codificação de 1838 das autoridades municipais deixaram transparentes que as manifestações festivas negras se tornaram matéria de regulamentação. Pertencem ao segundo código a proibição das casas de

zungus e batuques e de ajuntamentos de mais de quatro escravos em tavernas ou locais públicos, além da normatização sobre a ocorrência dos batuques em locais de propriedade particular, casas ou chácaras. Esta última determinação abria um processo de intervenção das autoridades municipais na instância privada (Abreu, 1999, p. 199).

Especialmente após a Revolta dos Malês em 1835, na qual pessoas escravizadas de religião islâmica fizeram uma grande rebelião na cidade de Salvador, o medo se espalhou pelas províncias brasileiras. Desse modo, os encontros da população negra não foram mais entendidos pelas autoridades como inocentes, tornando-se objeto de atenção e proibição.

O pânico das reuniões promovidas por negros rondou o Rio de Janeiro durante toda a vigência da escravidão. Para que a coibição privada funcionasse, manteve-se a velha fórmula que aglutinava medidas de repressão e pequenas recompensas que davam margem para a construção da assimétrica relação senhor-cativo, baseada em negociações cotidianas.

Meses após o fim formal da escravidão em 13 de maio de 1888, o controle sobre os trabalhadores libertos se tornou um desafio. Nesse contexto, como demonstra o historiador Sidney Chalhoub (2006), os deputados do Império do Brasil, desejosos por se tornarem civilizados como os franceses, trouxeram para a Câmara as ideias do alto funcionário da polícia francesa M. A. Frégier, presentes em um estudo sobre as “classes perigosas” das cidades, publicado em 1840. Nesse estudo, o autor pretendia analisar a vida dos malfeitores parisienses, como ladrões, prostitutas e golpistas, entre outros. Porém, acabou produzindo uma descrição detalhada da vida dos pobres em geral. E foi, justamente, na dificuldade analítica do autor francês que os deputados brasileiros buscaram inspiração para discutir a política de segurança no período pós-abolição, que se prolonga até os dias de hoje.

Ao analisar esse quadro, Chalhoub apresenta uma pertinente descrição da lógica interpretativa dos deputados do Império:

[...] para os nobres deputados, a principal virtude do cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como maior vício possível em um ser humano é o não trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abundam a virtude, grassam os vícios (Chalhoub, 2006, p. 22).

Com isso em vista, nota-se que foi estigmatizando os libertos como “classes perigosas” que a modernidade visitou a cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. Se, na perspectiva dos dirigentes da cidade, já era muito importante estabelecer uma estrita vigilância sobre as pessoas libertas da escravização no período em que estavam trabalhando, a

fim de lhes imputar a produtividade, o controle se acirrava durante os momentos de lazer. Algumas vezes, a vigilância era acompanhada de orientações sobre a adequação das atitudes.

Mas não era apenas por meio de controle e repressão que se buscava “refinar” os gostos dos ditos “viciosos”. As elites econômicas e intelectuais da cidade aproveitavam sua visibilidade e capacidade de constranger os demais para fazer com que estes aderissem a seus comportamentos, com apoio da força do Estado (Elias, 1990). Assim, paralelamente ao início da campanha pelo fim da escravidão – com a publicação da Lei Eusébio de Queiroz¹⁸, em 1850, que encerrou o tráfico de pessoas escravizadas –, apoiada pelo estrito controle sobre o lazer da população negra, aconteceu, em 1855, o primeiro desfile do ‘Congresso das Summidades Carnavalescas’, que diversos historiadores consideram como a primeira grande sociedade carnavalesca brasileira (Moraes, 1987; Soihet, 1998; Fernandes, 2003).

Esse desfile inaugural significou o primeiro passo rumo à modernização da festa carioca. Dotado de um explícito cunho didático, foi organizado por intelectuais como José de Alencar e contou com a audiência do próprio D. Pedro II, acompanhado da família imperial. Além da banda marcial do desfile vestir seus integrantes com uniformes de cossacos da Ucrânia, havia clarins escoceses, D. Quixote, mandarins, nobres do Cáucaso e ‘Fernando, o Católico’, entre carruagens finamente forradas com tecidos importados. Assim como as grandes sociedades carnavalescas que surgiram a partir desta apresentação, o préstito tinha como característica o modelo de carnaval veneziano, a opulência das fantasias e a exposição de narrativas ligadas à história e à mitologia europeias.

É interessante analisarmos essa primeira tentativa de europeização da festa carioca como um passo dentro de um longo processo que pretendeu “civilizar” a cidade do Rio de Janeiro do ponto de vista urbanístico, higiênico e técnico, dentre outros, sem deixar de considerar as festas populares. Entre avanços e recuos, essa movimentação já se desenrolava, no mínimo, desde a década de 1850, quando observamos a tríade modernizadora: Lei Eusébio de Queiroz – inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II – primeiro desfile do ‘Congresso das Summidades Carnavalescas’.

Ao voltarmos o olhar para o conjunto das transformações, observamos um intenso interesse em adequar as comemorações que ocorriam nas ruas aos padrões de comportamento desejáveis para a nova cidade a ser construída. Isso revela que os objetivos das reformas urbanas focalizaram muito mais a transformação dos indivíduos do que a do próprio espaço. Nesse sentido, por um lado, a dimensão material das reformas fez delas veículos para a reconfiguração

¹⁸ Cf. Brasil, 1850.

dos indivíduos; e, por outro lado, a dimensão imaterial e simbólica das festas populares atuou como termômetro da efetivação dos projetos civilizatórios e como canal de difusão do modelo proposto.

Assim, as investidas contrárias às festas populares, intensificadas a partir de meados do século XIX, constituíram múltiplas tentativas de isolar as brincadeiras populares em que os foliões se molhavam e sujavam uns aos outros, tornando o entrudo uma categoria específica a ser combatida (cf. Monteiro, 2010). Antes do surgimento das grandes sociedades carnavalescas, as mais diversas maneiras de brincar o carnaval reuniam-se nas ruas do Rio de Janeiro no período desta festividade: era o tempo do entrudo. Entretanto, dos anos 1850 em diante, a data festiva foi fragmentada: as brincadeiras populares, em que se jogavam objetos e se molhavam os foliões, passaram ser classificadas exclusivamente como entrudo, com o objetivo de diferenciá-las das formas de festejar consonantes com os propósitos estabelecidos para a cidade, que passaram a compor o novo carnaval carioca (leia-se, carnaval ao estilo europeu).

A partir daí, criou-se uma oposição entre os jogos que passaram a ser chamados de entrudo, considerados danosos, e o carnaval. Este passou a ser modelado pelas festas das cidades francesas de Veneza e Nice, regidas pelo Rei Momo, autointitulado legítimo representante da elite política, econômica e intelectual das grandes sociedades carnavalescas e suas derivações (Soihet, 1998). Com isso, mascarados solitários ou em grupos, fantasias de velhos, troças, xingamentos, cortejos e batuques, que antes encorpavam o variado caldo do entrudo, foram todos homogeneizados sob a acusação de barbárie, reduzidos às molhadelas e opostos aos desfiles das grandes sociedades.

Embora as brincadeiras de molhar fossem provavelmente as mais populares do período do entrudo, elas dividiam espaço com várias outras, que também subvertiam a lógica do cotidiano, apesar de manterem as hierarquias sociais da Colônia e do Império. Entre elas, podemos citar como exemplos as mascaradas, os charivaris, os zé-pereiras e os cucumbis.

Nas mascaradas, as pessoas saíam às ruas fantasiadas de diabos, dominós, princesas, entre outros. Ainda que a ocultação da identidade motivasse apreensão em relação às fantasias modestas, essa ocultação era perfeitamente tolerada nas faustosas fantasias dos chiques bailes de máscaras.

Por sua vez, os charivaris eram abordagens de pessoas mascaradas que aproveitavam o anonimato para lançar a pergunta: “Você me conhece?”. Em seguida, eram feitas revelações indiscretas, exposições ao ridículo, injúrias, provocações e outras atitudes que desafiavam a urbanidade, sem, contudo, ultrapassar o limite imposto pelas hierarquias sociais (Cunha, 1996).

O zé-pereira era fruto de um grupo de percussão de mesmo nome nascido em meados do século XIX, fruto da iniciativa de um sapateiro português que, saudoso da folia em sua terra natal, reuniu alguns instrumentos percussivos e saiu zabumbando pelas ruas cariocas. Nesta parada carnavalesca, não havia preocupação com o ritmo ou a melodia, apenas em arrastar quem estivesse disposto a participar da brincadeira. Havia, porém, uma peculiaridade na relação entre a cidade e os barulhentos zé-pereiras: quando praticados por libertos, imigrantes portugueses e gente pobre, de modo geral, eram descritos como uma prática insuportável; no entanto, a brincadeira era perfeitamente aceitável quando praticada em bairros nobres, como Botafogo, ou por grandes companhias de teatro (Fernandes, 2003; Faria; Camargo, 2021).

Por seu turno, os cucumbis – cortejos de negros entoando cantigas africanas –, que também pertenciam ao tempo do entrudo, a princípio, eram tolerados como manifestação folclórica de cativos. No entanto, quando ocorreu a transição da escravidão para o trabalho livre, e os cucumbis pouco a pouco transformaram-se em cordões, a convivência passou a ser marcada por tensões.

Até mesmo a prática de tomar a cartola daqueles que insistiam em diferenciar-se socialmente por meio de signos de consumo, realizada entre os pares durante as brincadeiras do entrudo, passou a ser malvista. Nesse quadro, a questão que se coloca diante de nós é a seguinte: em que momento esses joguetes se tornam inadmissíveis?

Uma possível resposta para essa questão se encontra no artigo de Maria Clementina Pereira da Cunha (1996), intitulado “‘Você me conhece?’ Significados do carnaval na *Belle Époque* carioca”. Ao comentar o incômodo que as brincadeiras do entrudo provocavam nas elites cariocas oitocentistas, a pesquisadora assinala que “[...] no final do século XIX, a questão parecia residir na impossibilidade de garantir que as regras e hierarquias fossem mantidas no interior da brincadeira” (Cunha, 1996, p. 101). Nesse sentido, a autora destaca o caráter subversivo do entrudo em relação às referidas hierarquias, tanto no que diz respeito a origem social das famílias da época quanto no que tange às diferenças raciais:

[...] os negros faziam do entrudo ocasião para inverter sinais e ridicularizar os brancos. São inúmeras as referências ao fato de que os negros pintavam as próprias peles com farinha ou alvaiade, realçando as bochechas com vermelhidão – e, caracterizando-se de ‘brancos’, brincavam de passar pelo outro para ridicularizá-lo. Mas não se trata apenas de diferenças raciais. Há um abismo também entre as formas de praticar o entrudo das famílias senhoriais e as famílias pobres da corte. Menos apetrechos, menos etiqueta, e um entusiasmo bastante mais desregrado. Maior flexibilidade nas fronteiras entre o lar e o espaço público [...], além do hábito, compartilhado com os escravos, de banhar-se também ‘por dentro e por fora’ com aguardente, para evitar os ‘resfriamentos’ provocados pela água (Cunha, 1996, p. 101).

Mais tarde, com o acirramento das proibições das brincadeiras do entrudo na virada do século, observamos a intensificação do desejo de manter os desfiles organizados, de inspiração francesa, como o único modelo de festa possível. É importante reiterar que os desfiles das grandes sociedades carnavalescas e os bailes de máscaras passaram a se denominar “o carnaval” em oposição ao entrudo. Duplamente adequadas às propostas modernizadoras, essas paradas carnavalescas se comunicariam com a população pela forma e conteúdo.

A princípio, o uso de fantasias confeccionadas em materiais nobres contrastava com a simplicidade das comemorações populares, mas isso logo deixou de ser o fator mais importante do desfile. Na década de 1880, o Clube X, dissidente dos Acadêmicos de Johannesburg, introduziu no desfile o carro de ideias ou carro alegórico. Trata-se de uma inovação importante, que produziu uma virada no sentido do discurso que as grandes sociedades pretendiam explicar para a população ao desfilar. Até então, a temática dos desfiles se concentrava em enredos e personagens clássicos da história ocidental; porém, com a introdução dos carros de ideias, os cortejos voltaram-se para a crítica social contemporânea, em especial aos modos de vida das camadas sociais mais pobres (Soihet, 1998; Fernandes, 2003).

Para compreendermos a crítica realizada pelos desfiles das grandes sociedades carnavalescas, é importante situá-la em seu tempo. Essas associações operavam como clubes literomusicais, cujos membros eram mulheres e homens provenientes da elite letrada carioca do final do século XIX. Ou seja, as críticas apresentadas nos enredos dos desfiles expressavam as ideias circulantes entre os grupos abastados do período. Desse modo, ainda que tenham caído no gosto popular, sobretudo por conta da exposição que faziam de figuras públicas e poderosas da época, muitas vezes, os desfiles reproduziam o discurso modernizador excludente que condenava os mais pobres pelas mazelas da cidade.

Apesar do aparente contrassenso entre a crítica política e a posição de representantes oficiais do carnaval carioca, a equação composta pela sociedade desejosa de modernidade fechava. Afinal, as declarações contrárias às ações do Estado e às falhas da sociedade vinham formatadas sob os padrões estéticos europeus, nos quais esta sociedade em crise caminhava para se enquadrar.

Observando atentamente, é possível identificar semelhanças entre os objetivos civilizadores das grandes sociedades carnavalescas, surgidas na segunda metade do século XIX, e a Batalha das Flores, nascida no início do século XX, no bojo das reformas urbanas promovidas pelo prefeito Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro. Ambas estão situadas no processo civilizador da sociedade brasileira que, como já foi dito, caminhou em diferentes

ritmos ao longo do percurso. Essa trajetória não pode ser avaliada sem considerarmos que, paralelamente, a cidade que pretendia se modernizar representava apenas uma parcela da sociedade. Outra porção significativa dos habitantes desenvolvia suas próprias formas de resistir, com modos de festejar e ocupar o espaço que apontavam para outro ritmo de desenvolvimento, gerando pressão sobre seus modos de vida e seu impulso por sobreviver culturalmente.

Não é o objetivo deste trabalho se aprofundar na análise de cada um dos modos de festejar o carnaval. No entanto, é relevante nos voltarmos para o enfrentamento travado entre as festas modernizadoras e as festas populares, para compreendermos as estratégias pedagógicas adotadas pelas primeiras para sobrepujar as segundas, bem como as estratégias adotadas pelos grupos populares para continuar existindo na cidade em transformação.

Além disso, devemos ter em vista que os cordões carnavalescos constituíram uma das manifestações populares contemporâneas ao entrudo consideradas “assustadoras”, cuja trajetória merece especial atenção. Tais cordões eram formados por grupos de pessoas fantasiadas desfilando linearmente – forma da qual se origina a denominação “cordão”. Uma de suas principais marcas era a orquestra composta exclusivamente por instrumentos de percussão, ao lado de fantasias consideradas tradicionais no carnaval da cidade, como velhos, palhaços, diabos, reis, rainhas, índios¹⁹, baianas, entre outros, puxados pelo apito dos mestres de harmonia, além da notável rivalidade entre alguns grupos.

Em matéria publicada na *Gazeta de Notícias* em 26 de dezembro de 1906, lê-se o relato das visitas realizadas pela equipe de reportagem às sedes de vários cordões na véspera do Natal do mesmo ano. De acordo com os repórteres, os ensaios dos grupos carnavalescos eram tradicionais nesta data, o que é um movimento bastante procedente, se levarmos em conta a origem religiosa dos carnavais. Segundo a tradição católica, o carnaval é uma festa móvel no calendário por estar diretamente ligado à Páscoa. Situa-se antes da Quaresma, para que, precedendo o tempo de penitência de quarenta dias entre o suplício de Cristo e sua ressurreição, os cristãos tenham um período de gozo e festa pelos dons da alegria e dos prazeres.

Para compor uma imagem mais nítida dos ensaios visitados pelo jornal, o Quadro 1, a seguir, apresenta a transcrição de um trecho da referida matéria.

¹⁹ Optei por utilizar a expressão “índios”, em vez de indígena, por ser daquela maneira que a fantasia inspirada nos povos originários era designada na imprensa da época.

Quadro 1 – Descrição do ensaio de um cordão carnavalesco em 1906

Gremio Carnavalesco Dansante Familiar Progresso do Brasil

Outra sociedade que não há de ficar muito longe do nosso concurso. Estes brasileiros progressistas, com sede a Rua Paula Mattos 21, com grande entusiasmo se preparam para o Carnaval. Hontem, apesar da impertinente chuva, lá estavam elles, [ilegível] e forte, no formidável ensaio quinzenal. Possuem 40 caixas, 32 pandeiros e 85 tamborins.

Têm 53 sócios e levam, à frente do cordão, quando sahirem, formidável rancho de indígenas.

O Sr. Manuel Castro, mestre de harmonia do club, tirou as seguintes quadras para publicarmos:

Progresso! Progresso!
Progresso! queremos!
O prêmio da Gazeta nós venceremos!
Avante! Avante!
Vamos vencer
Meu progresso
Meu bem querer.

Fonte: Gazeta de Notícias, 26 de dezembro de 1906.

Junto a isso, o trabalho de Nelson da Nóbrega Fernandes (2003) contribui significativamente para a compreensão do deslocamento das comemorações, seja na relação que se estabelece entre a primavera Batalha das Flores e o carnaval, que avaliaremos adiante, seja no caso dos ensaios dos cordões na noite de Natal. Nas palavras do pesquisador:

O deslocamento e a realocação de antigas festas e manifestações no calendário é uma recorrência na história das festas. O calendário cristão se adequou, aderiu, recobriu calendários pagãos e, do mesmo modo, os africanos se apropriaram do calendário cristão para continuarem a praticar os rituais de seus deuses no Brasil (Fernandes, 2003, p. 29).

Na descrição dos cordões visitados pela *Gazeta de Notícias*, é latente a necessidade de reforçar as características que aproximariam os grêmios recreativos do desejo de cidade civilizada. Algumas associações registravam no próprio nome sua adequação, como o “Gremio Dansante Carnavalesco Familiar Rosas do Oriente”. Situado no bairro da Gamboa, na região portuária do Rio de Janeiro, era de fundamental importância para este grêmio se apresentar como um grupo de valores familiares. Tais predicados foram reafirmados na apresentação do grupo pelo jornal: “os foliões que compõe esse grupo são todos trabalhadores e rapazes muito bem-educados. Faz gosto passar-se algumas horas em visita a bella sede da Rua da Gamboa” (Gazeta de Notícias, 26 de dezembro de 1906).

A visita da equipe do jornal tinha como objetivo acompanhar a preparação dos grupos para o concurso de cordões que ela mesma promoveria no carnaval do ano seguinte, 1907. Nesta ocasião, são perceptíveis dois movimentos: o primeiro parte do periódico, direcionado a

apresentar à sociedade uma face positiva e organizada dos cordões, que costumavam ser temidos e malvistas pelas elites da época; o segundo parte dos próprios cordões, que se adaptaram parcialmente à demanda modernizadora com o intuito de sobreviver.

Este preconceito em relação aos cordões derivava de sua ligação com os cucumbis, também chamados de congos nas demais províncias durante a Colônia e o Império. Tais grupos eram formados por negros de origens diversas que se reuniam em residências ou palcos próximos a igrejas para representar a chegada dos mouros e marujadas. Além dessas encenações de episódios da história ibérica, os cucumbis também participavam de rituais fúnebres de pessoas escravizadas que eram membros da realeza africana, entoando, sob sua orquestra percussiva, cânticos em línguas africanas que, mais tarde, incorporaram elementos do português (Fernandes, 2001).

Muito do formato dos cucumbis sobreviveu nos cordões carnavalescos, na realização do desfile em forma de procissão, na relação com as datas religiosas, no uso de fantasias, na presença marcante da percussão e, em especial, no caráter marcadamente negro dos foliões.

Para minimizar a fúria modernizadora da sociedade carioca no início do século XX, os cordões tenderam a se autorregular (Elias, 1990), isto é, a incorporar elementos dos ideais de “civilização” preconizados pelas elites, com o intuito de se apresentarem como suficientemente “educados” para sobreviverem na cidade capitalista que se formava. De modo geral, muitos cordões buscaram enfrentar a repressão sofrida por meio da contenção das emoções e expressões que os associavam à africanidade, adotando dinâmicas mais próximas do padrão civilizacional europeu, que expressassem uma organização mais enquadrada e os afastassem da aparência de cortejo africano dos cucumbis. Assim, na escolha das denominações, havia uma predileção por elementos que lhes conferissem grandiosidade, como podemos notar no levantamento de participantes da Festa dos Cordões²⁰ promovida em 1906 pela *Gazeta de Notícias*:

- 1 – Sociedade carnavalesca Rainha do Mar;
- 2 – Os Teimosos das Chammas;
- 3 – Gremio Carnavalesco Dhalia de Ouro;
- 4 – Gremio Carnavalesco Destemidos do Inferno;

²⁰ A Festa dos Cordões, cuja primeira edição ocorreu no ano de 1906, consistia em uma competição promovida pelo jornal *Gazeta de Notícias* a fim de premiar o “melhor” cordão do carnaval da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, não havia critério definidos ou inscrições, de modo que os nomes levantados são os das agremiações visitadas pelos repórteres em fevereiro de 1906, dias antes do concurso, com a intenção de alimentar a curiosidade dos leitores e incentivar a participação dos foliões.

- 5 – Grupo Carnavalesco Filhos da Deusa do Paraíso;
- 6 – Sociedade carnavalesca Filhos do Triunfo da Glória;
- 7 – Sociedade carnavalesca Triunfo dos Caçadores das Montanhas²¹.

Além dos sete cordões dessa lista, um exemplo emblemático é o caso do “Gremio Recreativo Dansante Progresso do Brasil”, apresentado no Quadro 1, alguns parágrafos acima. Este grupo se autodenominava com um título deliberadamente inspirado nos ideais positivistas – que, aliás, também foram inscritos na bandeira republicana brasileira. Ao adotar esse nome, muito provavelmente, a primeira impressão que procuravam provocar é a de que estariam comprometidos com o “progresso” do Brasil. Ou seja, desde a própria denominação, os membros do grupo buscavam transmitir a ideia de que ocupariam a Capital republicana de modo ordeiro e civilizado. Por outro lado, a despeito do compromisso com o futuro, agarravam-se ao passado originado nos cucumbis, com seu conjunto exclusivamente percussivo composto por “40 caixas, 32 pandeiros e 85 tamborins” (Quadro 1).

Outra informação presente na mesma matéria de 26 de dezembro de 1906 sobre o “Gremio Recreativo Dansante Progresso do Brasil”, transcrita no Quadro 1, é que a sede do cordão se situava na Rua Paula Mattos. Algumas buscas por anúncios de ofertas de trabalho divulgados nos classificados da *Gazeta de Notícias* entre os anos de 1900 e 1909 podem nos ajudar a compreender o perfil socioeconômico dos moradores dessa rua, na Capital da República do início do século XX.

Na edição de domingo, 21 de janeiro de 1900, encontramos a primeira demanda:

Quadro 2 – Anúncio de 21 de janeiro de 1900

Precisa-se de um criado para todo o serviço, prefere-se de cor; na Rua de Paula Mattos, n. 14

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 21 de janeiro de 1900.

Contendo poucos detalhes, a chamada transcrita no Quadro 2 se mostra bastante reveladora. Primeiramente, indica que o contratante é uma pessoa de poucas posses, pois necessita de um único criado para a realização de toda espécie de serviços, sem apresentar nenhuma informação sobre o quanto pode pagar por eles. Essa omissão é muito significativa se

²¹ Os nomes dos Cordões 1, 2, 3 e 4 aparecem constam na edição da *Gazeta de Notícias* de 5 de fevereiro de 1906, ao passo que os Cordões 5, 6 e 7 aparecem na edição de 6 de fevereiro de 1906 do mesmo jornal.

atentarmos ao fato de que haviam se passado menos de dois anos desde a abolição formal da escravidão e o anúncio expressava uma preferência explícita por um trabalhador de cor. Essa clara permanência de relações de trabalho escravistas começa a delinear o perfil dos sujeitos que podem ter participado do “Gremio Recreativo Dansante Progresso do Brasil”, isto é, pessoas cuja relação com o trabalho livre era frágil e racializada.

Não é possível, de modo algum, determinarmos se as pessoas que frequentavam o cordão viviam próximas à sua sede e, menos ainda, se trabalhariam nas suas redondezas. Porém, a observação do modo como a mão de obra era selecionada ou habitava nas cercanias nos auxilia na inferência a respeito do trânsito social possível aos trabalhadores que frequentavam a agremiação.

As duas ofertas de trabalho a seguir (Quadro 3) fornecem indícios de uma das razões pelas quais os cordões, assim como os moradores da freguesia de Santana, encontravam-se sob constante vigilância na virada do século XIX para o XX. Assim como os próprios cortejos eram festejos móveis, o ofício a que estas mulheres e homens se dedicavam muitas vezes envolvia a circulação pelo espaço urbano. Desse modo, no pós-abolição imediato – quando não havia regulamentação formal para o trabalho e uma grande suspeição pairava sobre os trabalhadores –, a vigilância se voltava tanto para os momentos de lazer quanto para a labuta.

Quadro 3 – Anúncios de 10 de fevereiro e 22 de outubro de 1900

Precisa-se de um pequeno para vender balas; na Rua de Paula Mattos n. 9
Precisa-se de rapazes de 15 a 20 anos para carregarem cestinha e tabuleiros com doces; na Rua Paula Mattos n. 50

Fonte: Gazeta de Notícias, 10 de fevereiro de 1900; 22 de outubro de 1900.

Já no Quadro 4, o anunciante disponibiliza um sótão para moradia:

Quadro 4 – Anúncio de 27 de maio de 1900

Aluga-se um bom sótão a moços de commercio ou a homens trabalhadores de boa conduta; na Rua de Paula Mattos n. 3

Fonte: Gazeta de Notícias, 27 de maio de 1900.

Neste último anúncio (Quadro 4), chama a atenção a condição solicitada ao novo inquilino: que seja comerciante ou trabalhador de “boa conduta”. Não fica claro se o trabalho

no comércio teria relação com o movimento pelas ruas, tal qual nos serviços oferecidos nos reclames anteriores. É possível que estivesse mais ligado à tranquilidade do anunciante em alugar o sótão do próprio imóvel para um inquilino que passasse longas horas do dia ausente. Embora isso não seja explicitado pelo anúncio, a segunda alternativa é bastante plausível.

Além disso, ainda no Quadro 4, outro ponto de destaque é a presença da expressão “de boa conduta” como qualificadora dos “moços de comércio” e “homens trabalhadores” que poderiam alugar o sótão anunciado. Isso demonstra que o senhorio não supunha que todos os homens trabalhadores fossem de “boa conduta”, ou seja, não confiava neles previamente. Quem pretendesse morar em sua propriedade precisaria provar que apresentava boas maneiras, desviando do padrão de comportamento dos demais trabalhadores, na perspectiva do senhorio. Logo, podemos supor que este senhorio entendia que parte dos trabalhadores apresentava maus hábitos, de modo que era preciso selecionar os que se comprovassem “de boa conduta” para alugar seu espaço.

Em uma cidade reticente em relação à população pobre, os percussionistas do “Gremio Recreativo Dansante Progresso do Brasil” se esforçavam para construir uma imagem positiva e respeitável sobre a própria agremiação, em meio a uma realidade multifacetada e, sobretudo, suspeitosa. No entanto, uma característica que contradiz a propaganda positiva que o cordão tentava realizar de si mesmo era a fileira de foliões fantasiados de “índios”. Por si só, a indumentária já afrontava as mentalidades europeizadas, por lembrar da ascendência “selvagem” da gente brasileira. Era também uma fantasia considerada inapropriada por deixar os corpos muito expostos e, geralmente, utilizar como acessórios diversos animais, como cobras, lagartos e jabutis. Além disso, por ser de confecção barata, devido à pouca necessidade de material, lembrava a origem popular de quem a portava. Por último, e não menos importante, os foliões fantasiados de índios vinham à frente do cordão, ao lado do estandarte – maior símbolo da agremiação –, com o objetivo de protegê-lo de possíveis ataques de grupos rivais.

A passagem do cordão pelas ruas era de fundamental importância para o grupo, pois, neste momento, seu prestígio poderia ser reconhecido pela comunidade – especialmente, pela doação das guirlandas de flores que eram exibidas nos estandartes. Daí a importância de resguardá-los. Para tanto, era comum atribuir aos sócios capoeiras a função de proteger o estandarte da agremiação, na já referida fileira de foliões fantasiados de “índios”.

É dessa situação – em que capoeiras defendiam o símbolo identitário de sua comunidade, sujeitando-se, portanto, a encontros violentos, e fantasiados de “índios”, símbolo

da barbárie que se queria transcender – que, em 1908, surge a proibição deste modelo de indumentária nos cordões cariocas, pelo chefe de polícia Dr. Alfredo Pinto (Cunha, 2011).

Os cordões tinham, de fato, um caráter belicoso, pois envolviam a necessidade de afirmação dos homens jovens dos grupos que se desafiavam mutuamente, tomando de assalto ou rasgando o estandarte do opositor, em conflitos cuja dinâmica costumava culminar em embates com navalhas e cacetes. No entanto, a proibição das fantasias de “índios” se mostrou mais vinculada à origem social dos seus portadores do que às situações envolvendo seu uso ou à origem nativa a que pudessem remeter, uma vez que brincantes vestidos da mesma forma em bailes privados e com fantasias confeccionadas em materiais caros eram perfeitamente tolerados.

Como podemos observar na charge de J. Carlos (Figura 5), publicada na revista *Careta* em 1909, a proibição das fantasias de “índios” no Rio de Janeiro consistiu muito mais em uma medida autoritária, voltada a substituir as formas tradicionais de brincar o carnaval nas ruas cariocas por um modelo inspirado no carnaval europeu, com o qual a população tinha dificuldade em se identificar.

Figura 5 – Charge “Pierrot chuta índio”



Fonte: J. Carlos – Revista *Careta*, ed. 38, 1909.

A charge de J. Carlos pode ser lida como uma síntese das aspirações das elites do período em análise. Tradicionalmente representado como um palhaço choroso pelo amor não

correspondido de Colombina, Pierrot é um personagem oriundo da *Commedia Dell'Arte*, estilo teatral nascido no século XVI, na Itália, como forma de democratizar a comédia erudita, inacessível à maior parte das plateias.

Porém, o Pierrot da charge de J. Carlos ostenta um sorriso de escárnio. Seu objeto de interlocução não é a moça frívola a quem presta devoção, mas sim o índio a quem chuta para fora da cena do carnaval pelas costas, sem chance de defesa e já em desintegração, com as penas a voar pelo quadro. O personagem das fileiras defensivas dos cordões é representado agachado, cambaleando como se tivesse tropeçado, e o palhaço viesse apenas zombar da derrota já dada. Sua face não se vê, está voltada para o chão. Os signos de bravura, representados pelo lagarto e pelo arco que porta, não o auxiliam na defesa do golpe desferido pelo Pierrot – já que a arma é levada em posição de baixa guarda devido à instabilidade do guerreiro. Contudo, esta foi uma batalha sem vencedores. De fato, as fantasias de índios vieram a desaparecer do carnaval do Rio de Janeiro com sua proibição, em 1908. Entretanto, a despeito de todas as reservas que provocava, a maneira violenta com que foi retirada de cena não deixou de ser registrada de modo crítico pelo chargista. Ao mesmo tempo, se pensarmos numa perspectiva ampliada das transformações pelas quais o carnaval carioca passou, tampouco o Pierrot europeu sobreviveu ao advento das Escolas de Samba, na década de 1930.

Da mesma forma, alguns anos antes, podemos observar um posicionamento semelhante por parte daqueles que vislumbravam uma cidade mais próxima dos padrões europeus. Embasa esta afirmação a crônica intitulada “Carnaval de 1902”, publicada na *Gazeta de Notícias* em 12 de fevereiro de 1902, que se refere ao malfadado entrudo, narrado de forma tolerante e jocosa quando praticado por jovens de origem abastada, na Rua do Ouvidor.

O texto se inicia com uma apresentação fatalista da prática do entrudo, constatando ser inevitável molhar-se no carnaval. Prossegue com a exaltação dos benefícios da descentralização dos festejos carnavalescos que, como consequência, teria reservado o espaço da rua mais chique da cidade até então, a Rua do Ouvidor, apenas para grupos selecionados. Assim, o entrudo não é descrito na crônica como um jogo desagradável que remete a práticas coloniais, mas como uma brincadeira alegre, que

não ficou circunscrita a grande artéria. Expandiu-se por toda a parte. Em todas as ruas havia o mesmo movimento grande, a mesmas quantidades de senhoras gentis e rapazes ellegantes livres das aglomerações exageradas divertindo-se facilmente em combates temerosos em bisnagas de todos os tamanhos, num entrudo franco, delirante, a que o povo voltou com entusiasmo (*Gazeta de Notícias*, 12 de fevereiro de 1902).

Nesta narrativa, percebemos que o jogo só é julgado com severidade quando praticado por brincantes que ousam ultrapassar os limites espaciais impostos pela cidade que se revestia de elementos chiques. O povo é sintetizado nas “senhoras gentis” e “rapazes elegantes” a quem o autor julga pertencer o espaço da festa, o conforto e o direito de brincar sem que seu comportamento ofenda os padrões de urbanidade. Dessa forma, percebemos que, embora carreguem em si um caráter educativo sobre as populações mais pobres e libertas no pós-abolição, as festas pressupõem um limite para sua ação, que estaria inscrito na própria “natureza dos sujeitos”, conforme pregavam os determinismos tão difundidos no período. Nestes traços, a crônica prossegue descrevendo o mal-estar do autor em dividir a rua da cidade, que supõe pertencer exclusivamente a seu grupo de origem:

[...] defender a vida a força de cotovello, passando através de uma multidão espessa, tão formidável, numa tortura imensa, formidável, ouvindo pilherias, quase sempre de mau gosto, aturando grosserias de mal-educados que não são poucos, sofrendo o diabo com bolas. Chamava-se a isto o folguedo carnavalesco popular (Gazeta de Notícias, 12 de fevereiro de 1902).

João do Rio carregou bastante nas tintas em sua descrição dos desfiles dos cordões pela Rua do Ouvidor. É marcante na obra do autor uma espécie de sedução por situações excêntricas, embora não se identificasse com elas. Sua posição era a de observador que se aproximava das situações o suficiente para julgar com o peso de um homem de sua origem social, mas se afastava antes de condená-las completamente.

Na crônica “Cordões”, publicada originalmente em 1908, o autor utilizava como recurso o embate entre, por um lado, o incômodo do narrador com a presença de elementos populares na Rua do Ouvidor e, por outro, a justificativa de seu interlocutor, que valorizava o carnaval como manifestação cultural. Os cordões foram apresentados de modo repugnante, sobretudo se contrastados com a alegria genuína do entrudo brincado numa Rua do Ouvidor reservada somente para as “senhoras gentis” e os “rapazes elegantes” descritos na fonte anterior. A seguir, examinemos a descrição que João do Rio faz da mesma rua tomada pelos cordões:

A multidão apertava-se, sufocada, havia sujeitos congestionados forçando a passagem com os cotovelos, mulheres afogueadas, crianças a gritar, tipos que berravam pilhérias. A pletora da alegria punha desvarios em todas as faces. Era provável que do Largo de São Francisco à Rua Direita dançassem vinte cordões e quarenta grupos, rufassem duzentos tambores, zambumbassem cem bombos, gritassem cinquenta mil pessoas. A rua convulsionava -se como se fossem fender, rebentar de luxúria e barulho. A atmosfera pesava como chumbo. [...] Um cheiro estranho misto de perfume barato, fartum, poeira, álcool, aquecia ainda mais o baixo instinto de promiscuidade (Rio, 1995, p. 89).

O autor continua:

Na turba compacta o alarma correu. O cordão vinha assustador. A frente um grupo desenfreado de quatro ou cinco caboclos adolescentes com sapatos desfeitos e grandes arcos pontudos corriam abrindo a boca em grandes berros roucos. Depois um negralhão todo coberto de penas, com a face lustrosa toda coberta de piche, a gotejar suor, estendia o braço musculoso e nu sustentando o tacape de ferro. Em seguida gorgolejava o grupo vestido de vermelho e amarelo com lantejoulas d'oiro a chispar no dorso das casacas e grandes cabeleiras em cachos, que se confundiam com a epiderme num empastamento nauseabundo. Ladeando o bolo, homens em tamancos ou em pés nus iam por ali, tropeçando, erguendo archotes, carregando serpentes vivas sem os dentes, lagartos enfeitados, jabutis aterradores com grandes gritos roufenhos. Abriguei-me a uma porta. Sob a chuva de *confetti*, o meu companheiro esforçava-se por alcançar-me.

Por que foges?

Oh! estes cordões! Odeio o cordão (Rio, 1995, p. 90).

Todas as sensações provocadas pelos cordões incomodavam o personagem tragado pelo cortejo na crônica de João do Rio. Os sons, os gestos, os cheiros, o excesso de alegria, o modo e a forma como ocupavam o espaço despertaram visceral sentimento de ódio. Ele preferia não estar ali. Ou preferia que eles não estivessem ali. Seu gestual era considerado absolutamente inapropriado àquele espaço (a espaço algum, de acordo com as mentes modernas). Assim, com um pequeno intervalo entre os elogios da crônica da *Gazeta de Notícias* sobre a seletividade do público reservado para brincar o entrudo no carnaval da Rua do Ouvidor, em 1902, e seu abarrotamento de cordões descrito por João do Rio, em 1908, passaram-se apenas seis anos de acirrada disputa a respeito de quem estaria apto a brincar o carnaval. Isso sugere uma inadequação mais relacionada a quem brinca do que a como e onde se brinca. A solução para o dilema seria a apresentação de um modelo completamente novo de brincadeira, inspirado na Europa, que se tornasse padrão.

Numa visão representativa do pensamento de um homem intelectual abastado no período histórico sobre o qual nos debruçamos, o memorialista Luís Edmundo (2003) descreve de modo bastante curioso o ensaio da “Sociedade Carnavalesca, Familiar, Dançante, Beneficente e Recreativa ‘Tira o Dedo do Pudim’” – ou, simplesmente, cordão “Tira o Dedo do Pudim” –, cuja sede situava-se no bairro da Saúde, na zona portuária da cidade do Rio.

O título escolhido para sua obra, *O Rio de Janeiro do meu tempo* (Edmundo, 2003), já sugere que o leitor vai encontrar a perspectiva da cidade sob o ponto de vista do autor, com toda a sua bagagem individual indicada pelo pronome possessivo “meu”. A realidade passa indubitavelmente pelo filtro preconceituoso ao ser registrada pela pena de um homem que atuou como jornalista, poeta, cronista, memorialista, teatrólogo, historiador e corretor de companhias francesas de navegação, tendo feito muitas viagens à Europa. No entanto, deixa-se entrever,

ainda que sob adjetivos depreciativos, a esmerosa organização, o apuro estético e a moralidade presentes no cordão “Tira o Dedo do Pudim”.

O Morro da Conceição, logradouro onde estava situada a sede da agremiação, na zona portuária, é descrito por Luís Edmundo (2003, p. 505) como uma ladeira feia, íngreme, tortuosa, com moradores barulhentos, malvestidos, malcheirosos e que não sabiam fazer uso correto da língua portuguesa. Nem mesmo o patricio Sr. Antônio Guimarães, presidente do clube e comerciante da Rua da Saúde, escaparia à malemolência da fala do cronista quando seduzido pelas danças das mulheres negras (Edmundo, 2003, p. 508-509).

Os sócios são apresentados por Edmundo (2003) como aduladores do presidente do clube, um senhor vaidoso e mão aberta, que acaba por comprar o apoio do grupo em vez de se posicionar como uma liderança de fato. Seu trânsito e influência são ridicularizados pelo autor, minimizando a capacidade de articulação política das camadas populares. Da mesma forma, o senso estético aplicado na decoração do ambiente é descrito de modo depreciativo, numa inevitável comparação com o tratamento dispensado às grandes sociedades carnavalescas quando investem no mesmo luxo e são elogiadas pela distinção e “bom gosto”. Vejamos:

O salão do Tira o Dedo do Pudim é todo ele forrado de um papel azul cor-de-manto-de-Nossa Senhora onde, em desenhos grotescos, prateados e como que em relevo se veem, em confusão, líras e rosas que se entrelaçam. Um dos grandes caprichos dessas agremiações mômicas é o papel da sala. Tem que ser espalhafatoso e caro. O do Tira o Dedo do Pudim custou uma fortuna e foi votado em *assembléia gera* [sic]. A luz do belga, lampião a querosene, que está suspenso ao teto, quando resvalado pela parede, arranca, do seu prateado escandaloso, chispas alucinantes. Do sereno, que é a plateia que se forma na calçada da rua, e vive das migalhas da folia dos outros, comenta-se gostosamente:

– Beleza de papel! (Edmundo, 2003, p. 506).

Nessa passagem, nota-se que Luís Edmundo descreve de modo caricatural a decoração escolhida de modo coletivo para revestir o ambiente que representa a agremiação – isto é, o salão que recepcionava sócios e visitantes, sendo, portanto, o lugar mais caprichado da sede. O autor atribui o suposto mau gosto a todo o grupo, para além da falta de recursos, pois faz questão de esclarecer que o revestimento seria caro. Ou seja, o gosto grosseiro seria algo muito mais ligado à origem social dos indivíduos do que ao poder de compra do grupo. Daí advém todo o esforço pedagógico realizado pelas elites econômicas e letradas em difundirem os seus padrões de comportamento e gosto entre os grupos subalternos como modo de distinção social.

Numa sociedade profundamente racista como a brasileira, os esforços em busca da inclusão por meio da interiorização de procedimentos e condutas sociais são especialmente marcados como poucos frutíferos. Veremos, adiante, que os grupos populares conseguiram,

algumas vezes, trânsito e aceitação limitados, por meio de muitas negociações, a despeito de todas as concessões que fizeram aos padrões europeizados.

Se confrontarmos a descrição feita pelo memorialista do evento sobre a sede do cordão “Tira o Dedo do Pudim” com o reclame de um baile de máscaras publicado no *Jornal do Brasil* em 16 de fevereiro de 1901 (Figura 6), veremos que há muito mais em comum entre os dois eventos do que seus convivas gostariam de compartilhar.

Figura 6 – Chamada para o baile de máscaras de 16 de fevereiro de 1901

THEATRO S. PEDRO DE ALCANTARA

HOJE sabbado 16 de fevereiro de 1901 HOJE

PRIMEIRO SONHO FANTASTICO DE SATANAZ

ESTRIDENTE GARGALHADA DE MOMO

SCINTILLANTE E FANTASMAGORICO

BAILE DE MASCARAS

Honrando com a presença das distintas sociedades carnavalescas

Fenianos, Democraticos, Tenentes do Diabo e Congresso dos Politicos, que gentilmente aceitaram o convite da empreza

EXPOSIÇÃO DO BELLO

Deslumbrantissima apothecose A FOLIA — Triumpbo indisciplinavel de «MOMO»

Conjunto sublime de offuscante luz e da mais fantástica ornamentação que a imaginação humana pode conceber e executar, bem como inextinguível de surpresas, assombros e maravilhas para a solenne glorificação do carnaval de 1901; ao qual não faltará como sempre o precioso concurso d'a mais bellas e mais graciosas rezes atlanticas da bella sexo. O luxo, o esmero, o bom gosto deram as mãos para transformar o theatro S. Pedro de Alcantara em **Palacio da Folia—See phts. tiras de 4 file**

Intenciona e gloriosa foliões carnavalescos! Men para!

Tal como o grande Napoleão nas áridas planicies do Egypto! Não! Isto em verso vai melhor! A poesia é a linguagem do amor e do Carnaval!

Folhe de cada tempera, musculos d'aço que fta felizar e rir, não ha consoço que deter bõa passa, alaxa a hypocondria vindo guar o Amor, andar em rões. Com finissimo Champagne, em tias d'ouro a' mulher! Ao amor! A Momo! e a Folia!

E as vós adoradas Eras! Deliciosa metade do genero humano

Méninas!

Jrãs mulheres, Eras adoradas! Na perrua tempo: aqui vos exporemos toda o encanto de esplendidas noit-fas. Va, ao prazer, ao gozo latrasso... Vãdas!

Vindo encimar-nos o subtil mysterio. Va amor que mora em labios co-de rosa! E dominar-nos sobre o estranho imperio da vossa carne quente e appetitosa!

Função de espirito, luxo e esplendor. Flores! luz electrica! musica! etc.

A correcta e sempre querida banda de musica do Corpo de Infantaria de Marinha, compromettera se elevar a todos os DEVOTOS DE MOMO ao decimo cõo das cambalhotas, executando apimentadas polkas, chorosos tangos, voluptuosas valsas e quadrilhas endiabradas de escangalhar tudo, sobressahindo os tangos Talvez te esqueça, Zé Pereira, Canna verde e Carnaval de successo unico.

Um turbilhão de novidades do seculo XX

FREÇOS.—Dias 16 e 18, frisas e camarotes de 1º 255; camarotes de 2º 15000. Dias 17 e 19, frisas e camarotes de 1º 405; camarotes de 2º 30500; para os 4 dias 120500. Indicas reservadas 55000. Entrada geral 25000. Não ha senhas. O baile começará ás 8 horas. Amanhã, 2º baile, amanhã.

Ao amor! A' folia! Ao prazer!

AO DELYRIO! AO S. PEDRO!

ATENÇÃO—Os srs. compradores de camarotes com suas exmas. familias po erão commodamente assistir de uma das janellas deste theatro a passagem dos hyperbolicos prestigos carnavalescos que para tal fim o theatro estava aberto das 1 hora da tarde em diante.

Fonte: Jornal do Brasil, 16 de fevereiro de 1901.

Tanto o ensaio da “Sociedade Carnavalesca, Familiar, Dançante, Beneficente e Recreativa ‘Tira o Dedo do Pudim’” quanto o “Scintillante e fantasmagorico Baile de Mascaras” ocorreram em ambientes com acesso controlado: o primeiro em sua própria sede, na Ladeira João Homem, e o segundo no Teatro São Pedro. Além disso, embora o baile de máscaras anuncie sua devoção ao Rei Momo, é possível identificar no anúncio a presença de

figuras características do entrudo e dos cordões, como os próprios mascarados e a fantasia típica de diabo comunicada no título do baile: “Primeiro sonho fantástico de Satanaz”. A música que prometia animar o encontro era a polca; porém, entre os títulos, havia também uma homenagem ao popularíssimo cortejo do zé-pereira.

Percebemos, então, que as grandes sociedades carnavalescas se apropriavam de símbolos das festas populares, depurando-lhes o sentido negativo proveniente da origem social dos grupos que as produziam. Estes, por sua vez, também aprendiam com os companheiros do calendário festivo e buscavam dialogar com sua linguagem estética, apontando para uma dinâmica de ensino-aprendizagem entre as festas, ainda que em relações de forças desiguais.

Essa afirmação nos remete à análise proposta por Carlo Ginzburg (2006), em seu livro *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Ao examinar os autos de um processo da Inquisição da Igreja Católica contra o moleiro Menocchio, no século XVI, o historiador italiano observa que os elementos culturais com os quais o investigado tinha contato circulavam entre a camada dominante e a cultura popular. Esse movimento, ao contrário do que pode parecer, não se dava em termos de assimilação ou de influência exclusivamente de cima para baixo. Em vez disso, as trocas entre o erudito e o popular se davam através de uma relação circular e recíproca, analisada por Ginzburg (2006) sob o conceito de circularidade cultural, fundamentado na noção de “circularidade” teorizada por Mikhail Bakhtin (1999).

Com esse conceito de base bakhtiniana, Ginzburg (2006) investiga a hipótese de que, desde a Europa do século XVI, os elementos da cultura erudita e da cultura popular influenciam-se mutuamente, produzindo objetos completamente novos. Nas palavras do autor:

Pode-se ligar essa hipótese àquilo que já foi proposto, em termos semelhantes, por Mikhail Bakhtin, e que é possível resumir no termo ‘circularidade’: *entre a cultura das classes populares e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo* (Ginzburg, 2006, p. 10, grifo meu).

Tomando de empréstimo o conceito de circularidade cultural, percebemos que o carnaval carioca da virada do século XIX para o XX apresenta casos significativos de recriação de práticas festivas de uma classe por outra, sobre os quais a tolerância era muito mais complacente quando se tratava das elites econômicas e intelectuais. Assim, não é surpreendente a grande quantidade de elementos afins encontrados no baile do teatro São Pedro e na sede do cordão no alto da ladeira do Morro da Conceição. Em algum ponto, as trajetórias dessas estrelas de lantejoulas se cruzavam e, ao notarem suas diferenças, acabavam por refletir semelhanças.

O ensaio do cordão carnavalesco “Tira o Dedo do Pudim” era marcado por estrita organização e moralidade, nas palavras do próprio Luís Edmundo (2003), que muito se esforçava para descrever o ensaio como um encontro de pessoas de índole perigosa, vivendo como nos tempos coloniais. O cronista despendeu longas linhas apresentando Quincas Marreta, mestre-sala e garantia do clube – espécie de segurança responsável pela triagem na entrada do espaço e fiador do bom comportamento dos frequentadores –, como um homem de aparência repugnante, com histórico de envolvimento em levantes, que andava armado, representando, portanto, ameaça física (Edmundo, 2003, p. 509). Paradoxalmente, o mesmo Quincas é descrito pelo autor como:

Mestre-sala avisado é quem conhece o protocolo, as etiquetas na sociedade e as aplica. É quem determina o que é de boa ou de má *indução*... Bíblia do bom-tom, calepino de cortesias que o grêmio vive constantemente a consultar (Edmundo, 2003, p. 509).

Garantia é o Cérbero do respeito a observar na hora em que se dança. Vigia encostamentos, apalpações e outras inconveniências *improibidas* pelo regulamento da casa.

[...]

Obedecido, toma, logo, de uma rapariga, e, dançando, desliza, porque Quincas ainda é um belo *pé-de-valsas*, sendo que, na hora da *schotisch*, ninguém como ele sabe fazer uma reverência com elegância e com galanteria, o dente amarelo em riste, a cabelanica pela testa enorme revolta e dependurada (Edmundo, 2003, p. 510).

Na sequência, o cronista relata que teria sido o próprio Quincas Marreta quem mediou o acesso do repórter do jornal *O Paiz*, Carlos Bittencourt, à sede da agremiação (Edmundo, 2003, p. 510-511). Isso nos ajuda a compreender a presença de elementos do carnaval popular nos bailes privados e nos desfiles das grandes sociedades, de acordo com o princípio de circularidade cultural mobilizado por Ginzburg (2006).

Causa estranhamento aos nossos olhos contemporâneos que o garantia, descrito na passagem acima como sujeito responsável por assegurar um ambiente respeitoso, livre de “apalpações e outras inconveniências” (Edmundo, 2003, p. 510), levantasse a suspeição da polícia. Paralelamente, as mesmas páginas do respeitável *Jornal do Brasil*, anteriormente mencionadas, que propagandearam o baile de máscaras do Teatro São Pedro como legítimo representante da festa civilizada, anunciavam a presença de mulheres sensuais como um chamariz para o baile. Isso se torna especialmente evidente na passagem transcrita a seguir (Quadro 5), publicada originalmente ao lado da oferta de camarotes para famílias assistirem à passagem do séquito carnavalesco:

Quadro 5 – Chamada para baile de máscaras no Jornal do Brasil (trecho 1)

O S. Pedro se apresenta esplendoroso,
 Repleto de mulheres bellas, divinaes
 Que fará pulsar com força o sangue nas arthereas
 E conduzir-vos-á a legiões ethéreas
 De gozos enebriantes, doces e sensuais

Fonte: Jornal do Brasil, 16 de fevereiro de 1901.

Não estamos, aqui, fazendo um julgamento moral de nenhum dos dois espaços de socialização; apenas é notável que a objetificação feminina se faça presente nas posturas dos organizadores tanto da festividade relacionada a comportamentos “bárbaros” quanto do evento considerado “civilizado”.

Representando a primeira, observamos a preocupação em evitar contatos corporais na sede do cordão “Tira o Dedo do Pudim” para, com isso, conservar a reputação das frequentadoras e, conseqüentemente, da agremiação. Por outro lado, temos a tática utilizada para a divulgação do “civilizado” baile de máscaras do Teatro São Pedro, de descrever a presenças de mulheres como uma de suas principais atrações. De certa forma, essas duas posturas podem ser percebidas como duas faces da mesma moeda, na qual as mulheres são tratadas como meros acessórios da festa.

Contudo, esta é uma crítica levantada por mim, uma historiadora do século XXI, não refletindo, portanto, um intento da sociedade carioca da virada do século XIX para XX. Desta feita, tenho a clareza de que tais apontamentos projetam uma reflexão concernente às demandas das mulheres do tempo presente sobre as mulheres do passado, que aparecem nesta pesquisa por meio de fontes que revelam discursos em terceira pessoa. Ao mesmo tempo, a despeito da discussão sobre demandas sociais ou disputas memoriais, o que as fontes nos apresentam é um descompasso no projeto civilizatório em relação ao corpo feminino.

Simson (1992) observa que, com o desenvolvimento do carnaval citadino burguês, o papel das mulheres de famílias burguesas se deslocou da participação nos jogos do entrudo para a passividade. Isto é, nos desfiles processionais e bailes de máscaras, as mulheres classificadas como “de família” deixaram de participar do carnaval nos moldes europeus; sua atuação passou a se restringir à mera audiência.

De volta ao reclame do baile de máscaras divulgado no *Jornal do Brasil* em 16 de fevereiro de 1901, lado a lado com o trecho anteriormente apresentado (Quadro 5), podemos observar o seguinte aviso (Quadro 6), direcionado aos “senhores compradores de camarotes”:

Quadro 6 – Chamada para baile de máscaras no Jornal do Brasil (trecho 2)

Os senhores compradores de camarotes com suas exmas famílias poderão commodamente assistir de uma das janelas deste theatro a passagem dos imponentes prestitos carnavalescos para que tal fim o theatro estará aberto a partir das 2 horas da tarde em diante.

Fonte: Jornal do Brasil, 16 de fevereiro de 1901.

Ao analisarmos comparativamente os trechos reproduzidos nos Quadros 5 e 6, respectivamente, percebemos que o anúncio em questão, direcionado a atrair o público para um baile carnavalesco no grande Teatro São Pedro, na Capital da República, utiliza-se de argumentos bastante contraditórios em relação às mulheres. Por um lado, as que irão ao baile acompanhadas de suas famílias, e sequer são mencionadas diretamente (Quadro 6), diluem-se no grupo, devendo ser “espectadoras passivas” da festa. Por outro lado, há aquelas que compõem a festa, como uma “atração” (Quadro 5) ou, de acordo com Simson (1992, p. 13), “professoras da folia”.

Nesse sentido, a pesquisa realizada por Simson em três jornais paulistanos oitocentistas confirma que

as grandes folionas do Carnaval Veneziano foram as ‘mundanas’ (prostitutas e artistas de teatro), principalmente as de origem estrangeira que, tendo já algum conhecimento desse tipo de folguedo em seu país de origem, funcionaram como ‘professoras da folia’ introduzindo os paulistanos rústicos, recém enriquecidos pelo ‘boom cafeeiro’, nas novas formas europeizadas de festejar o Deus Momo (Simson, 1992, p. 13).

Para que fossem respeitadas pelos grupos dominantes, as camadas populares que organizavam os cordões, composta em boa parte por negros, precisavam de uma rígida organização para impedir a ocorrência de abusos sexuais contra as mulheres em seus momentos festivos e de lazer. Para isso, recorriam, inclusive, ao uso da força pelos capoeiras. Contudo, nos bailes “civilizados”, este recurso era dispensado. Nestes espaços, as mulheres poderiam ser anunciadas como um produto qualquer, sem que a respeitabilidade do espaço fosse questionada. Os crivos econômico e racial realizados pelos altos preços dos ingressos do teatro fiavam a distinção do local.

Esta colocação não quer dizer, de modo algum, que os grupos trabalhadores fossem mais promíscuos que os demais. Este é um dado impossível de mensurar. Com base nas fontes consultadas, conseguimos apenas avaliar que, para esses grupos, era necessário se prevenir, pois eventuais deslizos em seus espaços de encontro seriam julgados com muito mais severidade que em outros pontos da cidade.

Com isso em vista, parece-me que o processo civilizador em desenvolvimento na sociedade carioca durante o período estudado apresentava diferentes modelos de contenção de emoções (Elias, 1990), sob justificativas que hierarquizavam a necessidade de “refinamento” dos modos. Dessa forma, alguns comportamentos, espaços e festas eram racializados e submetidos a julgamentos parciais, baseados na categoria social dos sujeitos, de maneira a expô-los a um maior controle.

Um fator tão importante quanto velar bem de perto o lazer dos participantes dos cordões que se formavam era sua posição na cidade. No período em análise, havia muitos cordões, em todas as regiões do Rio de Janeiro. Porém, sua concentração no entorno do Campo de Santana – sendo a freguesia de Santana a mais populosa, repleta de cortiços, casas de cômodos, estalagens habitadas por gente de cor – tornava essas associações carnavalescas especialmente suspeitas para as forças de controle do governo.

No ano de 1906, como já foi mencionado, o jornal *Gazeta de Notícias* promoveu a primeira edição do concurso chamado “Festa dos Cordões”, com o objetivo de positivar a imagem do carnaval popular e agitar a segunda-feira de Carnaval, considerada o dia menos movimentado da festa. De modo completamente diferente da organização dispensada aos desfiles das grandes sociedades carnavalescas, que acontecia na “terça-feira gorda”, não houve inscrições ou quesitos a serem avaliados. Todos os cordões da cidade foram convidados a se apresentarem diante da redação do jornal, onde uma banca avaliaria as agremiações segundo critérios subjetivos (Soihet, 1998; Fernandes, 2001).

Antes disso, a equipe de reportagem da *Gazeta de Notícias* realizou algumas visitas às sedes dos grupos, revelando, em algumas ocasiões, seus endereços, o que nos permitiu verificar uma significativa concentração de cordões carnavalescos nas proximidades do Campo de Santana. Associada à fervilhante prática do entrudo em toda a cidade, esta informação nos levou a compreender a importância da escolha do local para recepcionar a Batalha das Flores.

No levantamento das edições do jornal que relataram essas visitas, identificando os endereços das agremiações participantes do primeiro concurso de cordões, localizei um número considerável de associações situadas nas proximidades do Campo de Santana. A *Gazeta de Notícias* de 5 de fevereiro de 1906 descreve quatro sedes de cordões carnavalescos, três das quais se situavam nos arredores do Campo de Santana: “Os Teimosos das Chammas” e o “Grêmio Carnavalesco Dahlia de Ouro” ficavam na Rua General Caldwell, 147 e 143 (antiga Rua Formosa), enquanto o “Grêmio Carnavalesco Destemido do Inferno” localizava-se na Rua do Hospício, 322 (atual Rua Buenos Aires). Já nas visitas relatadas na edição seguinte, em 6 de

mais antiga), receberam um significativo incremento populacional com as reformas urbanas do início do século XX.

Com essas reformas, as populações urbanas que viviam na zona portuária há muito tempo, em função de sua ligação com o trabalho na estiva, somadas a muitos baianos migrados para o Rio de Janeiro devido ao tráfico interprovincial a partir da década 1870, viram-se obrigadas a procurar outras partes da cidade para se estabelecerem, em função das obras de modernização do porto e de abertura da Avenida Central. Especialmente, esta última obra provocou muitas demolições de imóveis nessa região, gerando déficit habitacional e, conseqüentemente, aumento dos preços dos aluguéis dos imóveis que restaram de pé.

Com isso, parte da população se espalhou pelo subúrbio do Rio de Janeiro, que começava a ser ocupado no início do século. No entanto, uma parcela significativa se deslocou para outras regiões do próprio Centro devido à proximidade com os locais de trabalho, uma vez que os custos dos transportes eram altíssimos. Além disso, muitos trabalhadores ofereciam serviços avulsos, o que tornava indispensável sua presença diariamente nos mesmos pontos da cidade à espera de contratantes (Abreu, 2013; Rocha, 1986).

Dessa forma, o entorno do Campo de Santana, que já era uma região mal-afamada da cidade, repleta de habitações coletivas, recebeu um incremento populacional etnicamente diverso, mas majoritariamente negro. Isso fez com que a Prefeitura considerasse cada vez mais necessária a realização de ações educativas nessa região, que “regenerassem” os modos de vida de seus habitantes.

Em sua pesquisa sobre a prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas, a historiadora Cristiana Schettini (2006) esmiuçou a perseguição sofrida por profissionais do sexo radicadas no Centro no contexto das reformas urbanas. Esta era uma das atividades praticadas na região escolhida para a realização da Batalha da Flores, festa que pretendia apresentar modos mais apropriados à cidade “civilizada” em formação.

Segundo Schettini (2006), para além dos objetivos moralizadores dessa perseguição, também estava em jogo a especulação imobiliária, uma vez que a presença das mulheres era tratada com diferentes graus de tolerância. Conforme as ruas eram remodeladas, os imóveis eram valorizados, mesmo aqueles cujos aluguéis já haviam se encarecido pela alta densidade demográfica da região.

Estes imóveis se tornaram especialmente visados depois que quarteirões inteiros foram demolidos para a abertura de novas avenidas e o alargamento de ruas. Junto a isso, os melhoramentos incrementaram o interesse pelos arredores das regiões modernizadas, dando

início a uma batalha jurídica entre, por um lado, o direito civil individual das prostitutas de ocuparem os imóveis na parte da cidade que lhes conviesse, e, por outro, a defesa da pudicícia coletiva (Schettini, 2006).

À época, os arredores da Rua do Sacramento, alargada durante a reforma Passos, formavam um núcleo de comércio sexual próximo às linhas dos bondes, bares e teatros. Ao mesmo tempo, a remodelação da Rua Sete de Setembro e o ajardinamento da Praça Tiradentes atraíram uma clientela “decente” para o comércio local, fazendo com que os negociantes da região não tivessem mais interesse na presença de prostitutas à sua volta. Isso deu início à intensa campanha de repressão das atividades das profissionais do sexo realizada pela polícia, o que resultaria no abandono dos imóveis (Schettini, 2006).

No entanto, nos arredores do Campo de Santana, entre as ruas do Núncio, Conceição, São Jorge e do Hospício, apesar de também haver uma grande concentração de casas de tolerância, *rendez-vous* e hospedarias, onde as trabalhadoras eram, em sua maioria, negras e nordestinas, a coibição ocorreu de forma diferente da que foi realizada na freguesia de Sacramento. Em ambos os locais, as mulheres se exibiam em portas e janelas de casas térreas. No entanto, na freguesia de Santana, o controle foi feito por meio de prisões rotineiras e temporárias, bem como da limitação da exteriorização das ofertas de serviços sexuais, enquanto nas áreas mais valorizadas recaíam as ameaças de expulsão.

A presença perene deste público na vizinhança do Campo de Santana reforçava a importância, para o Estado, da realização de ações educativas no parque, dentre as quais se destaca a pedagogia da festa adotada na promoção da Batalha das Flores. Se era necessário conviver com a apresentação de mulheres às janelas em busca de clientes, que se lograsse, ao menos, “refinar” seu comportamento diante da cidade civilizada que se configurava, haja vista que “[é] possível identificar [...] um núcleo de ruas nas proximidades do Campo de Santana cujas moradoras, embora não imunes a intervenções policiais violentas, lograram sobreviver às picaretas de Pereira Passos” (Schettini, 2006, p. 67).

A trajetória dos cordões carnavalescos consiste em um excelente exemplo de percurso educativo na cidade, considerando a racialização no processo civilizador. Muitos dos cordões, apesar de organizados, eram acompanhados bem de perto pelas forças policiais encarregadas de sancioná-los constantemente. Como recurso para sobreviverem na cidade, muitos cordões transformaram-se em blocos, clubes e grupos carnavalescos, refinando sua estrutura para manter seu espaço frente ao carnaval considerado “civilizado”.

Como condição para a longevidade dessas organizações, tornou-se necessária a existência da sede, o requerimento da licença de funcionamento, a submissão dos estatutos e dos nomes dos diretores e sócios para a aprovação do chefe de polícia. Todos os nomes citados tinham suas informações relativas a endereço, profissão e local de trabalho peneiradas, o que podia interferir na autorização para a saída do clube (Soihet, 1998).

Como já foi pontuado, os cordões eram manifestações culturais sabidamente herdeiras dos cucumbis, outrora praticados por pessoas escravizadas com suas cantorias em línguas africanas. Com o fim da instituição escravista, a experiência dos cordões foi associada à desordem, uma vez que as brincadeiras dos mascarados não respeitavam as hierarquias impostas entre escravizadores e escravizados. Ao confrontarem identidades ocultadas e cidadãos ditos “civilizados”, tais brincadeiras expunham os últimos a uma perigosa e desagradável igualdade, à qual não estavam acostumados. Outro desconforto colocado pelos cordões em tempos de liberdade era a transferência da responsabilidade do controle sobre as brincadeiras da esfera privada para a pública. Depois de três séculos de vigência institucional, não é difícil imaginar que a memória da escravidão pudesse contaminar os limites dessa transferência; entretanto, somente o fato de tê-los estabelecidos bastaria para causar nas elites uma sensação de descontrole sobre a festa.

Desta feita, a certificação de que os clubes carnavalescos eram compostos apenas por trabalhadores era uma tentativa de garantir que seus integrantes fossem mulheres e homens rastreáveis. Ou seja, se não estavam mais subordinados à lógica senhorial, pelo menos o Estado conseguiria identificá-los como trabalhadores dentro da ordem produtiva capitalista e, inclusive, poderia puni-los se julgasse necessário.

Em *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*, Rachel Soihet (1998) analisa a documentação dos primeiros clubes carnavalescos do Rio de Janeiro e chega à conclusão de que eles eram formados, em sua maioria, por pessoas oriundas de setores populares (Soihet, 1998, p. 84). No entanto, mesmo que as autoridades policiais reunissem toda a documentação sobre as agremiações e seus membros, era difícil contê-los, pois muitos dos integrantes tinham ocupações que não eram consideradas trabalho na acepção formal, como compositores, músicos, entre outros, sem deixarem, contudo, de participar do carnaval.

O monopólio da força por parte do Estado aumentou o controle sobre os cordões carnavalescos, levando alguns a adotarem comportamentos mais comedidos e transformarem-se em blocos, revelando sua estratégia de sobrevivência. Outros, porém, mantinham a antiga

rivalidade dos cordões, apesar da troca de nomenclatura. Entretanto, também havia nas ruas da cidade os ranchos carnavalescos, que se valiam de um método bastante auspicioso para conseguir trânsito e aceitação.

Assim como os cordões, os blocos e o samba, os ranchos aportaram no Rio de Janeiro com os baianos que se radicaram no bairro da Saúde e, posteriormente, transferiram-se para a Cidade Nova devido à alta dos aluguéis decorrente da construção da Avenida Central e suas demolições, anteriormente comentadas. Ao chegarem na Saúde, incorporaram-se aos antigos combatentes de Canudos que já haviam se acomodado na mesma localidade, constituindo, então a Pequena África (Fernandes, 2001).

A união destes dois grupos formou uma comunidade marcada pelos encontros nas casas de lideranças mais velhas, conhecidas como “tios” e “tias”, onde aconteciam sambas e cerimônias religiosas. Ali também se dava a saída de blocos e ranchos. Inicialmente, a saída destes últimos se dava no período natalino, sendo transferida para o carnaval por iniciativa de Hilário Jovino, apontado por pesquisadores como o responsável pela desvinculação dos ranchos da temática religiosa (cf. Soihet, 1998; Fernandes, 2001). Ele teria se desligado do rancho “Dois de Ouros” para fundar, em 1894, o “Rei de Ouros”, e transferir a saída do Dia de Reis para o carnaval.

Em pouco tempo, os ranchos passaram a gozar de grande popularidade, passando a serem considerados “cordões mais civilizados” devido à organização mais elaborada. Sua principal inovação se deu na música. Incorporaram um coral feminino de pastoras que entoavam a marcha rancho, tocada por instrumentos de cordas, como violão e cavaquinho, além de instrumentos de sopro. Tudo isso claramente se opunha à orquestra exclusivamente percussiva dos belicosos cordões, descendentes diretos dos cucumbis africanos.

Os ranchos impressionavam pela organização garantida pelas figuras dos três mestres que se faziam presentes nos desfiles: o mestre de harmonia (responsável pela orquestra); o mestre-sala (coreógrafo do grupo); e o mestre de canto (regente do coro). Quando dois ranchos se encontravam, dançavam alegremente e seus estandartes se saudavam de modo cortês. Havia, também, uma fieira de jovens fantasiados de índios à frente dos ranchos, até a já comentada proibição de tais fantasias, em 1908.

É possível identificar uma série de semelhanças entre os cortejos de cordões e de ranchos, embora as diferenças sutis tenham sido significativas para determinar a classificação dos primeiros como “incivilizados” – portanto, sujeitos à estrita vigilância e ao desaparecimento –, e dos segundos como “civilizados”, recebendo maior tolerância da sociedade da época.

Em ambos os cortejos, o estandarte se fazia presente. Porém, nos cordões, este era um objeto de disputa, que gerava agressividade entre os grupos, ao passo que, nos ranchos, o encontro entre os símbolos dos clubes promovia cortesia e incrementava a festa. A musicalidade estritamente percussiva dos cordões remetia diretamente à cultura africana, considerada “atrasada” em relação a cultura europeia nas etapas do processo civilizador. Dessa forma, acreditava-se que sua presença na cidade deveria ser apagada. Os ranchos, por sua vez, representariam um “avanço” nesse processo, por agregarem elementos europeizados, como instrumentos de cordas, sopro e um cortejo aparentemente mais estruturado, devido à presença de diferentes tipos de mestres organizadores. Até mesmo a polêmica comitiva de índios, ainda que fosse composta pelos mesmos capoeiras que desfilavam nos cordões, não precisava se utilizar da violência de forma recorrente nos ranchos, já que não era parte do ritual deste cortejo a disputa entre estandartes de grupos diferentes, mas sim a saudação amigável entre eles.

Utilizando-se deste formato, os ranchos conseguiram sobreviver, chegando até mesmo a fazer frente com as grandes sociedades carnavalescas, após incorporarem fantasias e enredos alegóricos aos desfiles. Em 1923, por exemplo, estas sociedades foram descritas por Coelho Neto como repetitivas, em função de suas temáticas consideradas imitativas e emprestadas, enquanto os ranchos primariam por originalidade (cf. Soihet, op. cit.: 98). Naturalmente, a opinião do escritor não era unanimidade, mas aponta para o alcance da manifestação popular ao se adequar aos padrões propostos pelo projeto civilizador, tornando-se palatável aos grupos que queriam a eliminação das demais festas populares.

2.1 A cidade como espaço de aprendizagem

No pós-abolição, embora o aspecto mais visível das ações educativas na freguesia de Santana tenha se dado no plano informal, a educação escolar também foi afetada. Como foi mencionado anteriormente, a cidade do Rio de Janeiro recebeu uma grande onda de migração nordestina, notadamente baiana, a partir de 1870. Até o começo do século XX, essa migração foi incrementada pela significativa imigração portuguesa, o que praticamente dobrou a população da cidade, de acordo com os dados apontados pelos censos de 1872 e 1907, respectivamente. Considerando essa explosão demográfica – inscrita, aliás, em um contexto de rearranjo das relações de trabalho devido ao processo de finalização da escravidão em curso –, ainda no Império, D. Pedro II redireciona uma iniciativa de cidadãos de homenageá-lo com uma estátua de bronze para a arrecadação de fundos voltados à construção e à reforma de escolas

públicas. Em resposta, a Câmara Municipal, juntamente com a Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida, atende ao pedido da Coroa.

Nessa conjuntura é fundada, na Praça Onze de Junho, a Escola Municipal São Sebastião, com capacidade para receber 600 alunos de ambos os sexos, em alas separadas. Situada na freguesia de Santana, o público a que se destinava a escola era o grande contingente que necessitava urgentemente se preparar para o trabalho livre e a civilização. Segundo Irma Rizzini e Alessandra Schueler:

A construção do prédio da Escola São Sebastião marcava a continuidade dos poderes públicos imperiais no sentido de intervir na “privatização” das regiões vizinhas ao Campo de Santana, visando regular, ‘civilizar’, e ordenar os usos e utilizações do seu espaço. Nas proximidades do local onde se realizavam as festas coloniais do padroeiro da cidade e as célebres comemorações do Divino Espírito Santo, pouco a pouco, fíncavam-se os símbolos de poder (Rizzini; Schueler, p. 97, 2017).

Em outras palavras, educação e festa já se estabeleciam no Campo de Santana como símbolos de poder. Assim, a ideia de se apropriar da festa, uma usança do gosto da população, para combater outra atividade congênere parecia uma solução eficaz para o mal-estar sentido pelas camadas altas com os brasileiros que se comportassem, de fato, como brasileiros, diante de uma elite que queria ser francesa.

Contudo, no início do século XX, o espaço urbano assistiu à reconfiguração da escola como um ambiente de formalidade, em oposição à sua organização como extensão da educação doméstica, verificada nos séculos anteriores. As atitudes dos profissionais e os materiais das instituições escolares foram substituídos para que os novos objetivos educacionais fossem alcançados. Dentre esses objetivos, o mais relevante era a construção de um estado de espírito moderno entre a população, a ser atingido por meio da renovação material e ideológica das escolas. No entanto, as escolas eram apenas um dos vetores da implementação dos ideais de cultura e civilização almejados pela modernidade, como se lê na seguinte passagem:

Por baixo e por dentro das modificações produzidas na organização escolar, o que estava em jogo era uma reforma do espírito público que exigiu o alargamento da concepção de linguagem escolar e que, superando o tradicional domínio oral e escrito das palavras, buscou a construção de todo um sistema de produção de significados e interação comunicativa. Por esse motivo, os espaços de aprendizagem se multiplicaram: não apenas a sala de aula, mas também as bibliotecas, os laboratórios, a rádio-educativa, os teatros, os cinemas, os salões de festa, os pátios, as quadras de esporte, os refeitórios, as ruas, as praças e os estádios desportivos (Nunes, 2000, p. 375).

Nessa perspectiva, podemos incluir o Campo de Santana como um dos mais significativos espaços de aprendizagem da cidade voltados para um impulso disciplinador.

Dentre as ações promovidas com o propósito de educar o público em momentos de distração, lazer e esparecimento, a Batalha das Flores utilizou a linguagem pregressa dos festejos carnavalescos para, por meio dela, ensinar um novo modo de brincar e socializar.

Praças, jardins, festas, parques de diversão, bailes e outros locais de lazer se tornaram espaços privilegiados para a observação do comportamento de outras pessoas e, com isso, incentivar a interiorização de padrões de comportamento. No caso específico da Batalha das Flores, as elites econômicas e intelectuais se apresentavam em movimentos comedidos por espaços controlados, em oposição ao entrudo, festa que pretendiam extinguir, em que os corpos eram tomados de assalto por jatos d'água, em correria desvairada pelas estreitas ruas da cidade de aspecto colonial. Daí a importância do planejamento das atividades de lazer na cidade que se modernizava. Nesse sentido,

Sublinhar o caráter educativo desses estabelecimentos de diversão alude, de início, ao conjunto de regras que, estrategicamente disposto, objetivava organizar os comportamentos dos frequentadores (formas de entrar, permissões e restrições de circulação, agentes de fiscalização etc.). Mas não só isso. A dimensão educativa também estava presente nas circunstâncias de aprendizagem que não dependiam exclusivamente da atuação direta de mecanismos de controle, pois, da convivência de pessoas em um espaço delimitado, mesmo que estivessem ali para se divertir, certo número de acordos tácitos de sociabilidade passava a ser disposto, cumprido e introjetado (Silva, 2009, p. 53).

Assim, as possibilidades proporcionadas por uma festa promovida em um espaço público potencializavam as circunstâncias de aprendizagem (Silva, 2009), isto é, as oportunidades de observação de comportamentos dentro das normas de sociabilidade, sem que, no entanto, houvesse instrumentos coercitivos que controlassem seu cumprimento. Dessa forma, a festa contribuiria para a vigilância coletiva sobre os comportamentos, o que, com o tempo, leva ao desenvolvimento do autocontrole das emoções como uma segunda natureza dos indivíduos (Elias, 1990; 1993).

Entretanto, antes da promoção de festas exemplares, os carnavais que se espalhavam pelas ruas e atordoavam as elites eram objeto das investidas civilizadoras, que encontraram no entrudo um foco privilegiado. Em torno desta brincadeira se desenvolveu uma relação complexa, em que a dinâmica de arremesso de objetos era vista, a princípio, como perniciosa, mas foi recuperada como instrumento pedagógico pela Batalha das Flores. Com isso, a ludicidade do lançamento de objetos, que dava ao entrudo um aspecto agressivo, foi reorientada para a delicadeza de movimentos que a manipulação de flores demanda.

O entrudo, como já foi mencionado, era uma brincadeira carnavalesca de origem portuguesa na qual os foliões jogavam peças uns sobre os outros com o objetivo de molhá-los

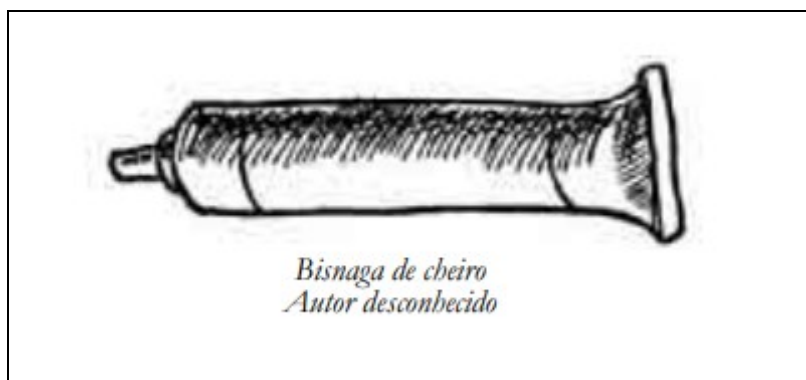
ou sujá-los. Praticado no Brasil desde o século XVII, os projéteis mais comuns eram os limões de cheiro, que consistiam em bolas feitas de uma finíssima película de cera preenchida com água aromatizada, que estouravam quando arremessadas contra o corpo de outro folião.

Muitas vezes, o líquido que preenchia os limões de cheiro era água perfumada com lavanda; no entanto, havia quem preferisse “pregar uma peça” ainda mais surpreendente e os preenchesse com líquidos malcheirosos, como, por exemplo, urina ou água de esgoto (Soihet, 1998; Fernandes, 2001).

Com o passar do tempo, a lista de instrumentos empregados na brincadeira cresceu e se sofisticou, acompanhando o desenvolvimento tecnológico. Somaram-se aos limões de cheiro cartuchos com pó de goma, gamelas cheias d’água derramada das janelas dos sobrados, bexigas que esguichavam água, seringas de folhas de flandres, relógios esguichadores de água etc. Todos esses apetrechos eram utilizados numa brincadeira extremamente popular e controversa, pois não era necessário o consentimento do atingido para que ela acontecesse.

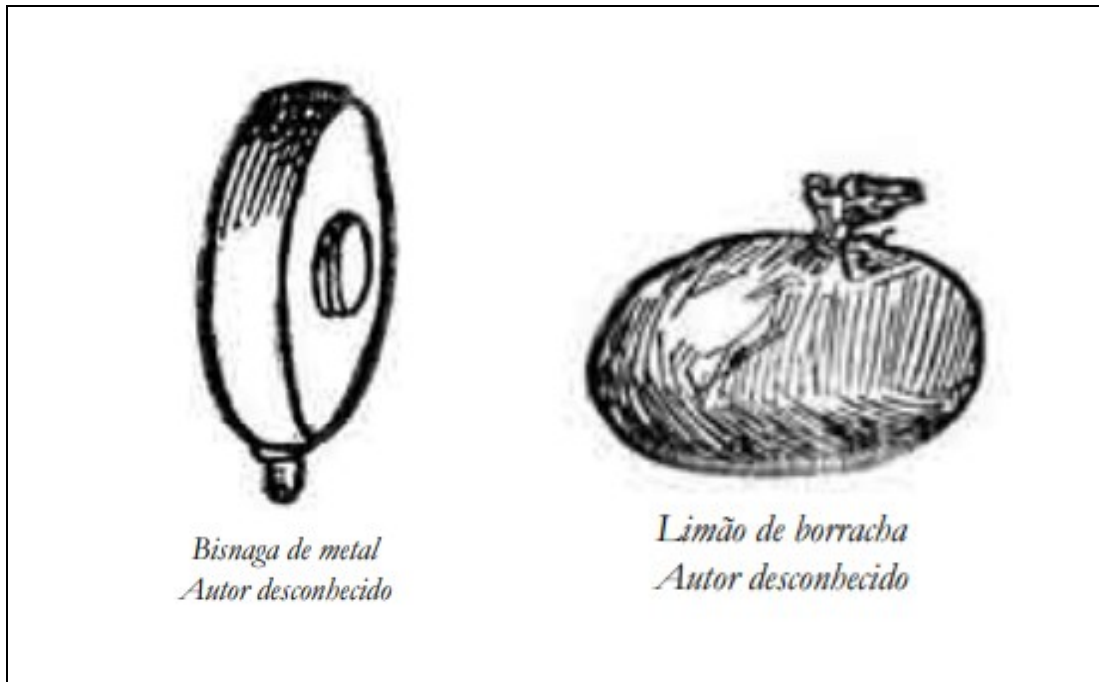
As imagens a seguir ilustram três dispositivos utilizados nos tempos do entrudo, reproduzidos no livro *O Rio de Janeiro do meu tempo*, de Luís Edmundo (2003).

Figura 8 – Bisnaga de cheiro



Fonte: Edmundo, 2003, p. 502.

Figura 9 – Bisnaga de metal e limão de borracha



Fonte: Edmundo, 2003, p. 502.

A fim de apresentar outros utensílios empregados na brincadeira, as três imagens a seguir reproduzem cenas publicadas na *Revista Illustrada* em 1879.

Figura 10 – Mulher atacada por pó de goma



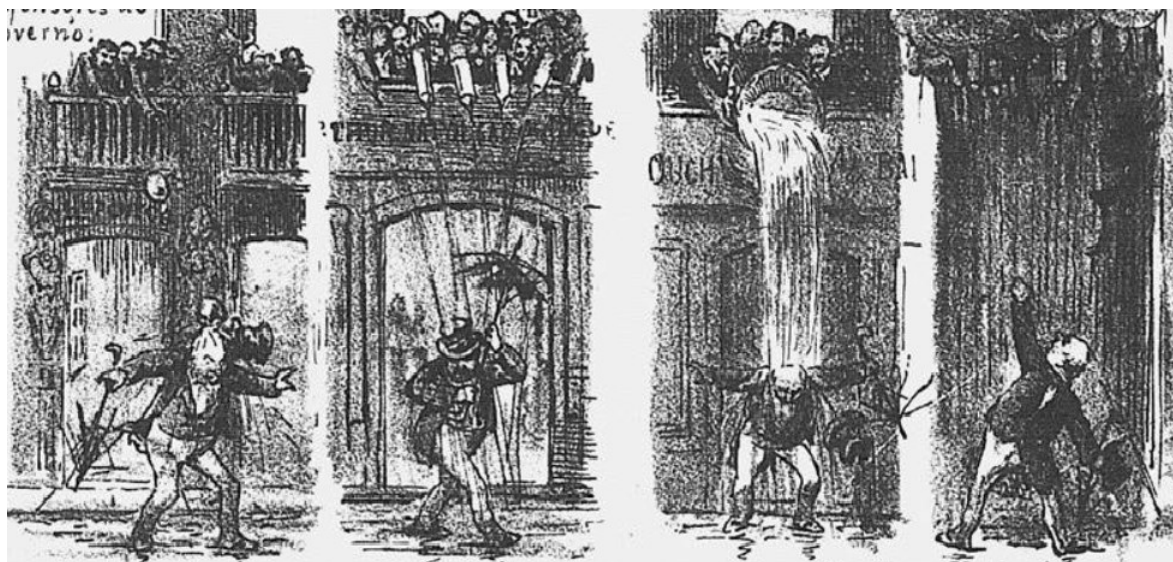
Fonte: Revista Illustrada, ano 4, n. 152, p. 4, 1879.

Figura 11 – Grupo esguicha água com seringas em homem



Fonte: Revista Illustrada, ano 4, n. 152, p. 4, 1879.

Figura 12 – Homem entrudado em sequência por limão de cheiro, seringa, bacia e bisnaga



Fonte: Revista Illustrada, ano 4, n. 152, p. 7, 1879.

Em Portugal, há registros da prática do entrudo desde a Idade Média até o início do século XX. Sempre associada a uma atividade grosseira, a brincadeira foi objeto de inúmeras tentativas de enquadramento aos padrões civilizacionais franceses no contexto português, assim como ocorreu no Brasil, como veremos adiante.

No Brasil, o entrudo era uma brincadeira carnavalesca praticada por todas os segmentos sociais, um verdadeiro fenômeno de popularidade. Isso não quer dizer que as hierarquias sociais fossem ultrapassadas durante o carnaval. Havia uma rígida distinção entre o entrudo praticado nos salões, pelas famílias abastadas, e o entrudo das ruas.

O primeiro acontecia de forma privada e somente entre os pares, não representando, portanto, perigo de ruptura da ordem social. Há relatos, inclusive, de que o imperador D. Pedro I apreciava muito a brincadeira e que, também, seu filho D. Pedro II jogava com as irmãs na Quinta da Boa Vista (Fernandes, 2001; 2003). Já o entrudo praticado nas ruas franqueava as molhadelas a escravizados, libertos e pessoas pobres livres, levantando o temor de que pudesse encobrir ou provocar conspirações e revoltas. As duas imagens a seguir ilustram esse contraste entre o entrudo familiar e o popular no Brasil oitocentista.

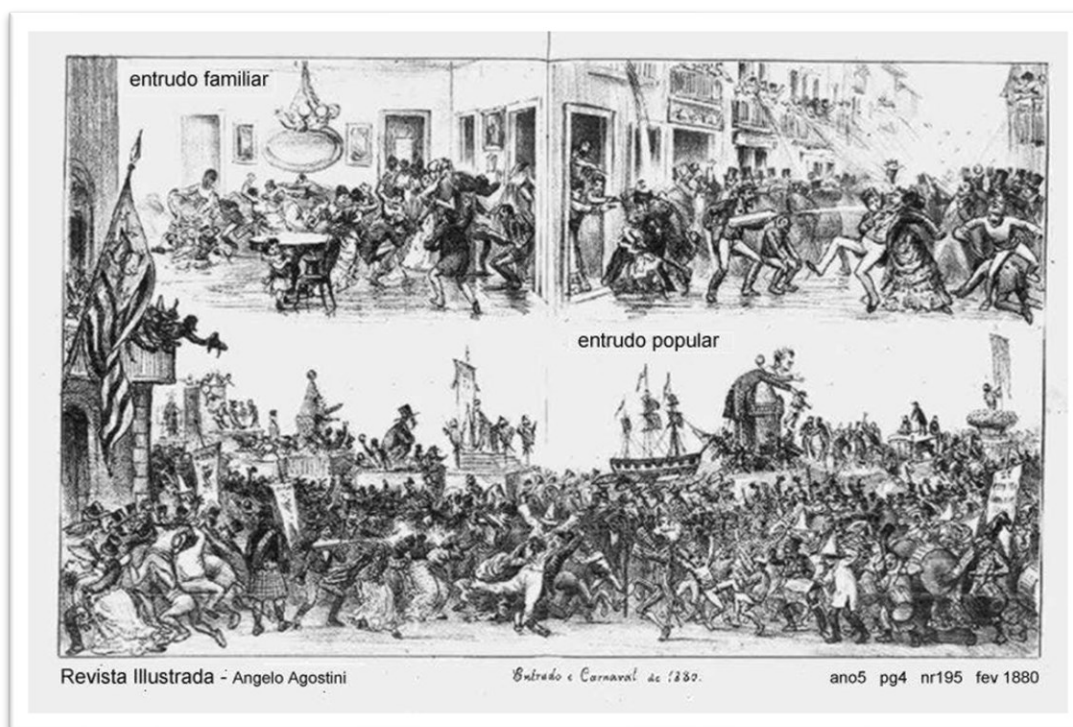
Figura 13 – Entrudo familiar em aquarela de Augustus Earle (1739-1838)



Nota: Entrudo familiar retratado na aquarela *Jogos durante o carnaval no Rio de Janeiro*, de Augustus Earle (1739-1838).

Fonte: Augustus Earle, 1822. Reprodução – Rio Memórias, c2024. Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/entrudo>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Figura 14 – Entrudo familiar e popular lado a lado (1880)



Nota: Gravura *Entrudo e Carnaval de 1880*, de Angelo Agostini, publicada na *Revista Illustrada*.
 Fonte: Revista Illustrada, ano 5, n. 195, p. 4, fev. 1880.

Como medida preventiva, o entrudo foi proibido do século XVII ao século XX. As inúmeras reedições de alvarás e portarias com o objetivo de coibi-lo apontam para a resistência de sua prática, a despeito das estratégias de controle articuladas. Mesmo sendo um jogo querido e praticado por diferentes segmentos sociais, já em 1604 foi considerado ilegal e, daí por diante, há registros de uma sequência de alvarás e portarias reiterando sua ilegalidade, nos anos de 1608, 1612, 1685, 1686, 1691, 1734, 1783, 1784 e 1848, o que indica a força de sua popularidade (Cunha, 2011; Fernandes, 2001).

Na trajetória modernizadora da cidade do Rio de Janeiro, o entrudo foi alvejado pelo discurso higienista que o elegeu como um dos responsáveis pelas moléstias que castigavam a população. O Rio de Janeiro sofria constantemente com epidemias que assolavam a população e ceifavam inúmeras vidas. As principais delas eram a febre amarela, a cólera e a varíola. A primeira doença veio a se tornar a principal questão de saúde pública da Corte a partir de 1850, quando apareceram os primeiros casos. Porém, as medidas tomadas para combater a doença concentraram-se num verdadeiro ataque aos modos de viver possíveis dentro das condições materiais de existência dos grupos populares e seus hábitos.

Segundo Chalhoub (2006), os higienistas do período faziam uma associação entre o surgimento dos primeiros casos de febre amarela e a imigração, uma vez que associavam o fato do Império não apresentar números significativos da doença até 1850, quando surgiram os primeiros registros. Passada a década de 1860, praticamente sem incidência de casos, houve uma explosão de ocorrências a partir de 1870.

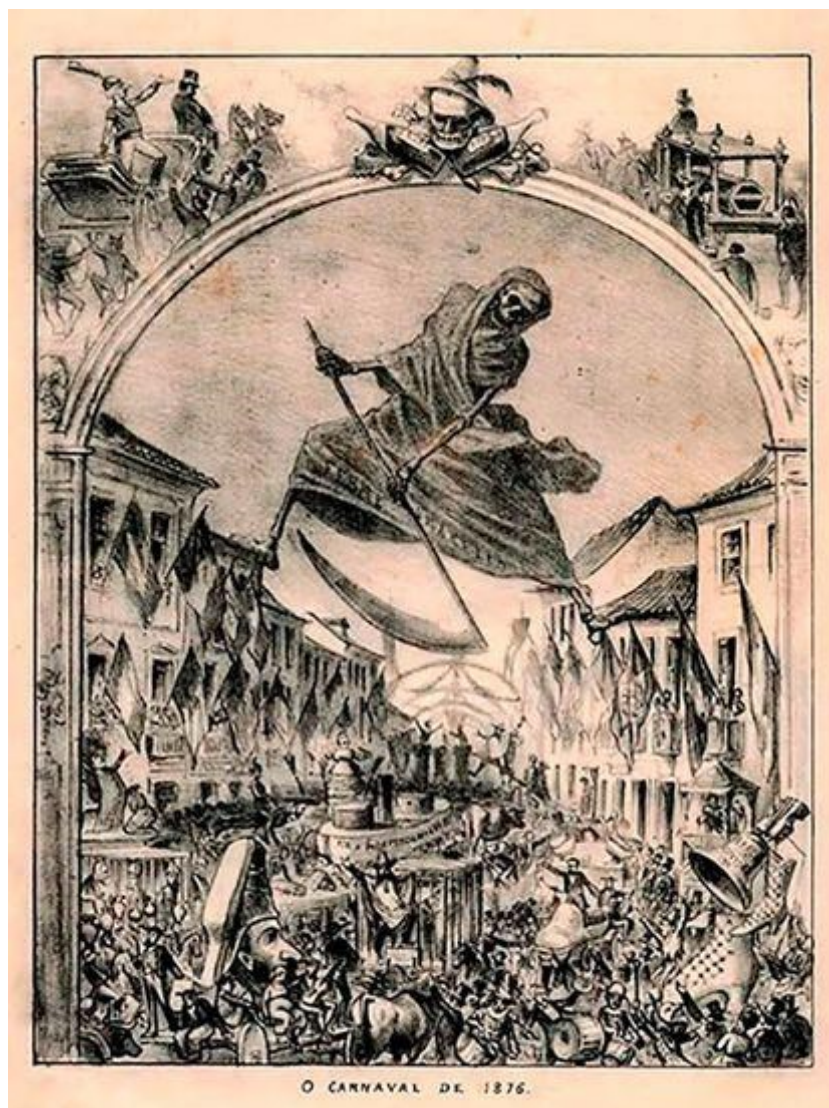
A primeira onda de casos foi atribuída ao comércio escravista que traria pessoas contaminadas da África. De acordo com as teorias científicas do período, o calor, as aglomerações, os espaços pouco arejados, sujos, mal iluminados e úmidos provocariam a emanção de miasmas pestilentos que ficariam suspensos no ar, favorecendo a propagação das doenças entre as pessoas. Logo as condições descritas como doentias foram associadas às habitações populares, dando início a uma verdadeira cruzada contra os cortiços e casas de cômodos onde viviam muitos libertos e pessoas escravizadas com autorização dos proprietários para “viverem sobre si” mediante o pagamento de uma quantia combinada (Chalhoub, 2006).

A partir da segunda onda de casos de febre amarela, iniciada na década de 1870, com o fim do tráfico humano da África, o fluxo de imigrantes portugueses foi responsabilizado pela doença. Estes indivíduos aportavam no Rio de Janeiro para trabalhar no comércio e se instalavam, na maioria das vezes, nas mesmas habitações coletivas insalubres em que os trabalhadores nacionais.

Para tornar ainda mais inflamada a campanha contra os cortiços, os administradores da cidade os descreviam em termos que pareciam reconstituir cenas de porões de navios, responsáveis, segundo as teorias médicas da época, pela geração do veneno da febre amarela, especialmente os navios negreiros. Somado a isso, observava-se que os imigrantes recém-chegados sucumbiam mais frequentemente à febre amarela nas habitações coletivas, enquanto os negros eram muito mais resistentes. Esses fatores foram suficientes para transformar os cortiços em “inimigo número 1” da saúde pública carioca.

O entrudo, assim como os cortiços, não passou despercebido pela sanha normalizadora dos sanitaristas, que atribuíam à desinformação dos grupos populares a responsabilidade por comportamentos que faziam mal física e moralmente. Segundo Soihet (1998), no ano de 1831, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro encomendou aos médicos da capital um mapa que correlacionasse casos de doenças e mortes com a prática de entrudo. Meio século após a produção deste documento, em 1886, a Inspeção de Higiene alertava a população a respeito da comprovação de que as molhadelas potencializavam a febre amarela (Pereira, 1994, p. 40).

Figura 15 – Febre amarela ceifando vidas no carnaval (1876)



Nota: Publicada originalmente na *Revista Illustrada*, a gravura *O Carnaval de 1876*, de Angelo Agostini, mostra febre amarela atacando foliões do Rio de Janeiro no carnaval de 1876.

Fonte: Angelo Agostini. *Revista Illustrada*, 1876.

Com o objetivo de compreender a importância do desenvolvimento do discurso higienista, sobretudo na campanha pela intervenção no corpo por meio da introdução da educação física nos colégios, José Gonçalves Gondra (2004) esmiuçou dezesseis teses médicas sobre educação apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1845 e 1891. Nessas teses, a proposta de intervenção moral e intelectual da medicina sobre os corpos se apresentava na mesma linha da campanha contra o entrudo, sob a justificativa de que determinadas práticas exporiam os sujeitos às doenças. Nessa perspectiva, as intervenções tanto na educação escolar quanto na educação através da socialização, a exemplo das festas populares abordadas neste capítulo, eram consideradas importantes. Segundo o pesquisador,

torna-se necessário fazer três destaques preliminares no que se refere às representações médicas acerca do corpo: a) a necessidade de se intervir no corpo, isto é, de formar e de educar o corpo; b) *a perspectiva de se desenvolver uma intervenção integrada, articulada e associada com as preocupações intelectuais e morais*; e c) a extensão da intervenção no corpo (Gondra, 2004, p. 287, grifo meu).

Paralelamente à campanha que transformava o entrudo em um perigo para a saúde, surgiram as sociedades carnavalescas. Criadas por membros da elite na década de 1850, essas associações pretendiam reconfigurar o carnaval carioca, assemelhando-o ao da cidade francesa de Veneza. Seus desfiles se caracterizavam pelo luxo, suntuosidade e crítica social. No entanto, como eram formadas por membros da elite, suas críticas de caráter político apresentavam uma marca de origem social muito contundente. O entrudo, por sua vez, representava não apenas uma diversão compartilhada por pessoas escravizadas, libertas e pobres, mas, sobretudo, a marca de uma sociedade bárbara e colonial da qual o Rio de Janeiro dava os primeiros passos para se afastar, em meados do século XIX (Neves, 1986), e que a Reforma Passos decidiria abandonar completamente, no início do século XX.

Nesta caminhada rumo à modernização pela festa, o entrudo deveria ser primeiramente isolado dos festejos do carnaval, com a criação de bailes de máscaras privados, e, mais tarde, definitivamente substituído pelo carnaval de formato europeu, desenvolvido nos desfiles das grandes sociedades carnavalescas ou sugerida pela Prefeitura com a Batalha das Flores.

Os desfiles das grandes sociedades estavam inseridos numa pedagogia que apresentava uma única forma de festejar, cuja finalidade era incutir na população modelos de comportamento propagandeados pelas elites que delas participavam, para que os grupos cujos hábitos sociais refletissem um estágio de desenvolvimento aquém do padrão europeu se aproximassem das elites no processo civilizador carioca (Elias, 1990; 1993). Este decurso apoiava a ação coercitiva do Estado, que se dava, especialmente, pela criação de legislações reguladoras das práticas populares somada à constante fiscalização, com o objetivo de promover a interiorização dos padrões de comportamento até que a capital do Brasil se tornasse uma cidade cosmopolita e civilizada.

Continuemos acompanhando o caso da disputa entre as sociedades carnavalescas e os hábitos populares. Em 1889, a sociedade carnavalesca ‘Club dos Democráticos’ se aliou à campanha contra as moradias insalubres nas quais moravam os pobres da cidade, desfilando com um carro alegórico que representava o célebre cortiço “Cabeça de porco”, que até hoje apelida com desdém as habitações coletivas da cidade. Das narinas, boca e orelhas “apareciam assustados inquilinos, irrequietos com a presença de delegados da Inspeção de Higiene que

rondavam o local” (Pereira, 1994, p. 82). No mesmo ano de 1889, o ‘Club dos Democráticos’ trouxe à capital da República a primeira versão da Batalha das Flores ocorrida na cidade do Rio de Janeiro que consegui identificar entre os periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.²² Como se nota no anúncio a seguir (Figura 16; Quadro 7), esta primeira versão consistiu em um baile à fantasia:

Figura 16 – Anúncio da primeira versão da Batalha das Flores (1889)



Nota: Reprodução do anúncio da primeira versão da Batalha das Flores, promovida pelo “Club dos Democráticos” em 1889, divulgado no *Jornal do Commercio*.
 Fonte: *Jornal do Commercio*, 1º de fevereiro de 1889.

²² Antes da promoção do baile denominado pelo Club dos Democráticos como a 1ª Batalha das Flores na cidade do Rio de Janeiro em 1º de fevereiro de 1889 ocorreu na cidade de Petrópolis em 25 de janeiro de 1888 (cf. *Correio Mercantil*, 25 de janeiro de 1888) uma Batalha das Flores durante o carnaval. Optei por não a considerar nesta pesquisa a fim de delimitar o recorte espacial do objeto estudado.

Quadro 7 – Transcrição do anúncio da primeira versão da Batalha das Flores (1889)

D.C.
 CLUB DOS DEMOCRÁTICOS
 HOJE
 Sexta-feira 1 de Fevereiro
 1ª BATALHA DAS FLORES
 surpreendente baile a
 FANTASIA
 Fritz, 1º secretário
 Só terão ingresso os Srs. Sócios que engastarem
 seus preciosos nomes na
 ROSA DE OURO
 e apresentarem o recibo do mês.
 As diversas comissões do carnaval achão-se
 todas as noites a disposição dos sócios.
 Ruy Blas, 1º Tesoureiro
 Sabbado e Domingo 2 e 3 magestáticos Fandangeassú (Obrigados a guisos)

Nota: Transcrição do anúncio da primeira versão da Batalha das Flores, promovida pelo “Club dos Democráticos” em 1889, divulgado no *Jornal do Commercio*.

Fonte: Jornal do Commercio, 1º de fevereiro de 1889.

Anunciada no *Jornal do Commercio* de 1º de fevereiro de 1889, a “1ª Batalha das Flores” promovida pelo ‘Club dos Democráticos’ apresentou o formato de um grande baile à fantasia, que se repetiria por mais três edições, nos dias 9, 26 e 25 de fevereiro de 1889. Estes bailes foram realizados como uma forma de apartar a celebração carnavalesca do entrudo praticado nas ruas pelos grupos populares, de modo bastante coerente com o carro alegórico da mesma associação, que criticava as moradias de muitos dos jogadores do entrudo.

Nos 14 anos que separam o baile denominado “1ª Batalha das Flores” do ‘Club dos Democráticos’ e a primeira edição da Batalha das Flores promovida pela Prefeitura do Distrito Federal no Campo de Santana, não consegui identificar, entre os periódicos disponíveis no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, nenhuma fonte que indicasse a razão pela qual a Prefeitura resolveu se apropriar do nome da festa. Por outro lado, é verificável, neste período, uma campanha persecutória demarcada pelo grande número de publicações de circulares fixando posturas municipais que proibiam a brincadeira do entrudo e infligiam pena de multa ou prisão a quem fosse flagrado a praticá-la.

Como exemplo dessas proibições, temos a postura municipal publicada em outubro de 1903, logo após a primeira edição da Batalha das Flores no Campo de Santana, reiterando o alvará de 30 de janeiro 1891, que proibira o jogo do entrudo:

Quadro 8 – Postura da Prefeitura do Distrito Federal contra o entrudo (1903)

Entrudo

Para conhecimento dos interessados, faço público, de ordem do Sr. Prefeito do Districto Federal, que está em inteiro vigor e será estrictamente observado durante o carnaval do próximo ano, a postura que se segue, constante no edital de 30 de janeiro de 1891, sobre o jogo do entrudo:

Fica proibido o jogo do entrudo dentro do município; qualquer pessoa que o jogar incorrerá na pena de 5\$000 a 12\$000 e, não tendo como satisfazer, sofrerá de dous ou oito dias de prisão, sendo os infratores conduzidos pelas rondas policiaes a presença das auctoridades para o julgar a vista das partes e das testemunhas que presenciarem as infracção – as laranjas de entrudo que forem encontradas pelas ruas ou estradas serão inutilizadas pelos encarregados das rondas.

[...]

Art. Único – A disposição supracitada fica extensiva aos que lançarem sobre os transeuntes ou pessoas que se acharem às janellas de suas casas água ou qualquer líquido, ainda que aromático, por meio de seringas ou tubos; aos que servirem para seu divertimento de qualquer pós; finalmente, aos que atirarem para a rua ou desta para a casa estalos fulminantes.

Diretoria de Polícia Administrativa, Archivo e Estatística, 1 de outubro de 1903.
Antonio Candido do Amaral, no impedimento do Diretor.

Fonte: Gazeta de Notícias, 8 de outubro de 1903.

Com esta postura municipal de 1903 (Quadro 8), foram estabelecidas multas e pena de prisão (no caso da impossibilidade de seu pagamento), bem como a retenção dos instrumentos utilizados na brincadeira e a extensão do controle ao entrudo domiciliar. Esta última medida foi decisiva no fechamento do cerco estabelecido por Pereira Passos para pôr fim ao entrudo no carnaval de 1904, mesmo que, para isso, fosse necessário violar as hierarquias tacitamente instauradas.

Ao mesmo tempo, também havia manifestações a favor do entrudo, que deixam claro que o projeto de modernidade proposto pela Prefeitura estava longe de ser um consenso na sociedade da época. Apesar de apresentar muitas passagens ilegíveis, uma crônica publicada na *Gazeta de Notícias* de 9 de fevereiro de 1902 nos ajuda a compreender como alguns cariocas se sentiam diante da proibição de uma brincadeira tão popular, no contexto em que a cidade estava sendo fisicamente reformada e tantas transformações aconteciam simultaneamente:

Quadro 9 – Crônica a favor do entrudo na Gazeta de Notícias (1902)

[...] Ah, as bisnagas! que polícia será capaz de impedir que a população carioca se molhe nos três dias de carnaval? O entrudo é uma tradição nossa: e nós que, em geral, não fazemos caso de nossas tradições, seguramo-nos a essa. Com unhas e dentes. Os editaes que proíbem o entrudo ficam sendo letra morta: mais força tem a festa singular e o inexplicável delírio que nos leva a procurar bronquites e pneumonias, com o mesmo afan e o mesmo cuidado com que nos outros dias procuramos sossego e saúde.

É interessante exumar do olvido, no dia de hoje, uma página curiosa em que Ferdinand Denis descreve o que era o entrudo, aqui, no bom tempo de antanho. [ilegível] nossos avós se entregavam sem peso nem medida a esse divertimento nefasto:

[ilegível] e atrás das portas das habitações estão escondidos homens com [ilegível] e grandes gamelas cheias d'água. [ilegível] que uns aos outros se molham e de [ilegível] o fazem as ruas ficam inundadas de uma a outra extremidade como se fossem prolongamento da bahia. [ilegível] sistema de inundações tão longe se [ilegível] que uma gazeta seriamente se queixa que, no ano passado, os chafarizes podiam chegar a esgotar-se! Os [ilegível], tão numerosos no Rio de Janeiro e que são os que mais particularmente sofrem os ataques, nem sempre conseguem evitá-los: e isto chegou a tal [ilegível] que obrigou o intendente geral da polícia a publicar uma circular em que, declarava que os jogos de entrudo [ilegível] a pancadas e ferimentos porque se participavam contra a vontade dos indivíduos. Ficavam proibidos tais jogos nas ruas e nos teatros, não podendo ser [ilegível] esses divertimentos numa sociedade civilizada.

Fonte: Gazeta de Notícias, 9 de fevereiro de 1902.

Este fragmento da crônica é revelador em muitos aspectos. O primeiro é a maneira debochada pela qual o autor desafia a polícia – talvez porque lhe tenha parecido também um deboche uma circular que fora publicada anteriormente na *Gazeta de Notícias* de 25 de janeiro de 1903, reiterando que o alvará municipal de 1891 proibia o jogo de entrudo por meio de bisnagas de metal ou por qualquer outro instrumento, sujeitando os infratores a multa em dinheiro ou prisão de dois a cinco dias (cf. *Gazeta de Notícias*, 9 de fevereiro de 1902).

Ora! Se a cidade queria modernidade, o entrudo a acompanhou. Adaptou-se com o objetivo de sobreviver entre aqueles que o consideravam sujo e indigno de ser praticado numa cidade civilizada. Para tanto, as bisnagas e os limões de cheiro deixaram de ser preenchidos com líquidos fétidos, restringindo-se a água ou perfume. As bisnagas ainda movimentaram o mercado, inovando ao serem preenchidas com groselha, vinho e outras bebidas. Mas nada disso foi suficiente para tornar a brincadeira tolerável (Moraes, 1987; Soihet, 1998).

Na mesma *Gazeta de Notícias*, em 8 de fevereiro de 1901, saíra uma nota informando que o chefe de polícia estaria irredutível em relação à proibição do entrudo, o que dá a entender que havia apelos para que se flexibilizasse uma regra tão restritiva sobre uma tradição, como bem colocou o autor da crônica em defesa da brincadeira²³ transcrita no Quadro 9. A nota

²³ É interessante notar que o autor da crônica, não identificado devido à má qualidade da impressão do texto digitalizado e ao desgaste pelo tempo, recorre ao historiador Ferdinand Denis para referendar seu argumento de que o entrudo seria parte da história da cidade e deveria, portanto, ser conservado.

prossegue com a seguinte afirmação: “a postura municipal não faz distinção de bisnagas nem de outros quaesquer instrumentos contendo águas aromatizadas ou não, destinadas ao jogo do entrudo” (Gazeta de Notícias, 8 de fevereiro de 1901). Logo, percebemos que, diferentemente do espaço da cidade, o entrudo não poderia sofrer remodelações a fim de se tornar mais salubre. Ele deveria deixar de existir enquanto festa minada pelas ruas, praticada pelos grupos populares – dentre elas, muitos libertos –, fora do controle da Prefeitura.

Outra passagem interessante da crônica apresentada no Quadro 9 diz respeito à relação entre a febre amarela e o entrudo. À época, essa doença assolava o Rio de Janeiro, fazendo com que a cidade fosse conhecida como “túmulos de estrangeiros” e outros apelidos pouco lisonjeiros, decorrentes da situação de saúde pública local. Já mencionamos que, desde o início do século XIX, os médicos da capital culpavam o entrudo pelas moléstias da população. No entanto, por se tratar de uma prática carnavalesca, tal brincadeira não poderia ser responsabilizada pelos muitos casos de doenças e mortes que ocorriam ao longo do ano. Ademais, de acordo com o conhecimento médico do período, os miasmas pestilentos emanados de pântanos, matérias em decomposição e ares poluídos seriam responsáveis pela propagação de doenças. Portanto, a cidade teria muitos outros problemas de ordem estrutural para resolver antes de regular a diversão popular (Benchimol, 1992).

O texto explicita, ainda, a intrincada relação, no projeto modernizador, entre as propostas de remodelação física do espaço urbano e o refinamento dos hábitos proporcionados pela contenção das emoções dos indivíduos, visando à criação de um ambiente onde as pessoas convivessem com urbanidade no sentido amplo desta palavra. Nesse prisma, a urbanidade carioca deveria significar viver de acordo com lógica da vida das cidades modernas, cumprindo as regras de convivência e cortesia estabelecidas neste contexto.

A crônica também descreve as poças e inundações que a prática do entrudo provocava nas ruas. Isso nos leva a conectar a aversão a esta brincadeira com um possível temor em nome da saúde pública, embasado na teoria dos miasmas que provocariam as infecções por febre amarela e outras doenças. Mais tarde, essas infecções se transformariam em epidemias pelas multidões que propagavam o contágio durante os dias de folia, multiplicando as doenças pelos cortiços e casas de cômodos que habitavam. Não por menos, a gravura de Angelo Agostini publicada na *Revista Illustrada* em 1876, reproduzida anteriormente (Figura 15), responsabiliza o carnaval pelas mortes na cidade.

A preocupação com a falta d’água nos chafarizes decorria do desconforto vivenciado pela população durante o escaldante verão de 1888, quando houve abastecimento irregular na

cidade. Na ocasião, o jovem engenheiro Paulo de Frontin apresentou um projeto de canalização da água das cachoeiras do rio Tinguá para a represa do Barrelão, de onde seguiam paralelamente à linha da estrada de ferro do Rio d'Ouro para a cidade do Rio de Janeiro. O projeto tinha execução prevista para seis dias e custo inferior ao dos concorrentes no concurso promovido pelo Governo Imperial, que planejava um prazo de seis meses e um orçamento muito mais avultado. Frontin obteve êxito em sua proposta e, de fato, em seis dias o abastecimento se normalizou. No entanto, os problemas de ordem estrutural da cidade eram tão severos que marcaram a memória da população, alimentando o temor de que o entrudo pudesse desabastecê-los novamente.

Não menos importante é o relato do cronista a respeito das pancadas e ferimentos sofridos por aqueles que participavam do entrudo involuntariamente, submetidos a um jogo violento. Portanto, sua proibição decorreria da incompatibilidade entre a exposição dos transeuntes ao perigo e a vida em uma metrópole civilizada. Nesse cenário, a proibição do entrudo por parte da Prefeitura tinha em vista o desenvolvimento da contenção das emoções que envolviam os indivíduos no jogo coletivo do carnaval. Junto a isso, a intensa campanha de desaprovação do entrudo tocada pela imprensa, associando-o a hábitos irrefreados, bem como o surgimento das sociedades carnavalescas, com os bailes de carnaval assumindo a posição de festejo civilizado, além dos perigos relativos à saúde, provocados pelas molhadeiras do entrudo, criaram um clima de constrangimento e vigilância sobre os brincantes, cujo objetivo era, a longo prazo, levar à interiorização da norma como uma espécie de segunda natureza (Elias, 1990).

Dentre os documentos escritos disponíveis no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), não localizei algo que pudesse indicar a razão pela qual a Prefeitura do Distrito Federal, em 1903, tomou a iniciativa de realizar a primeira Batalha das Flores como festa pública. Entre pedidos de concessão de licenças para instalações de barracas, parques de diversão e muita discussão acerca da conservação do parque público do Campo de Santana, nada se revelou sobre a gênese da Batalha das Flores dentro da administração pública.

Na consulta a documentos impressos, obtive mais indicações, ainda que não se tenha descoberto um documento revelador. Também não encontrei nenhum texto que se referisse nominalmente à proposta da Prefeitura de realizar uma festa chamada Batalha das Flores, nenhum orçamento, registro, reclame, prestação de contas ou algo que o valha. O que a leitura dos Boletins da Intendência Municipal indica é que durante o governo do prefeito Pereira Passos, que durou de 1902 a 1906, a gestão pública adotou uma série de medidas educativas no sentido de refinar os modos da população. Trata-se de medidas que incluíam a escola pública,

mas não se limitavam a ela, e nas quais as festas tinham um papel fundamental. Além disso, a iniciativa da Prefeitura envolvia alguns agentes privados que também faziam das festas instrumentos pedagógicos.

Entre essas medidas²⁴, podemos mencionar como exemplos o cerceamento a brinquedos populares, como pipas, sob o argumento de que poderiam se enroscar em fios de telégrafos; a proibição do uso de fogos de artifícios nas festas juninas; orientações para que as professoras primárias realizassem comemorações em datas históricas relevantes para a República; visitas reiteradas do próprio Pereira Passos a escolas públicas etc. Não pretendo me alongar na análise desses casos neste capítulo. Por ora, menciono-os apenas para exemplificar como a Prefeitura dirigia suas intervenções ligadas às diversões populares, ao mesmo tempo que dialogava com as escolas, certificando-se de que as medidas civilizadoras alcançariam a população.

Nos anos finais do século XIX e no início do século XX, os correspondentes de Lisboa para o jornal carioca *Gazeta de Notícias* descreveram em seus textos várias queixas sobre o entrudo, por eles considerado sujo e violento, muito semelhantes às reclamações dos cariocas no mesmo período. No entanto, entre o final de janeiro e o início de fevereiro de 1902, os textos desses correspondentes lisboetas começam a citar os planos para a realização de um carnaval “civilizado”, como, por exemplo, na passagem a seguir (Quadro 10), escrita por João da Câmara em 18 de janeiro de 1903, em Lisboa, e publicada no Rio de Janeiro em 9 de fevereiro de 1903:

Quadro 10 – Texto sobre o carnaval de Lisboa que menciona a Batalha das Flores

Anda na mente de alguns a organização de uma batalha das flores na Avenida local que de certo muito se presta para tal espetáculo, bonito desde que haja carruagens luxuosas e flores em abundância. [...]

O carnaval, cuido eu, é mais renitente a civilização que os pretos da África. Aos novos missionários vão, parece-me, fazer um fiasco completo, mau grado toda sua boa vontade. O entrudo, como por ahi o temos visto, é uma válvula de segurança por onde toda a selvageria que mais ou menos toda a gente tem dentro de si se expande durante três dias.

Fonte: João da Câmara. *Gazeta de Notícias*, 9 de fevereiro 1903.

Primeiramente, é notável a percepção do autor de que pessoas negras teriam grande dificuldade de se apropriar dos modelos de civilização prescritos pelos europeus e seus caudatários. Se levarmos em consideração que esta opinião foi emitida por um português e publicada francamente em um jornal de grande circulação na capital do Brasil, não podemos

²⁴ Essas medidas constam no Boletim da Intendência Municipal publicado pela Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Archivo e Estatística, referente ao ano de 1903. Cf. Rio de Janeiro, 1903.

mensurar o impacto da afirmação, mas podemos imaginar seu alcance em uma sociedade que já flertava com ideais eugenistas.

A despeito do pessimismo de João da Câmara, dois dias depois, em 11 de fevereiro de 1903, no mesmo jornal, foi publicada uma descrição da Batalha das Flores realizada em Lisboa, onde o evento parece ter acontecido com bastante êxito. Nos detalhes da festa, mencionam-se a presença de automóveis, carruagens, bicicletas e premiações para os que se apresentassem mais bem ornamentados em cada categoria de concurso²⁵.

Deste lado do Atlântico, os carnavais de 1902 e 1903 tiveram feições muito distintas. Eles passaram por um reavivamento do entrudo, que nunca fora, de fato, abalado pelas sucessivas proibições. A imprensa, especialmente os jornais *Gazeta de Notícias*²⁶, *O Paiz*²⁷ e a revista *O Malho*²⁸ dão bastante atenção às ações repressivas no ano de 1902; no entanto, são recorrentes as alusões ao retorno da brincadeira com força ainda maior no ano seguinte.

Isso me leva a trabalhar com a hipótese de que as notícias a respeito do carnaval “civilizado” realizado em Lisboa, em 1903, tiveram um impacto tão significativo na sociedade carioca que acabaram por inspirar o projeto de um evento-teste para o carnaval de 1903 do Rio de Janeiro. Se os portugueses haviam conseguido fazer cumprir o edital proibindo o entrudo na cidade de Lisboa, faz sentido que os agentes da Prefeitura do Rio de Janeiro tenham pensado que a realização de uma Batalha das Flores no Rio de Janeiro no mês de agosto de 1903, com um modelo de programação muito semelhante, funcionaria como uma espécie de exercício educativo para o desenvolvimento do autocontrole da população. Assim, quando chegasse o carnaval de 1904, a combinação do uso da força com ameaças de multas e prisões, aliada ao exemplo positivo do que se esperava ser um carnaval “civilizado”, fornecido à população em agosto de 1903, por uma festa prévia, promoveria uma nova atitude entre os foliões.

Assim como a portuguesa, a Batalha das Flores carioca fez uso de uma estratégia muito astuta: reelaborar os gestos grosseiros do entrudo, realizados durante o arremesso de objetos que pudessem ferir ou sujar os passantes, em gestos delicados e sutis de arremessos de flores.

Os confetes e as serpentinas já eram conhecidos no carnaval desde o final do século XIX, embora sua inserção tenha ocorrido de forma mais perceptível nos bailes e desfiles das sociedades carnavalescas. De certa forma, o princípio dessa brincadeira se assemelhava ao do jogo do entrudo, ou seja, promover “batalhas” entre os foliões, sem, contudo, provocar os

²⁵ Cf. *Gazeta de Notícias*, 11 de fevereiro de 1903.

²⁶ Cf. *Gazeta de Notícias*, 12 de fevereiro de 1902; 16 de fevereiro de 1902; 16 de fevereiro de 1902; 20 de fevereiro de 1903.

²⁷ Cf. *O Paiz*, 12 de fevereiro 1902.

²⁸ Cf. *O Malho*, ano 3, n. 24, 1903.

prejuízos das molhadeiras. Embora, *grosso modo*, isto possa parecer apenas uma coincidência, a coluna intitulada “Carnaval”, publicada em 3 de fevereiro de 1903 na *Gazeta de Notícias* (Quadro 11), ao comentar a importância de chover antes dos festejos do Momo para que houvesse dias ensolarados durante as festividades, compara as brincadeiras com confetes e serpentinas ao entrudo:

Quadro 11 – Comparação entre o entrudo e as brincadeiras de confetes e serpentinas

[...] é preciso ar secco, límpido e puro para as revoadas multicolores do entrudo moderno e os vôos leves das serpentinas vibrantes.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 3 de fevereiro 1903.

Ou seja: a disseminação do hábito de brincar jogando confetes uns sobre os outros, ao qual a crônica se refere como “entrudo moderno”, afastaria a cidade da aparência alagadiça, minimizando as possíveis emanações de miasmas, com a vantagem de incentivar o gosto por hábitos culturais europeus.

Os confetes foram muito bem recebidos nos salões de baile, mas a população espalhada pelas ruas da cidade preferiu se refrescar com as bacias e bisnagas do entrudo durante o carnaval carioca de 1902. A esse respeito, a crônica publicada em 16 de fevereiro de 1902 na *Gazeta de Notícias* aponta o seguinte:

Quadro 12 – Confetes no carnaval carioca de 1902

[...] os carroceiros da limpeza pública reconheceram com justificado pasmo que os confetti não chegaram a formar nas ruas um tapete de dois dedos de espessura. E nos fundos dos armazéns ficaram empilhados e intactos os grandes sacos com pedacinhos de papel onde tão grandes esperanças depositavam os fabricantes.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 16 de fevereiro de 1902.

Talvez os confetes fizessem mais sucesso nos bailes dos salões fechados, entre os mascarados. Contudo, se as alegres bolinhas de papel colorido não convenciam as ruas da importância de sua contribuição para a alegria do carnaval, qual seria o argumento a respeito das flores? Como elas competiriam com os esguichos das seringas e bexigas?

As flores tinham padrinhos importantes, gente rica e influente que conseguia subir a serra durante os verões pestilentos para preservar a saúde nos bons ares de Petrópolis. Não podemos afirmar que os apadrinhamentos floriram a festa. Porém, o trecho reproduzido a seguir

fornece indícios da procedência dos materiais utilizados na primeira edição da Batalha das Flores, em 1903:

Quadro 13 – Procedência das flores utilizadas na Batalha das Flores em 1903

Difícilmente se pode obter flores agora em Petrópolis, e todo mundo sabe que isto aqui é terra de flores, um extensíssimo jardim. Raríssima é a casa que não cultive uma flor [...] pois bem, a custo se pode obter alguma, pois foram todas vendidas para a Batalha das Flores no Rio de Janeiro. Há aqui encomendas de muitos contos de réis.

Fonte: Jornal do Brasil, 14 de agosto de 1903.

Esse trecho do *Jornal do Brasil* será retomado no quarto capítulo do presente trabalho, ao comentarmos o impacto da Batalha das Flores no comércio de flores. O que interessa ressaltar no Quadro 13, por ora, são os indícios da procedência dos recursos que floriram a festa.

O alto investimento em substituir as bexigas e seringas por flores justificava-se porque o entrudo, de fato, era a preferência das ruas cariocas. E, especialmente nos anos de 1902 e 1903, esta prática renasceu com todo o desejo de brincar refrescando os ferventes fevereiros cariocas. As ameaças reiteradas de prisão não pareciam conter o afã dos foliões. Pereira Passos, então, convocou os diretores das escolas superiores e secundárias da Capital para lhes solicitar que orientassem os estudantes a não participarem das brincadeiras do entrudo (Moraes, 1987). Associado ao grande investimento na ação positiva de exemplificar os modelos de comportamento, por meio da realização da primeira Batalha das Flores no mês de agosto de 1903, tal pedido buscou garantir que o carnaval de 1904 transcorresse livre das controvertidas brincadeiras do entrudo.

É importante ressaltar que a delicadeza e a amenidade da primeira Batalha das Flores estrearam no mesmo momento em que a primeira grande greve geral que a cidade do Rio de Janeiro conheceu. Enquanto, em 14 de agosto de 1903, os operários da indústria têxtil da cidade se organizavam num movimento por demandas trabalhistas, em 16 de agosto do mesmo ano, os jornais dedicavam às primeiras páginas a relatar o êxito da Batalha das Flores, ocorrida no dia anterior, em difundir hábitos civilizados entre os cariocas. No entanto, como ainda havia muito o que realinhar nas usanças dos habitantes, já se falava em produzir novas edições nos anos seguintes.

É interessante voltarmos brevemente a atenção para a escolha da data de realização da primeira e mais impactante edição da Batalha das Flores no Rio de Janeiro: dia 15 de agosto, quando se celebrava a tradicional festa do Dia de Nossa Senhora da Glória – ou, simplesmente,

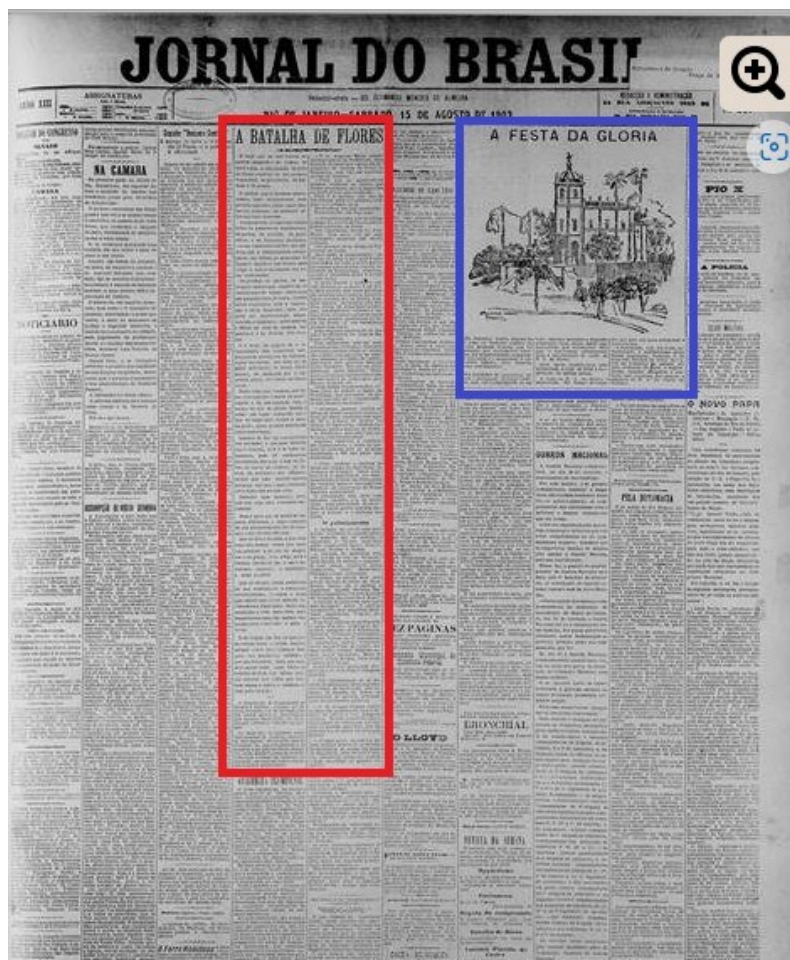
Festa da Glória. No início do século XX, o folguedo já havia sido impactado pela Reforma Tridentina que, desde o século XVIII, pretendeu reformar internamente a Igreja e os costumes religiosos. Dentre estes, as festas promovidas pelas irmandades eram bastante fugidias em relação às determinações de Roma, pois eram profundamente marcadas por práticas do catolicismo popular pelas quais os fiéis externalizavam sua fé. Além disso, os eventos religiosos mesclavam práticas sagradas e profanas, com a inserção da vivência de atividades cotidianas entre os atos de devoção, o que os afastava do devido aspecto sacramental. Com isso, a multiplicidade de formas de apreensão dos significados religiosos pelos diversos segmentos socioculturais, durante a Colônia e o Império, afastavam-se das orientações institucionais (Oliveira, 1995, p. 36-43).

No século XIX, as festas religiosas populares no Rio de Janeiro tiveram grande apelo sobre a população devido ao relevante papel que exerciam em sua vida social. Eram encontros bastante concorridos, porém divergiam da aspiração gestada durante o Segundo Reinado, de apresentar ao mundo a cidade como representante do estágio civilizacional em que a sociedade brasileira se encontrava, o que se intensificou no período republicano (Oliveira, 2000).

Iniciada no século XVIII, a Festa da Glória foi marcada pela dedicação em apresentar-se brilhantemente em homenagem ao orago diante da população. Para tanto, a organização da festa prezava a presença dos melhores músicos e oradores da cidade e investia em cenários e indumentárias luxuosas para a santa homenageada. Executada com regularidade e esmero, entre os objetivos da festa estava a representação material da importância da própria irmandade.

Entre a Festa da Glória e a Batalha das Flores, é possível identificar semelhanças em relação ao formato e à dinâmica dos eventos. A escolha da Prefeitura de realizar a estreia de sua festa civilizadora no mesmo dia em que acontecia a festa católica popular pode sugerir um sentido de concorrência pelo público. Afinal, enquanto a primeira estava associada às práticas religiosas do catolicismo popular e colonial, esta voltava-se para a promoção de uma visão cosmopolita e moderna de sociedade.

Figura 17 – Capa do *Jornal do Brasil* de 15 de agosto de 1903



Fonte: Jornal do Brasil, 15 de agosto de 1903.

A primeira página do *Jornal do Brasil* de 15 de agosto de 1903 (Figura 17) apresenta um importante paralelo visual e descritivo entre a Festa da Glória e a Batalha das Flores. O Outeiro da Glória, onde acontecia a festa de Nossa Senhora da Glória, localizado no bairro que leva o mesmo nome da santa, está representado por uma ilustração que ocupa cerca de um quarto da página, entre a sétima e a nona colunas.

O Quadro 14 contém a transcrição de uma parte do pequeno texto abaixo da ilustração do Outeiro na mesma página, apresentando o histórico do surgimento da construção e da irmandade até tratar da festa em si. O festejo é retratado como uma reminiscência do passado imperial:

Quadro 14 – Festa da Glória na capa do Jornal do Brasil de 15 de agosto de 1903

A festa de N. S. da Glória é tradicional. No tempo do Império era uma das mais pomposas e concorridas. Actualmente vae, dia a dia, esmorecendo o entusiasmo pelas festas populares. Todavia, a de hoje não deixará de levar milhares de romeiros ao templo [...].

Fonte: Jornal do Brasil, 15 de agosto de 1903.

Em contraposição ao texto reproduzido no Quadro 14, contendo a observação sobre o declínio das festas populares e o esforço da Festa da Glória para continuar existindo, há a matéria sobre a Batalha das Flores, com grandes letras destacadas por grifo, na mesma altura do título sobre a imagem da igreja. Na passagem transcrita no Quadro 15, extraída do texto que ocupa pouco mais de duas colunas da primeira página do *Jornal do Brasil*, a festa laica e civilizada é retratada como a promessa de construção do futuro de apaziguamento que ficará inscrito nas lembranças dos que dela participarem:

Quadro 15 – Batalha das Flores na capa do Jornal do Brasil de 15 de agosto de 1903

Nesta vida que levamos, por estes convulsivos tempos de politicagem e amargurada luta, um momento desses é como um vasto horizonte novo que se rasga para conter a alma da gente quase sempre encafuada entre descrenças.

Quando se diz que uma batalha irá suceder e essa batalha não é cruenta [...] uma reconfortadora bonanza alli chega para perdurar até o resto dos nossos dias.

Fonte: Jornal do Brasil, 15 de agosto de 1903.

As expectativas criadas para as duas festas que aconteceriam simultaneamente em 1903 ensejavam sentimentos muito distintos. Em relação à Festa da Glória, o colunista do *Jornal do Brasil* buscou consolar o leitor, alimentar sua esperança de retomada de fôlego de uma tradição ameaçada por estar ligada a outro tempo, outro regime político. Já a Batalha das Flores anunciava novos tempos, de bonança e apaziguamento rumo a uma nova civilização. Nela, o traçado das ruas seria redesenhado, proporcionando uma experiência urbana mais intensa, capaz de conduzir os sujeitos por novas experiências, inclusive por meio das festas.

Contudo, a descrição da celebração do dia de Nossa Senhora da Glória feita pelo *Jornal do Commercio* no ano de 1875 (Quadro 16) aponta para uma surpreendente semelhança com a dinâmica da Batalha das Flores, em relação ao comportamento do público:

Quadro 16 – Festa da Glória no Jornal do Commercio em 16 de agosto de 1875

Festa da Glória: celebrou-se no Domingo com a pompa costumada esta festa tradicional, sem dúvida a mais tradicional do Rio de Janeiro. A concorrência do povo a Igreja do Outeiro foi numerosíssima, de todos os pontos da cidade e de todas as classes sociais. Os bondes de Botafogo, depois das três horas, não obstante andarem as carreiras todos os carros, não deram mais vencimento ao povo que neles procurava transporte. Foi assim que a imensa multidão que se dirigiu a pé como em romaria ao morro da Glória cuja subida o maior número não pode vencer porque aí a turba era compacta, chegando muitas vezes a interceptar-se a circulação. Cremos não exagerar calculando-se em 20.000 pessoas as que às 5 horas da tarde se apinhavam ao lugar da festa e suas imediações.

Fonte: Jornal do Commercio, 16 de agosto de 1875.

A descrição do grande fluxo de pessoas que se dirigiam à festa popular, enfrentavam dificuldades com os transportes e, desorganizadas, promoviam a obstrução do acesso do local da festividade, presente no texto sobre a Festa da Glória de 1875, repetiu-se nos diversos jornais que cobriram a Batalha das Flores em 1903²⁹. Dessa forma, ainda que se trate de duas festividades de natureza e propósitos diferentes, podemos relacionar o comportamento do público no Campo de Santana na primeira edição da Batalha das Flores com uma reação habitual da população ao estímulo recebido diante do convite a uma celebração. Ou seja: neste evento, as pessoas se comportaram da maneira pela qual costumavam se comportar em outra festa, profundamente arraigada na tradição da cidade.

É importante salientar que as festas com grande público são noticiadas e descritas pela imprensa de modo semelhante, no período analisado neste trabalho. Em geral, os textos ressaltam as mesmas características, em tom alarmado, valendo-se de expressões que destacam o grande interesse da população, bem como as dificuldades de circulação e a presença de pessoas desconfortáveis³⁰. Embora essas características sejam factíveis em grandes aglomerações, a análise do pesquisador precisa estar atenta para a possibilidade de que as fontes estejam marcadas pelo estilo jornalístico da época.

Nos anos iniciais da República brasileira, a imprensa exercia um papel educativo importante. Os periódicos promoviam a disseminação de assuntos urgentes, provocando discussões, em um contexto em que parte significativa da população da capital não era alfabetizada. Durante os debates levantados no alvorecer da República, alguns republicanos manifestavam a crença de que a falta da leitura comprometeria a politização do povo,

²⁹ Cf. Correio da Manhã, 16 de agosto de 1903; Gazeta de notícias, 16 de agosto de 1903; Jornal do Brasil, 16 de agosto de 1903.

³⁰ Cf. Rio, 1995, p. 89; Gazeta de Notícias, 16 de agosto de 1903; Jornal do Brasil, 16 de agosto de 1903; Correio da Manhã, 16 de agosto de 1903.

configurando-se, portanto, como uma ameaça ao regime instaurado. Esse pensamento se reflete na proibição ao voto dos analfabetos na Constituição de 1891. Embora não seja possível mensurar o alcance demográfico da leitura de jornais em voz alta por pessoas alfabetizadas para grupos de ouvintes, é sabido que a prática contribuía para circulação das informações veiculadas verbalmente na cidade (Machado, 2008).

No início do século XX, os jornalistas que produziam matérias no Rio de Janeiro poderiam influenciar a percepção de boa parte da população da cidade sobre os acontecimentos abordados por eles. A ampla atenção dispensada aos eventos dias antes da estreia, com a publicação de notícias em diversos periódicos, era responsável pela criação da expectativa necessária para que o público se sentisse mais que convidado a participar da Batalha das Flores. As pessoas deveriam sentir-se atraídas pelas descrições realizadas nos textos, a ponto de quererem se envolver na atmosfera da festa e, para tanto, aderir ao seu código de conduta.

A primeira edição da Batalha das Flores promovida pela Prefeitura do Distrito Federal em 15 de agosto de 1903, como era de se esperar, foi apresentada na imprensa com grande expectativa e entusiasmo. Nos dias que antecederam o evento, foram amplamente noticiados diversos detalhes da organização, como os elementos decorativos utilizados, os horários de início e término da programação, os portões de acesso ao parque e o sentido do fluxo da circulação de pedestres e veículos, bem como a presença de pessoas notáveis que participariam das festividades.

Na edição do *Jornal do Brasil* de 14 de agosto de 1903, um parágrafo se destaca por apresentar o caráter educativo da festa em diálogo com uma instituição escolar. De fato, o propósito da Prefeitura de educar a população da carioca por meio da socialização nos espaços da cidade é mencionado direta e indiretamente em diversas fontes produzidas pela imprensa durante a breve trajetória da Batalha das Flores (1903-1909). Contudo, em relação ao escopo desta pesquisa, é especialmente relevante que a intenção pedagógica da festa tenha contado com o apoio de uma instituição escolar formal, razão pela qual “abriremos a festa” com ela.

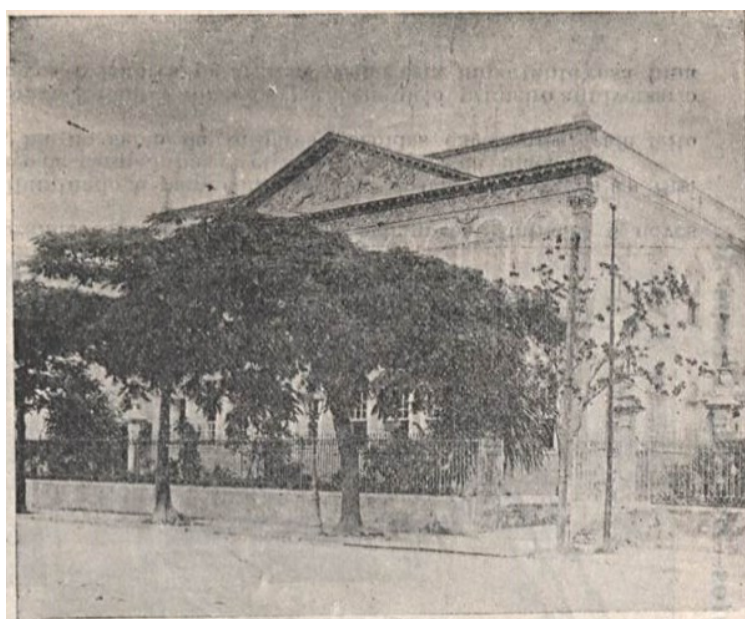
Quadro 17 – Apoio de instituição escolar à Batalha das Flores (1903)

Para celebrar a Batalha das flores no Campo de Sant’Anna, os alumnos do colégio Abílio compuseram e publicaram um belo jornalzinho, *A festa das flores*, para ser vendido, sendo o resultado em benefício da Associação de Nossa Senhora Auxiliadora. O jornalzinho está feito com bastante carinho, é, na maior parte, uma polianthéa, em exerptos, de vários poetas que tem cantado a belleza e o perfume das flores.

Fonte: Jornal do Brasil, 15 de agosto de 1903.

Essa passagem da longa matéria sobre a festa foi apresentada pelo periódico separadamente dos demais, precedido por um travessão, e encerrando a seção. O trecho descreve o resultado dos esforços dos alunos do Colégio Abílio³¹ (Figura 18) para se harmonizarem com o programa da primeira edição do evento, que incluía um concurso de carros, automóveis e bicicletas mais belamente decorados com flores e a doação da receita da festa para instituições de caridade³².

Figura 18 – Colégio Abílio em 1905



Nota: Fotografia do edifício do Colégio Abílio situado na Praia de Botafogo, n.º 202, publicada em 1905 na revista *O Malho*.

Fonte: *O Malho*, ano 5, n. 151, 1905.

A participação das escolas em atividades de lazer não era uma novidade no Rio de Janeiro. Desde o Império, esse tipo de entrecruzamento da educação formal com o entretenimento no espaço público já podia ser observado. Assim,

No âmbito do entretenimento se cruzavam várias esferas da cidade, inclusive uma, a princípio, pouco afeita ao arranjo do espetáculo público: o cenário escolar que, em geral, estabelecia uma oposição com o mundo da rua (Gondra; Schueler, 2008).

³¹ Colégio fundado em 1870 pelo médico Dr. Abílio Cesar Borges, o Barão de Macahubas (1858-1891), autor de livros e compêndios para a infância brasileira. Ocupou o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública da Bahia (1856-1857) e notabilizou-se por dirigir instituições que pregavam o ensino livre de castigos físicos. Para saber mais, cf. Gondra; Sampaio, 2010.

³² O texto veiculado no *Jornal do Brasil* em 14 de agosto de 1903 menciona que a Batalha das Flores aconteceria “em benefício de instituições de caridade”. Já na revista *O Malho* (ano 3, n. 49, 1903), o destino da receita da festa é citado de modo mais específico: “A Batalha das Flores, órgão comemorativo do Colégio Abílio, cujo resultado da respectiva venda é em benefício da Associação Nossa Senhora Auxiliadora”.

Ao se fazerem presentes em festividades e outros espaços dedicados à diversão, as escolas ofereciam oportunidades de ensinar aos estudantes, por meio da convivência social em praça pública, formas normatizadas de se portar. Por sua vez, as atividades festivas tinham seu caráter pedagógico referendado pela presença de instituições escolares.

Num movimento dialógico, em abril de 1903, o Boletim da Intendência Municipal dirigiu às professoras uma circular com o propósito de orientá-las a respeito das lições de moral e civismo que deveriam ser difundidas entre os alunos às vésperas dos feriados nacionais, por meio de narrativas de fatos históricos. Sob o título “Festas Nacionais”, as orientações para que os objetivos educativos fossem alcançados não se distanciavam do modelo adotado pela Batalha das Flores, ainda que o propósito deste fosse o enquadramento do comportamento da população em geral. Com isso, podemos estabelecer um diálogo entre a festa escolar e a festa ocorrida em praça pública. O Quadro 18 apresenta um trecho da referida circular, com orientações para as aulas sobre festas nacionais a serem ministradas pelas professoras nas escolas:

Quadro 18 – Trecho da circular “Festas Nacionais” (1903)

Precisa ser ministrada com effusão e entusiasmo, em uma linguagem acessível a todos. É necessário que em vez de parecer aos alumnos que lhes vai dar uma lição, lhes exigir um esforço, isso se lhes affigure, ao contrário, um intermédio agradável.

Fonte: Boletim da Intendência Municipal: abril, maio e junho de 1903, p. 227.

A passagem transcrita aponta para um sentido não muito diferente do idealizado pelo prefeito Pereira Passos, com o apoio de comissões organizadoras, para a festa florida ao longo de suas seis edições. As interlocuções vão além do discurso, podendo ser percebidas pelas diversas vezes em que as edições das Batalhas da Flores foram prestigiadas por representantes de instituições escolares. Como exemplo dessas interlocuções entre a festa e a escola formal, em primeiro lugar, temos a banda do Instituto Profissional, cujas apresentações foram mencionadas nos periódicos que registraram a festa nos anos de 1903 e 1906, disponíveis digitalmente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A participação de escolas na festa acontecia de maneira conjunta à de outras entidades socialmente prestigiadas, que desempenhavam papéis igualmente educativos e socializadores, tais como sociedades carnavalescas, clubes de regatas e instituições filantrópicas. Reforçando a intencionalidade pedagógica do evento, a presença de tais entidades na Batalha das Flores pode ser verificada nas quatro fotografias que se seguem (Figuras 19-22), pertencentes à Coleção Augusto Malta do MIS-RJ.

Figura 19 – Barraca das Damas da Assistência a Infância na Batalha das Flores



Nota: A fotografia é registrada na Coleção Augusto Malta do MIS-RJ como produzida em 1903. Contudo, a pesquisadora Sônia Camara (2017) localiza em 1906 a criação da Associação das Damas da Assistência a Infância. Trata-se de uma associação de mulheres da elite carioca voltadas para a assistência a infância e a maternidade pobres, portanto, em coadunação com proposta filantrópica da Batalha das Flores. Para mais informações, cf. Camara, 2017.

Fonte: Augusto Malta, c1903 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Figura 20 – Barraca do Dispensário de São Vicente de Paulo na Batalha das Flores



Nota: A fotografia de Augusto Malta retrata a presença do Dispensário de São Vicente de Paulo na primeira edição da Batalha das Flores, em 1903, relativa a suas atividades beneficentes. Atualmente, a instituição denomina-se Dispensário São Vicente de Paulo – Creche Irmã Paula, e tem sede na Avenida Mem de Sá, n.º 271, a 650 metros de distância do Campo de Santana. Não localizei nenhuma página on-line que apresentasse o histórico da instituição, e os telefones disponibilizados no Google para o agendamento de entrevistas encontravam-se indisponíveis até a data da última consulta, em 20 de maio de 2024.

Fonte: Augusto Malta, c1903 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Figura 21 – Sociedade Carnavalesca ‘Club dos Democráticos’ na Batalha das Flores



Nota: A fotografia de Augusto Malta retrata o carro da sociedade carnavalesca ‘Club dos Democráticos’ na Batalha das Flores de 1907. Como já foi mencionado no presente trabalho, esta associação foi responsável pela promoção da ocorrência mais antiga do nome “Batalha das Flores” em eventos na cidade do Rio de Janeiro levantada nesta pesquisa.

Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Figura 22 – Grupo de mulheres, crianças e homens em barraca na Batalha das Flores



Nota: A fotografia de Augusto Malta retrata um grupo reunindo mulheres, crianças e homens em barraca na Batalha das Flores de 1909, com uma placa em que se inscreve o pedido: “Deem aos pobres de São José”. Não há informações suficientes na imagem para identificar o nome do grupo, tampouco há registros da presença da barraca nas fontes escritas sobre a Batalha das Flores do ano de 1909.

Fonte: Augusto Malta, c1909 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Vistas em conjunto, essas quatro fotografias reforçam a intencionalidade pedagógica da Batalha das Flores, de forma articulada a instituições filantrópicas e sociedades carnavalescas prestigiadas da época, além de escolas. Com isso, torna-se nítida a inserção desta festa, em particular, em um conjunto mais amplo de ações efetuadas pela gestão de Pereira Passos na Prefeitura do Rio de Janeiro em seu compromisso com a modernização da cidade, para, por meio da reforma urbana, promover a civilização e o refinamento dos hábitos da população.

Na passagem transcrita a seguir (Quadro 19), publicada na revista *O Malho* em 1904, a iniciativa do prefeito de demolir o mercado da Glória, que havia se tornado um cortiço, é elogiada por extrapolar a capacidade de interferir nos aspectos físicos da cidade, atingindo a esfera do melhoramento dos costumes:

Quadro 19 – Elogio à demolição do mercado da Glória por Pereira Passos em 1904

Apre! Custou, mas foi. Isto é, não foi ainda, mas vai. O Sr. Passos a quem mestre Bulhões não teve outro remédio jinão entregar aquella “formosura” thaumaturgo cusos milagres já não surpreende; e elle que transforma essa cidade da noite para o dia, não só no seu aspecto physsico como em seus hábitos e costumes fazendo as gentes bonitas e aceitadas, fazendo as ruas bonitas e aceitadas, o Sr. Passos na sua qualidade de bota-abaixo emérito, pouco lhe custará a pôr abaixo aquella tremenda bota.

Fonte: O Malho, ano 4, n. 86, 1904.

A satisfação e a expectativa depositada na transformação da atitude da população é recorrentemente referida nas fontes do período como uma ação de educação, que deveria espraiair-se pelas consciências, produzindo valores caudatários da cultura europeia. Contudo, esta percepção seletiva a respeito da produção cultural da cidade do Rio de Janeiro tinha uma delimitação de estrato social bastante definida, isto é, as elites econômicas tinham influência sobre a decisão a respeito de quais modelos culturais circulariam com maior intensidade pelas camadas da sociedade, embora isso não signifique que a construção criativa dos demais grupos ficasse completamente represada.

A participação de escolas como instituições convidadas em diferentes edições da Batalha das Flores pode ser indicativa de um movimento germinal do espraio da escola pela cidade, observado por Silva (2009), na década de 1920. Nesse sentido, a já mencionada participação dos alunos do Colégio Abílio na estreia da Batalha das Flores no calendário festivo da cidade sublinha a importância educativa e filantrópica desta festa, uma vez que os estudantes se mobilizaram para produzir um livreto cujo produto das vendas seria doado para uma instituição beneficente, a Associação Nossa Senhora Auxiliadora³³, que receberia os créditos levantados pela comissão organizadora. Assim, percebemos um duplo jogo em que a Prefeitura se vale da escola para referendar a importância educativa do evento que promove, bem como dá visibilidade aos benefícios trazidos sobre o altruísmo na educação da população.

A presença das instituições escolares tampouco deve ser compreendida como unilateral em relação ao caráter pedagógico da Batalha das Flores. Ao fomentar a participação dos estudantes nesta atividade de lazer, o evento estaria lhes proporcionando oportunidades de desenvolvimento, pois:

³³ Há uma breve passagem publicada na seção “Agradecimentos” da revista *O Malho*, em 1903, que coloca a Batalha das Flores como “órgão comemorativo do Colegio Abílio, cujo resultado das respectivas vendas é em benefício da Associação Nossa Senhora Auxiliadora” (*O Malho*, 1903, n. 49). Esta informação não reaparece em outras fontes.

[...] se é possível mencionar o caráter lúdico dessas repartições, não se deve desconsiderar, também, seu caráter educativo, já que nesses espaços havia tanto a oportunidade de brincar e se distrair quanto de aprender a brincar e a se distrair (Silva, 2009, p. 53).

Além da publicação do livreto organizado pelos alunos do Colégio Abílio, outra instituição teve uma participação importante em diversos eventos ligados ao prefeito Pereira Passos, frequentemente noticiados pela imprensa: O Instituto Profissional. Em 1903, a banda do Instituto Profissional se apresentou na primeira edição da Batalha das Flores, em um ponto de destaque do parque: “na ilha ao centro do grande lago, em tosco coreto de ramagens e palmas” (Gazeta de Notícias, 16 de agosto de 1903).

Este lago se situa logo à esquerda da entrada de pedestres acessível pela Rua do Hospício (atual Rua Buenos Aires), por onde passava um significativo fluxo de pessoas durante as edições da Batalha das Flores no parque. Portanto, a banda teve grande visibilidade no evento, incrementada pelo trânsito das carruagens e automóveis diante da ilha.

Figura 23 – Barco a remo no lago do Campo de Santana na Batalha das Flores



Nota: A fotografia de Augusto Malta retrata um barco a remo no lago do Campo de Santana durante a segunda edição da Batalha das Flores, em 1904.

Fonte: Augusto Malta, c1904 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

O Instituto Profissional Masculino era uma instituição originada do Asilo dos Meninos Desvalidos, cujo funcionamento estendeu-se entre 1875 e 1894, na Chácara dos Macacos, atual bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro. Neste local, meninos pobres ou órfãos entre seis e doze anos de idade permaneciam em regime de internato, com o objetivo de serem abrigados, educados e profissionalizados gratuitamente. Para destacar o propósito profissionalizante da instituição, em 1894, o Asilo dos Meninos Desvalidos adotou a denominação Instituto Profissional, que foi novamente alterada em 1898 para Instituto Profissional Masculino, a fim de diferenciar-se do Instituto Profissional Feminino (Souza, 2012).

Figura 24 – Carro do Instituto Profissional Feminino desfila na Batalha das Flores



Fonte: Augusto Malta, c1906 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

A participação na Batalha das Flores não foi a única vez que a banda do Instituto Profissional acompanhou Pereira Passos em ações que buscassem conferir visibilidade a intervenções espaciais ligadas ao refinamento dos hábitos da população, ao embelezamento e à modernização da cidade. Além da veiculação na imprensa, os dois registros imagéticos de visitas do prefeito ao Instituto Profissional nos anos de 1905 e 1906, reproduzidos a seguir, foram produzidos por Augusto Malta enquanto ocupava o cargo de fotógrafo oficial da Prefeitura, indicando um esforço de construir uma imagem do prefeito vinculada à instituição dentro de seu projeto de remodelação da cidade, no conjunto da obra deste artista.

Figura 25 – Prefeito Pereira Passos com grupo de homens no Instituto Profissional em 1905



Fonte: Augusto Malta, c1905 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Figura 26 – Pereira Passos visita o Instituto Profissional novamente em 1906



Fonte: Augusto Malta, c1906 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Em junho de 1903 – cerca de dois meses antes da primeira edição da Batalha das Flores no Campo de Santana –, a banda do Instituto Profissional se apresentou no Passeio Público, em um concerto de comemoração da série de melhoramentos realizados pela Prefeitura nesta área de lazer. Como se lê na *Gazeta de Notícias* de 4 de junho de 1903, o prestígio da fanfarra era tanto que o prefeito deixou o gabinete mais cedo para prestigiar os estudantes pessoalmente. Esta apresentação da banda escolar era importante porque estava inserida no conjunto de exhibições de caráter educativo promovidas por Passos, logo, assinalavam sua intencionalidade.

Acompanhando a expressão das elites, das quais o prefeito era originário, nas folhas da imprensa, é possível perceber o quanto suas solicitações afetavam as ações da Prefeitura, como se percebe na coluna “A cidade”, assinada por “X”, na mesma edição da *Gazeta de Notícias* anteriormente citada. Como se lê no Quadro 20, o autor discorre sobre a elevação moral proporcionada pela intervenção de Pereira Passos no Passeio Público, que contou com a apresentação da banda do Instituto Profissional, mas também sugere que a Prefeitura deveria realizar ações semelhantes em outro espaço da cidade, o Parque da República:

Quadro 20 – Coluna “A cidade” de 4 de junho de 1903 (trecho 1)

Agora, com os melhoramentos que lhe deu a Prefeitura, o Passeio Público torna a ser um espaço de reunião amável. Ante-ontem, enquanto a magnífica apresentação da Banda o Instituto Profissional executava o programa do seu 5º concerto, já o nosso mais antigo e lindo jardim, tinha um aspecto de jardim europeu frequentado por gente bem-educada.

O Parque da República também precisa de um pouco de carinho. O que lhe falta, principalmente, é luz. A luz é a grande inimiga não só da tristeza como dos vícios que só amam a escuridão e o silêncio. Naquelas escuríssimas alamedas do velho Campo de Sant’Anna as árvores, as boas e castas árvores devem estar escandalizadas com o que distintamente ouvem e vagamente avistam a noite. [...] No Passeio Público os palmípedes já vão se habituando ao movimento a música e à luz. Mas no Parque da República as alamedas ainda são o paraíso dos marrecos... e de outros animais de mais tino e menos inocência.

Fonte: Gazeta de Notícias, 4 de junho de 1903.

De acordo com o autor da coluna, as pessoas presentes no Passeio Público seriam sensibilizadas de diversas maneiras pela própria presença na primeira área de lazer do Rio de Janeiro, projetada ainda no século XVIII pelo mestre Valentim. Nessa perspectiva, ao entregar o espaço renovado para a população, Passos estaria reafirmando sua preocupação em proporcionar aos cariocas espaços de sociabilidade, que contribuíssem para o desenvolvimento de hábitos civilizados.

Ao mesmo tempo, o autor segue sugerindo a realização de uma intervenção no Parque da República, sobretudo no que diz respeito à iluminação. Contudo, sua crítica assaz não se dirige propriamente ao estado de conservação do parque, mas ao comportamento dos frequentadores.

No século XIX, tanto o Passeio Público quanto o Campo de Santana sofreram intervenções de grande impacto, sob a assinatura do mesmo paisagista, François Marie Auguste Glaziou, que os transformara em imponentes jardins ingleses. A despeito do desgaste natural, provocado pela passagem do tempo, o Passeio se manteve frequentado por famílias oriundas de diversas camadas da sociedade, ainda que seus hábitos de lazer fossem considerados inapropriados para o novo estágio civilizacional que a cidade gostaria de alcançar na virada do século. Em outro trecho da mesma coluna “A cidade” de 4 de junho de 1903, o autor nos informa sobre esses hábitos.

Quadro 21 – Coluna “A cidade” de 4 de junho de 1903 (trecho 2)

Houve tempo em que a família carioca buscava refúgio a sombra das grandes árvores folhudas. [...] a pirralhada corria e gritava à vontade; e as negrinhas e os molecotes crias da casa carregavam os samburrás cheios de empadas e mãis-bentas. Deus me livre de ver alli outra vez os convescotes de antanho! Essa história de pic-nics em jardins públicos já não é mais compatível com a nossa civilização.

Fonte: Gazeta de Notícias, 4 de junho de 1903.

Na passagem transcrita no Quadro 21, os antigos piqueniques que divertiam as famílias do século XIX no Passeio Público são descritos pelo autor com certa complacência e saudosismo, antes de advertir ao leitor que essa prática estava desajustada à modernidade. Entretanto, no trecho anterior (Quadro 20), ao sugerir que se ilumine o Campo de Santana por conta dos vícios que habitavam a escuridão, o autor encerra o texto com uma frase de impacto, fazendo uma referência jocosa aos frequentadores do parque, comparando-os a animais.

É fundamental retomarmos geograficamente o Campo de Santana para que a representação bestial de seus frequentadores, verificada no texto assinado por “X” na coluna “A cidade”, se torne compreensível. O parque se situava na freguesia de Santana, circunscrita entre o porto, o Morro da Providência e a Praça Onze de Junho. Segundo o *Almanaque Laemmert* de 1872, a cidade do Rio de Janeiro, então Corte, Município Neutro, contava com 235.381 habitantes. Havia, então, onze freguesias urbanas e oito rurais, sendo estas responsáveis pela ocupação de 85% do território do município. Mesmo ocupando apenas 15% do território, as freguesias urbanas concentravam a maioria da população do município, sendo a freguesia de Santana a que comportava o maior número de pessoas, com 38.903 habitantes, segundo o censo de 1872 (Silva, L., 2015, p. 269).

Além do quantitativo, é importante traçar um perfil qualitativo dos moradores da região. Para tanto, o artigo “Freguesia de Santana na cidade do Rio de Janeiro [...]”, elaborado pela pesquisadora Lúcia Helena Pereira da Silva (2015), traz informações relevantes:

Era nessa região [freguesia de Santana] que se localizava a Rua Barão de São Felix, moradia de D. Obá II, de Tia Ciata, o terreiro de Alabá e onde ficava o famoso cortiço Cabeça de Porco. Essa rua era a principal via de acesso e comunicação entre a região dos trapiches e o Campo da Aclamação (Campo de Santana).

Na década de 1890, a freguesia deixara de ser a região de pequenas chácaras e de funcionários públicos, lugar de passagem entre o bairro aristocrático de São Cristóvão e o Centro para ser área repleta de habitações populares. Os antigos carregadores dos trapiches, principalmente os baianos estavam se deslocando do porto para a Praça Onze. Este deslocamento dava-se em função dos baixos aluguéis e do processo de degradação do mobiliário urbano na região. Ao mesmo tempo em que os equipamentos e mobiliários urbanos estavam se deteriorando, porque deixara de ser

uma região nobre da cidade e por conta disto os investimentos do Estado estavam se direcionando para as zonas sul e norte da cidade, a estrutura existente facilitava a vida dessa população que necessitava estar próxima ao core urbano.

Área contígua ao Centro, perto do porto (local de trabalho dessa população), cortada pelas principais linhas de bondes, em processo de degradação e com a maior concentração dos cortiços, significando, portanto, aluguéis baratos (Silva, L., 2015, p. 272).

Nessa passagem, os dados apontados pela pesquisadora são bastante sugestivos a respeito das preocupações do autor da coluna “A cidade” de 4 de junho de 1903, anteriormente citada, quanto aos sujeitos que visitavam o Campo de Santana à noite. Embora não explicitem a caracterização dos indivíduos, os dados sobre a população do entorno do parque apresentados pela autora (Silva, L., 2015) podem ser um indicativo de que, pela proximidade, os moradores das habitações coletivas avizinhas, ao circularem pela região, recebiam estigmas de promiscuidade, falta de higiene, pouca inclinação para o trabalho e muitos discursos racistas que vemos repercutir até o século XXI.

Do final do século XIX ao início do XX, o entorno do Campo de Santana contava com uma população bastante diversificada etnicamente. Habitada por pessoas das camadas populares e profundamente marcada pela presença negra no pós-abolição imediato, a região contígua ao Campo de Santana foi batizada pelo estivador e sambista Heitor dos Prazeres como Pequena África (Alves, 2018). Além disso, como demonstra Beatriz Coelho Silva (2015), uma importante comunidade judaica se instalou na Praça Onze a partir do final do século XIX, contando com seis instituições judaicas em funcionamento na região e realizando a publicação de vários jornais em iídiche. Havia, ainda, um vultoso número de ciganos e imigrantes europeus na região, especialmente portugueses, seguidos de espanhóis e italianos. Dentre os europeus, havia um sem-número de sindicalistas, anarquistas e outros grupos ligados a posicionamentos políticos de esquerda (Silva, B., 2015).

Ao discorrer sobre as discussões levantadas na Câmara dos Deputados sobre o fim da escravidão no Brasil, Chalhoub (2001) expõe que tais discussões recorrentemente versavam sobre um suposto despreparo dos libertos para a vida em sociedade, propondo que eles poderiam se tornar ociosos ou propensos ao crime, sob a justificativa de que o cativo não teria desenvolvido nessas pessoas a responsabilidade sobre seus atos. Assim, acreditava-se que os sujeitos libertos tenderiam aos vícios por seu estado anterior, de modo que tampouco seriam civilizados o suficiente para lidar com a cidadania em um curto prazo. Nesse prisma, para as elites da época, a maneira de salvaguardar a ordem seria a repressão dos vícios daqueles sujeitos pela educação, que os inclinaria ao hábito do trabalho. O autor prossegue:

Mas a transformação do liberto em trabalhador não podia se dar apenas através da repressão, da violência explícita. Afinal, não se desejava o retorno a alguma forma disfarçada da hedionda instituição da escravidão. Que fazer, então? Bem, era necessário educar os libertos. Educar significa incutir nos indivíduos essas grandes qualidades que tornam um cidadão útil e o fazem compreender os seus deveres e os seus direitos. [...] Educar o liberto significa transmitir a noção de que o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada” (Chalhoub, 2001, p. 69).

Tendo em vista que os libertos compunham parte significativa dos moradores do entorno do Campo de Santana no pós-abolição imediato, a linha explicativa exposta por Chalhoub (2001) para o estigma de “viciosos” que recaía sobre essas pessoas pode explicar a decisão da Prefeitura por realizar nesse espaço a Batalha das Flores. Nesse sentido, à medida que as elites políticas expressavam a necessidade de promover uma campanha educativa baseada em valores civilizatórios europeus, sem, no entanto, valer-se de métodos violentos que remeteriam à memória recente da escravidão, a promoção de uma festa educativa na qual a própria elite dirigente da cidade se exibiria às outras camadas da população, exemplificando os comportamentos que pretendiam difundir entre elas, seria um projeto estratégico da Prefeitura.

Convém salientar que, durante o levantamento das fontes para esta pesquisa, não foi encontrado nenhum documento em que a Prefeitura do Rio de Janeiro pronunciasse o objetivo da Batalha das Flores³⁴. A imprensa indicava o prefeito Pereira Passos como idealizador e executor da festa, auxiliado por uma comissão organizadora³⁵. O prefeito era representado como um gestor preocupado em acompanhar pessoalmente detalhes da execução do projeto; e sua presença, juntamente com o presidente que o indicou para o cargo, Rodrigues Alves, era considerada um dos pontos altos festa³⁶.

Esse panorama da festa foi formado pelo exercício de reunião dos fragmentos de informações difusas entre diversos periódicos. A interposição de múltiplas abordagens a respeito do contexto geral da cidade contida na historiografia da educação, bem como em produções de história social e diversas áreas do conhecimento contribuíram para a montagem de um quebra-cabeças cujas peças foram conectadas pelo contexto social do surgimento da festa educativa. Decorrente desse modo de trabalho, as hipóteses expostas nesta pesquisa tomam por base o rastreamento dos vestígios, conforme sugerido por Ginzburg (198919891989).

³⁴ Além das buscas na Hemeroteca Digital da BN, consultei os seguintes materiais nas visitas que realizei ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em busca de indícios acerca do projeto da Batalha das Flores: BR RJ AGCRJ 15.4.4.46 Fundo Câmara Municipal Série Jardins Públicos; BR RJ AGCRJ CI JDP 15.4.4.46 Coleção Conselho de Intendência Série Jardins Públicos; BR RJ AGCRJ 42.3.17 Fundo Câmara Municipal Série Diversões Públicas; Boletim da Intendência Municipal de Polícia Administrativa, Archivo e Estatística, jan./mar. 1903 (ano XLI); abr./jun. 1903 (ano XLI); jul./set. 1903 (ano XLI); out./dez. 1903 (ano XLI).

³⁵ Cf. Jornal do Brasil, 14 de agosto de 1903; Correio da Manhã, 16 de agosto de 1903.

³⁶ Cf. Gazeta de Notícias, 16 de agosto de 1903; Jornal do Brasil, 16 de agosto de 1903; Correio da Manhã, 16 de agosto de 1903.

Dessa forma, podemos notar que a iniciativa de Pereira Passos de realizar uma festa que contribuísse com a transformação do comportamento das pessoas, de modo a aproximá-las do modelo de conduta da civilização europeia, foi uma iniciativa individual interligada à ação de outros indivíduos de seu grupo social. Trata-se, nesse sentido, de um grupo da elite carioca da época, cujas estreitas relações sociais, tecidas em função do *status* compartilhado, proporcionariam ambientes capazes de interferir na maneira como os demais sujeitos se portavam. Assim, a posição de prefeito e a prerrogativa dos atos institucionais seriam tão importantes quanto os exemplos de boa educação e gestos cortesões, que Passos e as famílias da alta sociedade carioca poderiam oferecer aos grupos populares, bem como sua capacidade de constrangê-los a fim de que não adotassem comportamentos considerados inadequados à cidade moderna nas áreas reformadas.

No período em que a Batalha das Flores foi gestada como uma festa pedagógica, o uso da palavra “civilização” era recorrente no vocabulário da imprensa carioca. Inquietas com as transformações pelas quais a sociedade carioca recentemente passara – como a mudança do Império para a República, a transição da escravidão para o trabalho livre, a modernização da estrutura urbana com a implementação das ferrovias e bondes, entre outras (Abreu, 2013) –, a ideia de “civilização” como sinônimo de “civilização europeia” é almejada pelas elites, que é o grupo capaz de visibilizar e sugerir aos demais seus anseios de superação do passado.

No entanto, para a melhor compreensão da Batalha das Flores dentro de um ideal civilizador da população carioca, é importante situá-la em um projeto muito mais amplo, que tinha também sua face educativa: a reforma urbana empreendida por Pereira Passos (cf. Benchimol, 1992; Needell, 1993; Rocha, 1986).

Na Figura 27, reproduzida a seguir, temos o mapa do Campo de Santana publicado pelo *Jornal do Brasil* em 14 de agosto de 1903, na véspera da primeira edição da Batalha das Flores no parque, com uma minuciosa esquematização do sistema de circulação de veículos durante a festa. Em primeiro lugar, tal sistema surpreende pela organicidade, já que os participantes da Batalha das Flores seriam capazes de fazer o circuito pelas principais alamedas do parque sem a necessidade de realizar nenhuma parada. Além disso, os participantes também teriam a oportunidade de contemplar edificações de importantes instituições brasileiras, representativas da herança cultural europeia. Dessa forma, quem participasse da Batalha das Flores necessariamente apreciaria o Palácio da Prefeitura, o Ministério do Interior, o Quartel General, a Estação de Ferro Central do Brasil, a Inspetoria de Obras Públicas, a Casa da Moeda, o

destaque o requinte da decoração dos pavilhões e a meticulosa ordenação do espaço do Campo de Santana para a realização da Batalha das Flores, como se observa na fotografia a seguir:

Figura 28 – Decoração dos pavilhões e ordenação do Campo de Santana para a Batalha das Flores de 1907



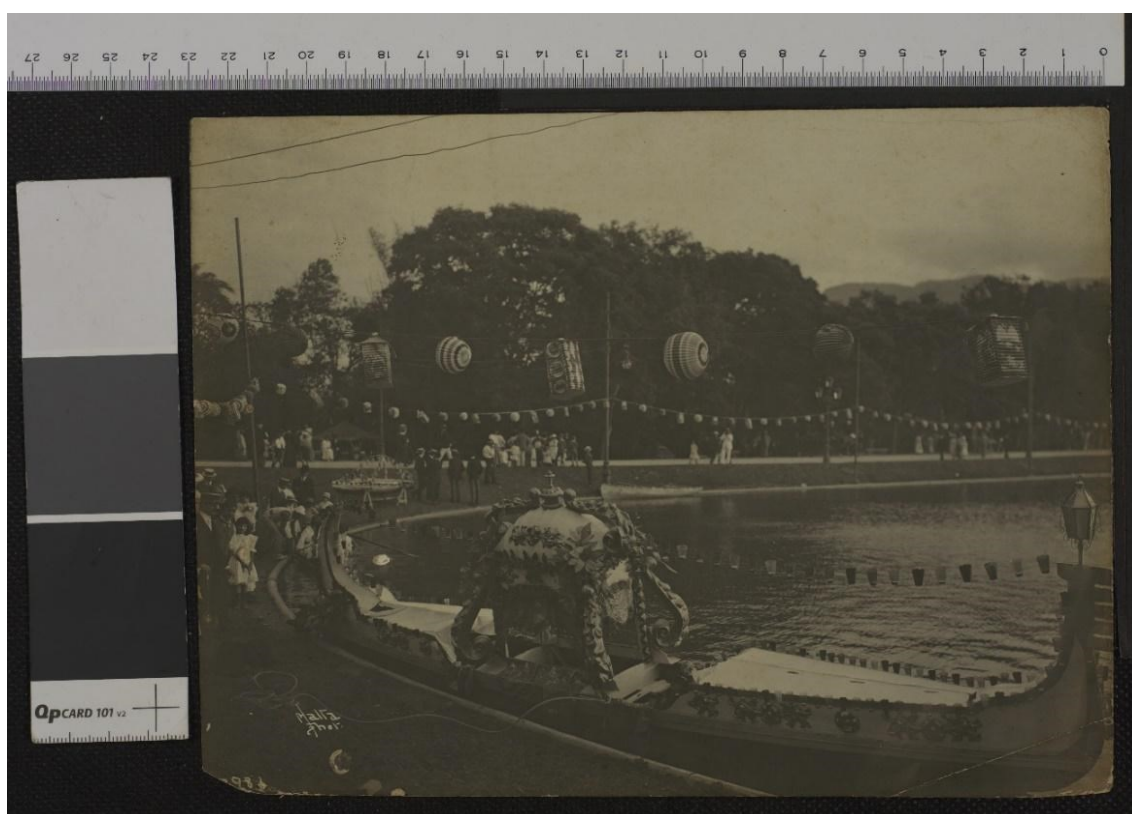
Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Até aqui, apontamos um número significativo de indícios que, articulados, nos levam a formular a hipótese de que Pereira Passos e sua equipe planejaram a Batalha das Flores de modo a explorar ao máximo o potencial pedagógico das relações sociais urbanas, dedicando especial atenção à escolha do espaço em que a festa seria realizada. O sentido educativo da exemplificação positiva das maneiras de festejar e brincar consideradas “civilizadas”, sobretudo se comparadas ao entrudo, perderia boa parte de sua amplitude se a festa acontecesse em outro parque da cidade. Afinal, como já foi demonstrado, o Campo de Santana se apresentava como um espaço privilegiado para a realização de um evento de caráter pedagógico, em primeiro lugar, devido à sua localização estratégica, no entroncamento entre as vias que ligavam o Centro às regiões sul, norte e à Grande Tijuca, bem como em função da proximidade do parque com o porto, da presença de linhas de bondes e da estação de trem no seu entorno e da vizinhança popular que o cercava (cf. Abreu, 2013; Barreto, c1915; 1917).

Ao mesmo tempo, a localização do parque não foi o único fator aproveitado para potencializar a capacidade educativa da festa. A Batalha das Flores era uma festa inspirada no carnaval da cidade francesa de Nice; portanto, ao apresentar brasileiros interagindo à moda francesa, a festa em si já continha um potencial pedagógico.

Durante o evento, a batalha propriamente dita consistia no desfile de carros e automóveis que, quando se cruzavam em curso na alameda central do Campo de Santana, arremessavam flores e bombons uns sobre os outros. A organização da festa no Rio de Janeiro promovia, também, a batalha entre embarcações nos lagos do Campo de Santana em formato semelhante, além de um concurso com o objetivo de premiar os veículos mais belamente decorados.

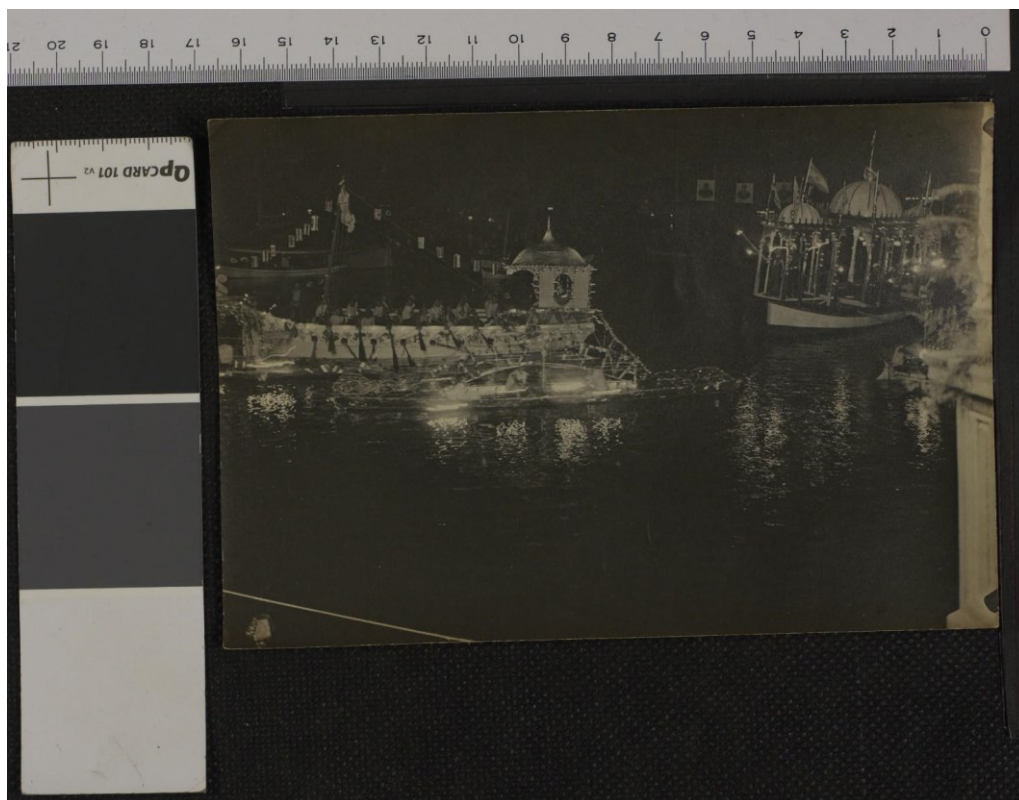
Figura 29 – Embarcação enfeitada para a primeira edição da Batalha das Flores (1903)



Nota: A fotografia retrata uma embarcação enfeitada na Quinta da Boa Vista, que participaria da primeira edição da Batalha das Flores no Campo de Santana em 1903. Não foi localizada nas fontes consultadas nenhuma menção a extensão dos festejos da Batalha das Flores do espaço do Campo de Santana para a Quinta da Boa Vista além desta fotografia. Ambos os jardins foram projetados pelo paisagista Antoine Marie François Glaziou no século XIX. Para saber mais ver <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/projetos2.htm> último acesso em 06/07/2024.

Fonte: Augusto Malta, c1903 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Figura 30 – Embarcações iluminadas para passeio noturno na Batalha das Flores (1907)



Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Figura 31 – Remador negro em embarcação na Batalha das Flores (1907)



Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

O jogo cênico estabelecido pela exibição do poder de consumo e dos modos de interagir entre os pares das elites cariocas diante do público era profundamente assentado na origem italiana do corso, como um desfile ao ar livre que surgira no século XVI, em Roma. Ao passo que a cidade italiana desenvolvia seus sistemas viários, os cursos constituíam espaços profícuos para o exibicionismo dos que possuíam carruagens. De acordo com Hugo Segawa (1996), o hábito logo alcançou Paris e Londres, tornando-se, posteriormente, um modelo de sociabilidade civilizada para a elite do Rio de Janeiro, que passaria a “reunir-se” nos jardins públicos de acordo com este roteiro:

Reunir-se: fazer-se público de sua presença, exhibir pompa, ver homens e mulheres bem-vestidos e bonitos, contar e ouvir as novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos, homens finos admirando e fazendo a corte a cortesãs. Os jogos sociais e sexuais – com a tácita concordância entre seus praticantes – o *plaisir de la promenade*, tinha um palco magnífico nos jardins públicos (Segawa, 1996, p. 46).

A ambiência da Batalha das Flores operava como uma grande vitrine. Os veículos, as pessoas e o parque eram enfeitados para impressionar e dialogavam com os códigos de comportamento que sinalizavam a “fineza” europeia. O comércio direcionava seus reclames, criando um mercado consumidor que sabidamente investiria na *toilette* para ir à festa³⁷. Dessa forma, a cadeia educativa se iniciava com a imprensa convocando a população a comprar produtos importados da Europa ou, pelo menos, caudatários desta estética³⁸ (Needell, 1993; Feijão, 2011). Ao portar estes signos de civilização, os consumidores fariam mais do que apenas apresentar seu *status* econômico aos demais frequentadores da festa: mostrariam para estes o domínio da linguagem do refinamento, exemplificando o que deveriam ter e como deveriam se comportar para serem civilizados. Para abrilhantar os indivíduos que protagonizavam o *mise en scène* educativo, a Prefeitura montou o Campo de Santana para a edição de 1903 de modo espetaculoso. O exuberante paisagismo foi ricamente decorado com intervenções transitórias, de modo a causar no público a impressão mais faustosa possível.

³⁷ Cf. Capítulo 3 do presente trabalho.

³⁸ Por exemplo, o reclame da loja “As damas ellegantes”, divulgado em 1903 na revista *O Malho*, anuncia o estabelecimento como “a casa a que se deve a civilização dos nossos costumes; porque fornecendo o que há de mais chic e mais moderno em toilettes e confecções de abaffo, dum luxo oriental ao alcance de todos, vulgariza, assim, o bom gosto pelo belo, pelo chique e pelo elegante” (*O Malho*, ano 3, n. 40, 1903).

Figura 32 – Croqui de ornamentação do Campo de Santana na primeira edição da Batalha das Flores (1903)



Legenda: (1) Entrada; (2) Inspetoria; (3) Barraca de Flores; (4) Buffet; (5) Coreto; (6) Barraca da beb; (7) Pavilhão central; (8) Outro coreto.

Nota: A imagem apresenta o croqui de ornamentação do Campo de Santana na primeira edição da Batalha das Flores, publicado na *Gazeta de Notícias* em 16 de agosto de 1903.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 16 de agosto de 1903.

Foram construídos quiosques com decorações inspiradas em culturas orientais, pavilhões para observação dos julgadores do concurso e recepção do prefeito e do presidente, além de flores naturais decorarem as aleias do jardim³⁹. A criação de um ambiente que introduzia os comportamentos europeizados a serem contemplados pelos visitantes apresenta pontos de contato com a intencionalidade didática das grandes exposições caracterizadas como festas na virada do século XIX para o XX no Brasil.

Em seu estudo sobre o caráter educativo dessas exposições, Kuhlmann (2001) salienta que o público era posicionado como espectador das discussões científicas, no bojo da temática

³⁹ Cf. *Gazeta de Notícias*, 16 de agosto de 1903; *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1903; *Correio da Manhã*, 16 de agosto de 1903.

maior: a promoção dos ideais de progresso e civilização. Dessa forma, os visitantes das exposições eram alocados em uma posição semelhante à dos aprendizes ou dos estudantes escolares, isto é, como receptáculos de informação.

No entanto, a Batalha das Flores se afastava do programa das grandes exposições internacionais ao propor a interação por meio da batalha propriamente dita, ou seja, pelo ato de jogar flores e bombons enquanto os veículos atravessavam as aleias do parque. É importante ressaltar que não se conformava uma comunicação triangular entre os participantes da batalha e os espectadores. Os sujeitos a bordo dos veículos enfeitados, símbolos de pertencimento a uma categoria social elevada, deveriam brincar entre si, enquanto eram atentamente assistidos pelos demais. A única possibilidade de participar do jogo sem se associar ao curso seria pelo lançamento de flores naturais compradas para serem projetadas uma única vez, encarecendo esta via da brincadeira. Desse modo, o contato não era franqueado a todos os presentes, pois a maior parte do público deveria apenas observar o comportamento dos membros da elite. Isso conferia ao curso o aspecto de passeio em um jardim botânico, ostentando sua aprazível coleção de espécies que, silenciosamente, se apresentava aos visitantes.

A Batalha das Flores buscou conjugar no espaço da festa atrações que representassem as aspirações do prefeito Pereira Passos e sua comissão organizadora – representantes da elite carioca do início do século XX, que recebia informações da Europa, ressignificava essas informações e as difundia em formato festivo. Nesse prisma, o momento de lazer foi pensado para que os participantes tivessem contato com instituições educativas, como o Colégio Abílio e os Institutos Profissionais Masculino e Feminino, cuja presença referendava o compromisso da festa com a construção de um futuro promissor assentado na instrução.

Desde a primeira edição da Batalha das Flores, em 1903, foi anunciado que a receita do evento seria destinada para doações aos mais pobres. Assim, colégios e associações beneficentes se mobilizaram na decoração de barracas cuja presença transmitiria ao público a mensagem unilateral de cuidado e orientação aos necessitados. Da mesma forma, todo o espaço interno e externo do Campo de Santana foi pensado para que a experiência do público no evento desenvolvesse comportamentos mais contidos. Pautada por esse planejamento, a socialização entre sujeitos de diferentes grupos sociais na Batalha das Flores proporcionaria momentos de observação, trocas e tensões.

3 “QUEIXO-ME ÀS ROSAS, MAS QUE BOBAGEM! AS ROSAS NÃO FALAM”: A FESTA COMO OPORTUNIDADE PARA EXIBIÇÃO DAS ELITES

Este samba é pra você
Que vive a falar, a criticar
Querendo esnobar, querendo acabar
Com a nossa cultura popular
É bonito de se ver
O samba correr pro lado de lá
Fronteira não há pra nos impedir
Você não samba, mas tem que aplaudir
Grupo Fundo de Quintal.

Ambientado por versos da famosa composição de Cartola⁴⁰, citados no título, e pelo trecho da canção gravada pelo Grupo Fundo de Quintal, em epígrafe, o capítulo que se inicia tem como propósito apresentar a dinâmica da Batalha das Flores como uma festa organizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, no começo do século XX, de modo a conduzir seus frequentadores a assumirem posturas alinhadas às expectativas de “cidade moderna” e “população civilizada” que emanavam das elites cariocas da época. Para alcançar esse objetivo, o caminho percorrido foi marcado por desencontros comunicativos e reinterpretções.

Na organização da festa, as providências tomadas pela Prefeitura tiveram um caráter bastante diversificado. Envolveram desde a decisão pela realização do evento no mês de agosto, em vez de executá-lo no período do carnaval – tal qual a Batalha das Flores da cidade de Nice, que inspirou o projeto –, até o controle do material utilizado pelo público nas brincadeiras.

A primeira edição da Batalha das Flores promovida pela Prefeitura do Rio de Janeiro ocorreu em um sábado, dia 15 de agosto de 1903. Com seis dias de antecedência, o jornal *Correio da Manhã* publicara um pedido para que o evento fosse transferido para o domingo seguinte, 16 de agosto. Essa solicitação tinha o intuito de separar as datas da Festa da Glória, celebração católica tradicionalmente realizada em 15 de agosto, e da Batalha das Flores, que aconteceria pela primeira vez na cidade, gerando grande expectativa. Assim, caso o pedido de adiamento fosse atendido, o público escaparia ao dilema de escolher entre o apego à tradição, representado pela festa católica, ou a satisfação da curiosidade de comparecer à realização, pela primeira vez na Capital da República, de um festival nos moldes do carnaval francês⁴¹.

⁴⁰ O título deste capítulo cita os versos do poeta e sambista Cartola, na canção “As rosas não falam” (1976).

⁴¹ Cf. *Correio da Manhã*, 9 de agosto de 1903.

No entanto, o prefeito negou, peremptoriamente, os repetidos pedidos de deslocamento da data, valendo-se de uma seção no *Jornal do Brasil* para comunicar sua decisão:

Quadro 22 – Prefeito nega pedidos de transferência da data da Batalha das Flores

Em vista das inúmeras consultas que tem sido feitas pessoalmente, por carta ou pelo telephone, o Dr. Pereira Passos autorizou-nos a declarar que terminantemente não transferirá o dia da Batalha das flôres, que será realizada no próximo sábbado, 15 do corrente.

Fonte: Jornal do Brasil, 11 de agosto de 1903.

A resposta de Pereira Passos à demanda popular não explica a razão de sua negativa em relação aos pedidos de troca da data da festa. Contudo, essa atitude aponta para uma possível incomunicabilidade entre a Prefeitura e a população, que pode ter marcado as relações em torno da Batalha das Flores. Ou, talvez, a própria falta de registros de uma justificativa do prefeito à negação dos pedidos do povo indique essa incomunicabilidade. De todo modo, tal qual os versos escritos por Cartola na canção “As rosas não falam”, as queixas dirigidas às flores que enfeitavam o jardim do Campo de Santana não obtinham resposta. Belas e perfumadas, elas tinham como função enfeitar silenciosamente, inspirando os admiradores com sua delicadeza.

Analisando e articulando as pistas (Ginzburg, 1989) presentes na recusa do prefeito em separar as datas da Batalha das Flores e da Festa da Glória, em conjunto com as medidas modernizadoras tomadas pela Prefeitura na mesma época, nota-se que essa atitude converge com a afirmação de William de Souza Martins (2017, p. 108) a respeito do deslocamento, na virada do século XIX para o XX, das festas religiosas e populares da “cidade velha” para o interior dos templos e subúrbios do município. Essa ideia é reforçada quando relacionada com a visão organicista cultivada por Passos, na qual a cidade era concebida como um “corpo” cujo “coração” se encontrava no Centro – sendo este, portanto, um bairro de passagem obrigatória para todos os habitantes, que retornariam a seus pontos de origem portando os valores civilizacionais apreendidos nos espaços educativos do “coração” da cidade (Azevedo, 2016).

Dessa forma, a realização de festejos populares nas periferias e nos espaços privados não seria problemática para o projeto modernizador da Prefeitura. Situada em uma área contígua ao Centro, em direção à zona sul, a Festa da Glória era considerada um arrabalde, pois situava-se nas franjas da cidade (El-Kareh, 2010). Desse modo, acreditava-se que as mensagens civilizadoras alcançariam todas as partes da cidade, desde que o Centro as distribuisse. Ao mesmo tempo, a realização de atividades paralelamente não as afetaria devido ao desequilíbrio

de forças que impulsionavam o fluxo das informações pertinentes às festas populares, partidas da periferia para o Centro.

Já no primeiro ano da Batalha das Flores, foi publicado no jornal *O Paiz*, em 15 de agosto de 1903, um conjunto de regras para o funcionamento do evento. Nele, o público recebia orientações detalhadas sobre a venda de bilhetes de entrada, horários, fluxo de pessoas e veículos, categorias e prêmios do concurso. O programa foi mantido nas edições seguintes com poucas alterações, insuficientes para mudar a feição da festa.

Apesar de todo o entusiasmo com a estreia desta manifestação cultural na cidade, os repórteres não puderam omitir as dificuldades enfrentadas pelo público de todos os grupos sociais em se portar na festa que criara tamanha expectativa de refinamento, bem como as falhas na organização da Prefeitura⁴².

Em 1903, os jornais que dedicaram maior atenção à Batalha das Flores, divulgando descrições minuciosas da estreia do evento na capital da República, foram a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Brasil*. À época, como demonstra Moreira (2016), esses dois periódicos adotavam posicionamentos bastante diferentes. Em geral, o *Jornal do Brasil* procurava não se apresentar de forma politicamente inclinada, a fim de manter a simpatia do público muito amplo que consumia suas edições matutinas e vespertinas, enquanto a *Gazeta de Notícias*, incumbida da publicação dos atos oficiais da Prefeitura, tendia a veicular descrições apologéticas das ações e eventos promovidos pelo prefeito (Moreira, 2016).

Em termos factuais, as informações sobre a primeira edição da Batalha das Flores apresentadas nos textos de ambos os jornais se aproximavam. Entretanto, devido ao interesse na preservação do contrato com a Prefeitura, a *Gazeta de Notícias* reportou ao público a dinâmica da festa, contudo, em comparação com o *Jornal do Brasil*, economizou detalhes na descrição de momentos que poderiam representar alguma falha na organização do evento, a fim de evitar uma possível tensão com a administração municipal⁴³.

O *Jornal do Brasil* adotava uma postura moderada, evitando desconforto no amplo arco de leitores abarcados pela ampla tiragem que lhe valeu a alcunha de “o popularíssimo”. Sua reportagem sobre a primeira Batalha das Flores ocupou seis colunas, divididas entre a primeira e segunda páginas da edição de domingo, 16 de agosto de 1903. Diferentemente da *Gazeta de Notícias* divulgada na mesma data, o texto do *Jornal do Brasil* não foi contemplado com uma ilustração e, apesar de mais curto, é mais esclarecedor quanto aos distúrbios ocorridos na festa.

⁴² Cf. *Gazeta de Notícias*, 16 de agosto 1903; *Jornal do Brasil*, 16 de agosto 1903; *Correio da Manhã*, 16 de agosto 1903; *O Paiz*, 16, de agosto 1903.

⁴³ Cf. *Gazeta de Notícias*, 16 de agosto 1903; *Jornal do Brasil*, 16 de agosto 1903.

Em ambas as narrativas, há uma grande preocupação em apresentar os esforços da Prefeitura em manter a organização e a segurança do público, que, ao mesmo tempo, parece ser responsabilizado pelas dificuldades de ingresso e circulação no parque, tendo em vista que se tratava de um público estimado entre 15 e 20 mil pessoas. O trecho a seguir, extraído da reportagem do *Jornal do Brasil*, dá o tom da distinção pela qual foram representados, por um lado, o povo que foi assistir e, por outro lado, as pessoas que foram participar efetivamente da batalha nos cursos ou dos concursos:

Quadro 23 – Reportagem do *Jornal do Brasil* sobre a primeira Batalha das Flores (1903)

[...] A multidão parecia uma só massa compacta, indistinta, a agitar-se em movimentos intermitentes como um formigueiro colossal. [...].

Houve protestos quando foi ordenada a divisão dos carros em duas alas para travar-se a batalha: chegou mesmo ferir-se um pequeno conflito, felizmente sem consequências desagradáveis porque um cavalleiro, o Sr. Eugenio Falk, queria romper a onda. Fizeram-se então dois partidos: um que o queria puxar para frente e outro o sentido contrário.

Afinal, o garboso rapaz passou e, após ele, uma enorme fila de carruagem.

A batalha

A batalha, em meio ao atordoamento produzido pelo povo foi posto isto, entusiástica. Indescritível é o que ela foi!

Fonte: *Jornal do Brasil*, 16 de agosto 1903.

Nas palavras do repórter do *Jornal do Brasil*, a batalha foi um sucesso, mesmo que um homem montado tenha tentado abrir caminho entre os espectadores. O público, sem nome ou face, movimentando-se indistintamente, foi o único responsável por qualquer desconforto ou percalço durante a festa. Não há nenhuma menção da reponsabilidade dos organizadores sobre a quantidade de ingressos vendidos ou eventuais falhas de orientação a respeito da evacuação da área por onde o curso deveria desfilar. Há apenas o desfecho do breve episódio, elogiando-se a elegância do indivíduo “Sr. Eugenio Falk” – identificado por nome próprio e sobrenome de família – responsável por provocar o incidente, sem sofrer nenhuma censura pela atitude.

Em *Os estabelecidos e os outsiders*, Elias e Scotson (2000), após analisarem a convivência entre os vizinhos de uma pequena comunidade inglesa, concluíram que os grupos estabelecidos monopolizam os postos de poder em suas comunidades devido às suas estreitas redes de relações. Dessa forma, os sujeitos que formavam grupos heterogêneos e não tinham a mesma capacidade de articulação não conseguiam alcançar lugares de tomada de decisão, embora pudessem participar das atividades associativas comunitárias em posições secundárias e não decisórias. Sem conseguirem se integrar ao grupo estabelecido ou organizar seu próprio

grupo, esses sujeitos não criavam laços identitários, passando a serem considerados *outsiders* (Elias; Scotson, 2000).

No caso da Batalha das Flores, observamos a presença da elite carioca, que orbitava em torno do prefeito Pereira Passos e da comissão organizadora do evento, de forma aproximada ao que Elias e Scotson (2000) denominaram de “os estabelecidos”. No contexto da festa florida, é possível identificá-los pela posse de veículos como carros, automóveis, cavalos ou bicicletas. Somente a bordo destes veículos era possível a efetiva participação na brincadeira de arremessar flores sobre seus pares enquanto cruzavam o Campo de Santana. Afinal, apresentar-se em um veículo já marcava o *status* social e econômico do sujeito pelo acesso ao meio de transporte, um bem indisponível para muitos (Abreu, 2013; Needell, 1993). Ademais, o desfile proporcionava seu apartamento da multidão, com a separação física entre os grupos de espectadores e de participantes do curso, além de destacar as características que valorizavam estes últimos diante dos demais, pois o curso não apenas atravessava o espaço no meio da concentração de pessoas, como também elevava o corpo dos brincantes, ampliando-os diante dos que somente assistiam. As quatro fotografias de Augusto Malta reproduzidas a seguir ilustram a relação entre os espectadores e os que se exibiam na Batalha das Flores.

Figura 33 – Carros em desfile na Batalha das Flores de 1907



Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Figura 34 – Participantes desembarcam de veículos na Batalha das Flores de 1907



Nota: A fotografia retrata mulheres e homens desembarcando de veículos participantes do curso no pavilhão, sob a observação da plateia, durante a Batalha das Flores de 1907.

Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Figura 35 – Automóvel enfeitado na Batalha das Flores de 1907



Nota: A fotografia retrata um automóvel enfeitado com flores, a levar uma família faustosamente vestida, enquanto é observado pelo olhar admirado e tímido de uma menina.

Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Figura 36 – Detalhe da fotografia anterior



Nota: Detalhe da fotografia anterior, focalizando a menina que observava um automóvel enfeitado a desfilas na Batalha das Flores de 1907.

Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Figura 37 – Disposição do público na Batalha das Flores de 1907



Nota: Fragmento de fotografia que destaca o enquadramento do público na Batalha das Flores de 1907.

Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Nessas quatro fotografias, os registros imagéticos produzidos por Augusto Malta seguem uma espécie de padrão. Ao fotografar veículos, em especial, nota-se que o posicionamento do fotógrafo proporciona a captura de imagens em diagonal, com a representação da magnitude longitudinal dos objetos destacados em primeiro plano. Ou seja, era fundamental proporcionar ao observador uma dimensão do tamanho do objeto destacado em relação ao restante do quadro fotografado. Ao mesmo tempo, na análise destas imagens, especificamente, mais importante do que os próprios veículos é a maneira como o público é representado.

As fotografias são emolduradas pela presença de pessoas diminutas em relação ao tamanho dos que se apresentam, mas que se destacam por voltarem, em conjunto, as cabeças na mesma direção. Esta preocupação do artista em capturar o momento em que a Batalha das Flores alcança seu propósito educativo – isto é, ao passar, diante dos olhos da população da

cidade, uma espécie de painel com informações a respeito do ideal de performance que deveria ser disseminado – tem relação com seu vínculo com a Prefeitura como fotógrafo contratado⁴⁴. Por isso, tão importante quanto documentar as transformações espaciais do projeto urbanístico executado por Pereira Passos em parceria com governo federal era registrar as mensagens transmitidas à população pelo desfile da Batalha das Flores, concebido como um icônico representante das propostas de remodelação do Rio de Janeiro.

Para compreendermos a necessidade da elite de se particularizar em relação ao público geral da festa, evitando trocas e interações diretas com os espectadores dos desfiles, é importante retomarmos brevemente a cena socioeconômica do Rio de Janeiro no período em que ocorreu a Batalha das Flores. Ao tratar dessa cena, Nicolau Sevcenko (2003) situa os grupos urbanos da capital da República em posições análogas às dos já comentados “estabelecidos” e *outsiders*, estudados por Elias e Scotson (2000). Por aqui, o poder político e econômico ficava nas mãos das elites agrárias que, por meio de cargos a que tinham acesso exclusivo, tomavam decisões em seu próprio benefício. Nas palavras do pesquisador:

[...] apesar do crescimento econômico global do Brasil, a participação social no sistema produtivo e na absorção dos recursos gerados era muito limitada. Assim como muito limitada e até decrescente era a participação política. As elites agrárias, beneficiárias e procedentes da tradicional divisão internacional artificial do trabalho, constituíam um sistema oligárquico semifechados que, de conformidade com círculos plutocráticos urbanos monopolizavam os postos diretivos e as atividades mais rendosas. As oportunidades restritas que o crescimento do regime oferecia eram alvo de uma rude concorrência pelas amplas camadas urbanizadas, reforçando comportamentos agressivos e desesperados de preconceito e discriminação (Sevcenko, 2003, p. 71).

Nesse contexto, tal como os *outsiders* de Elias e Scotson (2000), os sujeitos aliçados da participação na vida pública e em disputa pelas poucas colocações no mercado de trabalho tinham seus comportamentos apontados como “rudes” pelos grupos detentores do poder político e econômico, os “estabelecidos”. Assim, estes grupos consideravam que os costumes dos primeiros seriam indicativos de “inferioridade” que feriam o senso de respeitabilidade das elites, reforçando o estigma que justificava a exclusão daqueles sujeitos.

Ainda que a organização e o protagonismo dos desfiles fossem assumidos pelas elites, convém não reduzirmos sua participação na Batalha das Flores à adesão às medidas reformistas da Prefeitura. Envaidecidas, buscavam, sobretudo, reafirmar os “valores normas e padrões de

⁴⁴ A respeito da influência das respectivas intenções, desejos e aspirações dos artistas e de seus contratantes sobre a produção de registros imagéticos, Kossoy (2020, p. 86) argumenta que “cada imagem documenta um assunto particular num particular instante do tempo, e o registro deu-se unicamente em função de um desejo, uma intenção ou necessidade do fotógrafo, de seu contratante ou de ambos”.

conduta que criaram para si, justificando o respeito próprio e o respeito que julgam ser-lhes devido pelo outros” (Elias; Scotson, 2000, p. 187). Seu reduzido grupo tinha orgulho do esforço que vinha realizando para erigir-se do ponto de vista civilizacional, posicionando-se nas trocas comerciais sem sentir-se culturalmente inferiorizado. O preço a ser pago por este acolhimento era a falta de espontaneidade nas relações sociais, gratificadas pelo reconhecimento do público em relação ao prestígio e ao carisma compartilhados por todos que modulavam suas emoções para atender às exigências normativas do grupo de “estabelecidos”, mantendo sua coesão (Elias; Scotson, 2000).

A seguinte passagem, publicada na revista *O Malho* em 1903, representa o esforço do grupo de “estabelecidos” no Rio de Janeiro para se transformar em um povo “civilizado”. O prefeito, membro desta confraria, foi ovacionado como principal responsável por alavancar os padrões de comportamento da população. Devido a seus feitos como reformador, bem como por ocupar uma posição de poder capaz de reafirmar os valores prezados por seu grupo, Pereira Passos foi submetido a uma estratégia similar à que Elias e Scotson (2000, p. 122) observam como “fofoca elogiosa”, em “comunidades estabelecidas” que buscavam alimentar sua autoimagem positiva e estreitar suas relações internas.

Quadro 24 – Elogio ao prefeito Pereira Passos na revista *O Malho* (1903)

[...] Continua sendo alvo de festivos himnos, de ardentes lóas e de louvores entusiásticos o Sr. Prefeito desta capital que não esmorece nem se detém no caminho de reforma da cidade, reformas materiaes que a embellezam e, reformas dos costumes que lhe recomendem a civilização e cultura intellectual.

Depois das transformações que se vai operando nas ruas e praças da cidade com uma rapidez imprevista de mágica de teatro, vemos também que, nos hábitos da população outra salutar transformação já se vai operando.

Fonte: O Malho, ano 3, n. 44, 1903.

Como se lê no Quadro 24, o texto se inicia com a afirmação de que o nome de Pereira Passos era enaltecido por sujeitos indeterminados. Sua principal virtude seria o empenho com que se dedicava a redesenhar o espaço da cidade e, em especial, reengendrar os costumes para conformá-los aos ideais de civilização e cultura intelectual. Ao mesmo tempo, para que o prefeito e seu grupo reconhecessem os benefícios relacionados ao alinhamento da população da cidade com os padrões europeus de comportamento, era necessário que estivessem a par das normas de convivência que pretendiam disseminar e, assim, atuassem como vetores desse código de conduta. Portanto, ao distribuir elogios à eficácia educativa das ações do intendente, a própria imprensa exercia um papel pedagógico, contribuindo para a construção da imagem da

elite carioca como o “grupo refinado” cujo comportamento deveria ser tomado como exemplar pelos demais.

Ao mencionar que a população da cidade já apresentava avanços em direção ao estágio de civilização tencionado, sugerindo que as medidas reformadoras em curso já se teriam demonstrado eficazes, a matéria da revista *O Malho* atua de forma análoga ao comportamento do grupo estudado por Elias e Scotson (2000) como “coeso” e “estabelecido”. Os autores observam que os “circuitos de fofocas” desempenhavam um papel relevante para a coesão desse grupo, destacando que havia “as fofocas depreciativas, referentes sobretudo a pessoas de fora, e as fofocas elogiosas, que traziam fama para o próprio indivíduo e seu grupo” (Elias e Scotson, 2000, p. 122). Assim, tomando a imprensa como agente da “fofoca elogiosa” no Rio de Janeiro do início do século XX, a matéria transcrita no Quadro 24 apresenta a visão positiva do “grupo estabelecido” sobre si mesmo, tanto no que tange à agência educativa pelo melhoramento dos costumes como no sucesso em relação ao desenvolvimento dos próprios hábitos que, ao serem expostos, almejavam contribuir para a educação da cidade inteira.

A imagem de Pereira Passos como prefeito engajado em apurar o comportamento da população carioca era projetada em diversos veículos de imprensa da época. Mesmo depois do entusiasmo provocado pela novidade, em 1906, o jornal *O Paiz* mantinha o discurso de aclamação aos atos educativos do prefeito:

Quadro 25 – Elogio ao prefeito Pereira Passos no jornal *O Paiz* (1906)

Foi um estrondoso e bello successo a nossa elegante capital a festa das flores, hontem realizada no parque da República. O iminente e ilustre prefeito, que tem imprimido a administração municipal um brilho e destaque superiores [...] imprimindo-lhes aos costumes um tom de bom gosto e *savoir vivre*, que são innegavelmente a mais irrefregável prova da civilização de um povo.

Fonte: *O Paiz*, 3 de setembro de 1906.

Os textos jornalísticos sobre a Batalha das Flores seguiam uma espécie de protocolo em que a “fofoca elogiosa” enaltecia o prefeito Pereira Passos e, conseqüentemente, as características da elite carioca eram compreendidas como louváveis. Logo, a Prefeitura é colocada, nesses textos, como um importante agente do refinamento dos costumes da população. Além disso, por vezes, os textos incluíam tentativas de apresentação dos valores e modos de comportamento da elite como um predicado próprio deste grupo, que o diferenciava dos demais e deveria servir como modelo para o aprimoramento dos outros. Dessa forma,

algumas ações repressivas comandadas pela Prefeitura em nome do ordenamento urbano tornavam-se, ainda que indiretamente, formas de corrigir práticas dos grupos populares.

A fala de Pereira Passos reproduzida a seguir, citada por Benchimol (1992) a partir do Boletim da Intendência Municipal de julho a setembro de 1903, expressa a preocupação do prefeito em tornar a cidade digna dos valores de seu próprio grupo:

Comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de reses, expostas em tabuleiros, cercados pelo voo contínuo de insetos, o que constituía espetáculo repugnante. Aboli, igualmente, a prática rústica de ordenharem vacas leiteiras na via pública, que iam cobrindo com seus dejetos, cenas estas que, ninguém, certamente, achará dignas de uma cidade civilizada. [...] Mandeí também, desde logo, proceder à panha e extinção de milhares de cães, que vagavam pela cidade, dando-lhe aspecto repugnante de certas cidades do Oriente, e isso com grave prejuízo da segurança e da moral públicas. Tenho procurado por termo à praga dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, que, por toda parte, perseguiam a população, incomodando-a com infernal grita e dando a cidade o aspecto de uma tavolagem. Muito me preocupei com a extinção da mendicância pública, [...] punindo os falsos mendigos e eximindo os verdadeiros à contingência de exporem pelas ruas suas infelicidades (Pereira Passos, 1903 *apud* Benchimol, 1992, p. 277).

É interessante notarmos que as proibições impostas expressavam tanto o desejo de tornar o espaço urbano mais organizado, limpo e asseado quanto afastar das vistas dos grupos elitizados os usos que julgavam repulsivos. Assim, colocando para os habitantes da cidade regras sobre como proceder nas ruas, eliminando os usos inadequados, as elites cariocas se afastariam da imagem inferiorizada que projetavam sobre outros povos, como as cidades orientais mencionadas por Passos na passagem acima, para se aproximarem da cidade desejada.

Nem sempre a imprensa concordava com todas as providências normalizadoras, de modo que, por vezes, dispunha-se a criticá-las. Acionando a ideia de que existem diferentes estágios civilizacionais (Elias, 1990; 1993; Elias; Scotson, 2000), em uma crônica publicada em 1902, a revista *O Malho* utilizou como recurso textual a projeção de características da sociedade autointitulada “civilizada” sobre o povo indígena Apinayé⁴⁵, pensado no texto como representante de um estágio civilizacional “inferior”, vinculado a um passado que gostariam de apagar ao assumir um modo de vida pautado na civilização europeia. Vejamos parte da sofisticada construção:

⁴⁵ Os Apinayé são um povo indígena pertencente ao Tronco Macro-Jê e à família linguística Jê. Para saber mais, cf. Albuquerque, 2011.

Quadro 26 – Trecho de crônica da revista O Malho (1902)

No café:
 – Ainda não vi os tais índios pynagés ou apynagés.
 – Nem eu, mas tenho pensado muito na influencia que sobre eles deve ter exercido os requintes da nossa civilização.
 – Por exemplo?
 – Falo em geral. Refiro-me aos costumes civilizados: o cancan, o maxixe, o sapato amarelo de bico fino, o colarinho forca, a dança do ventre, a cançoneta brejeira, a bolinagem...
 – O jogo do bicho, o bond elétrico, o calçamento de mosaico [...].

Fonte: O Malho, ano 2, n. 2, 1902.

Colocando habitantes da Capital da República no centro do encadeamento de diferentes estágios de desenvolvimento civilizacional, entre os indígenas Apinayé e a civilização europeia, a revista *O Malho* vai ao encontro da ideia de Norbert Elias (1990; 1993) de que as relações humanas são baseadas na interdependência. No segundo volume da obra *O processo civilizador*, Elias (1993) compreende que um determinado número de pessoas dependentes entre si tende a formar as chamadas configurações, que podem ser entendidas como grupos ou sociedades cujos indivíduos têm graus maiores ou menores de permeabilidade nas trocas e interações sociais. Mesmo aqueles mais autônomos em relação aos contatos sociais proporcionados pelas configurações, em geral, formam-se em função delas durante toda a vida, o que atribui um caráter educativo aos grupos ou sociedades que o autor conceitua como configurações (Elias, 1993, p. 249).

A partir do conceito de configuração desenvolvido por Elias (1993), podemos observar que a crônica da revista *O Malho* de 1902 (Quadro 26) desloca o olhar da cultura europeia para a população autóctone do território brasileiro, considerada “inferior”, representante de um passado do qual as elites do Rio de Janeiro gostariam de se desvincular. Nesta inversão de papéis, o passado é representado na crônica pelos indígenas Apinayé, de modo interrelacionado com os cariocas aspirantes a “povo civilizado”, pretensamente representantes do futuro. Assim, sarcasticamente, a revista provoca nos leitores brasileiros uma crítica sobre a própria posição no almejado “processo civilizador”, pois, ainda que os cariocas não percebessem que estariam mais próximos dos povos originários que da refinada cultura europeia, a crônica observa, entre esses três grupos, a presença de nexos cambiáveis e interdependentes, característicos das configurações sociais (Elias, 1993).

Os três grupos em jogo na crônica possuem relações de proximidade e analogia entre si. Dessa forma, a construção do texto jornalístico, com o objetivo de satirizar o sentimento de

superioridade da elite do Rio de Janeiro, consegue, na verdade, criar uma identificação através do reconhecimento de similitude maior com aqueles considerados “bárbaros”.

Assim, alcançamos um outro plano, no qual a alteridade das outras sociedades e dos indivíduos que as constituem não é sentida como estranha ou extravagante, e no qual os indivíduos e outras sociedades se tornam reconhecíveis e compreensíveis como pessoas semelhantes a nós mesmos (Elias, 1993, p. 215).

Ou seja: a mesma inferiorização cultural imputada aos Apinayé é refletida nos costumes urbanos marcadamente populares, se observada do ponto de vista da civilização europeia como o último ponto do contato entre as configurações sociais em questão.

Em consonância com o projeto de homogeneização dos comportamentos dos habitantes da cidade, voltado principalmente para os grupos considerados “inferiores”, como os indígenas e os grupos populares, a Prefeitura do Rio de Janeiro publicou um programa para Batalha das Flores no dia 14 de agosto de 1903, véspera da estreia da festa. O texto estampado no *Jornal do Brasil* previa um rigoroso conjunto de regras, entre as quais se destacam:

Quadro 27 – Instruções da Prefeitura para a primeira Batalha das Flores (1903)

- | |
|--|
| <p>XII – No interior do parque serão instaladas barracas destinadas a venda de refrescos, bombons e flores.</p> <p>XIII – Não será admitido o uso de confetti no interior do Parque nem tão pouco jogarem-se flores que já tenham caído no chão: sendo o infrator expulso do Parque.</p> |
|--|

Fonte: Jornal do Brasil, 14 de agosto de 1903.

As instruções transcritas no Quadro 27 conotam o estabelecimento de um critério econômico tanto para a participação no jogo da batalha quanto para o ingresso no parque. A instalação de barracas com oferta de produtos de consumo individual na festa, como bebidas e flores, justificava-se pela destinação da receita do evento para instituições de caridades. Por seu turno, determinou-se a proibição do uso de confetes e da reutilização de flores que já tivessem sido jogadas na brincadeira, sob pena de remoção do parque – ou seja, a punição seria a suspensão do mau exemplo, numa festa que se pretendia educativa de modo exemplar.

A validação do critério econômico pode indicar uma tentativa de circunscrever o controle do protagonismo da festa entre o grupo “estabelecido”, devido ao seu monopólio sobre os postos de poder (Elias, 1990). Isso se torna especialmente evidente na coluna do *Jornal do Brasil* de 13 de agosto de 1903, reproduzida a seguir (Quadro 28), em que são apresentados os

argumentos da comissão organizadora da Batalha das Flores para a decisão de vendas de bilhetes para a entrada no Campo de Santana durante o evento:

Quadro 28 – Coluna do Jornal do Brasil de 13 de agosto de 1903 (trecho 1)

[...] Não é, portanto, nem para se cobrir de insignificante despesa [custos da festa] que vae fazer, nem muito menos para tirar qualquer lucro que ela vai cobrar 2\$ a cada pessoa que quizer assistir à batalha. Trata-se unicamente de limitar o número de visitantes, sem o que a festa seria impossível. Foi com esta ideia que a comissão organizadora lembrou o alvitre e é curioso assinalar que contra a medida só houve três votos: o do Dr. Pereira Passos, o do Diretor de Mattas e Jardins Dr. Furtado e o do Dr. Fernando Mendes. Achava o Dr. Pereira Passos que se devia pedir apenas 1\$. Desde que solicitara o concurso de uma comissão, onde estavam representantes os mais distintos de todas as classes sociaes, não se podia deixar de submeter-se. Quem bem sabe mandar, sabe obedecer. É o caso do Dr. Passos.

Fonte: Jornal do Brasil, 13 de agosto de 1903.

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o prefeito, submetido à pressão exercida pelo grupo que ele mesmo convidara para discutir e executar a Batalha das Flores, recolhe sua proposta de promoção de festas gratuitas⁴⁶ e ocupação de praças e jardins. No plano de cidade pensado por Passos com auxílio de Júlio Furtado, chefe da ‘Inspeção de Mattas, Jardins, Arborização e Caça’, o Centro teria uma função irradiadora do projeto de modernização dos costumes, pois, ao frequentá-lo a trabalho ou em momentos de lazer, a população carioca distribuiria a mensagem civilizadora ao retornar para seus bairros de residência (Azevedo, 2016).

Todavia, membros da comissão organizadora da Batalha das Flores, valendo-se do argumento de que a receita do evento seria destinada a instituições beneficentes, recusaram a sugestão do prefeito de realizar a cobrança de um valor módico, metade do preço pactuado, apenas para controlar o número de pessoas que acessariam o parque. Por fim, a coluna do *Jornal do Brasil* se encerra com a interessante observação de que, por ter convidado membros da elite carioca para compor a comissão organizadora do evento, o chefe do poder executivo municipal naturalmente consentiria com a decisão de restringir o acesso à festa pela circunscrição econômica do público (Quadro 28).

Ao explicitar o peso exercido pelo grupo “estabelecido” sobre seus próprios membros, ainda que entre eles estivesse o prefeito da Capital da República, a coluna do *Jornal do Brasil* traz à tona a questão do preço a ser pago pelos sujeitos que compõem esse grupo em nome do compartilhamento do carisma grupal (Elias; Scotson, 2000). Nesse prisma, o acordo silencioso

⁴⁶ Pereira Passos propõe a cobrança de um pequeno valor para o ingresso na Batalha das Flores, mas declara sua predileção por diversões gratuitas na Sessão do Conselho Municipal de 1º de setembro de 1903. Cf. Rio de Janeiro, 1906, p. 7.

que exige reciprocidade na obediência das normas da comunidade, com a consequente perda de autonomia do sujeito, buscava evitar máculas na reputação mantida coletivamente. Assim, ao assentir na cobrança do valor de 2\$ pelos bilhetes de entrada da festa que idealizara, Pereira Passos colaborou com a coesão e a organização dos “distintos representantes” das elites do Rio de Janeiro (Quadro 28), bem como demarcou fronteiras em relação à heterogeneidade de modos e comportamentos do público, composto por múltiplos grupos em diferentes estágios de “civilização” (Elias, 1990), de difícil convivência para aqueles que acreditavam ter atingido a meta de se igualar à cultura europeia (Elias; Scotson, 2000, p. 171).

Na mesma coluna do *Jornal do Brasil* de 13 de agosto de 1903, foi tratado o bloqueio das instâncias decisórias em torno da Batalha das Flores, criado pela elite carioca ao formar a comitiva do dirigente. A posição do jornal foi de reafirmação da defesa da venda de ingressos para participar da festa, em detrimento das relações políticas:

Quadro 29 – Coluna do Jornal do Brasil de 13 de agosto de 1903 (trecho 2)

[...] A verdade é que não havia outro meio de limitar a concorrência. Se não fosse assim, só o systema de convites. Quaes os convidados? Os amigos dos membros da comissão. Então, sim, seria odioso.

Fonte: Jornal do Brasil, 13 de agosto de 1903.

Como se observa no Quadro 29, a possibilidade de lançar mão da venda de ingressos como medida de controle do número de participantes da festa é apontada pelo jornal como uma solução positiva, diante do inevitável cerco imposto pelo grupo “estabelecido”. Dessa maneira, a venda de ingressos permitiria a restrição do acesso dos grupos mais marginalizados ou empobrecidos, sem possibilidade de pagar para participar da festa, da mesma forma que se evitaria a monopolização da brincadeira por pessoas ligadas à organização do evento. Além disso, a previsão de formação de filas nos postos de venda igualaria as oportunidades de participação daqueles que pudessem pagar pela entrada.

A primeira edição da Batalha das Flores foi marcada por percalços na organização do evento. Largamente registrados pela imprensa, tais percalços incluíram: a contabilização de cerca de três mil pessoas que entraram no parque como não-pagantes; problemas em relação ao fluxo dos veículos; um atropelamento; brigas; concentração do público num único ponto do parque, entre outros⁴⁷. A fim de mitigar adversidades logísticas enfrentadas na inauguração do

⁴⁷ Cf. Gazeta de Notícias, 19 de agosto de 1903.

evento, no ano seguinte, foi acrescentada às determinações da edição anterior a veemente negativa de convites⁴⁸.

Entre as medidas de ordenamento mantidas, destaca-se a proibição do uso de confetes e da reutilização de flores já lançadas sobre os veículos desfilando em curso. A restrição aos papeizinhos multicoloridos durante a Batalha das Flores coloca-os em uma posição curiosa. Até então, seu uso em substituição aos esguichos descontrolados lançados pelos jogadores de entrudo em via pública no carnaval era estimulado, apesar de avançar com timidez sobre as ruas, onde a preferência permanecia pelos equipamentos dedicados à arte de entrudar. Assim, até o limiar do século XX, bolas de cera, relóginhos de esguicho, bisnagas, seringas, gamelas, cartucheiras, entre outros repositórios de líquidos e pós ainda dominavam a cena nas ruas⁴⁹. Porém, nos bailes carnavalescos privados e restritos da elite carioca, o confete foi bem recebido, juntamente com a inseparável serpentina.

Com o advento das reformas urbanas, durante o governo do prefeito Pereira Passos (1902-1906), o ímpeto civilizador dos modos da população carioca foi exacerbado. Dessa forma, tornou-se fundamental aos agentes reformistas tomar de empréstimo a experiência exitosa dos portugueses com a Batalha das Flores no controle do entrudo. Descrito como “rude” e “grosseiro” pela *Gazeta de Notícias* de 1º de janeiro de 1903, a ocorrência do entrudo foi substancialmente reduzida no carnaval seguinte. Assim, entre os limões de cheiro, pós de goma e esguichos, num dos extremos, e as flores e bombons, no outro, os confetes, menos distantes dos bolsos de alguns cariocas, mas longe do interesse de outros tantos, foi colocado num campo de batalhas. Sua relação com a seleção do público da Batalha das Flores por critérios econômicos se prolonga, mas iremos abordá-la mais atentamente adiante. Por ora, importa-nos salientar que a intenção reguladora do costume se embasava, também, na capacidade de consumo dos festivos.

O desenvolvimento do jogo cênico colocaria em circulação um modo de ser e portar-se em momentos festivos, especialmente por meio da exemplificação fornecida por parte do reduzido e elitizado grupo de frequentadores. A proibição do uso de flores que estivessem caídas no chão, isto é, que não foram compradas exclusivamente para o momento da Batalha das Flores, restringia a participação de sujeitos que, embora desejassem participar da brincadeira, não tivessem condições de adquirir as dispendiosas flores naturais.

⁴⁸ Cf. *Gazeta de Notícias*, 18 de setembro de 1904.

⁴⁹ Cf. *Gazeta de Notícias*, 16 de fevereiro de 1902.

A comissão organizadora da Batalha das Flores era formada por pessoas próximas ao prefeito Pereira Passos, que compartilhavam de suas ideias sobre o modelo de civilização proposto para a cidade, pois eram oriundos da mesma categoria social. A necessidade de manter as ideias desse grupo alinhadas se torna evidente, por exemplo, em um texto divulgado no *Correio da Manhã* em 16 de agosto de 1906, que afirma que, naquele ano, os membros⁵⁰ da comissão organizadora da festa “tomaram mais algumas providencias no sentido de ser tomado sem discrepâncias, o projeto a ser executado”.

Como indicam as fontes apresentadas ao longo desta pesquisa, a festa idealizada pelo prefeito Pereira Passos tencionava promover uma Batalha das Flores correlata à do carnaval francês, em seu desejo de promover a “civilização” como um amálgama do projeto de modernização da cidade. Todavia, à semelhança da comunidade estudada por Elias e Scotson sob o nome fictício de Winston Parva, dentre o grupo dos “estabelecidos”,

Fossem mais ricos ou mais pobres, todos conservavam um vívido sentimento de pertencer a Winston Parva e de formar um só grupo, mas só os ramos mais, mais abastados tinham tempo para formar e assumir a liderança nos assuntos comunitários (Elias; Scotson, 2000, p. 103).

Nos “estabelecidos” estudados por Elias e Scotson (2000), o importante sentimento de pertencimento à comunidade era proporcionado, em parte, pelo diferencial econômico das lideranças que assumiam a direção dos eventos e viabilizavam a convivência grupal. Quando os indivíduos possuíam excedentes econômicos capazes de proporcionar o tempo livre necessário para o envolvimento em assuntos pertinentes à comunidade, acabavam por se tornar lideranças.

No caso da Batalha das Flores promovida pela Prefeitura do Rio de Janeiro, o grupo de “estabelecidos” – formado pelos cariocas que se diferenciavam dos demais economicamente, organizavam ou se exibiam na festa – tinha a necessidade de materializar seu diferencial. O uso das caríssimas flores naturais como enfeite para os veículos ou como projéteis na brincadeira das batalhas, assim como a escolha da indumentária delimitavam o pertencimento ao grupo da elite estabelecida.

O uso dispendioso e sem aproveitamento das flores foi notado pela ferina coluna “Pingos e respingos” do *Correio da Manhã*, logo em 16 de agosto de 1903, dia seguinte à primeira edição do evento. Com o subtítulo “Echos da Batalha das Flores”, várias críticas foram

⁵⁰ No texto em questão, os nomes dos membros da comissão organizadora da Batalha das Flores de 1906 não são citados por extenso, com exceção do Dr. Julio Furtado, inspetor de ‘Mattas e Jardins’. Cf. *Correio da Manhã*, 16 de agosto de 1906.

desferidas aos custos exacerbados do evento. Os personagens sugeriam que o valor destinado à compra das flores poderia ser utilizado na decoração de igrejas ou universidades, insinuando o desperdício de recursos empregados na produção do evento. Na passagem reproduzida no Quadro 30, a seguir, é colocada a motivação para o recolhimento das flores da batalha pelos participantes como uma espécie de recordação:

Quadro 30 – Coluna “Echos da Batalha das Flores” de 1903 (trecho 1)

Um guarda: retire-se do parque! O sr. Está apanhando flores do chão!
Pífer, radiante: saiba que este ramo teve a honra de ser atirado à barriga do Sr. Ex. [Presidente da República]! Isto é um talismã e não dou por dinheiro nenhum!

Fonte: Correio da Manhã, 16 de agosto de 1903.

Debochadamente, o jornalista apela para o carisma do presidente da República, a fim de criar uma justificativa que não tivesse motivação econômica para a atitude dos grupos populares de recolher as flores do chão em meio à brincadeira. Assim, faz chacota do brio, do sentimento alimentado pelas próprias elites de que portariam características especiais que constituiriam o carisma em si.

Um dos tópicos seguintes da coluna aponta na mesma direção. Como já foi comentado, a Batalha das Flores previa a exibição da estética e das “boas maneiras” pelas elites, com baixíssimo grau de interação entre estas e as outras camadas da população carioca. Logo na primeira edição, em 1903, com a disseminação na imprensa da intenção de doar os rendimentos da festa para instituições de caridade, fica claro que o lugar dos pobres na festa era o de espectadores, donatários ou infratores. Com isso em vista, chama a atenção este trecho da coluna supracitada:

Quadro 31 – Coluna “Echos da Batalha das Flores” de 1903 (trecho 2)

Um reporter: que vaes fazer lá fora?
Um dito do popularíssimo [*Jornal do Brasil*]: vou escutar as queixas do povo que não entrou de graça.

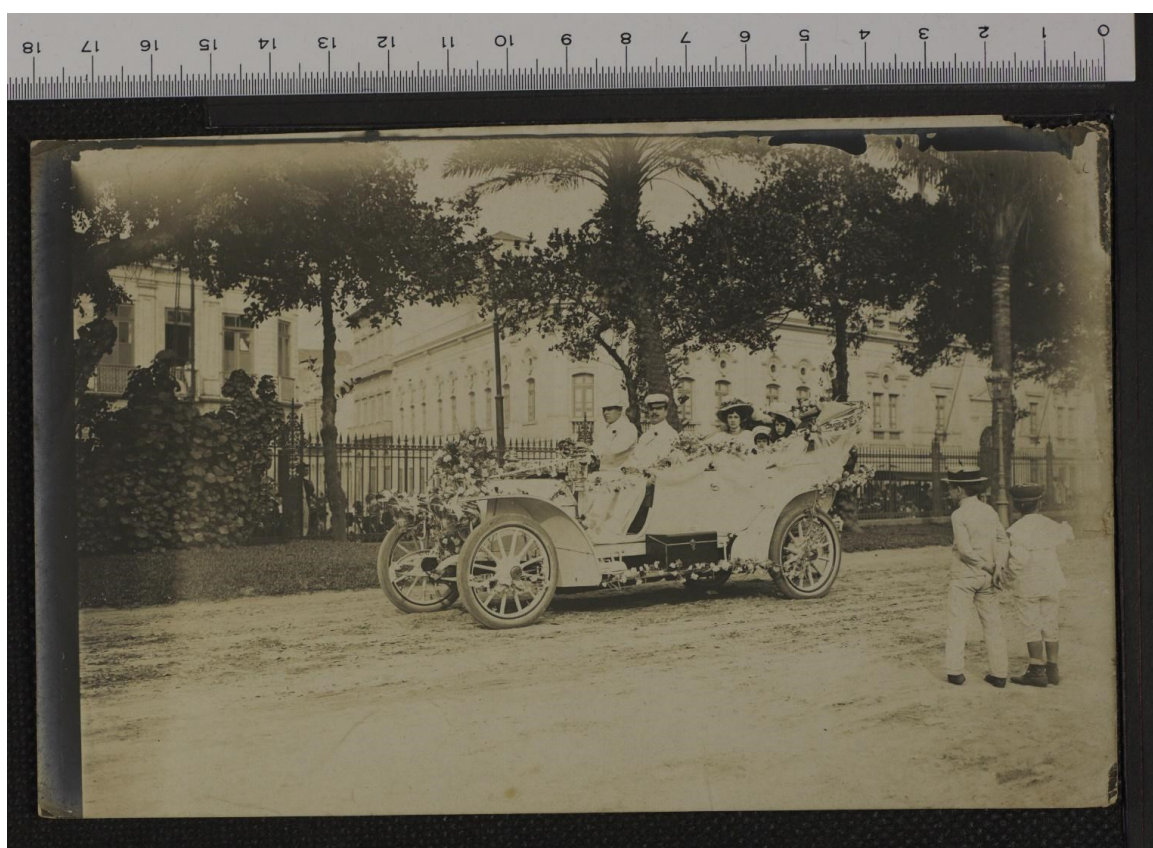
Fonte: Correio da Manhã, 16 de agosto de 1903.

Além de se tratar de um evento pensado em formato contemplativo para determinados grupos da população carioca, havia, ainda, aqueles que não alcançavam sequer a possibilidade

recolher as flores do chão para participar do espetáculo. Para tanto, estes tentavam entrar sem ingressos ou assistiam à festa pelas grades do Campo de Santana.

Na primeira edição da Batalha das Flores, um número significativo de pessoas entrou no evento sem comprar bilhetes de entrada, o que parece ter sido um problema logístico contornado nos anos seguintes, já que não tornou a ser mencionado pela imprensa. No entanto, a audiência através das grades do parque figurava como uma estratégia de participação na festa criada pela população que não causava maiores incômodos aos organizadores. Os jornais noticiavam a aglomeração de pessoas que assistia ao espetáculo nas cercanias do parque, sem adentrá-lo, como algo natural, chegando até mesmo a ser registrado por Augusto Malta, fotógrafo documentalista da Prefeitura. Na fotografia a seguir, podemos observar, em segundo plano, a presença do público que se aglomerava nas grades do Campo de Santana, a observar um veículo enfeitado para a Batalha das Flores de 1907.

Figura 38 – Pessoas que não entraram na festa assistem à Batalha das Flores (1907)



Nota: Na fotografia, um automóvel enfeitado para a Batalha das Flores de 1907 é observado por duas crianças que estavam dentro do Campo de Santana e, também, pelo público que assistia ao espetáculo do lado de fora, através das grades do parque.

Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Em 15 de agosto de 1903, como já foi mencionado, a primeira edição da Batalha das Flores foi marcada por lacunas logísticas que culminaram em um fluxo de veículos ineficiente e em dificuldades no acesso dos pedestres ao parque⁵¹. No dia do evento, o portão voltado para Rua do Hospício (atual Rua Buenos Aires), por onde entraram os visitantes a pé, embora fosse um portão muito largo, contou somente com um único guarda para receber os bilhetes e controlar a entrada, o que possibilitou a passagem de mais de mil pessoas que não haviam comprado ingressos para a festa.

Além disso, o trânsito dos veículos no Campo de Santana, cujo planejamento havia sido anunciado⁵² na véspera, não foi direcionado, no dia do evento, pela instalação de estacas que criariam pistas de mão e contramão nas aleias do parque⁵³, permitindo que o público se aglomerasse diante do pavilhão onde se encontravam a comissão julgadora, a imprensa, o prefeito e o presidente da República. Com isso, a movimentação necessária para que os veículos se cruzassem e os passageiros pudessem arremessar as flores uns sobre os outros foi prejudicada.

As falhas na coordenação desta primeira edição do evento afastaram-no de um dos seus objetivos primordiais, que consistia em ensinar ao público novas posturas, consideradas “apropriadas” para os momentos festivos, restando, nesse sentido, o conceito do carnaval francês de incentivar gestos delicados em oposição ao violento entrudo. Para atingir esse objetivo, acreditava-se que as pessoas poderiam aprender novas formas de brincar e se portar na cidade, ao interagir e observar os demais, dentro de um espaço de diversão controlado. A respeito da dimensão pedagógica desse tipo espaço, como praças, parques e jardins, o pesquisador José Cláudio Sooma Silva (2009) afirma o seguinte:

Sublinhar o caráter educativo desses estabelecimentos de diversão alude, de início, ao conjunto de regras que, estrategicamente disposto, objetivava organizar os comportamentos dos frequentadores (formas de entrar, permissões e restrições de circulação, agentes de fiscalização etc.). Mas não só isso. A dimensão educativa também estava presente nas circunstâncias de *aprendizagem* que não dependiam exclusivamente da atuação direta de mecanismos de controle, pois, da convivência de pessoas em um espaço delimitado, mesmo que estivessem ali para se divertir, certo número de acordos tácitos de sociabilidade passava a ser disposto, cumprido e introjetado (Silva, 2009, p. 53).

O comportamento desordenado do público carioca em um modelo de evento, até então, desconhecido foi comentado pelo jornal *Correio da Manhã* em 16 de agosto de 1903. Ao tratar

⁵¹ Cf. *Correio da Manhã*, 16 de agosto de 1903; *Gazeta de Notícias*, 16 de agosto de 1903.

⁵² Cf. *Jornal do Brasil*, 14 de agosto de 1903.

⁵³ Cf. *Correio da Manhã*, 16 de agosto de 1903.

da reação das pessoas afetadas pelo desconforto em meio à multidão desordenada, o texto do jornal sobre a primeira Batalha das Flores utiliza uma distinção vocabular sugestiva:

Quadro 32 – *Correio da Manhã* sobre a primeira Batalha das Flores (1903)

Hontem succedeu-se que não havendo sido dadas estas providencias o *povo* aglomerou-se em frente ao pavilhão onde se achavam o presidente da República, os membros do jury e da imprensa, dificultando a passagem dos carros e insurgindo-se contra a determinação tardia do giro e contramão tardia circulava pelas ruas do parque. Houve gritos e protestos por parte do *povo* e das *pessoas* que iam nos carros, não se conseguindo, por isso, se estabelecer o que se chama verdadeiramente Batalha das flores e limitando-se os combatentes que tripulavam as viaturas de guerra galantes a aggreir com flores e bons-bons a família do Presidente da República, os membros do jury e uma outra *pessoa* conhecida que avistavam entre a multidão compacta.

Fonte: Correio da Manhã, 16 de agosto de 1903, grifos meus.

Como se nota no Quadro 32, o heterogêneo grupo de indivíduos que andavam a pé pelas alamedas do Campo de Santana foi chamado de “povo” pelo *Correio da Manhã*. A única coisa que os aglutinava, transformando-os em um “grupo”, era o desprovimento do objeto “carro”, indicando que eles não teriam um poder de consumo capaz de alçá-los sobre a massa amorfa. Por outro lado, os que puderam participar da Batalha das Flores, suspensos e apartados do “povo” pela blindagem material de seus veículos, foram chamados de “pessoas” pelo mesmo jornal. Decorados com flores, os carros emolduravam a presença ilustre dos membros da elite econômica carioca, sem, contudo, funcionar como um limiar muito rígido a diferenciá-los dos demais. Ao mesmo tempo, o que parece mais revelador na passagem transcrita no Quadro 32 é a semelhança entre as reações dos dois grupos que o texto do *Correio da Manhã* tenta classificar como socialmente distintos.

Por sua vez, a *Gazeta de Notícias* de 16 de agosto de 1903, apesar de afirmar, na mesma página, que boa parte dos participantes da festa carioca já conhecia outras Batalhas das Flores por conta de visitas anteriores à Europa, relatou que estas mesmas pessoas não teriam respeitado o sentido previsto para o deslocamento no interior do parque, amedrontando a audiência e atrapalhando o desembarque do próprio presidente da República no evento:

Quadro 33 – *Gazeta de Notícias* sobre a primeira Batalha das Flores (1903)

Sua Ex. [Presidente da República], porém, não saltou logo, dando mais uma volta pelo parque. Já havia uma outra fila de carros em sentido inverso, e, por cima das cabeças da multidão, assustada e movediça, ramos de flores e sacas de pralines riscavam o ar numa tentativa de batalha, através da desfilada intermina de conducções, de cavaleiros de bicycletas.

Fonte: Gazeta de Notícias, 16 de agosto de 1903.

Segundo a *Gazeta de Notícias* (Quadro 33), a obstrução da via teria impossibilitado que o curso carnavalesco acontecesse, de fato, conforme o modelo francês, com troca de arremessos de flores pelos passageiros dos veículos em movimento. Neste modelo de brincadeira, a investida de objetos sobre as pessoas deveria acontecer de modo delicado, num acordo tácito entre os participantes – diferentemente do entrudo que, muitas vezes, surpreendia as pessoas que não desejavam participar da brincadeira durante o carnaval, pelo risco de serem atingidas por sujidades ou espargidas por um dos diversos dispositivos usados para molhar os transeuntes.

Figura 39 – Multidão em frente ao Departamento de Parques e Jardins na Batalha das Flores de 1906



Fonte: Augusto Malta, c1906 (Coleção Família Passos – Museu da República).

Nas edições da Batalha das Flores, o acesso ao parque era facilitado ou dificultado de acordo com as relações que os frequentadores mantivessem com o grupo “estabelecido” e suas regras. Na primeira edição do evento, poucas pessoas tiveram o privilégio de serem introduzidas na festa por ordem do próprio prefeito, tendo ou não ingressos. Por sua vez, o grupo chamado

de “povo” pelo *Correio da Manhã* se aglomerava na entrada do evento, no portão da Rua do Hospício, enfrentando toda sorte de percalços para entrar (e, ocasionalmente, sequer entrando) no Campo de Santana.

Em 16 de agosto de 1903, a *Gazeta de Notícias* publicou a nota transcrita a seguir, que nos permite compreender a articulação das elites estabelecidas no Rio de Janeiro, grupo do qual o próprio prefeito se originava, em torno do acesso à primeira edição da Batalha das Flores:

Quadro 34 – Nota da *Gazeta de Notícias* sobre o acesso à Batalha das Flores (1903)

No portão da Rua do Areal correu todo muito bem quando se deu seguinte facto: muitas famílias, achando-se impossibilitadas de entrar pelo portão da Rua do Hospício, procuraram penetrar pelo portão da Rua do Areal; as autoridades policiais, com autorização do Dr. Prefeito, facilitaram a entrada por esse portão. Os cartões foram revendidos pelo capitão [ilegível] agente da Prefeitura da Candelária.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 16 de agosto de 1903.

De fato, a seletividade do público foi uma marca da Batalha das Flores. Em sua derradeira edição, no ano de 1909, a *Gazeta de Notícias* colocava, sem muitos rodeios, para seus leitores:

Quadro 35 – Nota da *Gazeta de Notícias* sobre a última edição da Batalha das Flores (1909)

Às 6 ½ começou a retirada dos veículos e peões, diminuindo também a esta hora a grande aglomeração popular, que durante todo o dia se acumulou, na parte externa do parque, apreciando por entre as grades a elegante festa.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 18 de outubro de 1909.

O texto da *Gazeta de Notícias* de 18 de outubro de 1909 é descritivo e não deixa margem para dúvidas em relação à dinâmica da festa e à seletividade do público. Embora 1909 tenha sido o último ano de promoção do evento que a Prefeitura inaugurara em 1903, a derradeira edição da Batalha das Flores não apresentou um padrão diferente das anteriores, que consistia em fomentar a apreciação, pelo público, da estética e dos modos considerados “civilizados”, que se desejava implementar na sociedade carioca, por meio de uma operação teatralizada (Kuhlmann Jr., 2001; Silva, 2009).

No Rio de Janeiro do início do século XX, esse formato de festa de caráter didático e “civilizatório” não era exclusividade da Batalha das Flores (cf. Kuhlmann Jr., 2001). No entanto, na festa promovida pela Prefeitura no Campo de Santana, havia uma especificidade proporcionada, justamente, pela localização escolhida para o evento.

À época, como já foi comentado, o Campo de Santana consistia em um imenso jardim situado em um ponto da cidade extremamente centralizado e habitado por grupos sociais heterogêneos e populares. Essa vizinhança pode ter contribuído, inclusive, para que o público da Batalha das Flores tenha se dividido entre pagantes e não pagantes. Desse modo, mesmo aqueles que não adentrassem o parque, limitando-se a contemplar o espetáculo apenas pelas frestas do extenso gradil, também seriam afetados pelo refinamento de costumes que a “festa florida” buscava difundir.

A pedagogia intrínseca à festa, algumas vezes, transbordava os limites da cidade e se tornava uma espécie de cartão de visitas para causar boa impressão com objetivos políticos. Assim, a mesma manifestação que servia para introduzir modelos de “civilização” europeus na população carioca eram apresentados aos visitantes como “patamares alcançados”, a fim de impressioná-los. Essa manobra aponta para a consciência das elites cariocas de que a “civilização” tão almejada consistia em um processo – e, nesta constatação, localizavam-se dois estágios distintos do que Elias (1990) investiga como “processo civilizatório”. Nessa perspectiva, em primeiro lugar, os dirigentes da cidade identificaram a necessidade de “elevar” os níveis civilizacionais do Rio de Janeiro até aproximá-los do padrão europeu – foi quando a população carioca se tornou objeto de múltiplas formas de intervenção educativa, inclusive (mas não apenas) pela Batalha das Flores. Em contrapartida, o mesmo ideal de “civilização” projetado para os cidadãos era apresentado para os visitantes como “em vias de ser alcançado”.

Na mensagem lida pelo prefeito Pereira Passos diante do Conselho Municipal, em 1906, é mencionado o esforço realizado por sua gestão para impressionar os estrangeiros, a fim de que a cultura brasileira fosse valorizada aos seus olhos:

A excursão da Tijuca, a festa veneziana em Botafogo, o festival no Teatro Lyrico, deram aos eminentes diplomatas mostras do que conseguiram realizar entre nós, a natureza e o homem, ao mesmo tempo que lhes proporcionaram meios de aquilatar do valor de nossa cultura estética. A recente Batalha das Flores completou estas festas, que, espero, terão deixado favorável impressão nos nossos ilustres hóspedes, sentindo que os árduos e absorventes de seu alto cargo não permitissem que de todas elas participassem o estadista ilustre que nos visitou (Rio de Janeiro, 1906, p. 4).

Nessa passagem, Passos se refere aos diplomatas que visitaram o Rio de Janeiro por ocasião da terceira Conferência Pan-americana, sediada nesta cidade em 1906. Dentre os atrativos apresentados a esses “ilustres visitantes”, a Batalha das Flores fulgurou como um representante especial da capacidade de refinamento da sociedade que a Prefeitura gostaria de representar. Em última instância, isso sinaliza o perigo de se utilizarem as festas como expressões totalizantes de sociedades heterogêneas.

3.1 Flores raras: a heterogeneidade do público

A Batalha das Flores foi bastante categórica ao seguir as formas de lazer dos europeus no sentido exibicionista. As variações dessa prática de “exibição exemplar” de maneiras de socializar e se divertir consideradas “civilizadas” poderiam estar estabelecidas nos objetivos do evento, pois, nos jardins tropicais da Capital da República brasileira, havia uma vizinhança densamente habitada por libertos que, na perspectiva das elites cariocas da época, precisariam ser persuadidos da importância do refinamento dos próprios modos e instruídos sobre os valores positivos do trabalho, após longos anos de cativeiro (Chalhoub, 2001).

Nesse cenário, a demonstração pública de afabilidades à maneira europeia, com cumprimentos amáveis e flores delicadamente lançadas sobre famílias abastadas, conhecidas entre si, funcionaria como uma ação “civilizadora”, voltada a provocar nos observadores o controle das próprias pulsões (Elias, 1990, p. 106). Dentre os objetivos desse tipo de ação, destaca-se o desenvolvimento do que Elias (1990) denomina de “autorregulação”, isto é, a introjeção dos hábitos ditos “civilizados” de modo que se tornassem constituintes dos próprios sujeitos, mesmo que não houvesse qualquer vigilância externa capaz de lhes causar vergonha.

Certamente, a ação civilizadora descrita faria parte de um processo mais amplo, que envolveria proibições e policiamento, mas também formas sutis de convencimento – entre as quais se situa a participação na Batalha das Flores. Nessa perspectiva, a festa pode ser percebida como parte do processo civilizador em curso no Rio de Janeiro do início do século XX. Ademais, se lembrarmos que estamos tratando de uma sociedade em que a população liberta era entendida como “indolente” e “resistente ao trabalho”, torna-se mais evidente a importância do teor sugestivo da festa sobre o indivíduo considerado “ocioso”⁵⁴, visto pelas elites da *belle époque* carioca como:

Um perverso, um viciado que representa uma ameaça à moral e aos bons costumes. Um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade, não tem interesse em produzir o bem comum nem possui respeito pela propriedade. Sendo assim, a ociosidade é um estado de depravação de costumes [...] (Chalhoub, 2001, p. 74-75).

Conforme Chalhoub (2001) descreve, os indivíduos “ociosos” eram vistos como sujeitos sem educação moral, carentes de bons costumes. Portanto, na organização da Batalha das

⁵⁴ Segundo Chalhoub (2001), no pós-abolição imediato, os sujeitos que deixaram de ser submetidos à lógica do trabalho escravo eram facilmente classificados como “ociosos”.

Flores, acreditava-se que submeter os frequentadores do evento à presença de damas elegantes e jovens virtuosos poderia “inspirá-los ao trabalho e ao viver”, criando referenciais para a modernização de seus hábitos, como sugere a coluna sobre a estreia da festa divulgada no *Jornal do Brasil* em 15 de agosto de 1903:

Quadro 36 – Coluna do *Jornal do Brasil* sobre a Batalha das Flores (1903)

Que se fira a batalha e que cada uma das damas lindas que vão nella pleitear a eleição da elegância e da graça, leve alfim, para o recesso íntimo do lar, a mais duradoura saudade, a impressão a mais pulchra.

Que os moços, nessa exibição de seu eventureiro e venturoso cavalheirismo durmam a noite após emoção tão vivificadora e alentadora deste dia sonhando a vida mais feliz para despertarem amanhã melhor dispostos para o trabalho e para o viver.

Fonte: *Jornal do Brasil*, 15 de agosto de 1903.

Na página do *Jornal do Brasil* da qual essa passagem faz parte, a esperança do colunista de que os jovens saíssem da Batalha das Flores mais inclinados ao trabalho contrasta com a palavra “Policciamento” – único subtítulo destacado em negrito –, logo abaixo de um parágrafo sobre o jornalzinho beneficente feito pelos estudantes do Colégio Abílio, anteriormente comentado. No texto, além da indicação dos nomes dos responsáveis pela vigilância no Campo de Santana, há uma detalhada descrição dos locais de entrada e saída de pedestres, bem como o anúncio do reforço da patrulha de cavalaria a partir de meia-noite, a fim de evitar que as grades do parque fossem escaladas⁵⁵.

A descrição das medidas de prevenção à desordem durante o evento demonstra o esforço investido pelo Estado para coibir comportamentos considerados inadequados. À luz das reflexões de Elias (1990), nota-se que a coerção proporcionada pela ameaça no “processo civilizador” carioca também consistia em uma estratégia educativa que, no decurso do tempo, levaria à interiorização das regras de conduta de forma consistente, a ponto de dispensar supervisão externa.

No âmbito da primeira edição da Batalha das Flores, entre muitos percalços com pessoas que penetraram no parque sem apresentar o bilhete de entrada, mesmo com os esforços preventivos dos guardas, o caso descrito a seguir (Quadro 37) é indicativo da distância entre o tratamento dispensado às pessoas de diferentes posições sociais. Enquanto alguns levantam suspeitas entre as forças policiais antes de qualquer atitude, outros são protegidos de qualquer indelicadeza:

⁵⁵ Cf. *Jornal do Brasil*, 15 de agosto de 1903.

Quadro 37 – Nota da *Gazeta de Notícias* sobre incidente na Batalha das Flores (1903)

Entre um guarda e o coronel Fontoura deu-se um incidente por causa de um cavalheiro que tinha comprado três entradas e queria devolvê-las novamente e fora maltratado pelo guarda. Foram presos os seguintes indivíduos: João Gonçalves da Silva, Bernardino Cardoso Lopes, Manuel Pimentel e um soldado do 20º batalhão do exército.

Fonte: Gazeta de Notícias, 16 de agosto de 1903.

A passagem transcrita no Quadro 37 corresponde ao último parágrafo da matéria sobre a primeira edição da Batalha das Flores no Campo de Santana publicada na *Gazeta de Notícias* de 16 de agosto de 1903, logo após a menção de objetos perdidos. O trecho descreve a tentativa de devolução de três ingressos já comprados por um sujeito identificado no texto como “um cavalheiro”. Não há informações que nos permitam saber se os ingressos seriam devolvidos à bilheteria ou a qualquer indivíduo relacionado à organização do evento.

Embora a brevidade do texto não nos permita acompanhar o desenvolvimento do atrito, percebemos que o militar de patente mais elevada (identificado como “coronel Fontoura”), embora envolvido diretamente no conflito inicial, escapa à prisão. Tampouco é possível esclarecer se teria sido o próprio coronel quem decretou a prisão dos demais envolvidos no incidente. Contudo, o que torna esta brevíssima história interessante é que o “cavalheiro” requerente, portador de três ingressos, logo com recursos financeiros suficientes para adquiri-los, ao ser submetido a tratamento descortês pelo guarda, encontrou um superior disposto a educar o modo grosseiro como o agente de segurança o havia tratado no evento. Ou seja: um representante do público buscou o auxílio da organização de uma festa promovida pelo Estado, monopolizador da força, para solicitar a devolução dos valores de modo institucional – portanto, aparentemente “civilizado” (cf. Elias, 1990). Surpreendentemente, por sobreposição de poderes, ocorreu uma briga entre os próprios agentes do Estado.

As contradições presentes na narrativa construída pela *Gazeta de Notícias* sobre a Batalha das Flores, publicada no dia posterior à estreia do evento na Capital Federal, não pararam por aí, como se observa nos dois trechos contrapostos no Quadro 38, a seguir:

Quadro 38 – Dois trechos de matéria da *Gazeta de Notícias* sobre a primeira Batalha das Flores no Campo de Santana (1903)

[TRECHO 1] Exterior Chegou ontem finalmente o dia da Batalha das Flores, a primeira que se realiza no Rio de Janeiro. Embora para uma grande parte dos seus habitantes não seja uma novidade porque há os que viram as batalhas de Nice, as batalhas de Paris, ou pelo menos as de Petrópolis, mais próximas [...].
[TRECHO 2] No Edifício da Inspectoria Os membros da comissão julgadora já se achavam presentes no pavilhão [...]. Era difícil o movimento em frente à residência do diretor. O povo – 12 mil entradas e o mais que invadira um dos portões enchera todas as aleas, um dos vastos taboleiros de relva e, aglommerava, porém de preferência, naquele ponto. Os carros landaus, bracks, pantheos, chars-a-bancs, victorias, passaram a custo, interrompidos a cada instante pelas ondas cada vez maiores da multidão. – É impossível ver a batalha!

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 16 de agosto de 1903.

No primeiro trecho destacado no Quadro 38, publicado na seção intitulada “Exterior”, o jornalista sugere que a festa não seria uma completa novidade para a cidade do Rio de Janeiro, afirmando que grande parte dos cariocas já conheceria a celebração da Europa ou, no mínimo, de Petrópolis⁵⁶ – cidade que, à época, era considerada uma reprodução da paisagem europeia para aqueles que podiam desfrutar das temporadas alpestres, configurando, ainda assim, um luxo bastante seletivo. Na sequência do trecho destacado, a seção prossegue com uma descrição da suntuosidade da festa no exterior, tratando como se, de fato, aquela fosse uma paisagem compartilhada por todos os leitores.

Ainda que a *Gazeta de Notícias* afirme, na seção “Exterior”, que boa parte dos habitantes do Rio de Janeiro já tivesse experienciado viagens à Europa, a descrição do comportamento do público da primeira Batalha das Flores no Campo de Santana, no segundo trecho destacado no Quadro 38, revela um descompasso entre o estágio de experiência de refinamento esperada

⁵⁶ A primeira Batalha das Flores ocorrida no Brasil localizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi a de Petrópolis, em 1888, também descrita pela imprensa como uma tentativa de atrair foliões adeptos ao entrudo durante o carnaval (cf. *Correio Mercantil*, 25 de janeiro de 1888). Diferentemente das edições da Batalha das Flores sobre as quais me detenho no presente trabalho – promovidas pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX, no bojo do projeto de modernização da Capital da República conduzido pelas reformas urbanas de Pereira Passos –, a versão petropolitana da festa estava relacionada com a família imperial, razão pela qual optei por não abordá-la na tese.

desses viajantes e aquele demonstrado pela população carioca na festa. Com essa afirmação, não pretendo sugerir que houvesse um modelo de comportamento estanque e incomunicável cultivado pela elite brasileira e um genuinamente popular e intocado. Em vez disso, o contraste entre os dois trechos destacados no Quadro 38 indica que os cariocas abastados que tiveram oportunidade de conhecer outras batalhas das flores no exterior, antes da promovida por Pereira Passos no Rio de Janeiro, refletiam um número reduzido da população e, em algumas ocasiões, apresentavam dificuldades em controlar as próprias pulsões da mesma forma que outros grupos sociais (cf. Elias, 1990).

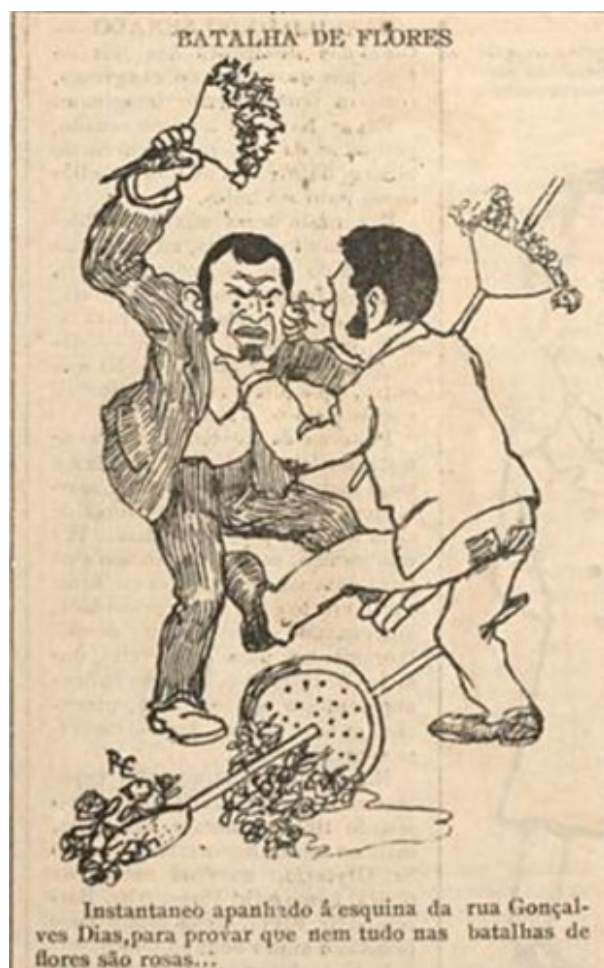
Figura 40 – Charges publicadas na revista O Malho (1903)



Fonte: O Malho, ano 3, n. 43, 1903.

Nessa página da revista *O Malho* (Figura 40), publicada no ano de 1903, a tríade de charges compõe uma narrativa visual⁵⁷ bastante crítica às aspirações da elite carioca quanto aos comportamentos orientados por modelos europeus, demonstrando que a função socializadora da Batalha das Flores encontrava obstáculos ou eficácia parcial na cidade do Rio de Janeiro. Para melhor visualização das charges, excetuando-se a gravura publicitária que consta na parte inferior esquerda da página, os três quadros imagéticos serão ampliados e analisados separadamente, a seguir, e devem ser compreendidos com base no diálogo que estabelecem entre si.

Figura 41 – Charge “Batalha das Flores”



Nota: A imagem destaca a charge alocada no quadro superior esquerdo da página da revista *O Malho* reproduzida anteriormente, na Figura 40.

Fonte: *O Malho*, ano 3, n. 43, 1903.

⁵⁷ Proponho pensar como uma narrativa visual as três charges que compartilham das mesmas proporções espaciais na página da revista, excluindo-se, portanto, a pequena gravura publicitária que consta no canto inferior esquerdo da mesma página.

Na charge intitulada “Batalha das Flores”, alocada no quadro superior esquerdo da página, dois homens brancos com expressões raivosas, vasta cabeleira preta, cavanhaque e costeletas marcadas agridem-se fisicamente com flores, tornando o cenário em torno da briga cercado por elas. Eles vestem paletós remendados e a dobra dos tecidos, acompanhando os movimentos, indica que são de gramatura baixa, portanto, de qualidade inferior. Um dos mostruários de flores pende enquanto o outro está caído no chão; um buquê está prestes a ser arremessado sobre a cabeça de um dos homens, ao passo que a legenda diz o seguinte: “Instantâneo apanhado à esquina da Rua Gonçalves Dias, para provar que nem tudo nas batalhas de flores são rosas...” (Figura 41).

À época da publicação dessa charge, a Rua Gonçalves Dias fazia entroncamento com a Rua do Ouvidor, corredor estreito que condensava simbolicamente as maiores representações da cultura europeia na cidade do Rio de Janeiro⁵⁸. Nesta rua, vendiam-se artigos importados da Europa, eram recebidas notícias de correspondentes europeus nas redações dos jornais, conversava-se em francês nas mesas dos cafés – ou seja, a área funcionava como um palco para a representação, à brasileira, dos modos e gostos que a elite carioca gostaria de repercutir por toda a cidade.

Contudo, na charge que ocupa o primeiro quadrante da página da revista *O Malho* (Figura 41), a via que escoaria os desejos da elite para desaguar no projeto educativo da Batalha das Flores é retratada como palco de uma cena de conflito, indicando que a dinâmica das trocas sociais no cotidiano da cidade fugia ao controle e às tentativas de enquadramento da Prefeitura. Dessa forma, o chargista debocha do distanciamento entre o planejamento da festa e a realidade cotidiana das camadas populares, que entravam em conflito fora do espaço reservado para o evento, onde os sujeitos se portavam de modo cortês e encenado, conforme lhes pretendiam ensinar as elites da cidade que, efetivamente, participavam da festa, apresentando seus próprios hábitos para todos, como numa grande vitrine.

⁵⁸ Este assunto é também explorado no primeiro capítulo desta tese. Para saber mais, cf. Needell, 1993.

Figura 42 – Charge “Entre brochadores”



Nota: A imagem destaca a charge alocada no quadro superior direito da página da revista O Malho reproduzida anteriormente, na Figura 40.

Fonte: O Malho, ano 3, n. 43, 1903.

Na charge destacada sob o título “Entre brochadores”, segunda imagem da narrativa visual em análise, dois homens brancos, magros, baixos, curvados, de bigodes e cabelos ralos e desgrehados são representados a trabalhar como pintores de construção civil. Ambos os personagens vestem camisas de mangas compridas e o chargista parece não ter perdido muito tempo com os detalhes do figurino; apenas um deles veste um colete xadrez, perceptivelmente barato, enquanto mistura a cal no recipiente com um instrumento que segura pela haste. Seu companheiro olha-o de soslaio enquanto segura um balde e tece o comentário escrito na legenda: “Capriche bem na caiação, *seu coisa*, olhe que os críticos agora estão muito ativos...” (Figura 42).

No contexto das reformas urbanas que se desenrolavam na época de sua publicação, essa imagem pode ser lida como uma representação do esforço de dois trabalhadores da construção civil que viram seu trabalho, dominante no mercado da cidade até então, passar a ser perseguido pelo discurso técnico. Segundo Rocha (1986), os engenheiros responsáveis por traçar as diretrizes necessárias para a modernização e o embelezamento da cidade queixavam-se da falta da mão de obra qualificada. Embora o Rio de Janeiro já formasse seus próprios

engenheiros na Escola do Instituto Politécnico do Largo de São Francisco de Paula⁵⁹, a maior parte das obras da cidade era executada por trabalhadores de “saber prático”, conhecidos como mestres de obras.

Nesse ambiente, os brochadores que dão nome à charge da revista *O Malho* (Figura 42) foram representados como se estivessem apreensivos com uma possível crítica ao trabalho que realizavam com materiais simples e eficientes, tendo por base a experiência adquirida ao longo de anos de observação, reflexão e experimentação dos métodos. Para a compreensão dessa proposta de leitura da charge, é importante considerarmos que, à época de sua publicação, os engenheiros organizados no ‘Club de Engenharia’ levantavam uma campanha impactante na cidade, defendendo que

de nada adiantaria planos bem elaborados se em última análise estes seriam colocados em prática pelos mestres de obra, elementos boçais e ignorantes [...] [que] o fariam segundo suas próprias concepções, pondo a perder todo o trabalho cientificamente elaborado (Rocha, 1986, p. 51).

O ‘Club de Engenharia’ foi uma instituição criada no seio da Escola Politécnica, no final do século XIX. Ligados ao Abolicionismo, ao Republicanismo e aos cientificismos, os futuros engenheiros que ali se formavam tomaram para si a missão de resolver os problemas da cidade. Deste grupo de pessoas e ideias, formou-se a base do ‘Club de Engenharia’, que passaria a criticar veementemente aqueles que haviam colocado a cidade de pé, desde a sua fundação, com base em conhecimentos práticos. A partir da proposta de remodelação urbana do início do século XX, esses conhecimentos passaram a ser desconsiderados, dando lugar a discursos academicistas (Rocha, 1986; Santana, 2017). Por essa razão, os personagens da charge “Entre brochadores” se esmeram para apresentar os melhores resultados com seu trabalho, cientes da estreiteza do crivo dos críticos.

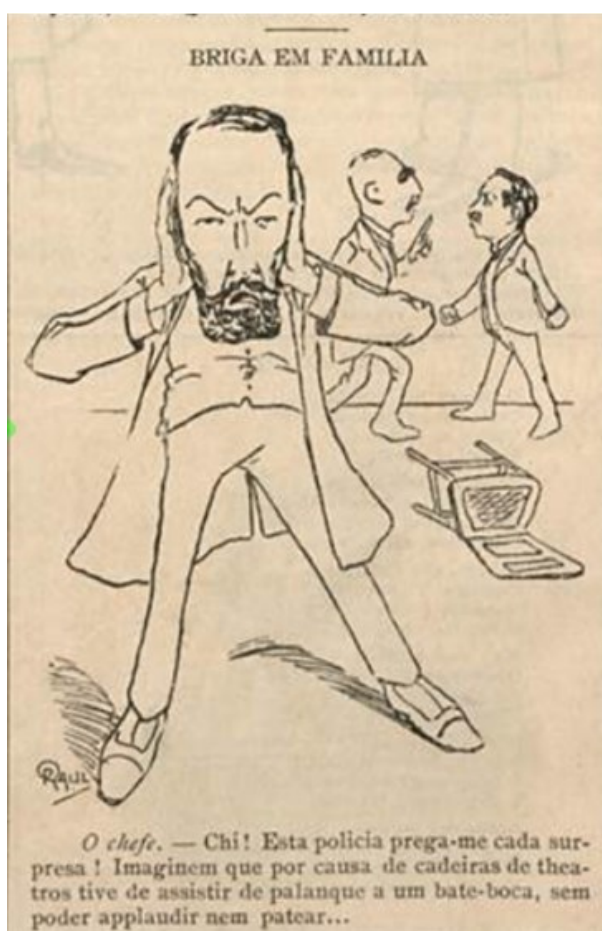
Todavia, no quadro das reformas urbanas, a mesma charge também pode representar o trabalhador de conhecimento raso, que tentava ludibriar o olhar tecnicamente apurado dos engenheiros, indo na contramão de seus esforços para refinar o espaço físico da cidade. Esta leitura vai ao encontro das reflexões levantadas a partir da charge anterior (Figura 41), que indica o esforço da população carioca em resguardar seus costumes incongruentes com a nova paisagem urbana que então se configurava e com os esforços civilizadores que a Prefeitura, em conjunto com uma parcela da sociedade, vinha empreendendo.

⁵⁹ Local onde atualmente se encontra o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

De uma forma ou de outra, o conjunto de charges publicado em 1903 pela revista *O Malho* é uma fonte muito interessante, pois ridiculariza, na mesma proporção que os demais grupos sociais, o arroubo de refinamento da elite carioca e sua dificuldade em atingir os padrões europeus de boa educação aos quais aspira. Corrobora essa perspectiva a terceira e última charge da narrativa visual em análise, alocada na parte inferior direita da página, na qual a crítica do chargista é desferida aos tratos grosseiros da própria elite.

Sob o título “Briga em família” (Figura 43), a charge apresenta, em primeiro plano, um homem em traje completo, com a barba bem-feita e os cabelos penteados, equilibrando-se sobre as pernas abertas, com as mãos cobrindo os ouvidos em posição de defesa. Atrás dele, em segundo plano, dois homens em trajes igualmente finos discutem. Um deles tem o dedo em riste, apontado para o interlocutor numa posição acusatória, enquanto o outro tem os dois punhos cerrados para baixo, fazendo força para conter o ímpeto violento.

Figura 43 – Charge “Briga em família”



Nota: A imagem destaca a charge alocada no quadro inferior direito da página da revista *O Malho* reproduzida anteriormente, na Figura 40.

Fonte: *O Malho*, ano 3, n. 43, 1903.

Assinada por Raul, a charge coloca como narrador a própria força policial, identificando, na legenda, o personagem em primeiro plano como chefe da polícia, através do solilóquio: “*O chefe.* – Chi! Esta polícia prega-me cada surpresa! Imaginem que por causa de cadeiras de teatro tive que assistir de palanque a um bate-boca, sem poder aplaudir nem patear...” (Figura 43). Ou seja: ao assistir, entre os ricos frequentadores de salas de teatros, às mesmas discussões que costuma apartar entre pessoas de diferentes camadas sociais, o chefe da polícia lamenta não poder emitir nenhum julgamento, devido ao poder econômico e, consequentemente, político dos envolvidos, sugerindo temor por possíveis retaliações.

É curioso que as três charges abordem de modo dialógico aspectos comportamentais e morais da sociedade carioca durante a reforma urbana empreendida por Pereira Passos. Elas se destacam por tematizarem diferentes sujeitos sociais, cada qual em seu ambiente, representando amostras das múltiplas faces do Rio de Janeiro no início do século XX. Os homens vendendo flores para serem utilizadas na Batalha das Flores são retratados pelo chargista na Rua Gonçalves Dias, ponto final dos bondes, importante símbolo da modernização. Os brochadores, por seu turno, representam os mestres de obras cujo saber prático foi colocado em detrimento pelo conhecimento técnico/formal dos engenheiros (Rocha, 1986), assim como os homens de elite no teatro, em analogia ao refinamento intelectual, podem ser lidos como signos das condutas assumidas pela Prefeitura.

Embora representem grupos social e economicamente diferentes, a primeira e a terceira charges apontam para uma das etapas que Elias (1990; 1993) vincula ao “processo civilizador” ocidental: o compartilhamento da necessidade de desenvolvimento do autocontrole das emoções para alcançar o nível de contenção almejado pelas elites. Nesse sentido, por um lado, a crítica à Batalha das Flores contida na primeira charge pode ser lida como um questionamento dos métodos utilizados pela Prefeitura para propor novos comportamentos à população, sugerindo que a pedagogia difusa da festa não apresentaria resultados efetivos – da mesma forma que a perseguição aos mestres de obras. Por outro lado, as duas charges que representam homens brigando, quando analisadas em conjunto, não apresentam uma perspectiva gradual em relação ao desenvolvimento dos sujeitos perante os ideais de “civilização”: trabalhadores e granfinos da sociedade carioca foram representados pelo chargista como igualmente afastados da refinada educação europeia que as elites almejavam.

Ademais, a distribuição das imagens na página da revista ajuda a destacar a representação dos conflitos entre sujeitos de grupos sociais diferentes. A disposição das charges

que trazem personagens em situações de conflito nos dois extremos da página, em diagonal, sugere equivalência entre os sujeitos representados: um desentendimento entre pobres, do lado esquerdo superior; e um desentendimento entre ricos, do lado direito inferior (Figura 40).

As exacerbações assinaladas nas atitudes de sujeitos desses grupos podem ser explicadas, segundo Elias (1990; 1993), como parte da educação dos indivíduos. Isto é, o controle dos impulsos, do estado de natureza dos indivíduos é percebido

pelo aprendizado social, pela experiência da pessoa com outras que satisfazem ou frustram suas necessidades, de acordo com o ambiente social específico. As energias da libido que encontramos em todos os seres humanos já foram socialmente processadas, foram, em outras palavras, transformadas sociogeneticamente (Elias, 1993, p. 221).

Assim, refletindo sobre o aprendizado social da contenção das emoções, a narrativa visual composta pelas três charges analisadas aponta para uma elite carioca menos familiarizada com os costumes europeus do que os seus membros gostariam e costumavam disseminar. Ou seja, embora aspirassem ao padrão de autocontrole das sociedades “civilizadas”, os ricos do Rio de Janeiro do início do século XX ainda compartilhavam mais semelhanças com os grupos populares nacionais que criticavam do que com a idealização de comportamentos dos franceses ou ingleses, com os quais tinham contatos eventuais ou mediados por objetos portadores de signos sociais, como produtos culturais e mercadorias.

De certo, nem todos os ricos da cidade apresentavam um comportamento descompensado e reprovável para os padrões europeus de boas maneiras da época. A fonte abordada foi um conjunto de charges, configurando, portanto, uma imagem “carregada”, exagerada nas características que procura representar. Porém, o artista mantém na obra o ancoramento na realidade necessário para que a crítica seja compreendida pelo público. Ainda assim, ao confrontarmos os desenhos das charges de 1903 com a fotografia produzida por Augusto Malta em 1909, durante a última Batalha das Flores, encontramos semelhanças:

Figura 44 – Grupo reunido na Batalha das Flores (1909)



Nota: A fotografia retrata um grupo de pessoas ao redor de uma mesa na Batalha das Flores de 1909, com destaque para uma situação possivelmente conflituosa ou constrangedora, na qual um homem é encarado por uma mulher que está com a mão na cintura e expressão facial de raiva e aborrecimento, sob a assistência constrangida dos demais convivas e o riso de apenas um espectador da cena.

Fonte: Augusto Malta, c1909 (Coleção Augusto Malta – MIS-RJ).

Ao compararmos esta fotografia da Batalha das Flores de 1909 com o conjunto de charges publicado na revista *O Malho* em 1903, ainda que seis anos separem a fotografia das charges, observamos que ambas as fontes registram comportamentos apontados como indelicados e grosseiros, especialmente quando praticados por grupos de origem social mais baixa. Na imprensa carioca da época, tais comportamentos eram reportados, com frequência, como aqueles que deveriam ser superados pelo desenvolvimento da “civilização”. Porém, o que chama atenção nessas imagens, em primeiro lugar, é que os personagens que manifestam atitudes deselegantes – em especial, a mulher em posição abertamente ameaçadora, na fotografia de Malta (Figura 44), e os homens em discussão no teatro, retratados na charge assinada por Raul (Figura 43) – são oriundos dos altos estratos sociais caudatários do modelo civilizatório europeu que, tendo como pressuposto o autocontrole das pulsões, objetivava conter a violência na sociedade, monopolizada pelo Estado desde a Idade Moderna no contexto ocidental (Elias, 1990). No caso da fotografia, ainda mais curioso é o fato de que o próprio

fotógrafo oficial da Prefeitura tenha registrado e incluído a imagem de um aparente desentendimento verbal na documentação fotográfica da Batalha das Flores.

Cabe ter em vista que o trabalho de Augusto Malta estava inserido no projeto da reforma urbana promovida pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que, dentre outros objetivos, pretendia educar a população da cidade, refinando seus modos. Os registros imagéticos funcionavam também como produtores de memória, uma vez que o fragmento de gesto ou paisagem contido no tempo e selecionado pelo fotógrafo para ser congelado poderia ser rememorado enquanto houvesse o documento em sua materialidade ou a reprodução dele (Kossoy, 2020). A própria presença de um número significativo de imagens nesta pesquisa é um indicativo de que, embora a Batalha das Flores tenha deixado de existir há mais de um século e as pessoas cujas imagens contemplamos tenham falecido, enquanto houver imagem da festa será possível aprender a respeito dela.

Com isso em vista, podemos voltar à fotografia de Malta, anteriormente reproduzida (Figura 44). Em primeiro plano, a imagem mostra um homem em traje passeio completo de cor escura e chapéu palheta. Seu tronco ganha um contorno arqueado devido à inclinação dos braços para trás. Sua figura parece reduzida e intimidada pelo agigantamento da mulher à sua frente. Ela veste um vestido leve e claro, tem uma das mãos apoiada na cintura e a outra sobre a cadeira próxima ao homem. Esta posição projeta o corpo da mulher para a frente, sugerindo um movimento brusco sobre a cadeira e, conseqüentemente, sobre o homem diante de si. O enorme chapéu preto confere à figura da mulher proporções muito maiores que as do homem, além de encobrir a luz sobre seu rosto, atribuindo à sua imagem um aspecto sombrio. Deste rosto feminino, vemos apenas o espectro das sobrancelhas escuras e arqueadas sob o chapéu preto, em contraste com o perfil claro da mulher de chapéu branco ornado com flores parada à sua frente, com o braço relaxado donde pende uma bolsa.

No segundo plano, um homem ri, deleitando-se com a cena, enquanto outro homem, ao seu lado, assiste com a expressão bastante aflita. Atrás destes dois, há ainda uma senhora idosa segurando uma bengala, usando vestido claro e chapéu de modelo semelhante ao das mulheres mais jovens, porém de menor tamanho, assistindo à cena com certa apreensão. Independentemente das reações esboçadas pelos presentes, é notável a origem social opulenta do grupo. Travestidos dos signos da civilização, mas em performance fugidia ao seu código de conduta, é possível que o grupo não tenha despertado o interesse da lente de Malta no sentido de registrar uma crítica à conduta da elite. O olhar do fotógrafo pode ter se voltado para a

suposta comicidade contida na inversão dos papéis de gênero, quando a mulher se colocou numa posição firme e assertiva diante do homem.

Nas edições das Batalhas das Flores, a maneira como o comportamento das elites na festa foi apresentado pela imprensa carioca era bastante peculiar. Em geral, procurava-se laurear a proximidade com a etiqueta anglo-francesa dos grupos que os jornais pretendiam enaltecer, ao mesmo tempo que o compromisso com a descrição minuciosa dos acontecimentos revelava que a civilização brasileira tinha contornos próprios compartilhados por todos os grupos sociais.

Para esta parcela da população, e para o próprio prefeito Pereira Passos, o padrão de comportamento civilizado inseria-se na lógica anglo-francesa de civilização. Segundo Elias (1990, p. 23-27), ingleses e franceses atribuem à palavra “civilização” a ideia de movimento constante para a frente, designando um incessante processo desenvolvimentista. Nesse processo, a própria palavra catalisaria o orgulho sentido por ingleses e franceses pela contribuição que suas nações teriam fornecido para o engrandecimento do Ocidente. Em certa medida, o conceito de civilização minimizaria as diferenças nacionais entre os povos ao aproximá-los do que há em comum a todos os seres humanos. Sendo assim, a civilização poderia se referir a realizações de um povo, mas também a atitudes e comportamentos das pessoas, pouco importando se fizeram algo relevante.

Diante disso, percebemos que as ações tomadas pelos de grupos de elite, na Capital da (recém-instalada) República brasileira, para a condução dos comportamentos da população, no sentido de aproximá-los dos modos europeus, estaria relacionado ao propósito mais amplo de aproximar o Brasil das demais nações civilizadas. Para tanto, os modos refinados deveriam ser praticados tanto na privacidade dos lares abastados quanto no espaço público. A exposição era importante, inclusive, para diferenciar as elites dos outros segmentos da sociedade, que tinham suas próprias regras para estar na cidade. Por essa razão, o período das reformas urbanas conduzidas por Pereira Passos no Rio de Janeiro ficou marcado pelo contraste, uma vez que:

leis eram fixadas a despeito de elementos da tradição popular da cidade, pois eram feitas pela elite urbana do Rio de Janeiro, na qual se destacava à época o prefeito Pereira Passos. Longe do universo de práticas e formas de uso do espaço urbano pelas camadas populares (Azevedo, 2003, p. 61).

O distanciamento entre a cidade que se desejava transformar rapidamente em uma capital moderna e a cidade vivida pelos populares era profundamente marcado por relações sociais construídas ao longo de sua história de colonização e escravidão. Quem circulava pelas ruas do Centro da Capital de República se deparava com

o contraste entre os “cavalheiros” cariocas trajados de paletó, dividindo o espaço com negros descalços e sem camisa, anunciando aos gritos seus serviços e produtos. Somava-se a este cenário a presença de migrantes e imigrantes de diversas partes – quase sempre rurais – do Brasil e do mundo em roupas surradas e não raro de pés descalços (Azevedo, 2003, p. 61).

De certo, este grupo de trabalhadores estabeleceu resistência às medidas impostas pela Prefeitura em busca de criar hábitos pautados pela urbanidade. Não vamos nos ater às legislações que embasaram as referidas medidas, pois não é este o foco da pesquisa. O que importa destacar, por ora, é que não foram apenas os grupos populares que encontraram dificuldades em se europeizar.

As explosões e destemperos do comportamento da elite do Rio de Janeiro durante a Batalha das Flores representam um escape eventual ao modelo de comportamento observado por Elias e Scotson (2000) para grupos “estabelecidos”. Para melhor analisá-los, é preciso compreender a formação peculiar da sociedade brasileira.

Segundo Neves (1986), no final do século XIX, havia dois universos distintos em enfrentamento na cidade do Rio de Janeiro. Um deles era representado pela noção de unidade territorial, entendida como mundo ordenado, alcançada pela estratégia política centralizadora do governo imperial que tencionava garantir a reprodução da ordem escravista. Do outro lado, havia a ideia de progresso, que se disseminou com mais intensidade a partir da virada do século XIX para o XX, trazendo consigo a proposta do trabalho livre.

A Batalha das Flores carioca foi realizada após o período de transição da Primeira República⁶⁰, quando as turbulências políticas e econômicas iniciais já estavam relativamente acalmadas, mas “a sociedade sobre a qual se instaura a nova institucionalidade não sofre modificações substantivas” (Neves, 1986, p. 3). Assim, entre o caminho para o progresso econômico proporcionado pela nova forma de trabalho e o compromisso com as antigas sociabilidades, percebemos, com base nas narrativas da dinâmica da Batalha das Flores, que as antigas elites da ordem escravista também enfrentaram reveses em relação ao próprio desejo de reestruturação dos modelos de afabilidade e delicadeza em curso. O desejo de tornar-se civilizado, desenvolvendo modos contidos através do autocontrole das emoções, fomentado pelo ideal de modernização republicano, esbarrava na permanência de relações sociais escravistas profundamente arraigadas na mentalidade dos antigos senhores.

⁶⁰ Período marcado pelo temor da retomada do poder pelos monarquistas e pela crise econômica conhecida como “Encilhamento”. Cf. Abreu, 2015; Carvalho, 1990; 2006a.

Nesse cenário de contradições, a modernidade carioca se construía com base na disposição para a novidade em confronto com a presença de antigas estruturas, que tornavam o processo de modernização cheio de entraves pertinentes à própria elite:

Na diversidade dos discursos que, de uma ou outra forma, traduzem este desejo de modernidade, uma unanimidade se impõe: ser “moderno” significa viabilizar uma nova ordem presidida pelos valores do progresso e da civilização. E se as reais implicações da construção desta nova ordem abriram espaço com dificuldade numa sociedade em que – ainda na década de 70 do século XIX – a solução da então chamada “questão servil” é encaminhada por uma via gradualista que mal encobre as resistências de setores politicamente significativos, uma coisa é certa: ser moderno é romper com o ATRASO COLONIAL, é buscar SER IGUAL À EUROPA (Neves, 1986, p. 16).

Ao analisar as condições para o desenvolvimento dos ideais de civilização e modernização no Brasil oitocentista, Neves (1986) destaca a escravidão como característica mais marcante da sociedade colonial com a qual os brasileiros deveriam romper para se situarem no estágio civilizacional equivalente ao dos europeus. A resistência diante das propostas de transição para o trabalho livre, bem como a opção por realizar a abolição formal da escravidão de modo lento e gradual, no século XIX, são indicativos da constituição de relações sociais baseadas na ideia de que alguns seriam possuidores de direitos sobre os demais, tanto nas relações entre indivíduos de origem abastada quanto em seu trato com os grupos empobrecidos. Essa lógica pode ser observada na Batalha das Flores de maneira bem nítida, por exemplo, no já comentado episódio em que o cavaleiro “Sr. Eugenio Falk” abre caminho sobre a multidão e não sofre nenhuma censura do *Jornal do Brasil*⁶¹, bem como na ocasião em que o prêmio destinado à bicicleta mais belamente enfeitada foi dado, pelo júri, como um presente para o presidente da comissão organizadora do evento, embora a premiação estivesse prevista na programação do concurso⁶².

O estudo da Batalha das Flores no Rio de Janeiro nos permite observar que as práticas de lazer e as festas da população da cidade tendem a ser permeáveis, escapando às tentativas de classificação em relação ao grupo social que as realiza. O entrudo, alvo da campanha regulatória dos festejos à qual pertencia o objeto desta pesquisa, embora associado ao comportamento considerado grosseiro e atribuído a sujeitos subalternos, era praticado, em maior ou menor medida, por pessoas de todas as camadas sociais (Fernandes 2001; 2003). A própria batalha no

⁶¹ Cf. *Jornal do Brasil*, 16 de agosto 1903. A passagem do *Jornal do Brasil* em torno deste episódio foi transcrita no Quadro 23, comentado no início do terceiro capítulo desta tese.

⁶² Cf. *Correio da manhã*, 16 de agosto de 1903. Este acontecimento é analisado mais detidamente no quarto capítulo desta tese.

Campo de Santana, a despeito da intenção institucional de enquadrar as diversas formas de festejar e se portar na cidade, foi alvo do interesse dos mais diversos segmentos da sociedade.

A permeabilidade recíproca entre as expressões culturais dos grupos populares e elitizados produziu, por meio do contato e reprocessamento dos objetos, artefatos de cultura completamente novos e originais na cidade, em uma dinâmica semelhante à circularidade cultural pensada por Carlo Ginzburg (2006). É importante ressaltar que, com esta chave de análise, Ginzburg propõe uma forma de pensamento sobre os fenômenos de “cultura” que abarque as diferenças culturais entre grupos economicamente distintos, em vez de uma concepção de cultura homogênea (Ginzburg, 2006, p. 24-25).

Com base nessa proposição, podemos compreender o comportamento destemperado das elites cariocas na Batalha das Flores, ambiente que ela mesma criara para ensinar comportamentos contidos. Por outro lado, a perspectiva de Ginzburg (2006) esclarece o afã do público em participar do evento, ainda que, para tanto, fosse necessário subverter suas regras, como a venda de bilhetes para entrar no parque, gerando um significativo grupo de frequentadores não-pagantes que veio a contribuir para a superlotação do local, alterando inteiramente a feição recomendada pelo carnaval da batalha original de Nice.

Ao pensar sobre a veleidade contida no movimento de reformulação da sociedade, do espaço e das relações no Rio de Janeiro, abordado também por Neves (1986), Nicolau Sevcenko recupera a expressão “Regeneração” presente em um texto do poeta Olavo Bilac sobre as demolições em curso na cidade:

A expressão “regeneração” é por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da velha cidade, para complementar a dissolução da velha sociedade imperial, e de montagem da nova estrutura urbana. O mármore dos novos palacetes representava simultaneamente uma lápide dos velhos tempos e uma placa votiva ao futuro da nova civilização (Sevcenko, 2003, p. 43-44).

O comportamento dos grupos populares afetava e se afetava pelo modelo civilizacional inspirado pela Europa. No entanto, em face das especificidades do passado colonial escravista que os reformadores pretendiam apagar, a convergência com a cultura europeia gerou um ambiente próprio na cidade. Nesse ambiente, a despeito das trocas, as relações entre os diferentes grupos sociais em contato nem sempre eram pacíficas, como veremos a seguir.

Em suas memórias, o cronista Luís Edmundo apresenta, em tom anedótico, um curioso episódio em que o notório republicano e positivista Teixeira Mendes teria sido repreendido num bonde por uma senhora negra:

Mendes vai tomar, para ir a Botafogo, um bonde. Homem sem falsos pré-conceitos sociais, trepa sobre o primeiro veículo que lhe passa pela frente e que é um carro de 2ª classe, dos chamados *cara-duras*. Vai cheio, o veículo. Há, porém, um lugar vago ao lado de uma preta, quase nonagenária, e que pita seu cachimbo de barro, tranquila e a cochilar. Junto à velhota o “Papa Verde” abanca. Sentado, toma de um volume qualquer e põe-se a ler. O bonde caminha aos trancos, oscilando sobre os trilhos. A perna puríssima do sacerdote toca, entretanto, sem querer, de quando em quando, a perna da velhinha, que franze o sobrolho, aborrecida. De novo um solavanco, de novo a perna do distraído ortodoxo sobre o pernil da negra. E a negra, como uma jiboia cutucada espevitadamente, a desenroscar-se, um olho de víbora, afogueado e mau no semblante do homem distraído, que continua a ler, o seu livro, muito abstrato e alheio ao que se passa... Súbito, a um quarto ou a um quinto solavanco, ela, que não mais se contém, toma do guarda-chuva que a acompanha, e o atira como uma arma de defesa, separando, brutalmente, a sua perna da perna do sacerdote. Este, surpreso, encara-a, sem compreender a razão do terrível manejo. É quando ela, tirando o cachimbo da boca, após uma violenta cusparada, grita, bem alto para que o bonde inteiro a ouça gritar: – A gente vê nesta terra cada velho sem-vergonha!... (Edmundo, 2003, p. 49).

Luís Edmundo anuncia Teixeira Mendes como um sujeito despojado do carisma de seu grupo social, ou seja, da autopercepção de uma dada comunidade com outorga de características especiais e positivas compartilhadas por seus membros e que os diferenciariam dos demais (Elias; Scotson, 2000). A manutenção desses predicados exigiria um grande esforço dos membros do grupo compensado pela sensação de diferenciação. No entanto, rompendo as rígidas regras de distinção da elite, Teixeira Mendes teria tomado o bonde sem verificar que o transporte se destinava à “2ª classe”, isto é, ao grupo caracterizado como *outsider*, ocupante de uma posição à margem dos espaços de poder ocupados pelos grupos da elite carioca estabelecida. De acordo com a chave analítica de Elias e Scotson (2000), os *outsiders* seriam grupos excluídos de cargos decisórios da sociedade pelos estabelecidos, portanto, sujeitos a uma série de sanções e estigmas.

O notório intelectual republicano, para atender a sua necessidade de cumprimento de horário num momento de pressa, sentou-se ao lado de uma senhora no bonde lotado. Apesar da afirmativa do cronista Luís Edmundo de que o passageiro não acreditaria em diferenciações sociais, sua surpresa com o incômodo da mulher diante do seu toque sugere que não era esperado que uma mulher negra, pobre e idosa se melindrasse com o toque de um homem branco, como se a compreensão de desconforto ou pudor tivesse parâmetros diferentes entre a primeira e a segunda classe do bonde. Assim, quando observamos o discurso recorrente da imprensa a respeito da necessidade de educar a população ou refinar os seus modos, em comparação com narrativas de situações cotidianas, percebemos que, pelo menos em situações de encontro entre os grupos populares e as elites, o projeto de refinamento dos costumes deveria ser bidirecional.

Luís Edmundo, homem letrado e frequentador dos salões cariocas, descreve a mulher negra idosa do bonde utilizando um conjunto de adjetivos zoomórficos; no entanto, modula a deselegância do homem a importunar a passageira durante a viagem. Confere tom de pilhéria à história, como se as diferenças sociais, de raça e idade tornassem um possível assédio inimaginável ou tolerável nas situações em que o homem portasse o carisma que justificaria a complacência diante de suas atitudes.

Ainda na mesma crônica, o autor descreve outra situação em que homens provocavam desconforto às mulheres do Rio de Janeiro do início do século XX. Todavia, o contato com as mulheres nas ruas, onde os signos sociais são menos identificáveis que nos bondes, embaçava o reconhecimento de sujeitos *outsiders*, mais vulneráveis a interpelações indelicadas, por serem compreendidos como inferiores. Dessa forma, o “encarador” que olhava de modo indiscreto

pode passar, apenas, por um homem curioso, olhando, talvez, um pouco demais, porém numa indagação visual que, sendo impertinente, nem sempre ofende ou escandaliza. O encarador não tem o olho desaforado do outro, mas, dele se vale sempre, onde exista mulher. Uma senhora de certa linha sentindo-o, em geral, baixa os olhos e segue (Edmundo, 2003, p. 50).

Ao confrontarmos a reação das duas mulheres incomodadas por homens no Rio de Janeiro, notamos que entre a “reação violenta” da mulher negra, pobre e idosa para que o bonde inteiro ouvisse e o mal-estar sentido pela “senhora de certa linha” temos mais que uma redução de tons; temos uma aproximação progressiva com o padrão de comportamento tido como “civilizado”, em que as pulsões emocionais são contidas. Contudo, é importante ressaltar que esse refinamento se dá por apenas uma das partes na crônica supracitada. A mulher “de linha”, por educação e medo do assédio masculino, controla as emoções e ignora o causador do desconforto. Ao mesmo tempo, na mesma crônica de Luís Edmundo (2003), há uma crítica à impertinência masculina quando dirigida às mulheres da elite, reiterando a necessidade de promoção do objetivo intrínseco às reformas urbanas do início do século XX no Rio de Janeiro: a educação, entendida como um refinamento modernizante do comportamento dos habitantes da cidade.

O enfrentamento de adversidades ao se adaptar aos novos níveis de refinamento exigidos pelo ingresso na modernidade, tanto por grupos populares quanto pelos membros da elite econômica, coincidiu com a recente transição política do Império para a República. Esta conjuntura política pode nos ajudar a compreender a crise que, no mesmo período, configurou-se entre a população carioca no plano comportamental.

Ao ser instalado, o governo republicano se comprometeu com a formulação de uma institucionalidade nova e moderna, pautada pelos ideais de civilização e progresso material. Seu principal ponto de oposição era a ordem escravista intrinsecamente ligada ao Império, abalado pela abolição legal do trabalho escravo em 1888, mas profundamente arraigado na sociedade, trazendo constantemente à tona a memória de uma formação colonial. Nesse contexto, a República brasileira, a despeito da implantação do novo e moderno, assentou-se em uma sociedade que não sofreu modificações reestruturantes. Em razão disso, configurou-se como uma “nova ordem baseada na formação de um mercado de trabalho livre, com a construção de novas formas de cidadania que asseguravam a exclusão das classes subalternas” (Neves, 1986, p. 4).

Ao analisar essa conjuntura, Neves (1986) demarca dois universos construídos com base em sua relação com o mundo do trabalho. Durante o período de vigência do Estado Imperial, o “mundo da desordem” era composto por elementos despossuídos e não vinculados à ordem escravista, fosse na posição de proprietários, fosse na de propriedade. No período de transição, representado pelas três primeiras décadas do século XX, a ameaça à ordem era representada pelo povo: o trabalhador pobre livre ou liberto, fora do controle senhorial, a quem tornava-se necessário “incorporar de forma controlada à nova ordem através da disciplinarização de seus corpos e de suas mentes pela eticidade positiva do trabalho” (Neves, 1986, p. 9).

Nesse cenário, as intervenções urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro, então Capital da República, integravam-se ao projeto de superação do passado colonial e escravista. A importância dessas intervenções é destacada em uma crônica publicada pela revista *Kosmos* em 1904. A passagem transcrita no Quadro 39, a seguir, ressalta que a abertura da Avenida Central, ligando a zona portuária à orla da praia de Santa Luzia, substituiria as marcas da escravidão por uma perspectiva de redenção para a cidade:

Quadro 39 – Crônica da revista *Kosmos* de 1904 (trecho 1)

[...] a estrada que ahi vae sendo aberta em direção ao sol nascente, como se a alma contricta da cidade emergindo da sombra e do marasmo, do languor, da inércia e da sombra deprimente do vício, procurasse o estímulo e a redenção na luz de uma nova aurora, fixa-se no centro deste tenebroso bairro do Vallongo, tão cheio de recordações sinistras, em cujas viellas cenosas e bêcos tortuosos parece ainda ouvir-se o echo amortecido dos gemidos, soluções de uma raça torturada.

Fonte: *Kosmos* – Revista Artistica, Scientifica e Litteraria, ano 1, n. 9, 1904.

Na sequência, o texto sublinha o papel educativo das praças e festas, em função de sua capacidade de inclinar a população para gostos lapidados e cultos:

Quadro 40 – Crônica da revista *Kosmos* de 1904 (trecho 2)

As ruas largas e extensas, as praças ajardinadas, os altos e formosos edifícios, as múltiplas diversões de simples prazer e ou de gozo intelectual que acompanham necessariamente essas transformações do meio em que se vive a população hão de modificar seus hábitos, influir sobre seu caráter, activar sua iniciativa, desperta-lhe gosto do bello do culto e do ideal [...]. Esse é o primeiro e mais útil resultado do empreendimento que homens enérgicos e de mais ampla visão das cousas, tomaram a peito.

Fonte: *Kosmos* – Revista Artística, Scientífica e Litteraria, ano 1, n. 9, 1904.

Diante da grandiosidade da nova avenida, a crônica projeta a reestruturação comportamental da sociedade brasileira despontada pela Capital da República. O fim da escravidão já havia extinguido o vício colonial do trabalho servil, que agora, apagado da materialidade do espaço, contribuiria para o esquecimento do passado. Daí em diante, caberia à educação através das ruas alargadas, jardins, praças e diversões formar novos trabalhadores: homens “de iniciativa”, que, polidos e esmorecidos pelo apreço à cultura europeia, contidos em seus impulsos de revolta, superada a indolência, voltariam-se para o trabalho remunerado. Por último, e não menos importante, o texto recorre à fofoca elogiosa, enaltecendo a atitude dos dirigentes das reformas. Dessa forma, a crônica engrandece as características da elite carioca, composta por “homens enérgicos” e “de mais ampla visão das coisas”, a que toda a sociedade deveria ser grata pelo empreendimento da transformação na cidade.

3.2 “As flores de plástico não morrem”: transformam-se⁶³

No levantamento das fontes sobre as edições das Batalhas das Flores, assim como se destacam textos em que os membros das elites se congratulam, pelo apontamento de suas virtudes comuns, há também passagens nas quais os grupos alijados do poder são difamados e ridicularizados, em mexericos depreciativos (Elias; Scotson, 2000, p. 119). Aqueles que ousavam cruzar os limites do enquadramento aos padrões estabelecidos para a festividade eram severa e publicamente submetidos ao escárnio.

⁶³ O título desta seção faz referência ao verso da canção “Flores”, composta em 1989 por Charles Gavin, Paulo Miklos, Sergio Britto e Tony Belloto, músicos da banda de *rock* paulistana Titãs.

Antes mesmo da realização da primeira Batalha da Flores no Campo de Santana, no *Jornal do Brasil* de 12 de agosto de 1903, três dias antes da estreia da grande festa, foi publicada uma charge que ridicularizava os sujeitos que supostamente teriam aventado a possibilidade de brincar a batalha com flores de papel. Na imagem, vemos um homem branco de meia-idade que veste traje completo. Na mão direita, segura uma bengala e uma cartola pendentes dos ombros caídos que acompanham a expressão ansiosa indicada pelo rosto exageradamente molhado. Sua imagem é emoldurada pela pergunta provocativa “Flores de papel?”, seguida do texto em que o jornal faz um jogo de palavras envolvendo o sentimento de embaraço.

Figura 45 – Charge “Flores de papel?” (1903)



Nota: Logo abaixo do desenho, consta o seguinte texto: “Um futuro valoroso combatente pergunta-nos se, na batalha que se ferirá no dia 15 próximo, não serão permittidas as flores de papel em substituição das flores naturaes porque as flores de papel – explica – São mais resistentes. / Não nos julgamos autorizados a responder a tão embaraçosa pergunta: entretanto, ousamos lembrar que, se a resistência for a qualidade a exigir das flôres empregadas no combate, – as flores preferidas no combate devem ser as de zinco ou as de folhas de Flandres”.

Fonte: Jornal do Brasil, 12 de agosto de 1903.

Segundo a legenda da charge (Figura 45), a pergunta sobre o uso de flores de papel teria como argumento a durabilidade superior de tais objetos, se comparados às flores naturais. Contudo, a simples menção da possibilidade de seu uso, em uma conversa, embaraçaria o interlocutor pela apropriação do sentimento de vergonha que o outro deveria sentir, ao propor a utilização do adorno artificial de preço inferior. Dessa forma, o mal-estar físico do homem representado na charge pode ser compreendido, na perspectiva de Elias e Scotson (2000), como uma expressão de ansiedade e constrangimento, ao perceber que o carisma do grupo “estabelecido”, ao qual pertencia, teria sido fragilizado pela exposição de comportamentos dissonantes em relação à regra qualificadora geral de seu grupo. Nesse prisma, a ascensão de diferenças em relação à expressão estética e à capacidade econômica aponta para um desnível no grupo cujo modo de vida deveria ser demonstrado na Batalha das Flores.

Outro ponto a se destacar é que a pergunta feita pelo personagem da charge (Figura 45), vestido conforme os ditames da moda europeia, poderia provocar nas elites promotoras da Batalha das Flores o temor de que, em algum momento, a versão carioca da festa fugisse ao padrão do carnaval de Nice. De acordo com Bora (2020, p. 87), o ano de 1873 é a data chave para a compreensão do processo que levou a cidade francesa a se tornar uma referência de carnaval elegante no mundo, pois, nesse ano, a Prefeitura de Nice estabeleceu um comitê organizador formado por banqueiros e cônsules, conferindo à festa um caráter assumidamente elitizado. A releitura carioca do espetáculo francês manteve-se muito próxima da programação original. Com isso em vista, podemos presumir que a discussão sobre o uso de flores de papel tenha sido apontada pelo chargista do *Jornal do Brasil* como motivo para que o personagem se envergonhasse, especialmente, por levantar a possibilidade de que sujeitos incapazes ostentar a custosa brincadeira participassem do curso, envergonhando as elites cariocas diante das demais civilizações com quem gostariam de se irmanar.

Em *O processo civilizador*, Elias (1990) descreve o sentimento de vergonha como

uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito. Considerado superficialmente, é um medo de degradação social ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas. Mas é uma forma de desagrado ou medo que surge caracteristicamente nas ocasiões em que a pessoa que receia cair em uma situação de inferioridade não pode evitar esse perigo (Elias, 1990, p. 226).

No âmbito da Batalha das Flores, os veículos enfeitados com flores naturais consistiam em um importante signo de pertencimento ao grupo dos cariocas “civilizados”, uma vez que proporcionavam a visibilidade necessária diante do público a quem era destinada a exibição de “bons modos”. A posse ou o uso de veículos marcava o *status* social dos sujeitos, uma vez que

carros, automóveis, bicicletas e montarias eram objetos caros e inacessíveis a boa parte da população. A mesma lógica se aplicava às flores naturais, cujos valores eram consideravelmente superiores aos das flores de papel. Nesse sentido, dias antes da primeira edição da Batalha das Flores no Campo de Santana, a decoração de carros com flores de papel foi prenunciada pela charge do *Jornal do Brasil* como uma participação vexatória e injustificável, que retiraria a qualidade do desfile.

As tensões previstas pelo *Jornal do Brasil* foram corroboradas na estreia da festa. Ao descrever em tom comparativo a passagem dos carros na primeira edição da Batalha das Flores, o pequeno trecho da *Gazeta de Notícias* de 16 de agosto de 1903 aponta a presença de alguns veículos decorados com flores artificiais:

Quadro 41 – Descrição dos carros na primeira Batalha das Flores (1903)

Os carros de Mme. Besanilha e Mlle Amarante delicioso na sua ornamentação, o do Dr. Frontin, rústico, o do Dr. Machado, em forma de chapéu branco, guarnecido de rosas e muitos outros, cada qual mais encantador.

Além desses apareceram alguns enfeitados de flores de papel, mas o público – a melhor opinião nesse caso – troçou-os a valer.

Fonte: Gazeta de notícias, 16 de agosto de 1903.

Nos dois parágrafos transcritos no Quadro 41, respectivamente, os dois modelos de carros floridos são qualificados de modo oposto, conforme o tipo de ornamentação apresentada e, principalmente, o público é alçado à posição de juiz. A pena imputada àqueles que, porventura, tentassem penetrar os estritos grupos elitistas em exposição educativa de seu modo de vida, “civilizado” e moderno, era o envergonhamento em público.

Além disso, apesar da pequena extensão do texto, a *Gazeta de Notícias* cria uma descrição relativamente detalhada em torno dos veículos enfeitados com flores naturais, apontando como “encantadores” os carros de Mme. Besanilha, Mlle. Amarante, Dr. Frontin, Dr. Machado e outros, enquanto os veículos adornados artificialmente sequer tiveram sua categoria mencionada. Eram objetos cujas formas e donos foram omitidos, restando sobre os indivíduos apenas o registro da fofoca depreciativa e do escárnio a que foram submetidos por tentarem participar da cúpula da festa. Afinal, a dinâmica educativa do evento consistia na socialização baseada na exemplificação verticalizada. Dessa forma, a emissão da mensagem educativa por sujeitos que deveriam estar na posição de receptores era percebida como fora de ordem e sinalizada de modo a provocar o constrangimento público.

O já comentado conceito de configuração social, de Norbert Elias (1993), é bastante interessante para a compreensão da submissão ao risível do veículo enfeitado com flores de papel. A estranheza provocada pela fuga ao parâmetro estabelecido pelo grupo que procurava protagonizar a festa conferia àquela participação um tom grotesco. Diante disso, é pertinente considerarmos que as percepções do grupo que frequentou a Batalha das Flores na posição de disseminador dos ideais europeus almejados para a civilização carioca eram construídas em relação àqueles cujo hábitos eram considerados inferiorizados. Contudo, é significativa a contribuição da imprensa na construção da imagem desse grupo, uma vez que, ao tecer as narrativas sobre a participação de seus membros, os periódicos usualmente os representavam com expressões positivas.

Nos desfiles, vendas de ingressos e premiações da Batalha das Flores, a comissão organizadora não previa distinção entre carros e automóveis. Este foi um dado que se manteve nas seis edições da festa, embora, à época, o automóvel fosse uma inovação tecnológica, símbolo da modernidade, trazida ao Rio de Janeiro em 1895 pelas mãos do jornalista abolicionista José do Patrocínio⁶⁴. Nos primeiros anos do século XX, contudo, a despeito de introduzir a sensação vertiginosa de velocidade, aceleração do tempo e aprimoramento técnico, o automóvel desempenhou uma função semelhante à dos carros na então Capital da República – a demonstração de “*status* e distinção, mas seu uso é público: devem ser exibidos para exponenciar seus símbolos perante o teatro social” (Melo, 2008, p. 190). Assim, tanto os carros como os automóveis serviam como extensões do modo de vida dos indivíduos que os possuíam, cuja exibição tencionava fazer com que os demais membros da sociedade acompanhassem o quanto o proprietário estaria em compasso com o processo civilizador europeu, que orientava a modernização do país.

Não apenas os textos dos periódicos se preocuparam em registrar os participantes das Batalhas das Flores cujas decorações estiveram em desconformidade com a festa carnavalesca de Nice, mas também o fotógrafo oficial da Prefeitura, Augusto Malta. Como já foi pontuado, como artista contratado pelo governo municipal do Rio de Janeiro para documentar as transformações pelas quais a cidade passava no início do século XX, o trabalho de Malta é uma fonte valiosa para o entendimento das contradições que permearam a festa estudada no presente trabalho. Assim, nas páginas que se seguem, são analisados dois pares de fotografias produzidas Malta como fotógrafo da Prefeitura (Figuras 46-49) que registram situações antagônicas e constrangedoras na Batalha das Flores – em especial, quando colocadas em diálogo com a

⁶⁴ O primeiro automóvel foi trazido ao Brasil por Alberto Santos Dumont em 1890. Cf. Melo, 2008.

charge anteriormente analisada, em que o sujeito se mostra ansioso apenas por ter colocado a pergunta sobre o uso de flores de papel na decoração dos carros, bem como com o apogeu da humilhação pública dos veículos decorados dessa maneira, descrito pela *Gazeta de Notícias*.

Figura 46 – Menino monta burro enfeitado na Batalha das Flores (1907)



Nota: A fotografia retrata um menino montado em burro enfeitado, sob olhares e risos de um grupo de homens, durante a Batalha das Flores de 1907.

Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Nessa fotografia (Figura 46), vemos um menino que veste passeio completo, com calça e paletó de cores escuras, mas diferentes, e chapéu preto de abas largas, a sorrir enquanto monta uma besta. Ele está posicionado entre duas estruturas provisórias, decoradas, espécies de camarotes que defrontam a pista onde os desfiles ocorreriam. Ao fundo, pode-se ver parte de um público formado por mulheres segurando sombrinhas e algumas crianças, que não parecem ter no menino seu principal objeto de observação. É possível notar que a fotografia foi tomada de um ângulo diagonal em relação aos fundos do pequeno camarote, pela posição ascendente das escadas de acesso, sugerindo que a cena tenha sido capturada nos bastidores da festa.

Cerca de dez homens se aproximam do balaústre do camarote para observar a criança; seus olhares estão voltados diretamente para a montaria. A maior parte usa cartola alta e preta, enquanto outros usam uma espécie de quepe. Um homem se sobressai por trajar uma casaca destacada entre as demais pelos torçais e alamares. No solo, de frente para a câmera, dois rapazes fitam o animal enquanto sorriem; o do lado esquerdo inclina mais a cabeça e mantém uma expressão mais curiosa e divertida. Ao fundo, mais dois homens de chapéu de palha olham

atentamente o burrinho de face triste e cansada. Seus olhos estão cerrados ou apontados para o chão; o capricho empenhado na feitura das flores de papel que pendem de suas ancas, assim como a moldura da face abrilhantam o menino contente, possivelmente orgulhoso de sua participação na festa, posando para o registro oficial.

Embora causasse mal-estar nos grupos de elite que, na maioria das vezes, ocupavam a centralidade da cena nos desfiles, o uso de flores de papel na decoração dos veículos que participavam dos concursos nunca foi proibido pelo programa da Batalha das Flores⁶⁵. Nas edições do evento, a comissão organizadora limitou-se a restringir o uso de confetes e o reaproveitamento das flores naturais caídas ao chão. Dessa forma, o riso do garoto na fotografia de Malta (Figura 46) também poderia indicar a satisfação por poder incomodá-los sem quebrar diretamente nenhuma regra e correr o risco de ser retirado do parque.

Os grupos que idealizaram, organizaram, desfilaram, julgaram a si mesmos e criaram os registros pelos quais podemos acessar alguns fragmentos da Batalha das Flores diferenciavam-se dos demais podem ser qualificados como portadores de “antiguidade sociológica”⁶⁶, conforme a terminologia de Elias e Scotson (2000, p. 170). Os autores apontam que esta característica não se refere necessariamente ao poder econômico, mas ao proveniente da monopolização dos postos de poder decisório da comunidade, que lhes confere domínio sobre a organização interna do grupo e, destacadamente, maior disciplina interna e externa.

Para o caso que avaliamos agora, o diferencial desse tipo de grupo é também relacionado a fatores econômicos, uma vez que as diferenças de preço entre as flores naturais e artificiais, bem como os custos da própria montaria já são signos suficientes para apontar o pertencimento ou não de um indivíduo, antes que ele se depare com o fechado círculo dos cargos da comunidade ou consiga se adequar ao código de conduta.

Assim, ainda que não violasse diretamente nenhuma das regras do regimento da festa, para os homens das “velhas famílias cariocas” era fácil identificar o menino com o burro como alguém de fora do seu círculo. Os “seus” guardavam comportamentos específicos que os diferenciavam dos demais, aprendidos pela convivência entre os membros do grupo desde a mais tenra infância, e que deveriam ser reproduzidos para reforçar a tradição do grupo. Como era importante para a manutenção deste grupo que a afirmação de sua superioridade e poder

⁶⁵ Cf. Gazeta de Notícias, 18 de setembro 1904; O Paiz, 21 de agosto de 1907.

⁶⁶ Elias e Scotson (2000, p. 170) utilizam a expressão “antiguidade sociológica” para designar o atributo das “velhas” famílias do povoado estudado. Para os autores, este atributo não estaria necessariamente ligado ao tempo de seu estabelecimento na região, mas sim à sua possibilidade de transmitir padrões distintivos, continuamente, por várias gerações. Assim, o termo se refere à antiguidade do poder no grupo.

fosse induzida pela regulação social, os olhares embaraçosos dos homens recaíram sobre aquele que não compartilhou de seus códigos ou preferiu ignorá-los (Elias; Scotson, 2000, p. 170).

Em última instância, o que observamos na fonte imagética (Figura 46) é o caso de um sujeito que adentra o território das elites cariocas, ultrapassa o papel de espectador guardado para todos os demais e é facilmente reconhecido, não tanto pelo próprio comportamento, mas pelas reações que provoca, pois

peças que pertencem a um círculo de “famílias antigas” são providas de um código comum por seus vínculos afetivos específicos: uma certa união das sensibilidades subjaz a todas as suas diferenças. Nesse aspecto, elas sabem onde se situar em relação umas às outras e o que esperar umas das outras, e o sabem “instintivamente” melhor, como se costuma dizer, do que onde se situar em relação aos outsiders e o que esperar deles (Elias; Scotson, 2000, p. 171).

Ao romper com as expectativas de padrão de comportamento inscritas no “código comum” dos homens do camarote e dos que lhe cercavam, o menino concentrou suas atenções. Ao ridicularizá-lo e, com isso, tentar provocar-lhe o sentimento de vergonha, o grupo poderia estar buscando apontar a diferença do comportamento do outro para reafirmar seu próprio regulamento. No caso da fotografia em análise, quando zombaram do animal de montaria de espécie “inferior” em termos de valor de mercado, enfeitado por flores de papel, também mais baratas, o propósito poderia ser constranger o indivíduo por sua dificuldade em atingir os requisitos mínimos para participar da Batalha das Flores, propostos pelo grupo dos que riam e do qual fazia parte o próprio fotógrafo que registrou a cena.

O trabalho de Melo (2020) sobre o parque de diversão Tivoli, criado em 1846 no Campo de Santana (à época, denominado Praça ou Campo da Aclamação), fornece-nos pistas sobre o sentido educativo que as atividades festivas e de lazer adquiriram na região desde então. Segundo o autor, no contexto da criação do Tivoli, acreditava-se que as performances da população brasileira, em geral, e do Rio de Janeiro em particular, deveriam sofrer interferência de “educação para e pelo entretenimento” (Melo, 2020, p. 4); assim, criaram-se espaços dialógicos, onde as pessoas se divertiriam ao mesmo tempo que aprenderiam a se portar.

No entanto, o autor também identificou restrições ao parque de diversão estudado, demonstrando que as atividades de lazer instaladas na região do Campo de Santana, na década de 1840, embora não proibitivas, estabeleciam limites:

Nem todos eram bem-vindos. Se o preço de entrada apontava uma abertura para um maior espectro de público, a exigência de certas roupas e comportamentos estabelecia limites. Muitos não dispunham dessas condições materiais e simbólicas (Melo, 2020, p. 10).

Com a articulação dessa passagem sobre o Tivoli, nos anos de 1840, ao que até aqui foi exposto sobre a Batalha das Flores, realizada entre 1903 e 1909 na mesma região, observamos que ambas as instalações de diversão estabeleceram regras capazes de delimitar os respectivos espaços de cada grupo de frequentadores, além de estratégias, como a ridicularização, para apontar publicamente os que avançavam sobre os limites impostos.

Para completar o primeiro par de fotografias de Malta a ser analisado, na Figura 47, vemos outro menino que compareceu à mesma edição da Batalha das Flores de 1907. Diferentemente do que montava um burro na fotografia anterior, este monta um cavalo. Sua imagem foi capturada enquanto desfilava por uma das aleias principais do parque, guarnecido por um cordão de isolamento que o separava do público, retratado em primeiro plano. Aí, podem ser vistos quatro homens de costas dispostos esparsamente, em posturas relaxadas, assistindo à criança. Eles parecem apreciar algo muito natural: um menino que aparenta ter entre 9 e 11 anos de idade, vestindo roupas claras, botas de montaria, chapéu de palha, com a postura ereta, demonstrando domínio da técnica de cavalgadura sobre seu belo cavalo de pelo brilhante, a marchar diante do público. Não é possível observar nenhum esboço de reação diante da parca ornamentação do animal, ou qualquer interesse extraordinário. As fileiras de cabines ao fundo parecem esvaziadas, como se algo costumeiro para aquele grupo acontecesse.

Figura 47 – Menino desfila a cavalo na Batalha das Flores (1907)



Nota: A fotografia retrata um menino que desfila a cavalo sob a admiração de homens adultos na Batalha das Flores de 1907.

Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Em seu estudo sobre as transformações da cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, Needell (1993) aborda o associativismo da elite carioca. Ressalta que o Jockey Club Fluminense, fundado em 1868, com recursos dos sócios e espectadores, para organizar corridas de cavalos, tornou-se uma das instituições mais perenes e bem-sucedidas da sociedade carioca. Estar associado ao Jockey Club relacionava-se de modo apenas superficial a corridas e apostas; significava pertencer a um grupo seletivo economicamente, onde recomendava-se estar, sobretudo, pelas possibilidades de estabelecimento de contatos (Needell, 1993, p. 98-99).

O Jockey foi um clube que permaneceu solidamente influente durante a República (Needell, 1993, p. 99). Ainda assim, não podemos aventar a possibilidade de que os homens e mulheres que ocupavam os camarotes das Batalha das Flores o frequentassem, simplesmente por não haver registro dessa informação nas fontes consultadas para esta pesquisa. No entanto, sabendo da projeção que a instituição teve sobre a sociedade carioca, cujas atividades eram reiteradamente comentadas nas colunas dos jornais (Needell, 1993, p. 99), era esperado que o manejo dos cavalos entre as famílias frequentadoras do Jockey fosse uma prática conhecida. Para aqueles que não tinham oportunidade de frequentar o clube, as práticas deveriam ser conhecidas por intermédio das narrativas distribuídas pela imprensa, conferindo à apresentação do pequeno cavaleiro da fotografia de Augusto Malta (Figura 47) um ar de banalidade para a audiência dos camarotes. A associação a grupos socialmente privilegiados e ao refinamento de gostos e modos pode ter despertado no fotógrafo o interesse em registrar o desfile do menino como indicador do avanço da civilização no Rio de Janeiro.

O Jockey Club seguia uma lógica associativista que, em certa medida, estabelecia pontos de contato com os desfiles educativos exibicionistas da Batalha das Flores. No trecho a seguir, Needell apresenta a organização

interna da instituição:

A receita do Jockey era relativamente simples e sempre atraente: corridas de cavalo (e, portanto, um *imprimatur* da aristocracia europeia), alto custo (erigindo a desejável barreira de exclusão de classe) e o apelo esnobe (o mais venerável e exclusivo club do gênero, consagrado dentro de uma tradição de elitismo, atraente, sobretudo, devido a uma instabilidade e a relativa novidade de tantos aspectos da elite carioca) (Needell, 1993, p. 100).

A Batalha das Flores, mesmo sob o argumento da destinação de seus ganhos para instituições filantrópicas, foi uma festa cuja dinâmica apresentava pontos de contato com a do Jockey Club descrita na passagem acima, embora este clube fosse fechado exclusivamente para sócios. Como pontos de diálogo, a festa e o clube tinham nos valores civilizacionais europeus seus modelos, bem como promoviam a reunião de elite carioca, selecionada pelo critério

econômico de participação nos eventos. Em ambos os casos, os valores dos bens necessários à participação nas atividades – cavalos, apostas, carros, automóveis e flores naturais, entre outros – encarregavam-se de evitar a adesão de sujeitos de outros grupos sociais. E quando estratégias como o adorno dos carros com flores de papel, dentre outras, eram utilizadas por esses sujeitos para ocupar os espaços veladamente circunscritos aos grupos “estabelecidos”, a posição de protagonismo destes grupos era sinalizada pela exposição pública do não-pertencimento dos outros, a exemplo dos participantes do desfile que foram ridicularizados.

É importante ressaltar que o caráter educativo da Batalha das Flores previa como necessária a presença de sujeitos de grupos sociais heterogêneos. Contudo, para os idealizadores da festa, as camadas “inferiores” deveriam se posicionar como observadores pacíficos dos comportamentos de que deveriam se apropriar, para aprender a festejar os carnavais vindouros com delicadeza e educação. O que não estava nos planos da comissão organizadora era que parte da população se interessaria, de fato, pela Batalha das Flores, e desejaria participar dela de acordo com suas possibilidades.

Melo (2010) faz uma interessante consideração sobre as ocasiões que proporcionavam trocas entre grupos sociais distintos no Rio de Janeiro, tendo como recorte o período que se estende do fim do século XIX à primeira década do século XX:

As práticas de lazer podiam ser oportunidades para a ostentação do luxo, da riqueza e de um determinado lugar social, reforçando as hierarquias. Mas também, não poucas vezes foram uma afirmação de valores e escolhas dos subalternos que, eventualmente, se espalharam para outros segmentos da sociedade, em que uma aculturação de baixo para cima se não suspendia as hierarquias, parecia ameaçá-las (Melo, 2010, p. 13).

Desse modo, a presença de sujeitos com leituras próprias da estética festiva que lhes deveria ser ensinada, em lugares onde deveriam estar na posição de assistência passiva, aponta para um processo de ressignificação dos valores que lhes foram apresentados. Da mesma forma, isso indica que os sujeitos em questão demonstravam a capacidade de afetar, pelo incômodo, os estratos superiores, ao utilizarem a mesma estratégia de exibição pedagógica criada por estes, constituindo um movimento de circularidade cultural (Ginzburg, 2006).

O segundo par de fotografias de Augusto Malta selecionado para a análise mostra dois carros enfeitados na Batalha das Flores de 1909, ambos tripulados por crianças. Embora a desigualdade entre a distribuição da ornamentação dos carros fosse incomum, no veículo retratado na primeira fotografia (Figura 48), sequer é possível vislumbrar a presença do indivíduo em meio ao excesso de flores que preenche a imagem, compondo uma figura pesada sob os olhares curiosos do público. Há um homem adulto de cada lado do carro: o da esquerda

olha para o veículo como se estivesse incrédulo, a procurar o tripulante perdido; o da direita apoia cuidadosamente o desfile.

Figura 48 – Pequeno carro excessivamente enfeitado, tripulado por criança (1909)



Fonte: Augusto Malta, c1909 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Em contraste com a fotografia reproduzida na Figura 48, o fotógrafo registrou, na mesma edição da Batalha das Flores, o carro com um bebê que toma quase toda a cena retratada, à exceção do grupo de pessoas no canto direito que observa a pequena criança, espantado (Figura 49). O bebê se encontra desacompanhado no quadro da imagem, sentado sobre um banco elevado à altura da cabeça de uma pessoa adulta, em um carro cuja estrutura metálica está aparente, devido à pouca ornamentação utilizada para conferir-lhe acabamento. Algumas folhas de samambaia esboçam um esplendor às costas do pequeno, espraiam-se sobre a base do carro e ascendem sobre a cadeira, por trás de seu pescoço, donde saem estruturas feito asas. À frente, quatro ou cinco flores destoam da face apreensiva da criança.

Figura 49 – Bebê em carro adornado com poucas flores e muitas folhagens sob risos e curiosidade do público (1909)



Fonte: Augusto Malta, c1909 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

A simplicidade do carro tripulado pelo bebê, na Figura 49, revela mais do que a intencionalidade do fotógrafo de registrar as usanças que as medidas modernizadoras logravam superar. A imagem conseguiu capturar a maneira como os setores da sociedade que, possivelmente, teriam dificuldades econômicas para adquirir as flores naturais, diversas vezes mencionadas pela imprensa como onerosas⁶⁷ desde a primeira edição da Batalha das Flores, apreenderam o sentido da festa e não deixaram, por isso, de brincar.

⁶⁷ Cf. Jornal do Brasil, 12 de agosto de 1903; Jornal do Brasil, 13 de agosto de 1903; Correio da Manhã, 16 de agosto de 1903; Gazeta de notícias, 16 de agosto de 1903.

A presença dos elementos populares deixando o lugar pacífico de espectadores da festa para avançar sobre a experiência de agentes ao desfilar na Batalha das Flores, tomando o centro do Campo de Santana, aponta para a maneira como a ideia de festa inspirada no modelo de celebração francês foi ressignificado pela população carioca. Os responsáveis pela criança fotografada por Malta encontraram uma maneira muito particular de demonstrar seu compromisso com a elevação do patamar da civilização carioca. Dispuseram folhas de samambaia – uma planta natural das Américas, isto é, das colônias, adaptada a climas quentes e úmidos – como uma espécie de contraponto metafórico à própria festa que se pretendia tão viçosa, mas lutava contra as forças locais. A planta utilizada na decoração é caracterizada por folhas longas que, devido ao peso, tendem a pender, provocando um efeito exuberante de cascata verde clara⁶⁸ sobre a qual não pesa a ausência de flores.

Nas formas da planta, há um poderoso diálogo com o público que a Batalha das Flores pretendia educar. Eram pessoas que não carregavam as flores trazidas da França; e sobre as quais pendia o peso da luta cotidiana pela sobrevivência. No entanto, estavam inseridas em um circuito onde os signos culturais comunicavam-se mutuamente, tanto partindo das culturas subalternas para as dominantes como no movimento de permeabilidade pelos grupos populares da cultura “dita superior”, com suas próprias leituras, culminando em processos comunicativos constantes e criativos. Assim, ao trazer para o desfile um veículo decorado com materiais acessíveis, sem quebrar, diretamente, nenhuma regra da comissão organizadora do evento, o carro adornado com samambaias reengendrava as normas explícitas e escusas da Batalha das Flores, direcionadas a furtar dos grupos populares a participação no curso florido. Esse movimento constante de recriação e influência mútua aproxima-se da classificação de circularidade cultural proposta por Ginzburg (2006).

Ao carnavaizar o desfile, extravasando o desejo popular, num momento de exceção à mesmice dos carros tripulados pelas elites, decorados com flores naturais abundantes, o pequeno carrinho com estruturas metálicas retomou a relação entre a festa promovida pela Prefeitura e os festejos do Momo. Os sentimentos de perplexidade, indignação e curiosidade expressos nas faces dos homens e mulheres que observavam o veículo com o bebê se assemelham ao tom das queixas dirigidas ao jogo do entrudo, ao qual, a despeito de todas as campanhas e acusações de perniciosidade, as legislações não conseguiram pôr termo⁶⁹.

⁶⁸ Cf. Samambaias Arbóreas da Mata Atlântica (Field Museum, c2022). Disponível em: <https://fieldguides.fieldmuseum.org/pt-br/guias/guia/847>. Acesso em: 20 jun. 2024.

⁶⁹ Segundo o cronista Vieira Fazenda (1921), o entrudo foi proibido nos anos 1612, 1686, 1691, 1784 e 1818, e submetido a reiteradas reedições de alvarás e portarias durante o Império.

Entretanto, assim como percebemos duas Batalhas das Flores em tensão, é importante lembrar que houve também dois entrudos na cidade do Rio de Janeiro: o entrudo doméstico, consensual, praticado pelas famílias na privacidade dos lares e perfeitamente tolerável; e o entrudo praticado nas ruas, tido como violento, rude, insalubre, incivilizado. Diante disso, percebemos um elevado grau de intolerância em relação às práticas festivas e de lazer de grupos desorganizados na cidade.

O carnaval praticado livremente no espaço aberto da cidade, por isso mesmo de difícil controle, foi convidado pelo poder público a se submeter às normas de um espaço festivo delimitado. O público era seduzido pela ilusão de espontaneidade provocada pela amplitude do Campo de Santana, sem perceber ser conduzido através das aleias pela natureza artificial dos jardins. Em contrapartida, iniciativas dos grupos populares que demonstravam suas próprias leituras das expressões culturais das elites provocavam reações efusivas entre esses grupos, ou entre os caudatários de seus discursos. De acordo com a chave de análise proposta por Elias e Scotson (2000), isso se justifica pelo fato de que, para as elites “estabelecidas” manterem-se como grupo homogêneo, coeso e ocupante dos cargos decisórios, era necessário interiorizar, desde muito cedo, um conjunto de regras de convivência compartilhadas entre os seus, que levavam o sujeito a desenvolver um autocontrole mais rígido, se comparado às pessoas criadas em grupos desarticulados.

Ao considerarmos que, em casos como o do pequeno carro adornado com folhas de samambaias, estamos tratando de sujeitos isolados que encaravam um concurso organizado pelos maiores nomes da política da Capital Federal, percebemos que esse tipo de atitude reflete um grande esforço em alinhar-se às regras criadas pelos grupos de elite, buscando uma aproximação (ainda que, para tanto, fosse necessário realizar adaptações ao seu reduzido orçamento). Em face dessas tentativas de aproximação, estes grupos de elite, por sua vez, retraíam-se, em busca de proteção contra supostas ameaças exteriores.

Como resposta à sensação de intimidação provocada pelo avanço de elementos externos sobre o “território da sua festa” com leituras burlescas, indicativas de falta de refinamento em comparação ao festival europeu, a estratégia utilizada pelas elites cariocas foi ridicularizá-los, de modo a apontar que não lhes cabia o protagonismo do curso (Elias; Scotson, 2000, p. 175).

Porém, se o planejamento da Batalha das Flores tinha como propósito que as camadas populares tomassem gosto pela festa, ainda resta a dúvida a respeito do desconforto que sua participação provocava nas elites. Seguir o roteiro exigido para que a festa ocorresse como uma espécie de encenação, com papéis previamente designados para os atores – que deveriam

circular por lugares determinados, portar figurinos específicos, decorar suas falas, controlar o gestual e interagir com os demais atores em cena de modo apropriado – exigia uma pesada disciplina emocional dos sujeitos. Em contrapartida, a perda da espontaneidade deveria ser recompensada por signos que apontassem para a distinção social que acreditavam possuir. O trecho reproduzido no Quadro 42, publicado na revista *O Malho* em 1903, é bastante representativo desses sentimentos:

Quadro 42 – Passagem da revista *O Malho* sobre o Passeio Público (1903)

E há também quem saia de casa e vá com sua família ao Passeio Público, unicamente levado pelo interesse de ouvir boa música, em concertos artisticamente organizados, e não para namorar as rapariguinhas e aplicar amorosos beliscões as regiões de defesa das damas de vida equivocada que por ali iam passear seus lazeres...

Fonte: *O Malho*, ano 3, n. 44, 1903.

Nessa passagem, percebemos o desejo de afirmação de uma “superioridade” das intenções e gostos do grupo social que passou a se reconhecer na paisagem do Passeio Público reformado. Por acreditarem conservar um código de conduta distintivo, que os salvaguardaria moralmente, o eventual compartilhamento do jardim com os grupos inferiorizados e, sobretudo, com as formas de interação pautadas por normas mais “frouxas” lhes ofenderia (Elias; Scotson, 2000, p. 171). Em outras palavras, os lazeres das “damas de vida equívoca” soavam profundamente afrontosos aos valores morais dos grupos que se julgavam superiores. Tal como os beliscões, tantos outros costumes poderiam se tornar alvo de críticas, enquanto, no sentido oposto, o compartilhamento dos códigos de conduta tendia a aproximar os grupos sociais.

Desta maneira, mesmo num exercício de tentativa de demonstração de apropriação do ideal de civilização europeu proposto pelas reformas urbanas, os grupos populares encontravam dificuldade de aceitação entre os grupos de elite, conforme observado na análise da charge em referência ao uso de flores de papel como alternativa às naturais na decoração dos veículos; na fotografia do menino que desfilou montado em um burro em vez de um cavalo; e, por último, no bebê que desfilou sobre o carrinho enfeitado com samambaias em vez de flores. A perspicácia destes representantes dos grupos populares ao adaptarem a restrição de recursos materiais disponíveis às exigências impostas para a participação na Batalha das Flores soava extremamente acintosa e, como resposta, os grupos de elite buscavam ridicularizá-las como forma de expressar seu despreço.

Por ocuparem a maioria dos espaços categorizados por Elias e Scotson (2000) como “postos de poder”, os participantes do curso, membros da comissão organizadora, jurados do concurso, jornalistas que comentavam o evento e suas famílias, muitas com relações bastante próximas, esperavam que elementos externos a seu círculo social mantivessem uma atitude apenas de recepção das informações. Assim, as pretensões educativas da festa foram surpreendidas pela agência de alguns indivíduos dos grupos sobre os quais se pretendia impor um comportamento acolhedor e passivo.

É importante reiterar, neste ponto, o peso do elevadíssimo preço das flores naturais, exigência inexorável para a participação na Batalha das Flores, já que este representaria o corte decisivo entre a categoria social capaz de protagonizar o desfile e aquela a que ficaria reservada a observação.

No início desse capítulo, apresentamos a discussão que levou à decisão, por parte da comissão organizadora, pela venda de ingressos para acessar o Campo de Santana na primeira edição da Batalha das Flores, cuja proposta era levantar fundos a serem doados para instituições de caridade. Um dos principais argumentos a favor da venda de ingressos era o controle do fluxo de pessoas no espaço da festa⁷⁰. Ou seja, se era necessário restringir a quantidade de pessoas que acessariam o parque na ocasião do evento, o critério escolhido foi a capacidade econômica dos sujeitos para comprar bilhetes de entrada no valor de 2\$ cada. Juntamente com a proibição do uso dos módicos confetes e do reaproveitamento de flores naturais caídas ao chão, buscou-se delimitar um perfil do frequentador da Batalha das Flores como alguém que teria condições financeiras de, pelo menos, pagar pelo ingresso e pelas flores naturais para participar da brincadeira de arremessá-las contra os demais participantes. Isso se deve ao fato de que a posse de recursos mínimos pelo público foi uma estratégia adotada pelos idealizadores do evento, a fim de restringir possíveis turbulências sociais e encontros indesejáveis.

Essa estratégia tinha por base uma percepção depreciativa sobre os grupos sociais que habitavam o entorno do Campo de Santana, compartilhada pelos membros da elite carioca, que, efetivamente, idealizaram a festa. Articulando essa perspectiva ao trabalho de Elias e Scotson (2000), o potencial desconforto provocado nas famílias cariocas abastadas pela presença de sujeitos que não poderiam pagar por ingressos e flores naturais pode ser associado à expectativa de uma menor elaboração de tabus por grupos classificados como *outsiders*. No caso da comunidade estudada pelos pesquisadores, devido à origem diversificada, ao assentamento recente e à frágil associação, os *outsiders* eram vistos como um grupo pouco articulado

⁷⁰ Cf. Jornal do Brasil, 13 de agosto de 1903

socialmente, cujos códigos de convivência seriam menos rígidos se comparados ao grupo de “estabelecidos”. Estes, por seu turno, possuíam sistemas de organização muito complexos e percebiam os comportamentos mais relaxados dos primeiros como agressores a suas normas de conduta, gerando resistência (Elias; Scotson, 2000).

Para exemplificar a visão depreciativa nutrida pelos grupos da elite carioca acerca dos habitantes do entorno do Campo de Santana, consideremos os versos publicados na revista *O Malho* em 1903, na ocasião da demolição das casas da Rua Senhor dos Passos por conta do alargamento da Rua do Sacramento:

Quadro 43 – Versos da revista *O Malho* (1903)

Fujam os vagabundos e os madraços!
Fujam turcas com fitas e com rendas!
No ponto aberto já não quer mais tendas
O prefeito doutor Pereira Passos!

Corta-se a rua. Cahem casa tudo. Tudo.
Vai por terra da gente estuporada.

Fonte: *O Malho*, ano 3, n. 31, 1903.

As estrofes transcritas no Quadro 43 narram as dificuldades enfrentadas pelos grupos heterogêneos que ocupavam a região diante das ações da Prefeitura sobre as moradias populares durante as reformas urbanas. Os versos colocam no mesmo nível “vagabundos”, “madraços”, “turcas”, assim como negros, judeus, ciganos, portugueses e todos mais que compusessem a colcha de retalhos multiétnica do que veio a ser chamado, mais tarde, de Pequena África. A pouca tolerância em relação às suas formas de viver contribuía para que a imprensa, como porta-voz dos grupos “estabelecidos” cariocas, escoasse os sentimentos de repulsa e inferiorização diante do contato com a suposta “frouxidão” das regras de conduta dos grupos considerados *outsiders* (Elias; Scotson, 2000).

Antes de serem derrubadas para dar espaço ao alargamento da avenida, as habitações coletivas da região causavam grande incômodo nas elites locais, sobretudo, pelo grande número de famílias que habitavam os mesmos ambientes, considerados promíscuos e insalubres (Rocha, 1986; Benchimol, 1992). No entanto, os preços mais baixos dos aluguéis neste tipo de moradia era um fator de influência relevante na escolha dos sujeitos por tais habitações, caracterizadas pela permeabilidade das formas de interação social. Assim, os versos da revista desqualificam moralmente os sujeitos em função de sua condição econômica mais baixa.

Com o intuito de selecionar a presença destes vizinhos na festa, portanto, foi estabelecida a exigência da utilização de flores naturais nas brincadeiras da Batalha das Flores, gerando queixas recorrentes em relação a seu custo elevado desde a primeira edição do evento, em agosto de 1903, quando também se prenunciava o grande impacto que essa exigência causaria no comércio em geral⁷¹. Dessa forma, a medida exerceria a dupla função de regular o público e dinamizar a atividade econômica das camadas médias, até que, no carnaval de 1907, a *Gazeta de Notícias* promove a Batalha de Confetti, dando continuidade à campanha de popularização do carnaval carioca iniciada no ano anterior, com a Festa dos Cordões⁷².

Como já foi comentado em capítulo anterior, a Festa dos Cordões foi um concurso promovido pela *Gazeta de Notícias* com a intenção de criar programação para a segunda-feira de carnaval, dia considerado mais ameno em relação às atividades carnavalescas organizadas. Além disso, o concurso tinha como objetivo proporcionar visibilidade aos cordões de modo organizado, já que estes representavam uma face do carnaval bastante popular e africanizado, celebrado de modo espontâneo pelas ruas da cidade.

Quando, em janeiro de 1907, o mesmo jornal toma a iniciativa de mobilizar uma nova forma de brincar o carnaval, com a promoção da Batalha de Confetti, seu principal argumento fazia uma referência direta às dificuldades imputadas pelos altos preços das flores naturais na missão de “civilizar” o carnaval, bem como à importância da realização de uma brincadeira inofensiva, dialogando com o discurso moralizador que acusava o entrudo de prejudicar a saúde dos foliões com suas molhadeiras⁷³.

É interessante notar que a fórmula apresentada pelo jornal para apresentar a Batalha de Confetti como a “nova festa civilizada” da cidade se aproximava da utilizada anteriormente pela Prefeitura na Batalha das Flores: disseminação da elegância, doação de receitas para instituições filantrópicas e direção do evento pela nomeação de uma comissão organizadora⁷⁴. Os pontos em que as duas celebrações se afastavam, em suma, eram o fato de que a Batalha das Flores se tratava de uma iniciativa de caráter público e a Batalha de Confetti, uma iniciativa privada, bem como a pretensão elitista da primeira e a declaradamente popular da segunda.

Como se observa na Figura 50, em 26 de janeiro de 1907, a *Gazeta de Notícias* chamava a atenção dos leitores para o texto de apresentação da nova festa com um título visualmente

⁷¹ A esse respeito, no *Jornal do Brasil* de 13 de agosto de 1903, por exemplo, lê-se o seguinte comentário: “Assim, nem todas as flores dessa batalha que parece um folgado efêmero, murcharão naquelas poucas horas. Ficará o lucro do comércio [...]”.

⁷² Para saber mais, ver capítulo 2 desta tese.

⁷³ Cf. *Gazeta de Notícias*, 19 de janeiro de 1907; 26 de janeiro de 1907.

⁷⁴ O Dr. Júlio Furtado, Inspetor das Matas e Jardins, por exemplo, participou das comissões organizadoras de ambas as festas, a Batalha das Flores e a Batalha de Confetti.

ostensivo. O tamanho das letras, a variação do padrão de fontes, a utilização alternada de títulos em negrito e, especialmente, a ordem de apresentação dos títulos sugerem uma escala de importância dos assuntos.

Figura 50 – Cabeçalho da coluna de apresentação da Batalha de Confetti na *Gazeta de Notícias* (1907)



Fonte: *Gazeta de Notícias*, 26 de janeiro de 1907

O primeiro título é a própria Batalha de Confetti, anunciada no topo da coluna com letras agigantadas longitudinalmente. Gráficamente, era importante destacar o assunto da matéria, sobretudo para chamar a atenção do público. Esta nova batalha se opunha à Batalha das Flores que, apesar de efêmera, àquele momento já era bastante conhecida, inclusive por ter sido comentada diversas vezes pela própria *Gazeta*. Assim, era importante posicionar o nome da nova festa emparelhada com o espaço onde ela aconteceria, a Avenida Beira-Mar, inaugurada em 23 de novembro de 1906, apenas dois meses antes da publicação do texto de anúncio da Batalha de Confetti.

Essa nova avenida foi pensada como continuidade da Avenida Central, joia da reforma executada pelo governo federal para promover a circulação de pessoas e mercadorias desembarcadas no porto da então Capital da República. Complementarmente, deveria fluidificar o trânsito advindo dos bairros da zona sul, como Botafogo, Flamengo, Catete e Glória. Sob a administração da Prefeitura, a avenida litorânea consistia em duas largas pistas de rolamento adornadas com canteiro central ajardinado. Mais tarde, seu percurso foi

complementado pelos jardins de Botafogo e da Glória (Abreu, 2013; Azevedo, 2016; Ribeiro, 2019).

Com objetivos maiores do que apenas escoar o tráfego, a Avenida Beira-Mar empreendida por Passos se propunha a valorizar os elementos naturais, incorporando o mar e a montanha da cidade (Ribeiro, 2019). Dessa forma, como um novo espaço onde seria possível que as pessoas se exibissem, a Batalha das Flores, até então pensada para o espaço circunscrito do Campo de Santana, foi reelaborada pela *Gazeta de Notícias* em uma nova festa, de modo a adaptar-se ao contexto social do Rio de Janeiro, bastante diferente do europeu, onde a batalha original fora criada. Portanto, no cabeçalho do texto em que o jornal apresenta aos leitores a primeira Batalha de Confetti, em 1907 (Figura 50), a menção da Avenida Beira-Mar foi posicionada logo abaixo do nome da festa, possivelmente, para enfatizar que a realização do evento na nova via – uma pista de rolamento sugerindo fluxo contínuo das transformações – traria, também, renovações em seu formato.

Após o cabeçalho, o texto se inicia com uma referência à Batalha das Flores como um desdobramento espontâneo do carnaval europeu. Essa afirmação é bastante elucidativa, considerando as diferenças entre a realidade cultural e socioeconômica da cidade de Nice, na França, onde surgiu a brincadeira, e a do Rio de Janeiro. As particularidades em relação à adaptação do festejo que, *a priori*, envolvia um material orgânico e sensível, como flores naturais, deveria gerar expectativas de adaptação.

Assim, a *Gazeta de Notícias* se propõe a realizar a mais significativa das adequações da festa: compatibilizá-la com os bolsos dos foliões. Na passagem que se segue, o jornal justifica essa iniciativa:

Quadro 44 – Apresentação da Batalha de Confetti na *Gazeta de Notícias* (trecho 1)

Aqui no Rio onde temos um parque como o da Aclamação e as avenidas como a Central e a Beira-Mar, lindas e grandes, quase se torna impossível realizar uma batalha das flores porque estas custam os olhos da cara – como se diz pitorescamente – e, na proporção necessária para o pequeno combate de rosas e de jasmims, custam quasi a fortuna de um Creso.

Como conciliar, portanto, os preços exorbitantes das flores a necessidade que há de acrescentar ao carnaval dos préstitos luxuosos dos cordões e das máscaras avulsas uma nota interessante, inédita e elegante? [...] Tendo, pois, o confetti tantas qualidades boas e sendo, além disso, muito democrático, pelo seu preço, a Gazeta não trepidou e resolveu promover, na Avenida Beira-Mar em Botafogo, uma grande e deslumbrante Batalha de Confetti.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 26 de janeiro de 1907.

Essa passagem da *Gazeta de Notícias* aponta para um dado importante no contexto das reformas urbanas do Rio de Janeiro do início do século XX: a existência de espaços já

modernizados na cidade, acompanhada da proposição de que a promoção de festas e, particularmente, a alteração do formato da Batalha das Flores colaborariam de forma mais significativa para desenvolvimento de hábitos europeizados entre os cariocas caso fossem consideradas as condições socioeconômicas da população.

A cidade, devido ao clima quente, precisava importar as flores naturais de outras regiões⁷⁵, tornando inacessível aos bolsos dos brincantes um produto que já era caro devido aos cuidados exigidos no seu cultivo. Ao tornar o modelo da festa imprescritível, engessando-o com a manutenção das mesmas regras até a última edição, a Prefeitura estimulava sua reinvenção para atender à demanda de uma parcela do público médio em vias de apropriação dos “elegantes” modos europeus.

Para colocá-los em prática, era importante a adoção de um material de baixo custo, como os confetes de papel. Embora inicialmente este material não pareça ter feito muito sucesso nos carnavais de rua, diante da concorrência com o entrudo⁷⁶, o confete foi bem aceito nos bailes carnavalescos promovidos em salões, ainda no século XIX. Já no início do século XX, nas festas realizadas em ambientes públicos, mas controlados por agentes designados pelas comissões organizadoras, eles passaram a figurar como uma solução capaz de produzir uma ilusão que remetesse à paisagem europeia:

Quadro 45 – Apresentação da Batalha de Confetti na *Gazeta de Notícias* (trecho 2)

Caindo em chuva irisada pelos cabelos das crianças, pelos collos das senhoras, pelos chapéos dos homens como os pequeninos flocos de neve que a bizarra fantasia de um artista houvesse feito tingir das cores mais lindas e mais nuançadas do arco-íris.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 26 de janeiro de 1907.

O discurso da *Gazeta de Notícias* soa bastante sedutor ao oferecer ao leitor a oportunidade de celebrar um carnaval elegante, europeizado e, ao mesmo tempo, barato. O confete traria a interação característica da brincadeira para o alcance dos grupos que, na Batalha das Flores, ficaram resignados à contemplação dos movimentos das elites. Daí por diante, as demonstrações de “bons hábitos” seriam possíveis àqueles que estivessem dispostos – e possuíssem recursos, ainda que módicos – a compor a paisagem que simularia uma nevasca europeia sobre os veículos em curso. No entanto, foi mantido o modelo de curso com veículos de alto valor comercial que, ao exibirem os passageiros, tornavam-se capazes de definir as

⁷⁵ Cf. *Jornal do Brasil*, 13 de agosto de 1903.

⁷⁶ Cf. *Gazeta de Notícias*, 16 de fevereiro de 1902. Para saber mais, ver capítulo 1 desta tese.

distinções sociais. Assim, apesar da intenção de tornar mais popular o carnaval festejado, dentro de um ordenamento conduzido pela *Gazeta de Notícias*, na descrição do jornal em análise⁷⁷, não são identificados elementos que proporcionassem as mesmas oportunidades para todos aproveitarem a folia.

O jornal organizador do novo evento declarava reiteradamente sua intenção de realizar um evento de caráter popular, usando este argumento como justificativa para a restrição da participação de grupos e sociedades carnavalescas nos desfiles. No entanto, a presença de diversos carnavais na cidade com públicos delimitados é revelada alguns parágrafos adiante, quando, no mesmo texto, há informações sobre um baile de máscaras “inteiramente familiar”, que seria realizado no pavilhão de regatas do Botafogo, cujos ingressos custariam 3\$000. O valor ainda mais alto que o dos ingressos para a Batalha das Flores no Campo de Santana, associado às dificuldades a serem enfrentadas pelos sujeitos que desejassem penetrar no fechado grupo das elites cariocas, apontam para uma tendência à negociação por parte daqueles que, em posição de poder, pudessem organizar grandes espetáculos voltados a direcionar o carnaval na cidade.

Perante o público maciço que comparecia a Batalha das Flores no Campo de Santana, desejoso por participar da festa de inspiração europeia, mas que encontrava entraves nos valores do produto requerido para, efetivamente, participar da brincadeira, podemos reconhecer o avanço em relação à ampliação do interesse por eventos que exigiam hábitos “mais refinados” dos frequentadores. O entrudo, por sua vez, joguete que provocava maior desconforto e alegrias, teve o número de ocorrências significativamente reduzido no carnaval de 1904, apontando para a eficácia da Batalha das Flores como uma intervenção pedagógica, dentre as diversas ações promovidas por Pereira Passos para “civilizar” os costumes da população. No entanto, melhorar as condições de vida da população de modo que seu poder aquisitivo aumentasse, a ponto de poder comprar flores naturais em número suficiente para serem arremessadas ao longo de toda uma tarde, não foi um dos propósitos da gestão de Passos. Partindo disso, realizar uma adaptação no material utilizado na batalha, em nome do objetivo maior de educar a população, parece ter sido uma mudança válida aos olhos do prefeito.

A administração de Pereira Passos conseguiu atingir a importante marca do refreamento da prática do entrudo no carnaval de 1904, ano seguinte à realização da primeira Batalha das Flores no Campo de Santana. Esse feito foi alcançado com a coordenação de uma série de

⁷⁷ O texto diz que “A batalha de confetti acontecerá na Avenida Beira-Mar, entre a enseada de Botafogo, no trecho compreendido entre o kiosque mourisco até junto a estátua do Almirante Tamandaré. Aquelle trecho será cercado” (*Gazeta de Notícias*, 26 de janeiro de 1907).

medidas proibitivas com ações educativas, que objetivavam desenvolver, entre os habitantes da cidade, comportamentos caracterizados por emoções mais contidas (Elias, 1990). O êxito da empreitada foi atribuído à proatividade do prefeito, que se encarregou de informá-lo à população da cidade com antecedência:

Quadro 46 – Diminuição do entrudo no carnaval de 1904

Todos os annos a policia por editaes prohihe o entrudo; [...] A proibição era para inglez ver e os editaes para a imprensa amiga publicar e depois ir receber a importancia respectiva. Tudo pura phantasmagoria.

Desta vez o Sr. Dr. Passos mandou com tempo avisar aos povos da mui leal e heroica cidade de S. Sebastião que o negócio era sério mesmo. [...] O resultado foi o que se viu: três dias de tranquilo divertimento, ordem paz, moralidade e também conservação da saúde.

Bem-merecida a manifestação de apreço – sem encomenda nem circulares – que o Dr. Passos recebeu da população carioca.

Fonte: O Malho, ano 4, n. 75, 1904.

Nessa elogiosa passagem publicada na revista *O Malho* em 1904, as medidas educativas promovidas pelo prefeito são apresentadas como responsáveis pela conscientização da população a respeito da licenciosidade do jogo. No entanto, são as consequências de um carnaval livre de entrudo, apontadas pelo texto, que irão unir as pontas da relação entre a campanha contra o entrudo e a Batalha de Confetti.

As brincadeiras carnavalescas atravessaram a primeira década do século XX como uma serpentina no céu do Rio de Janeiro, ou como os desenhos formados pelas constelações (Benjamin, 1984). Como estrelas, teríamos a prática do entrudo e a batalha de confetes; entre elas, ligando os dois pontos, feito os desenhos formados pelas constelações, teríamos a Batalha das Flores, como parte das transformações proporcionadas pelo curso do tempo histórico que reengendrou as formas de celebrar o carnaval na cidade. No Quadro 47, veremos mais um trecho da já citada coluna de apresentação da Batalha de Confetti, da *Gazeta de Notícias*, que apresenta a fluidez do diálogo entre essas práticas festivas:

Quadro 47 – Apresentação da Batalha de Confetti na *Gazeta de Notícias* (trecho 3)

O confetti, além de tudo isso é barato, mais barato que as flores, e é inocente. Não magôa nem exaure as bolsas e enfeita. É, enfim, uma brincadeira inocente e distinta.

Fonte: Gazeta de Notícias, 26 de janeiro de 1907.

Ao tentar justificar a substituição das flores naturais nas práticas de lazer promovidas na cidade, que, através de momentos de descontração e encontro, seriam capazes de introduzir novos hábitos “mais refinados” entre a população, o jornal faz um encadeamento relacional entre os objetos usados em jogos carnavalescos. Primeiramente, apresenta o principal predicado do confete: ser barato⁷⁸.

Mas o baixo custo dos confetes não seria argumento suficiente para introduzi-los massivamente nas práticas carnavalescas. A vantagem de sua adoção, em comparação com as flores naturais, estaria na possibilidade de proporcionar às pessoas a oportunidade de brincar sem comprometer o orçamento familiar. Ao mesmo tempo, fosse na Batalha das Flores, fosse na de confetes, a exigência velada de um comportamento enquadrado aos parâmetros europeus de “civilidade” era exercida pela vigilante e constrangedora observação da elite presente ou do público prosélito dos seus valores. Ambas as festas estavam profundamente ligadas, como duas estrelas de uma constelação.

O terceiro ponto a ser destacado no texto transcrito no Quadro 47, em relação à nova batalha, é a alusão ao entrudo, verificada na afirmação de que o “*confetti* é inocente” e “não magoa”. Por ser feito de papel, seu lançamento sobre os foliões seria incapaz de provocar qualquer dano, diferentemente dos ataques furtivos característicos dos jogos de entrudo. Como já foi comentado em capítulo anterior⁷⁹, boa parte do arsenal utilizado nesta brincadeira carnavalesca popular utilizava água como munição, razão pela qual o entrudo era responsabilizado pelo eventual adoecimento das pessoas atingidas. Diante disso, o confete era apresentado como inegavelmente vantajoso, pois possibilitaria a continuidade do jogo em um formato educativo e financeiramente acessível. A utilização dos adjetivos “inocente” e “distinta” para caracterizar a brincadeira sinaliza a oposição dos confetes ao entrudo, amplamente debatido pela imprensa do período como um jogo agressivo e popular.

O entrudo, terceiro elemento na relação entre a Batalha das Flores e a Batalha de Confetti, não se posicionava como um início sobre o qual as duas outras festas teriam se desenvolvido. Em vez disso, ao reaparecer no discurso como um opositor, capaz de jogar luz

⁷⁸ Como já foi comentado em capítulo anterior, os confetes já estavam presentes nos bailes e desfiles das grandes sociedades carnavalescas desde o final do século XIX. Nos primeiros anos do século XX, apesar do baixo custo, o comércio não observou uma procura espontânea pelo material, apontando para a preferência do carnaval brincado nas ruas pelo entrudo.

⁷⁹ Como foi observado em capítulo anterior, a brincadeira do entrudo no Rio de Janeiro consistia na tentativa de atingir outros indivíduos com água suja, limpa ou perfumada, pó de goma, tintas ou outros materiais capazes de surpreender e marcar o corpo. Como a água era a mais popular das munições, na primeira década do século XX, o comércio oferecia um variado número de acessórios para a brincadeira, cuja função era esguichar líquido, tais como bexigas, bisnagas, relógios, gamelas, a tradicional bola de cera preenchida com água, entre outros.

sobre as vantagens de transformar uma festa elitista e europeizada em outra, mais receptiva à participação popular, o entrudo fica posicionado defronte das duas batalhas. Assim, tomando de empréstimo a ideia de tempo como uma constelação, desenvolvida por Benjamin (1984), observamos o tempo a preencher o espaço entre os diferentes tipos de festejo, sem que estes, no entanto, efetivamente se separem.

A charge publicada pela revista *O Malho* em 1904, reproduzida a seguir (Figura 51), fornece sinais a respeito da relação entre as formas de festejar mencionadas. Sob o título “Echo do carnaval”, um homem branco de terno preto com os traços do rosto mal definidos, portanto, anônimo, aparece agachado, com as duas mãos em formato de concha, recolhendo do chão um punhado de objetos. Abaixo do desenho, um pequeno texto contextualiza a cena.

Figura 51 – Charge “Echo do carnaval” (1904)



Nota: Logo abaixo do desenho, consta o seguinte texto:

“ *Um desanimado:*
 Pois que entrudo não ha, não ha remedio,
 Atiro-me aos *confetti*, isso me vinga.

Um pandego:
 Este cujo está mesmo num assedio:
 Não há entrudo, — e pede uma seringa...”

Fonte: *O Malho*, ano 4, n. 75, 1904.

A charge revisita criticamente o carnaval carioca do ano de 1904, ocorrido apenas seis meses após a primeira edição da Batalha das Flores promovida pela Prefeitura. Neste ano, o

entrudo sofreu um significativo declínio entre as brincadeiras carnavalescas na cidade, em função do cerco realizado pelo prefeito Passos com medidas proibitivas e educativas. Nesse cenário, o desenho da charge representa um homem definido pela legenda como “desanimado”, apanhando do chão o monte de confetes a fim de manter a brincadeira de jogar artefatos sobre os demais. Sua percepção de “vingança”, isto é, de fazer o que deseja dentro do limite permitido pela lei, aponta para a semelhança entre as brincadeiras de arremesso de objetos. Ou seja: havia uma comunicação entre as brincadeiras do entrudo, da Batalha das Flores e da batalha de confetes, no ato de surpreender os outros atirando-lhes objetos. Porém, o que posicionava estas brincadeiras mais próximas ou distantes em relação ao comportamento “civilizado” era o alcance social dos foliões, demarcado pelo custo do material empregado.

Apesar de utilizar a água, o entrudo, na maioria das vezes, também envolvia a compra de equipamentos (Edmundo, 2003), e era brincado por grupos sociais diversificados. No entanto, o entrudo que gerava desconforto na alta sociedade era aquele praticado de modo espontâneo pelos segmentos populares (Fernandes, 2001). Este recebia a fama de “agressivo”, pois, ao ser praticado nas ruas, tornava-se uma atividade de mais difícil regulação, uma vez que legislação prevendo multas e prisões prescindia de um grande contingente de agentes públicos para fiscalizar a prática, cuja principal característica era a tomada de assalto dos passantes desavisados. Assim, o personagem da charge busca consolo nos ataques de confetes, a única brincadeira possível num primeiro momento, embora a legenda da charge prossiga sugerindo que o homem teria a intenção de dar continuidade aos esguichos do entrudo quando menciona seu pedido por uma seringa – instrumento utilizado para aspergir água no carnaval.

Dessa forma, a charge sugere dois dados importantes para pensarmos as relações entre o entrudo, a Batalha das Flores e a Batalha de Confetti. Primeiramente, embora as três brincadeiras fossem relacionadas ao carnaval⁸⁰ e envolvessem a movimentação do comércio da cidade, o preço do material necessário para a brincadeira era algo importante para torná-las praticáveis por certos grupos sociais. O confete era mais barato que as flores naturais, portanto, estava ao alcance dos bolsos de um contingente maior de pessoas que gostariam de festejar à moda europeia, posicionando-o a meio caminho entre os ataques do entrudo e as dispendiosas

⁸⁰ Embora a Batalha das Flores realizada na cidade do Rio de Janeiro, de 1903 a 1909, tenha sido promovida pela Prefeitura entre os meses de agosto e outubro, trata-se de um evento sabidamente inspirado na festa carnavalesca de Nice, na França, razão pela qual é possível apontá-la como uma festividade relacionada ao carnaval. Ademais, o primeiro registro de utilização do nome “Batalha das Flores” em um evento na cidade do Rio de Janeiro, nas fontes levantadas para a presente pesquisa, diz respeito a um baile carnavalesco promovido pelo ‘Club dos Democráticos’ em 1 de fevereiro de 1888, como foi comentado em capítulo anterior.

flores do festejo organizado pela Prefeitura, cujos custos provocavam queixas, até mesmo, entre alguns membros da elite carioca da época.

O segundo dado importante é que, mesmo separadas pelo preço dos materiais e pela intensidade dos arremessos, as três brincadeiras consistiam no ato de jogar objetos sobre outras pessoas com a finalidade de atingi-las. Assim, enquanto a charge mostra um homem a “vingar-se” pela ausência do estruendo jogando confetes, o diálogo aponta para a existência do “pândego” que solicita uma seringa, já pensando em, novamente, jogar água em alguém, mesmo diante da proibição, o que indica a simultaneidade e a concorrência das brincadeiras.

No texto que traz as impressões sobre a primeira Batalha de Confetti, publicado pela *Gazeta de Notícias* em 12 de fevereiro de 1907, dia seguinte ao evento, o título mudou o tom em comparação ao texto anterior do mesmo jornal, que anunciara a criação da festa como um evento popular (Figura 50). Agora, como se observa na imagem a seguir (Figura 52), o terceiro subtítulo do cabeçalho destaca a expressão “elite carioca”, que será enaltecida e descrita com riqueza de detalhes nas linhas subsequentes. Essa elite foi recebida na Avenida Beira-Mar em um cenário preparado com muitas similitudes em relação à Batalha das Flores, como apresentações de bandas musicais, pavilhões ricamente decorados com flores para recepcionar o presidente, o prefeito e outros nomes de destaque da política nacional e carioca da época, barraquinhas para vendas de bebidas e confetes, descrições do vestuário das senhoras e dos carros das famílias proeminentes, concursos etc.

Figura 52 – Cabeçalho do texto da *Gazeta de Notícias* sobre a primeira Batalha de Confetti (1907)



Fonte: *Gazeta de Notícias*, 12 de fevereiro de 1907.

Ao compararmos a diagramação dos títulos na matéria de 17 de fevereiro de 1907, publicada pela *Gazeta de Notícias* logo após a realização da primeira Batalha de Confetti, com o cabeçalho do texto em que a festa fora anunciada pelo mesmo jornal, em 26 de janeiro do mesmo ano, apenas 23 dias antes, observamos uma significativa mudança na proposta da festa. Nesta data (Figura 50), o terceiro subtítulo apresentava a festa idealizada pela *Gazeta* como “elegante e popular”. No entanto, após sua execução, foi apontada pelo jornal (Figura 52) como um evento protagonizado pela “elite carioca”, estabelecendo pontos de contato com o entrudo e a Batalha das Flores.

Para dar um corpo mais vivo às aproximações entre o evento idealizado em 1907 pela *Gazeta de Notícias* e a festa florida que o presente trabalho investiga, a Figura 53 reproduz a fotografia de um carro premiado na Batalha de Confetti. Na imagem, chama a atenção a semelhança entre este carro, decorado com flores e tripulado por uma família abastada, e os veículos que desfilavam na Batalha das Flores:

Figura 53 – Carro enfeitado desfila na primeira Batalha de Confetti (1907)



Nota: A fotografia retrata o carro dos filhos do Major Alfredo Moss, um dos premiados na Batalha de Confetti de 1907, na Avenida Beira-Mar.

Fonte: O Malho, ano 7, n. 232, 1907.

Ao mesmo tempo, a descrição detalhada de uma das batalhas de confetes travadas no evento de 1907, entre sujeitos destacados da sociedade carioca, demonstra o quão enérgica poderia ser a brincadeira, apesar da distinção, em relação ao entrudo, do material empregado:

Quadro 48 – Descrição de uma batalha de confetes pela *Gazeta de Notícias* (1907)

Das lutas encarniçadas... de confetti merece destaque a que se empenharam Exmas. filhas do Dr. Afonso Penna e o Sr. Dr. Davi Campista. O ataque foi impetuoso, sem tréguas. Os ataques dos pedacinhos de papel multicolor voavam em grossas nuvens para a Cabeça do Ilustre Sr. Ministro da Fazenda. A defesa não foi menos veemente; apesar da desigualdade de forças – as atacantes eram gentilmente cobardes – o nobre defensor da fazenda nacional resistiu com enorme heroicidade, cansando as graciosas inimigas pela fadiga.

Ainda não tinha terminado a peleja quando se aproximou o ilustre Sr. Almirante Alexandrino de Alencar. Cabia a Sua Ex. como chefe de uma das forças armadas da nação, ir em socorro do seu digno colega. Mas qual, o ataque redobrou de energia, forçando o sr. Ministro da marinha a bater em retirada, rumo ao mar, talvez.

Pouco depois chegava o Sr. Conselheiro Camelo Lampreia. Onde a marinha nada conseguia, a diplomacia nada tinha a fazer. Num caso onde só podia haver o direito da força.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 12 de fevereiro de 1907.

No Quadro 48, o joguete protagonizado pelas filhas do presidente da República, o ministro da marinha e um diplomata é descrito pelo jornal com termos que remetem a movimentos de guerra, a fim de expressar a vivacidade com que os envolvidos brincavam, sem preocuparem-se com proibições e julgamentos a respeito da prática. Por serem feitos de papel, os confetes não representavam ameaça física aos foliões, embora as investidas contra os outros brincantes fossem encenadas com certa dose de agressividade, como ocorria no entrudo.

As fontes consultadas nesta pesquisa a respeito da Batalha das Flores não ofereceram informações suficientes para que possamos nos aproximar da intensidade dos movimentos dos participantes enquanto jogavam flores uns sobre os outros. Porém, ainda em 1902, antes mesmo da formulação da primeira edição da Batalha das Flores pela Prefeitura no Rio de Janeiro, a coluna “Notas de um fluminense” publicada na *Gazeta de Notícias* reconhecia a importância das ações educativas para a reestruturação dos modos de celebrar o carnaval da população:

Quadro 49 – Coluna “Notas de um fluminense” na *Gazeta de Notícias* (1902)

Conhece o nosso povo: esperou com calma. O entusiasmo pela novidade italiana – o confetti – barateando a batalha das flores – passou como passam todas as inovações nas terras dos Sá. [...].

Para impedir o entrudo são necessárias providências preliminares com grande antecedência e não uma ação policial ríspida. Seria até muito melhor que a iniciativa e o movimento debelador partissem do próprio povo e das cabeças bem pensantes.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 16 de fevereiro de 1902.

Antecipando-se ao projeto de Pereira Passos – que promoveria ações educativas na cidade por meio da reforma do espaço urbano, e não apenas através da ação policial, com o objetivo de “refinar” os modos da população –, a coluna de 1902 sublinha a importância de desonerar os brinquedos populares para ganhar a adesão popular, ainda que momentaneamente. Mais que isso, o texto sugere que as propostas educativas a serem implementadas em substituição às ações repressivas partissem “do próprio povo e das cabeças bem pensantes”.

Em retrospecto, o desejo expresso pelo texto da *Gazeta de Notícias* de 1902 pode ser considerado atendido, ao menos em parte, se lembrarmos quem foi tratado como “povo” na Batalha das Flores, isto é, os heterogêneos grupos populares chamados pela imprensa de “massa compacta”, entre outros adjetivos que a caracterizavam como amorfa. Contudo, nas fontes consultadas para a presente pesquisa, os traços que aglutinavam os sujeitos nessa “massa” eram, em última instância, o não pertencimento às famílias de elite e o desejo de assisti-las em curso.

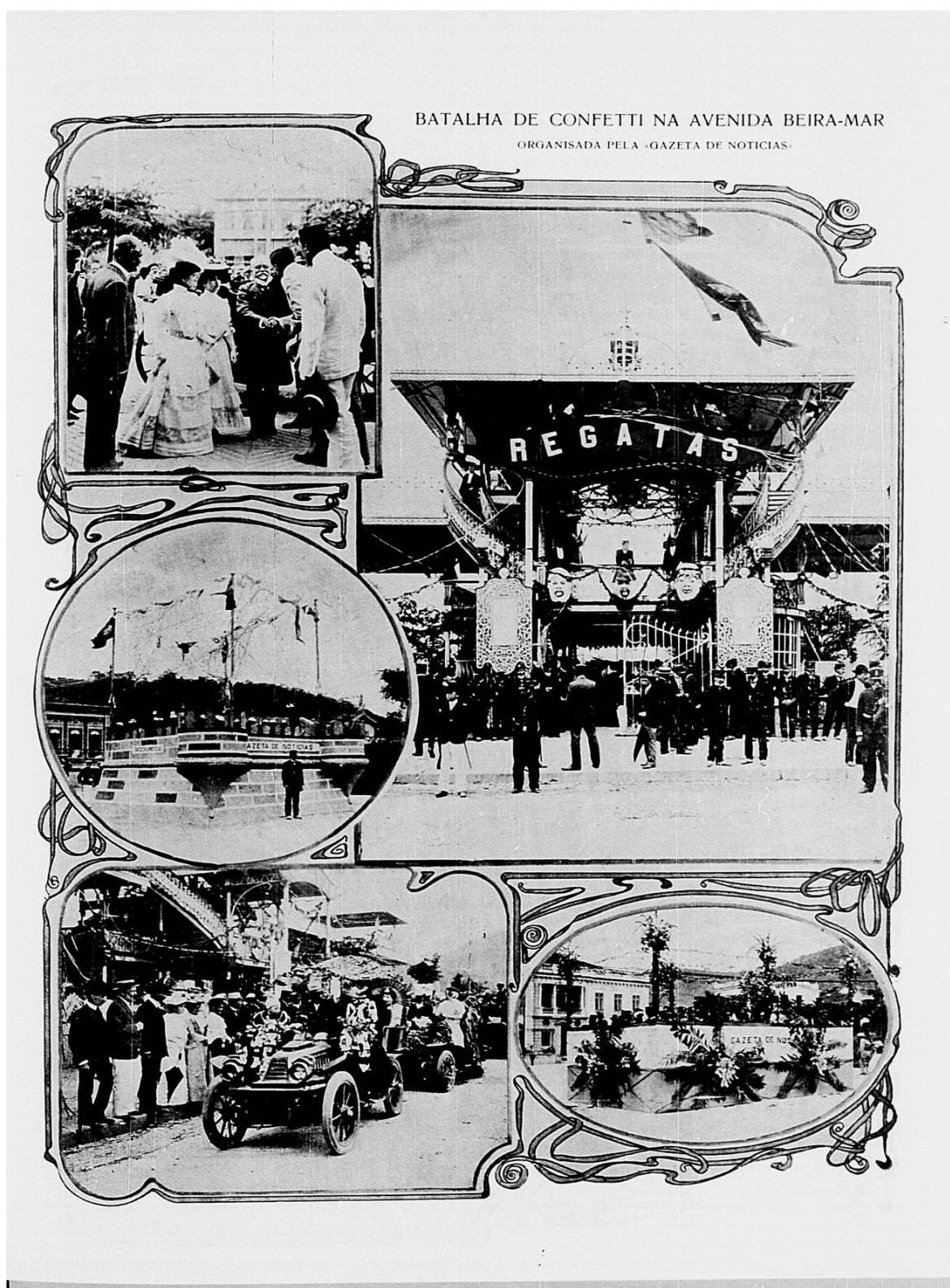
Anos mais tarde, em 1907, foi para este mesmo povo que se direcionou a Batalha de Confettis, criada pela *Gazeta de Notícias* como um desdobramento da Batalha das Flores. Entretanto, a nova celebração apresentava um caráter dúbio. A princípio, declarava-se “popular” por não cobrar ingressos, doar a receita para instituições de caridade e usar material barato, mas contradizia-se ao reproduzir a fórmula do protagonismo da festa original:

Quadro 50 – Participação da elite carioca na primeira Batalha de Confetti (1907)

No meio de centenas de carros e automóveis conduzindo a “elite” de nossa sociedade, representada por tudo quanto temos de mais distinto, mais importante no mundo das letras, das artes, do alto comércio da jurisprudência, da medicina, em todos os ramos [...].

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 12 de fevereiro de 1907.

Figura 54 – Batalha de Confetti na Avenida Beira-Mar (1907)



Fonte: Kosmos – Revista Artística, Científica e Litteraria, ano 4, n. 2, 1907.

Além das semelhanças em relação ao protagonismo das elites nos desfiles de ambos os eventos e à forma como estas se apresentavam, apartadas do público, interagindo apenas entre pares, jogando flores ou confetes uns sobre os outros no momento em que os veículos se cruzavam, exemplificando seu modelo de sociabilidade diante dos observadores, destaca-se, também, o elogio dispensado pela *Gazeta de Notícias* aos guardas civis que fizeram o policiamento da Avenida Beira-Mar na primeira Batalha de Confetti:

Quadro 51 – *Gazeta de Notícias* sobre a primeira Batalha de Confetti (1907)

[...] Merecem também louvores os guardas civis encarregados do policiamento, correcto sempre quando lidam com público escolhido.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 12 de fevereiro de 1907.

Segundo o texto da *Gazeta da Notícias* sobre a Batalha de Confetti de 1907, a obsequiosidade dos guardas estava diretamente condicionada ao tipo de grupo a que atendiam. Na perspectiva do jornal, ao se dedicarem a resguardar os frequentadores de um evento voltado para a celebração carnavalesca à moda europeia, no rico bairro de Botafogo⁸¹, os guardas teriam se mostrado solícitos e dignos de agradecimento público (Quadro 51).

Poucos anos antes, em 1903, quando ocorreu a primeira edição da Batalha das Flores no Campo de Santana, parque cercado por uma vizinhança popular de origem multiétnica e socialmente heterogênea, os guardas encarregados da segurança da festa não mantiveram o nível de cordialidade anteriormente apontado, a despeito do esforço da *Gazeta de Notícias* em minimizar os desentendimentos entre os frequentadores e os agentes públicos:

Quadro 52 – *Gazeta de Notícias* sobre a primeira Batalha das Flores (1903)

Como era natural, houve encontrões ahi, discussões e trocas de palavras mesmo entre populares e policiais, não passando, porém disso, pelo modo cortez com que as autoridades intervinham.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 16 de agosto de 1903.

Nos Quadros 51 e 52, observamos o mesmo jornal a relatar dois episódios nos quais a polícia precisava manter o ordenamento sobre um grande contingente de pessoas, em eventos festivos separados entre si por um intervalo de menos de quatro anos. Diferentemente da

⁸¹ Botafogo era um bairro formado por chácaras; porém, desde o adensamento do Centro da cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XIX, passou a ser procurado para o estabelecimento das residências das famílias mais ricas do Segundo Reinado. Para saber mais, cf. Abreu, 2013.

deferência dispensada ao seletto grupo de elite que frequentou a Batalha de Confetti na Avenida Beira-Mar, as discussões entre policiais e frequentadores de origem popular da Batalha das Flores no Campo de Santana foram percebidas pelo jornal como uma decorrência natural. Até mesmo a forma de mediação das autoridades é referida pelo adjetivo “*cortez*” (cortês), buscando ressaltar o refinamento dos modos e a boa educação que os dirigentes ensinariam à população através de suas próprias atitudes.

Contudo, a distinção no tratamento dispensado pelos agentes de segurança e a forma como a imprensa representava as ações dos grupos de elite pode ser compreendida de forma análoga ao mecanismo de disseminação de fofocas elogiosas, observado por Elias e Scotson (2000) na comunidade de Winston Parva⁸². Segundo os autores, as famílias “estabelecidas” na comunidade estudada se valiam das estreitas relações entre os membros de seu grupo para disseminar informações positivas a respeito daqueles que melhor representavam o comportamento compreendido como modelar para o grupo. Levando em consideração a importância da imprensa na difusão do conjunto de elogios que reforçavam os hábitos das elites como o padrão na cidade do Rio de Janeiro, podemos perceber que as ações da polícia tendiam a ser representadas nos textos como movimentos de agentes em favor do enquadramento da população aos seus próprios parâmetros.

Essas ações, como as demais medidas regulatórias e educativas mencionadas na pesquisa em tela, só puderam ser adotadas em função dos estreitos laços que coadunavam os grupos abastados do Rio de Janeiro. As ligações dos sujeitos abastados entre si permitiram que as reformas urbanas representassem suas aspirações para a cidade, assim como essas conexões lhes proporcionavam a ocupação de lugares de poder capazes de conferir materialidade a seus anseios. A ação filantrópica mobilizadora da Batalha das Flores reuniu um grande número de famílias que participaram das primeiras edições da festa com o objetivo de exibir seus “bons modos”, intenções e valores sobre os demais segmentos da população. Tão logo a *Gazeta de Notícias* reengendrou a festa, adequando a possibilidade de consumo do mercado local, substituindo as caríssimas flores naturais pelos confetes, a Batalha das Flores perdeu projeção na imprensa.

Na Tabela 1, a seguir, é possível perceber como a Batalha das Flores perde relevância na imprensa a partir do ano de 1907 – quando a Batalha de Confetti ocorreu pela primeira vez na cidade, em fevereiro, durante o carnaval – até 1909. A tabela apresenta os resultados

⁸² Como já foi pontuado, Winston Parva é o nome fictício que os autores utilizam para se referir à pequena comunidade no interior da Inglaterra, estudada na obra *Os estabelecidos e os outsiders* (Elias; Scotson, 2000).

quantitativos de um levantamento de ocorrências do termo “Batalha das Flores” na Hemeroteca Digital da BN, em fontes referentes ao recorte temporal indicado. Como a Batalha das Flores estava prevista para o mês de setembro, esse levantamento teve como objetivo observar se a festa carnavalesca dos confetes, declaradamente anunciada como uma dissidência da festa das flores, contribuiu para o declínio dos registros a respeito da Batalha das Flores. Como estamos tratando de um objeto ainda não abordado em pesquisas anteriores, cujas fontes bibliográficas sugerem, apenas de passagem, o encerramento da festa no ano de 1909 (Azevedo, 2016; Santucci, 2008), o exame das fontes buscou verificar algum indício que justificasse a suspensão definitiva do evento no Campo de Santana.

Tabela 1 – Ocorrências do termo “Batalha das Flores” na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional em periódicos de 1907 até 1909

Periódico	Ano		
	1907	1908	1909
<i>Gazeta de Notícias</i>	4	0	0
<i>A Notícia</i>	4	0	0
<i>Correio da manhã</i>	4	0	0
<i>O Malho</i>	0	0	0
<i>O Paiz</i>	1	0	0
<i>Jornal do Commercio</i>	1	0	0
<i>O Commentario</i>	0	0	0
<i>Kosmos</i>	0	0	0
<i>A Capital</i>	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Dentre os periódicos que apresentaram resultados positivos para a pesquisa pelo termo “Batalha das Flores” na Hemeroteca Digital da BN, entre os anos de 1900 e 1909 no Rio de Janeiro, o interesse em noticiar a Batalha das Flores caiu significativamente em 1907, ano de estreia da Batalha de Confetti, e o assunto desaparece da imprensa carioca nos anos de 1908 e 1909, embora, nestes 3 últimos anos, haja um esforço significativo de documentação imagética por parte do fotógrafo oficial da prefeitura, Augusto Malta.

Analisando as passagens em que o termo “Batalha das Flores” aparece na imprensa a partir do ano de 1907, em termos qualitativos, chama a atenção o fato de que mesmo os periódicos que reservaram algum espaço para comunicar aos seus leitores a respeito da festa, em sua maioria, fizeram-no através de reclames comerciais que ofereciam produtos de vestuário para serem usados durante o evento.

O jornal *Gazeta de Notícias* dedicou a totalidade das quatro menções da Batalha das Flores no ano de 1907 a anúncios de casas comerciais. Seguindo o mesmo padrão, os jornais *A Notícia*⁸³ e *Correio da Manhã*⁸⁴ publicaram, cada um, três propagandas para quatro passagens sobre a Batalha das Flores em 1907⁸⁵. Em caráter de exceção, foi publicada pelo periódico *A Notícia*⁸⁶, em 12 de setembro de 1907, a programação do evento. Este texto foi apresentado sem nenhuma introdução ou comentário, sugerindo a disseminação do conteúdo exclusivamente por reposta à solicitação da Prefeitura, sem que a festa em si provocasse comoção suficiente para que fossem desenvolvidos comentários a seu respeito.

O *Correio da Manhã*⁸⁷, por sua vez, publicou quatro vezes a respeito da Batalha das Flores em 1907, sendo três anúncios de lojas de tecidos ressaltando a importância de se apresentar “bem-vestido” na festa. No entanto, curiosamente, ainda no mês de janeiro, o termo “Batalha das Flores” aparece no jornal como nome de uma sociedade carnavalesca situada à Rua Silva Jardim, não muito distante do Campo de Santana, onde costumavam acontecer as batalhas promovidas pela Prefeitura. O trecho não traz mais nenhuma informação a respeito do grupo; contudo, pode sugerir uma apropriação, ainda que nominal, da brincadeira da batalha das flores por sujeitos aparentemente desvinculados da Prefeitura, paralelamente ao surgimento da Batalha de Confetti como uma reapropriação da festa pelo grupos carnavalescos, uma vez que o termo “Batalha das Flores” surge pela primeira vez na imprensa carioca em 1888, como chamada para o já comentado baile de máscaras promovido pela sociedade carnavalesca ‘Club dos Democráticos’⁸⁸.

No período entre 1907 e 1909, os jornais *O Paiz*⁸⁹ e *Jornal do Commercio*⁹⁰ se restringiram a apenas uma publicação sobre a Batalha das Flores cada, ambos no ano de 1907, tendo o primeiro publicado o planejamento da festa e o segundo propagandas de vestuários.

⁸³ Cf. *A Notícia*, 4 de setembro de 1907; 7 de setembro de 1907; 11 de setembro de 1907; 12 de setembro de 1907.

⁸⁴ Cf. *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1907; 1º de setembro de 1907; 3 de setembro de 1907; 5 de setembro de 1907. A última ocorrência a respeito da Batalha das Flores no *Correio da Manhã*, na edição de 5 de agosto de 1905, refere-se à Batalha das Flores de Lisboa.

⁸⁵ As edições da *Gazeta de Notícias* de 1907 identificadas nos resultados da busca pelo termo “Batalha das Flores” na Hemeroteca Digital da BN foram as seguintes: *Gazeta de Notícias*, 4 de setembro de 1907; 6 de setembro de 1907; 8 de setembro de 1907; 12 de setembro de 1907. Além disso, também foi identificada uma publicação na *Gazeta de Notícias*, em 18 de outubro de 1909, descrevendo a Batalha das Flores no Campo de Santana. Esta publicação (ano 1909, ed. 291) não foi incluída na Tabela 1 por não constar nos resultados das buscas da Hemeroteca Digital da BN, mas foi identificada no sítio *Brasiliana Fotográfica* (c2018). Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=10905>. Acesso em: 15 jun. 2024.

⁸⁶ Cf. *A Notícia*, 12 de setembro de 1907.

⁸⁷ Cf. *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1907; 1º de setembro de 1907; 3 de setembro de 1907; 5 de setembro de 1907.

⁸⁸ Cf. *Gazeta de Notícias*, 2 de fevereiro de 1888.

⁸⁹ Cf. *O Paiz*, 21 de agosto de 1907.

⁹⁰ Cf. *Jornal do Commercio*, 13 de setembro de 1907.

A apresentação da proposta de organização da Batalha das Flores no ano de 1907, sem que as regras para a festa apresentassem distinções significativas desde a primeira edição, em 1903, sobretudo no que tange à irredutibilidade da regra que restringia a batalha ao uso de flores naturais e proibia seu reaproveitamento, paralelamente ao surgimento da Batalha de Confetti, pode ter transferido as atenções para o novo evento que surgia. Ambas as festas se alinhavam em relação à proposta de educação dos hábitos através do lazer, mas a redução do custo da brincadeira pode ter se mostrado uma opção mais atrativa tanto para o público como para a continuidade do processo de “refinamento” dos modos da população proposto pela Prefeitura.

Na fotografia a seguir, podemos observar uma cena da primeira Batalha de Confetti, em 1907. Na legenda, chama atenção a maneira pela qual a descrição do evento o aproxima do referido processo de “refinamento comportamental”:

Figura 55 – Batalha de Confetti na Praia de Botafogo (1907)



Nota: Na legenda da fotografia publicada pela revista, lê-se o seguinte:

“Um Aspecto da praia de Botafogo na segunda-feira de Carnaval, durante a batalha de *confetti* alli realizada, por iniciativa da *Gazeta*. Foi uma festa esplêndida, decente, e cujo realce mais se avolumou na memória pública depois de conhecidas as immoralidades exibidas na terça-feira, sob a garantia da polícia, no centro da cidade, perante milhares de famílias...”

Fonte: O Malho, ano 7, n. 232, 1907.

A organização da primeira edição da Batalha de Confetti, em 1907, foi uma iniciativa do jornal *Gazeta de Notícias*. No entanto, a organização do evento passa para as mãos da Prefeitura logo na edição seguinte, no ano de 1908, como se lê no trecho a seguir, publicado no *Correio da Manhã*:

Quadro 53 – Prefeitura assume a organização da Batalha de Confetti em 1908

Realiza-se sábado, na Avenida Beira-Mar, em Botafogo, a batalha de confetti organizada pela prefeitura, que devido ao mau tempo, não pode ser realizada na segunda-feira de carnaval. (...) Pelos preparativos e pelos iniciadores da festa, primeira do gênero que se leva a efeito nesta capital, caso o permita o tempo, tudo faz crer que será esplendida e terá extraordinária concorrência.

Fonte: Correio da Manhã, 16 de abril de 1908.

Não é possível estabelecer uma relação de causalidade direta entre a Prefeitura responsabilizar-se pela organização da batalha carnavalesca e o desaparecimento da festa que ocorria no Campo de Santana às vésperas da primavera, pois não foram identificadas fontes que mencionem a decisão de encerrar as atividades de um evento em virtude do êxito do outro, de natureza semelhante, que melhor se adaptava às necessidades econômicas da população local, ainda mantendo os propósitos educativos originais⁹¹. Esta se trata, portanto, de uma zona opaca (Ginzburg, 1989) sob a lente que utilizamos para ampliar os detalhes da breve festa florida ocorrida no Rio de Janeiro do início do século XX. Contudo, esta pesquisa vem perseguindo vestígios, sobretudo por investigar uma ação educativa baseada na socialização, um modo de educar cuja dinâmica prescinde de prescrições, métodos, compêndios, entre outras formas de registro formal que permitam ao historiador da educação acompanhar o objeto de maneira sistematizada.

Dentre os rastros observados e colocados em diálogo, ressalto, a caminho do encerramento deste capítulo, o cruzamento de dois dados importantes. O surgimento da Batalha de Confetti, seguido pela realização da festa pela Prefeitura, é acompanhado pelo último registro da Batalha das Flores localizado na imprensa.

O texto de uma coluna e meia, publicado na *Gazeta de Notícias* no dia 18 de outubro de 1909, renasceu na imprensa após um período de renúncia ao assunto após 1907, contrastando com as longas e entusiásticas descrições, debates e crônicas em decorrência da primeira edição.

⁹¹ A matéria publicada no *Correio da Manhã* a respeito da primeira Batalha de Confetti promovida pela Prefeitura, em 1908, menciona a presença da Banda do Instituto Profissional Masculino, um indicador das relações entre a festa e as instituições educativas, fórmula anteriormente aplicada na Batalha das Flores. Cf. Correio da Manhã, 16 de abril de 1908.

É importante pontuar que o texto em questão não foi incluído na Tabela 1, anteriormente apresentada, por não constar nos resultados das buscas pelo termo “Batalha das Flores” da Hemeroteca Digital da BN, mas foi identificado no portal virtual *Brasiliiana Fotográfica*⁹², gerido pela própria Biblioteca Nacional em parceria com o Instituto Moreira Salles.

Para fins de compreensão do encaminhamento que tomou a festa que temos acompanhado ao longo deste capítulo, é importante nos atermos ao contraste entre dados aparentemente contraditórios referentes ao público da derradeira edição da Batalha das Flores, no supracitado texto da *Gazeta de Notícias* de 18 de outubro de 1909. O primeiro dado se refere ao subtítulo da matéria, que indica ter havido “grande concorrência” de pedestres e veículos no evento, ideia que é reiterada pelos parágrafos iniciais do texto:

Quadro 54 – Texto sobre a última Batalha das Flores (trecho 1)

A batalha de flores

GRANDE CONCURRENCIA

Os premios conferidos

Esteve brilhantíssima a batalha de flores, hontem realizada no parque da Praça da Republica [Campo de Santana].
Brilhantíssima pela concurrencia de vehículos e pessoas a pé e pelo deslumbrante aspecto que apresentava aquelle delicioso logradouro publico.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 18 de outubro de 1909.

O texto prossegue com elogios aos veículos, às pessoas a pé, ao aspecto da Praça da República (Campo de Santana), à decoração, refere-se a presenças ilustres, até revelar o seguinte:

Quadro 55 – Texto sobre a última Batalha das Flores (trecho 2)

As archibancadas tiveram menos concurrencias que nas passadas batalhas; mas dentro dos jardins rumerejou de uma às 7h da tarde grande parte da melhor sociedade do Rio.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 18 de outubro de 1909.

⁹² Cf. *Brasiliiana Fotográfica*, c2018. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=10905>. Acesso em: 15 jun. 2024.

O parágrafo transcrito no Quadro 55 revela que o público que esteve no interior do parque, durante o evento de 1909, era composto majoritariamente por pessoas da “alta sociedade” do Rio de Janeiro. Ora, lembrando que o objetivo principal do desfile da Batalha das Flores era a exibição dos hábitos da elite carioca para que os demais segmentos da população, pela observação de seus modos, aprendessem formas europeizadas de socializar e se portar no espaço da cidade, consideradas “civilizadas”, o sentido da festa estaria perdido com a presença majoritária da elite.

Podemos, então, levantar a hipótese de que o motivo da transformação da Batalha das Flores em Batalha de Confetti foi o fato de que elites do Rio de Janeiro projetaram uma festa para si mesmas, embora buscassem educar outras faixas econômicas da população. Isso criou uma barreira de inacessibilidade, pois até mesmo alguns dos sujeitos que aderiam ao ideal europeu de “civilização”, ou pessoas de camadas médias, não conseguiam participar da festa devido ao alto custo das flores naturais, material indispensável para performar no evento. O lugar reservado para essas pessoas não era o de protagonistas do desfile. Por essa razão, era estabelecida uma série de interdições econômicas e morais, como a ridicularização dos que avançassem sobre a barreira invisível que lhes era imposta. Por outro lado, o franqueamento da entrada da festa proporcionado pela Batalha de Confetti possibilitou a participação de um público mais amplo, ainda que o evento continuasse marcado pelo desfile dos valores das elites.

A cena a seguir (Quadro 56) era recorrentemente descrita nas fontes referentes às edições da Batalhas das Flores promovidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro a partir de 1903, ocorrendo, inclusive, na última, em 1909:

Quadro 56 – Texto sobre a última Batalha das Flores (trecho 3)

[...] a grande aglomeração popular que durante o dia se acumulou, na parte externa do parque, apreciando, por entre as grades, a elegante festa.

Fonte: Gazeta de Notícias, 18 de outubro de 1909.

Ou seja: a “grande concorrência” para a Batalha das Flores a que se referia o título da matéria da *Gazeta de Notícias* de 1909 estava do lado de fora das grades do Campo de Santana!

4 AOS AMIGOS, TODAS AS FLORES DO MUNDO

Na tarde de 15 de agosto de 1903, quando a Batalha das Flores fez sua retumbante estreia no Rio de Janeiro, muita gente compareceu, mas nem todos conseguiram participar da festa. Embora o sol tenha se escondido entre as nuvens, brilhou para poucos. Seguindo as pistas que essa cena nos fornece, as próximas páginas analisam as formas como os grupos da elite carioca criaram a organização da Batalha das Flores, sobretudo no que tange ao concurso de veículos mais belamente decorados, do qual os grupos em questão se valeram para reforçar seus laços sociais e valores. Para tanto, este capítulo acompanha candidatos e membros da comissão, a fim de observar como os contatos estabelecidos fora da festa implicaram na premiação.

A autoestima dos grupos de elite, a forma como se conciliavam, era oferecida aos demais grupos com os quais compartilhavam a cidade como exemplo de valores positivos e boas condutas. Uma das estratégias adotadas para chamar ainda mais atenção para o modelo de celebração que, baseado no carnaval francês, preconizava a contenção das emoções e dos gestos, foi instituir um conjunto de premiações doadas por “cavalheiros distintos” e instituições de destaque na cidade.

Pelas descrições exibidas nos principais jornais da cidade do Rio de Janeiro, a estreia da Batalha das Flores no calendário festivo foi um verdadeiro sucesso. Contudo, analisando com atenção os mesmos textos que divulgaram os benefícios trazidos pela celebração para a sociedade carioca, percebemos uma série de contradições entre as tentativas de propagação de informações elogiosas a respeito daqueles que idealizaram o evento e sua execução.

Olavo Bilac, prestigiado cronista da *Gazeta de Notícias*, foi escolhido para secretariar o júri encarregado de selecionar os maiores representantes do “bom gosto” entre a “fina flor” da sociedade carioca. A junta era presidida por João Camelo Lampreia, ministro português de longa carreira diplomática, iniciada aos seus 19 anos de idade, quando foi nomeado adido à legação de Portugal na Suécia, cargo que nunca ocupou de fato. Logo assumiu posto na Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros na embaixada da Santa Sé, nas legações da Espanha e da Itália. Em 1896, foi encarregado da legação de negócios do Rio de Janeiro, com a missão de mediar a disputa entre Brasil e Inglaterra pela Ilha de Trindade. Em 1900, foi elevado a chefe da representação brasileira; em 1902, foi alçado a conselheiro e, em 1906, foi-lhe concedida a comenda da Grã-Cruz da Ordem de Cristo (Silva, 2012). Sua influência no

Brasil e em Portugal era extraordinária. Como se observa a seguir, Lampreia era um homem extremamente habilidoso na tessitura de suas redes de contato.

O ministro português e várias das outras pessoas presentes no pavilhão da comissão organizadora da Batalha das Flores de 1903 eram conhecidos entre si. Não necessariamente estabeleciam laços estreitos de amizade, mas mantinham relações suficientemente próximas para manter uma vigilância coletiva sobre os modelos de civilidade que serviriam de exemplo para os demais segmentos da sociedade que a festa buscava sensibilizar. A premiação oferecida aos sujeitos de “gosto mais apurado”, e recursos financeiros suficientes para expressá-lo, comunicava ao público o complexo sistema aclamatório entre o circunscrito grupo que compunha a elite política e econômica carioca. Por meio de agradamentos, bajulações e disseminação de proposições exclusivamente positivas sobre o grupo, seus membros reforçavam os próprios laços e padrões de comportamento, sem, contudo, perderem a oportunidade de menosprezar as atitudes das pessoas inadequadas ao padrão de seu próprio grupo.

A seguinte passagem da pesquisa elaborada por Elias e Scotson (2000) contribui para o entendimento das elites cariocas que organizaram a Batalha das Flores, no início do século XX, como “grupos estabelecidos”, em contraposição aos sujeitos de outras camadas da população, tidos como “intrusos”, “forasteiros” ou *outsiders* pelos primeiros. Vejamos:

Quem não cumpria estas regras era excluído como de qualidade inferior. [...] E entraram em luta contra intrusos, usando todas as armas características de que dispõe uma comunidade bem estabelecida e razoavelmente unida em suas relações com os grupos de recém-chegados, que por uma razão ou por outra, não se adaptavam às suas normas ou tradições, e, por conseguinte, como devem ter sentido os moradores de Winston Parva, ameaçam seus *status* e sua identidade comunitária. Eles cerraram fileiras contra os intrusos; esnobaram-nos. Excluíram-nos de todos os postos de poder social, fosse na política local, nas associações beneficentes, ou em qualquer outra organização local em que sua influência fosse predominante. Acima de tudo desenvolveram como arma uma ideologia, um sistema de atitudes e crenças que justificava sua própria superioridade e que rotulava as pessoas do loteamento como de categoria inferior (Elias; Scotson, 2000, p. 65).

Embora essa passagem se refira a uma pequena comunidade no interior da Inglaterra, Elias e Scotson (2000) argumentam que o padrão observado em sua pesquisa pode ser notado em escalas mais amplas, em outros contextos. No Rio de Janeiro do início do século XX, como em outros casos semelhantes, as elites ou grupos “estabelecidos” se fecham para os sujeitos considerados “forasteiros”, cujo comportamento se distingue do estereótipo positivo construído por elas. Criam sobre os outros marcas relacionadas a seus comportamentos, que lhes servem de justificativa para a suposta superioridade das próprias condutas (Elias; Scotson, 2000).

Tomemos como exemplo a decisão da Prefeitura do Rio de Janeiro por realizar a Batalha das Flores na freguesia de Santana, a mais pobre, populosa e com maior concentração de habitações coletivas e diversidade étnica da cidade no período. A presença dos habitantes dessa freguesia no entorno do Campo de Santana pode ter pesado na decisão da comissão organizadora da festa por realizá-la com um propósito irradiador da mensagem pedagógica sobre os vizinhos do parque, cujo comportamento estaria em descompasso com o avanço do processo civilizador da sociedade carioca. Nessa perspectiva, a exibição de hábitos “refinados” em território contíguo contribuiria para reafirmar as crenças das elites sobre a própria “distinção”, por meio do contraste entre, por um lado, a apresentação dos predicados que julgavam pertinentes, exclusivamente, aos membros do seu grupo, e, por outro lado, a ausência desses mesmos predicados nos demais.

A aparente contradição entre o desejo de diferenciação e a proposta educativa eram conciliáveis. Os frequentadores da Batalha das Flores deveriam se apropriar do modo como as elites se comportavam, na medida em que as observavam durante a festa para, por fim, reengendrarem suas próprias atitudes.

Os periódicos da época difundiram diversas imagens que representavam momentos em que sujeitos de grupos considerados *outsiders* teriam investido uma energia considerável para se aproximar do modo de vida dos “estabelecidos” e compartilhar de seu “carisma grupal” (Elias; Scotson, 2000). Nessas imagens, são retratadas pessoas cuja aparência e comportamento fugiam ao perfil do homem que compunha a elite republicana, mas esforçavam-se para se parecerem com ele. Ainda assim, a excepcionalidade de sua atitude, na maior parte das vezes, era omitida, a fim de reforçar que se tratava de um comportamento considerado negativo, do qual os “estabelecidos” desejavam delimitar uma distinção acentuada.

A Figura 56, a seguir, reproduz o trabalho do chargista Leônidas, publicado na revista *O Malho* em 1904. Ao analisarmos a charge, é possível inferir que, entre os moradores do entorno do Campo de Santana, havia grupos que se empenhavam para se aproximar dos padrões estéticos e comportamentais dominantes de seu tempo. Ao mesmo tempo, com base na mesma charge, também é possível presumir que, entre os grupos de elite, havia indivíduos desviantes dos padrões esperados, sobre os quais recaíam sanções em diferentes medidas.

Figura 56 – Charge “No dia da Batalha das Flores” (1904)



Nota: Na charge, abaixo do desenho, consta o diálogo:

— *Bonjour, demoiselle!*

— De mazella está elle! Não *seje* besta!

Fonte: Leônidas. O Malho, ano 4, n. 107, 1904.

Sob o título “No dia da Batalha das Flores”, em primeiro plano, a charge retrata um homem negro; seu cabelo é crespo e os lábios grossos estão bastante ressaltados. Embora o exagero na caracterização dos personagens seja uma das marcas deste gênero textual, no caso da charge em análise, tendo em vista o contexto de sua publicação original, o fenótipo do personagem é contrastado com seu figurino, escolhido conforme os ditames da moda europeia do período (cf. Araújo, 2018, p. 26).

Para parte dos habitantes do Rio de Janeiro no início do século XX, era muito importante acompanhar a Europa em termos culturais, e a moda era dos aspectos mais significativos nesse sentido, pois comunicava a todos os propósitos “civilizadores” da sociedade e da cidade. Needell (1993) explica que o consumo de mercadorias europeias na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, período que chama de “*Belle Époque* tropical”, foi marcado pela fetichização da mercadoria. Contudo, o caso carioca diferenciava-se da forma como este mesmo fenômeno ocorria na Europa, onde o consumo de artigos de moda tinha como sentido marcar os consumidores em relação ao grupo socioeconômico, isto é:

No fetichismo da mercadoria analisado na França e na Inglaterra, a fantasia essencial por meio da qual o consumidor se relacionava com as manufaturas de luxo tinha a ver com a classe social. A mercadoria era um meio de realização de aspirações aristocráticas (Needell, 1993, p. 193).

Na sequência, o autor aponta as especificidades do consumidor carioca:

O fetichismo carioca era diferente. O consumidor de produtos de luxo, por exemplo, já fazia parte da elite. [...] No Rio, não se tratava de um caso simplesmente de identificação de classe, mas de identificação cultural. O fetiche que os cariocas reverenciavam nos importados de luxo tinha a ver com querer ser um aristocrata europeu (Needell, 1993, p. 193).

As observações de Needell (1993) trazem à tona nuances bastante interessantes da charge de Leônidas, reproduzida na Figura 56. Primeiramente, revelam que na Batalha das Flores de 1904, dezesseis anos após a abolição formal da escravidão no Brasil, era factível fazer graça sobre um homem negro que tinha acesso a bens de consumo de luxo (como, ainda hoje, há segmentos sociais que se consideram autorizados a praticar atos racistas, embora isso seja ilegal e imoral em todas as esferas). Isto é: na Batalha das Flores de 1904, algumas pessoas que, a despeito das dificuldades de ascensão enfrentadas pela população negra em uma sociedade escravista, conseguiam ter acesso a indumentárias de custo elevado para expressar sua filiação aos valores culturais preconizados pela elite econômica, seguiam como alvo de toda sorte de advertência e achincalhamento. A mensagem a ser transmitida era que seus corpos não se encaixariam nos cortes importados que vestiam.

Ainda mais importante, a existência desses sujeitos poderia ser indicada como resultado de parte dos esforços investidos nas ações pedagógicas contidas no processo civilizatório em curso no Rio de Janeiro, do qual a Batalha das Flores fez parte. A cena da charge de 1904 é bastante emblemática nesse sentido, pois apresenta um homem brasileiro e negro que havia aprendido a etiqueta europeia, inclusive o vocabulário francês, sob o estranhamento de uma mulher, também negra, que parece não compreender essa linguagem e, portanto, deveria ser sensibilizada pela festa segundo a perspectiva de seus idealizadores. Ainda que o homem representasse o retorno das expectativas civilizatórias da sociedade nutridas pelas elites, sua representação é tão ridicularizada pelo chargista quanto a da mulher que desconhece os signos de cosmopolitismo que ele carrega.

A esses dois personagens ficcionais, podem ser sobrepostas figuras análogas em termos de aparência, pinçadas entre os frequentadores da Batalha das Flores retratados nas fotografias produzidas por Augusto Malta. Nenhum deles foi escolhido pelo artista como o foco principal

da cena fotografada; mas surgem nos planos de fundo, razão pela qual são ainda mais interessantes para o objetivo do presente trabalho.

Figura 57 – Frequentadores da Batalha das Flores I



Fonte: Augusto Malta, [c190-] (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Nessa fotografia (Figura 57), em segundo plano, à direita, há o grupo de quatro homens mostrado no detalhe da Figura 58, a seguir.

Figura 58 – Frequentadores da Batalha das Flores I (detalhe)



Fonte: Augusto Malta, [c190-] (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

O homem à frente do grupo está vestido de forma mais simples e despojada. Apoiado sobre a perna direita, com a esquerda um passo adiante, pousa a mão sobre o quadril, deixando aberto o paletó num gesto indolente, emoldurado por um olhar oblíquo, como se mirasse algo fora dos limites da festa. Sob o paletó entreaberto, não há colete e foi dispensado o uso de gravata e dos punhos da camisa. Para cobrir a cabeça, ele usa uma espécie de quepe ou boné que deixou seu rosto muito mais exposto que o dos demais. Não é possível saber se essas pessoas foram posicionadas por Malta para a fotografia, mas observamos que estão alinhadas em uma gradação que acompanha a elaboração de seus trajes.

O segundo frequentador retratado veste paletó, colete, camisa com colarinho rígido e alto unido por uma gravata tipo fita. As grandes mãos escuras escorrem das mangas do paletó sem a presença dos punhos da camisa e seu rosto fica indetectável sob as abas flexíveis do chapéu de tecido escuro⁹³. A pose adotada para a fotografia também chama atenção. As pernas são posicionadas entreabertas e os pés paralelamente, como se tentasse equilibrar o terno frouxo donde o único braço visível pende levemente flexionado e é finalizado pela mão, cujos dedos estão dobrados, sem, no entanto, aparentar tensão. Logo atrás, surge a figura de um homem negro mais baixo, de postura ereta, que nos lembra o personagem representado na charge da revista *O Malho* (Figura 56).

Este terceiro homem retratado posou com as pernas juntas e paralelas dentro das calças claras. Os pés formavam um ângulo de noventa graus, pontuado pela bengala segurada delicadamente com as mãos emolduradas pelo par de punhos da camisa branca. O terno escuro ajustado dá destaque à camisa alva que recebe acabamento do conjunto de gravata e colete; a cabeça é coroada pelo chapéu coco. O personagem da charge, embora representado em movimento a caminho da Batalha das Flores, ostenta o mesmo porte rijo, calças claras alinhadas, terno e chapéu tesos e a bengala a mão.

Esses figurinos estão muito próximos do protocolo de elegância masculina adotados no Rio de Janeiro à época, inspirados na moda europeia:

A partir de 1860, vestimenta adequada para o dia fixou-se na lã preta sombria, apenas ocasionalmente com concessões a lã cinza, calça xadrez e coletes variados. Mesmo tais concessões, no entanto, eram dominadas pela sobrecasaca ou fraque preto. Na verdade, tais casacos de lã em cortes mais leves eram usados no verão, possivelmente acompanhados de coletes e calças brancas de camurça, de materiais menos quentes, como o drill, no último caso, para suavizar (Needell, 1993, p. 197).

⁹³ É interessante ressaltar que, comparando a imagem em análise com as demais fotografias produzidas por Malta durante as edições da Batalha das Flores, os homens que ocupavam espaços de poder, como os camarotes e os automóveis em desfile decorados com flores, usavam chapéus estruturados.

Por último, ainda na mesma fotografia (Figura 58), vemos um quarto homem negro, cujo delineamento desfocado parece finalizar a formação imagética estruturada pelo ângulo diagonal, bastante característico das fotografias de Malta da Batalha das Flores. O homem veste uma espécie de uniforme escuro, bastante arrumado e com detalhes de abotoamento, gola e punho, além de trazer na cabeça um quepe. Embora esteja posicionado em último plano, é possível notar sua estatura mais alta que a dos demais, além da postura relaxada. Apesar do rosto sem traços definidos, é possível perceber que, dos quatro homens retratados, apenas o último encara a câmera.

Ao observarmos atentamente os detalhes de outra fotografia tomada por Malta durante a Batalha das Flores (Figuras 59 e 60), salta aos olhos que, postos lado a lado, os dois festivos destacados, sendo um homem negro e um branco, apresentavam poucas distinções em termos de vestuário ou postura, enquanto fitavam atentamente uma bicicleta enfeitada na festa. Contudo, quando o chargista da revista *O Malho* (Figura 56) procurou impactar os leitores por meio do contraste entre, por um lado, a expectativa de “refinamento” da aparência e da educação e, por outro, a realidade da população carioca, o homem negro, com as marcas do corpo negro colocadas em absoluto destaque no desenho, foi o escolhido.

Figura 59 – Frequentadores da Batalha das Flores II



Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Figura 60 – Frequentadores da Batalha das Flores II (detalhe)



Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Neste ponto, convém lembrar que o personagem masculino, vestido à moda europeia e negro da charge de Leonidas, publicada na revista *O Malho* em 1904, dialoga com uma mulher, também negra, vestida de modo simples, que o observa a certa distância com uma expressão de estranhamento. Ao ser cumprimentada em francês pelo interlocutor, responde ofendida: “De mazella está elle! Não *seje* besta!” (Figura 56).

Dessa forma, a charge ridiculariza duplamente um dos grupos considerado *outsiders* no contexto da Batalha das Flores: a população negra. Primeiramente, realça a excentricidade na figura de um homem negro capaz de dominar os signos de adequação às expectativas estéticas das elites. Em seguida, a charge reforça a diferenciação e inferiorização do grupo, ao colocar a personagem feminina de origem popular em uma posição completamente ignorante em relação àquilo que era esperado que as mulheres educadas pelas famílias de elite soubessem, isto é, os fundamentos da língua, da moda e da etiqueta francesas (cf. Araújo, 1993; Needell, 1993). Todavia, além de ser carregada de racismo, a charge indica o potencial pedagógico da Batalha

das Flores, isto é, a festa proporcionaria à elite dirigente da cidade a oportunidade de reproduzir, diante dos demais segmentos da população, os padrões culturais que importavam da Europa e julgavam mais avançados que os seus próprios modos de vida desenvolvidos na América e, mais acentuadamente, pela população local.

Observando os detalhes da chage de Leônidas (Figura 56) que delineiam a aparência da mulher de origem popular, com pouca compreensão da “importância da cultura civilizada francesa” (de acordo com o entendimento da elite carioca do início do século XX), podemos compará-la com uma visitante não identificada da Batalha das Flores de 1907, cuja presença foi registrada por Malta na fotografia a seguir.

Figura 61 – Frequentadores da Batalha das Flores III



Nota: A fotografia retrata um menino negro trabalhando como cocheiro, acompanhado por cocheiros negros adultos e cercado pelo público na Batalha das Flores de 1907.

Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Figura 62 – Personagem feminina da charge e mulher na Batalha das Flores



(a)



(b)

Legenda: (a) Detalhe da charge de Leônidas, “No dia da Batalha das Flores” (Figura 56);
 (b) Detalhe da fotografia de Malta, “Frequentadores da Batalha das Flores III” (Figura 61).
 Fonte: O Malho, ano 4, n. 107, 1904; Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – MIS-RJ).

Como se observa na Figura 62, tanto a personagem da charge de Leônidas quanto a mulher na fotografia de Augusto Malta usam saia e camisa de com poucas camadas, penteados simples e dispensam o chapéu, acessório quase obrigatório para compor uma aparência elegante naquele período. Não é possível vermos maiores detalhes do figurino da senhora fotografada por Malta, até mesmo porque ela não era sua modelo principal, tampouco seu objeto de interesse nos trabalhos como fotógrafo da Prefeitura. Na maior parte dos registros fotográficos feitos pelo artista entre as edições da Batalha das Flores, o destaque é conferido às pessoas cuja imagem estivesse de acordo com a mensagem da própria festa e se dispusessem a disseminá-la. Para isso, contava-se com o apoio da imprensa, como na sugestão de vestido para a Batalha das Flores apresentada pela coluna “O Rio chic” na revista *O Malho*, em 1905:

Figura 63 – Gravura da coluna “O Rio chic” (1905)



Nota: Abaixo da gravura, lê-se a legenda: “Elegante vestido para a Batalha das Flores. / Vestido de batiste ou linon de seda cor de rosa ou branco, no corpo gola de guipure crême e fitas formando pequenos laços na frente; na saia pregas e rendas alternadas de diferentes larguras, chapéo de palha inglesa com rosas e véo de mousseline cahido atrás”.

Fonte: Coluna “O Rio chic”. O Malho, ano 5, n. 156, 1905.

Os jornais da época sugeriam a presença de mulheres de destaque na sociedade carioca, apresentando diretamente à população os modelos que deveriam ser usados na Batalha das Flores. Primeiramente, o objetivo desse tipo de reclame era atrair clientes para o comércio. No entanto, ao fazê-lo, o periódico tornava-se também veículo de disseminação da festa e dos valores que ela representava, o que fazia ainda mais convincente o modo como as mulheres deveriam se vestir e portar, fornecendo-lhes, portanto, uma razão para consumir novos vestidos. A tríade “imprensa – comércio da moda – festa” impulsionava o motor para que o

comportamento da população acompanhasse a aparência *chic* que a cidade vinha adquirindo, a exemplo das senhoras na fotografia a seguir.

Figura 64 – Camarote da comissão julgadora da Batalha das Flores (1905)



Nota: A fotografia mostra camarote da Comissão julgadora do concurso da Batalha das Flores de 1905, ocupado exclusivamente por mulheres brancas.

Fonte: Augusto Malta, c1905 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Figura 65 – Mulher no camarote da comissão julgadora da Batalha das Flores (1905) (detalhe)



Fonte: Augusto Malta, c1905 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

A descrição da indumentária feminina, do fim do século XIX ao início do XX, nos permite entrever como o modelo civilizacional materializado na moda inspiradora do vestuário das mulheres cariocas abria poucas brechas para a diversidade. Por ser uma cidade portuária, que fora capital do Império e, mais tarde, da República, o Rio de Janeiro recebia influências culturais variadas; contudo, no período em análise, a que se destacava sobre as demais era o influxo cultural europeu. Assim, as desconfortáveis roupas usadas pelas mulheres locais, sem adaptações ao calor e à umidade dos trópicos, podem ser compreendidas como um alinhamento aos valores civilizatórios europeus, mas também como ação suscitadora de aceitação dos demais. De acordo com Needell, na chamada “*Belle Époque tropical*”:

As senhoras vestem saias compridas, amplas, cheias de subsaías, sungadas a mão; mostram cinturinhas de marimbondo, os traseiros em tufo, ressaltados por coletes de barbatanas de ferro. [...] Todas de cabelos longos enrodilhados no alto da cabeça e sobre os quais equilibram-se um chapéu [...]. Usam como fazenda o *surah*, o *faille*, o *chamallotte*, o tafetá, e o *merinó*. Calçam botinas de cano alto, de abotoar ou presas a cordão, o infalível leque de seda ou gaze na mão, sempre muito bem enluvada. Não há pinturas de olhos, de lábios nem de rosto. As mulheres cariocas são figuras de marfim ou de cera. Quando passam em bando, lembram uma procissão de cadáveres (Needell, 1993, p. 201).

Nas sete edições da Batalha das Flores, de 1903 a 1909, não houve variação significativa na vestimenta do público. É importante ressaltar que este não é um trabalho de história da moda, portanto, não tem por objetivo se ater a detalhes estilísticos. O que chama atenção, neste tópico, é a influência europeia perene e perceptível. Outro fator de destaque é a natureza comunicativa e educativa da moda. Ainda que o figurino dos frequentadores não tivesse um caráter seletivo na Batalha das Flores, era possível prever o sentido pedagógico ensejado pelos organizadores do evento, inclusive, por meio da indumentária exibida pelos membros de seu grupo social na festa. Nesse sentido, na organização de um evento inspirado no carnaval de Nice, realizado, justamente, na região mais pobre, densa e diversificada da cidade do Rio de Janeiro – a freguesia de Santana –, colocar a elite carioca em posição de destaque consistia em uma ação educativa da qual o figurino participava ativamente, uma vez que as roupas, as expressões em francês, o gestual, o modo de festejar e muitos outros hábitos cotidianos seriam oferecidos à contemplação dos demais.

Ao apresentarem os resultados da pesquisa sobre as fábricas de cerveja instaladas no Rio de Janeiro do final dos anos 1850 à década de 1880, Melo e Karls (2018) discorrem sobre o caráter educativo das atividades de lazer no contexto da modernização da cidade. Os pesquisadores demonstram que, a partir de meados do século XIX, espaços de entretenimento

foram desenvolvidos no Rio de Janeiro com “a intenção de oferecer atrações mais ‘sérias’, concebidas como superiores do ponto de vista ‘civilizacional’” (Melo; Karls, 2018, p. 155).

De acordo com os autores, nesse contexto, a indústria cervejeira na cidade era tratada como indicativo do progresso material do país, bem como apresentava uma alternativa de entretenimento para a população (Melo; Karls, 2018). Assim como a Batalha das Flores, a Imperial Fábrica de Cerveja de Matacavalos, por exemplo, oferecia ao público um passeio entre jardins. Embora, diferentemente de nosso objeto de análise, a fábrica não cobrasse ingresso, era também um lugar para ver e ser visto.

A moda, por sua vez, exerceu um papel educativo relevante nos espaços de lazer estudados por Melo e Karls, sendo utilizada como critério para a seleção dos frequentadores das fábricas de cerveja, como se lê nesta nota do *Correio da Tarde* citada pelos pesquisadores: “Não se admitirão pessoas que não forem decentemente trajadas” (Correio da Tarde, 1856 *apud* Melo; Karls, 2018, p. 151). Ou seja: em vez de vender ingressos, foi crivado um critério muito sensível de “decência”, baseado ao modo de vestir dos frequentadores, que pode ser entendido como sua capacidade de acesso a bens de consumo de vestuário importados da Europa, que fossem capazes de indicar seu grau de “civilidade”, portanto, de aprendizagem e desenvolvimento. Dentro do contexto do processo civilizatório que então se desenvolvia, o que deveria ser aprendido era o “refinamento” dos modos, em conformidade com o que se praticava na Inglaterra e na França, principalmente.

A passagem transcrita no Quadro 57 é um fragmento de um texto de opinião publicado no *Jornal do Brasil* em 12 de junho de 1900, assinado por V. de Algerama. O trecho permite que nos aproximemos de um dos usos da expressão “decente” no contexto da virada do século XIX para o XX, quando aplicada para adjetivar o vestuário dos frequentadores dos espaços de lazer da cidade:

Quadro 57 – Texto publicado no Jornal do Brasil em 1900 (trecho 1)

Que se diria do indivíduo acostumado a boas rodas e a certa decência no trajar que só por economia, por princípio de economia mal-entendido, passando a andar pelas ruas descosido e sujo, pelo menos descuidado de si mesmo – botas rotas, gravata immunda [...].

Fonte: V. de Algerama. *Jornal do Brasil*, 12 de junho de 1900.

Tomando as roupas como parâmetros de “decência” e “polidez”, os sujeitos admitidos como decentemente trajados na cervejaria seriam aqueles que despendessem seus ganhos para

consumir objetos importados, a fim de apresentar uma aparência adequada. Essa afirmação tem como base o fato de que o fragmento acima faz parte de um texto que se propõe a defender o investimento do governo brasileiro na carreira de cientistas que pudessem representar a demonstração do nível de desenvolvimento cultural brasileiro diante da Europa, em detrimento dos gastos efusivos com as comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil. Como exemplo concreto, o texto aponta que a contribuição do professor da Faculdade Nacional de Medicina, Eduardo Chapot-Prévost⁹⁴, se exibida em viagens internacionais, poderia afirmar nossa vitalidade como povo que “progride e estuda”.

Tal argumento de V. de Algerama demonstra sua concordância com os valores modernizantes e civilizatórios do período. No entanto, o autor prossegue com uma severa crítica à forma de expressão desses mesmos valores nas comemorações do IV Centenário do Descobrimento. Nesse sentido, V. de Algerama critica de modo contundente a pedagogia da festa, estratégia adotada nas referidas comemorações para disseminar os valores modernizantes por meio de uma linguagem fluida, pretendendo atingir os partícipes do evento por uma experiência sensorial que desafiava a rigidez de seus propósitos intelectuais (de modo semelhante ao projeto pedagógico que, pouco tempo mais tarde, conduziria a organização da Batalha das Flores). Nas críticas levantadas por V. de Algerama, o esforço empregado para que a mensagem principal da festa alcançasse o público de maneira difusa lhe parecia familiar quanto à forma:

Quadro 58 – Texto publicado no Jornal do Brasil em 1900 (trecho 2)

Certo, não seria a longa fila de bandeiras, intercaladas por balões venezianos, collocadas no caes da Gloria, nem os sellos comemorativos que ninguém quase conheci, nem as modas que ainda não vi, nem os perús recheados que se comeram os banquetes; certo não seria esse pessimo programa que, infelizmente, foi cumprido a risca, que nos levaria e ao nosso nome ao convivo do mundo culto, com a evidencia de um facto provado e consummado, attestando que não somos mais aqueles bugres, mansos ou bravios, mas sempre bugres, que como uma nota pittoresca, para não dizer ridícula, apareceram ainda no famoso préstito, da commemoração, *préstito que, sem dúvida, teve mais de carnavalesco que de cívico.*

Fonte: V. de Algerama. Jornal do Brasil, 12 de junho de 1900, grifo meu.

⁹⁴ Eduardo Chapot-Prévost (1864-1907) foi um destacado médico-cirurgião e cientista brasileiro, conhecido por realizar, no ano de 1900, a primeira cirurgia de separação de crianças gêmeas toracoxifópagas, sendo considerado um dos pioneiros da pesquisa médica no Brasil. Cf. Academia Nacional de Medicina, c2024. Disponível em: www.anm.org.br/eduardo-chapot-prevost. Acesso em: 20 jun. 2024.

Diante dessa passagem, é possível observar que a estratégia de se valer do espaço festivo para ensinar determinados valores à população brasileira, por meio de celebrações que exaltassem a herança cultural do Velho Mundo, mas não foi exclusividade da Batalha das Flores. Ao criticar as festas de comemoração dos 400 anos da presença portuguesa no Brasil, no ano de 1900, o breve texto de V. de Algerama nos permite entrever o empenho da organização deste evento em se utilizar de um grande aparato sensório, do qual a moda fazia parte, para provar que o Brasil estaria se esforçando para acompanhar os avanços da modernidade, isto é, para deixarmos de ser “selvagens” ou, nas palavras do autor, “bugres” (Quadro 58).

Desse modo, mesmo que em tom de reprovação, o autor nos apresenta um importante dado já mencionado no capítulo 1 desta tese. A pedagogia da festa, mesmo objetivando ensinar valores europeizados, recorria a modelos comunicativos com os quais a população já estivesse familiarizada, como o carnaval. A eloquência e o excesso do carnaval são apontados por V. de Algerama com o objetivo de ridicularizar a decisão política brasileira de expressar seu alinhamento com a modernidade pela linguagem festiva, uma vez que o autor posiciona sua preferência pelo investimento nacional nas carreiras científicas, atribuindo, portanto, importância secundária à festa. Todavia, uma informação significativamente relevante é o uso de uma linguagem reconhecida como “carnavalesca” para transmitir mensagens pertinentes aos valores civilizatórios.

Assim como na contemporaneidade, o carnaval do início do século XX não poderia ser representado de modo homogêneo, tampouco por uma só linguagem. No entanto, as festas pedagógicas pinçavam elementos que as tornassem populares e facilitassem a disseminação das informações que se propunham a divulgar. Como foi comentado no capítulo 1 que a Batalha das Flores foi parte da campanha contra o entrudo e pode ter se beneficiado da semelhança entre os movimentos de jogar flores uns contra os outros e jogar limões de cheiro ou esguichar água atingindo outra pessoa, que consistia no ato de entrudar alguém propriamente dito. Outra correspondência está no fato de que a Batalha das Flores francesa, originalmente, era uma festa carnavalesca, enquanto no Rio de Janeiro a festa foi deslocada no calendário para o mês de agosto, setembro ou outubro, se tornando, portanto, um ensaio para o carnaval.

Partindo dessa perspectiva, torna-se notável o caráter pedagógico das comemorações e festas promovidas na cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, ainda que estas não fossem institucionalmente declaradas educativas. Em uma estreita relação com o desejo de transformação da sociedade carioca, o grupo idealizador desse tipo de evento utilizou-

se da reformulação física da própria cidade e dialogou diretamente com os desígnios das festas, pois eram eventos de grandes proporções que tencionavam atingir camadas significativas da população, e, para isso, seus organizadores valeram-se de logradouros onde as pessoas circulavam ou atraíram-nas para eles. Dessa forma, o espaço foi elemento constitutivo das festas educativas, devido à

importância que a cidade moderna – e os saberes que se formam a partir e sobre ela – adquire ao ser considerada lócus privilegiado para a formação do cidadão nacional, projeto alternativo àquele que vigorou pelo menos a partir de 1930, o que passa a conceber a instituição escola o lócus privilegiado para tal intento (Gomes, 2020, p. 4).

Portanto, como esta pesquisa se volta para a Batalha das Flores, cujas edições se limitaram ao intervalo entre os anos de 1903 e 1909, a interlocução do trabalho é com propostas pedagógicas pensadas para a formação dos sujeitos fora da escola, nas quais a “vivência na cidade se constitui num espaço cultural de aprendizagem permanente por si só, espontaneamente, informalmente” (Gadotti, 2005, p. 5).

Desse modo, pensando em mostrar o que havia de mais “belo” e “civilizado” na cidade do Rio de Janeiro, algumas famílias atenderam ao chamado da Prefeitura durante a Batalha das Flores, empenhando-se em apresentar o quanto estavam alinhadas na construção de uma sociedade que julgavam mais elevada. Nessa perspectiva, acreditava-se que as demonstrações de “refinamento” e contenção das emoções e do delicado modo de brincar exibidos por essas famílias, funcionando como exemplos, contribuiriam para o melhoramento dos hábitos da população.

Ao abordar as festas cívicas pedagógicas do início do século XIX em Minas Gerais, Carla Chamon (1999) destaca a importância desses eventos na criação da identidade nacional em virtude do recente processo de Independência, bem como da necessidade de forjar a unidade territorial. Nos momentos de grandes viradas em que se fez necessário convencer a população da importância de novos projetos políticos (tais como a Independência do Brasil e a Proclamação da República), as festas foram utilizadas como estratégias pedagógicas para moralizar e educar o povo. Ao descrever essas situações, a pesquisadora atribui ao que chama de “festas cívicas” algumas características que, a meu ver, também se fizeram presentes nas edições da Batalha das Flores estudadas neste trabalho:

Nesses anos de vivências políticas intensas, [...] a festa cívica era também um desses momentos onde a elite expressava e procurava a adesão do povo para seus projetos políticos, onde ela buscava educá-los para as virtudes cívicas. [...] Existia nessas celebrações festivas, além de uma vontade pedagógica, uma vontade de unificação [...]. Além das lições que ministrava aos seus participantes, a festa reunia o povo num

mesmo espaço, buscava concentrar atenções e desejos, possibilitando o estreitamento de seus laços de união (Chamon, 1999, p. 103).

No caso das edições da Batalha das Flores promovidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro, entre os anos de 1903 e 1909, os concursos que premiavam os veículos mais belamente decorados exerceram um papel particularmente relevante para que os grupos da elite carioca da época estreitassem seus laços e reforçassem os valores que pretendiam difundir entre os outros segmentos da população. A fotografia reproduzida na Figura 66 retrata o automóvel ganhador do primeiro prêmio no concurso da Batalha das Flores de 1907.

Figura 66 – Automóvel ganhador do primeiro prêmio em concurso da Batalha das Flores (1907)



Fonte: Augusto Malta, c1907 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Contudo, para compreender de que modo as relações sociais travadas fora da festa impactaram na avaliação e na premiação dos concursos, é importante voltarmos a atenção para alguns dos participantes mais emblemáticos da Batalha das Flores. Para tanto, por ora, nos deteremos apenas no caso do primeiro colocado da primeira edição do evento, em 1903.

À ocasião da estreia da festa florida no ambiente controlado do Campo de Santana, uma multidão assistiu aos belíssimos carros que atravessaram o parque naquela tarde nublada de 15

de agosto de 1903, dentre os quais se destacou um coche puxado por dois cavalos pretos. O topo de sua carroceria foi coberto por orquídeas, jasmims, rosas e avencas das quais emergia uma lira feita de sempre-vivas, ornada por dois grandes laços de cetim cor-de-rosa vibrante. Uma cesta de prata antiga foi entregue aos proprietários do veículo como reconhecimento pelo esforço dispensado em apresentar à população a melhor seleção de flores, capaz de ensinar a todos como se festejava com “bom gosto” e “civilidade” pelas bandas de Nice, Veneza e Lisboa⁹⁵.

O belo carro descrito no parágrafo anterior foi apresentado pelo ‘Club dos Diários’ ao concurso da primeira Batalha das Flores, em 1903, e foi premiado como o grande vencedor do certame.

À época, o ‘Club dos Diários’ era uma seletíssima associação integrada pelos proprietários de automóveis da cidade do Rio de Janeiro que, pela facilidade, deslocavam-se diariamente para a região serrana durante o verão, buscando resguardar a família do desconforto, ameaças de doença e morte que assolavam a cidade durante a estação quente e chuvosa, de onde vem o nome do clube⁹⁶. Principalmente na cidade de Petrópolis, devido ao clima e à colonização alemã, os “diários” (membros do clube) alimentavam o sentimento de se aproximarem da vida na Europa. Já na cidade do Rio de Janeiro, desde o ano de 1900, suas reuniões aconteciam no edifício do disputado e luxuoso Cassino Fluminense, situado defronte ao Passeio Público, mesmo após a transferência da sede do clube para Petrópolis, em 1902.

As relações imbricadas entre os membros do ‘Club dos Diários’ e o poder político na cidade podem ser inferidas pelo uso do prédio que, anos antes, em 1890, havia sido ocupado pelo Congresso Nacional. Nesse momento, a Assembleia Nacional Constituinte, convocada por ocasião da Proclamação da República, realizara suas assembleias ali. Dez anos depois, o prédio foi comprado para receber homens que podiam arcar com os custos da viagem e da permanência em estâncias na serra fluminense, cujo clima ameno salvaguardava suas famílias das terríveis epidemias que assolavam a Capital (Chalhoub, 2006).

Promotor de eventos e atividades sociais, o ‘Club dos Diários’ envolveu-se na realização de bailes noturnos, torneios de xadrez, festas de *réveillon*, *matinées* para o público infantil,

⁹⁵ Cf. Gazeta de Notícias, 16 de agosto 1903; Correio da Manhã, 16 de agosto de 1903; Jornal do Brasil, 16 de agosto de 1903; O Paiz, 16 de agosto de 1903.

⁹⁶ Para maiores detalhes sobre o ‘Club dos Diários’, cf. Needell, 1993. Ver também: Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/proj_auto_clube.shtm. Acesso em: 20 jun. 2024.

concertos, angariação de fundos para instituições de assistência etc. Essas informações foram verificadas em periódicos depositados na Hemeroteca Digital da BN⁹⁷.

As famílias abastadas associadas ao ‘Club dos Diários’ foram retratadas pela imprensa local como bastante desejosas por agraciar os indivíduos que ocupavam os altos cargos políticos da Capital. Junto a isso, a própria participação no concurso promovido pela Batalha das Flores aponta para o quanto os indivíduos com origens sociais semelhantes frequentavam os mesmos pontos da cidade. Aliás, a própria origem social contribuía para que os caminhos dos indivíduos se cruzassem em diversos ambientes desde cedo (Needell, 1993).

Ao fazer o levantamento das listas de estudantes do Colégio Pedro II entre meados do século XIX e o começo do século XX, Needell (1993) verificou que várias gerações das mesmas famílias aparentadas entre si estudaram na instituição. Geralmente, os alunos seguiam dali para as faculdades de Direito do Recife, São Paulo, para a Faculdade de Medicina da Bahia ou para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Alguns continuavam a conviver com antigos colegas de escola em repúblicas de estudantes, estreitando ainda mais os laços. Entre os jovens da elite que não estudavam no Colégio Pedro II propriamente dito, havia os que recebiam formação semelhante em colégios religiosos no Rio de Janeiro ou nas províncias, formando, assim, um grupo intelectualmente coeso, que acessava os altos postos de poder e controlava as fortunas do Brasil imperial e republicano.

Ao analisar as conexões proporcionadas pela origem social que se desdobravam em convivência nas instituições educativas frequentadas pelos filhos das elites brasileiras, à luz das proposições de Jean-François Sirinelli, Claudia Alves nos esclarece o seguinte: “Se no itinerário intelectual, os encontros ocorreram por fatores alheios à decisão individual, a inserção em uma rede de sociabilidade resulta de um gesto voluntário” (Alves, 2019, p. 35). É o que veremos a seguir, acompanhando o concurso da primeira Batalha da Flores.

Nas circunstâncias deste festejo, foi criada no Campo de Santana uma construção provisória para abrigar o presidente da República, Rodrigues Alves; o prefeito e idealizador da festa, Francisco Pereira Passos; a comissão organizadora e os membros do júri, bem como os familiares de todas essas pessoas. Essa construção provisória seria instalada novamente no parque a cada edição do evento, como se nota na fotografia a seguir (Figura 67), tomada por Augusto Malta na Batalha das Flores de 1906:

⁹⁷ Cf. Jornal do Brasil, 25 de junho de 1900; 17 de agosto de 1900; 12 de setembro de 1900; O Paiz, 28 de outubro de 1902; 2 de novembro de 1902; 16 de novembro de 1902; 17 de fevereiro de 1903; 17 de janeiro de 1903.

Figura 67 – Pavilhão do presidente da República na Batalha das Flores (1906)



Fonte: Augusto Malta, c1906 (Coleção Família Passos – Museu da República).

Mesmo com toda a graça que supomos ter sido exibida pelos participantes envolvidos num evento desta envergadura, a comitiva da Batalha das Flores de 1903 impressionou-se, justamente, com os atributos daquele que, poucos meses antes, em 1902, havia participado de uma homenagem ao ex-presidente Campos Salles, aliado do então presidente Rodrigues Alves: o ‘Club dos Diários’.

Nos dias seguintes à festa, em agosto de 1903, não houve descrições pormenorizadas de todos os concorrentes divulgadas pela imprensa que pudessem nos fornecer dados suficientes para comparar o carro do ‘Club dos Diários’ com os demais participantes da primeira Batalha das Flores. No entanto, em 28 de outubro de 1902, a seção “Lorotas” do jornal *O Paiz* zombava do clube que, meses depois, venceria o concurso:

Quadro 59 – Passagem do jornal *O Paiz* sobre ‘Club dos Diários’ em 1902

- Ora essa! O Club dos Diários offerecer um baile ao Campos Salles!
- Então, o que tem isso?
- O Club dos Diários? Devia ser o Club dos Políticos!

Fonte: *O Paiz*, 28 de outubro de 1902.

Se o ‘Club dos Diários’ era um “clube de políticos”, não atinaremos a resposta dessa questão aqui. Por enquanto, apenas podemos dizer que, em 1902, o presidente Rodrigues Alves aceitou o convite do ‘Club dos Diários’ e compareceu ao baile em homenagem a Campos Salles, seu correligionário⁹⁸; assim como, em 1903, o carro apresentado pelo mesmo ‘Club’ à Batalha das Flores organizada por Pereira Passos, prefeito nomeado por Rodrigues Alves, foi escolhido como o mais belo.

Olavo Bilac, conhecido como “o príncipe dos poetas” e secretário do júri da primeira edição da Batalha das Flores, também tinha relações muito estreitas com o ‘Club dos Diários’. Segundo a *Gazeta de Notícias*⁹⁹, em 16 de agosto de 1902, um ano antes da festa, os “diários” reuniram-se na sede do ‘Club’ para uma conversa íntima e discreta sobre literatura com os 1º e 2º secretários da legação do Chile, Joaquim Botelho, ex-cônsul geral do Brasil no Chile, José do Patrocínio e o próprio Olavo Bilac. Seria compreensível que o escritor tendesse a ver com bons olhos as realizações de quem o regalou com tão adorável convite, retribuindo-lhe a gentileza.

Em agosto de 1903, os periódicos que publicaram descrições pormenorizadas¹⁰⁰ sobre a primeira edição da Batalha das Flores não indicaram os nomes dos membros do júri, com exceção dos já mencionados Conselheiro Camelo Lampreia e Olavo Bilac. Porém, mesmo com a ausência de informações diretas, espécies de “buracos”, ao seguir os indícios encontrados nas fontes é possível estabelecer nexos que atribuem sentido às lacunas, conforme as proposições de Ginzburg:

[...] a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la (Ginzburg, 1989, p. 177).

⁹⁸ Cf. *O Paiz*, 16 de novembro de 1902.

⁹⁹ Cf. *Gazeta de Notícias*, 16 de agosto de 1902.

¹⁰⁰ Cf. *Gazeta de Notícias*, 16 de agosto 1903; *Correio da Manhã*, 16 de agosto de 1903; *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1903; *O Paiz*, 16 de agosto de 1903.

Assim, acompanhando os indícios, tomemos como exemplo o fato de que, também no ano de 1902, reuniu-se na câmara uma comissão executiva com o objetivo de organizar um grande baile em homenagem ao presidente Rodrigues Alves, no qual tocaria a banda do ‘Club dos Diários’, composta por trinta professores¹⁰¹. A escolha do carro deste clube como o mais bem ornamentado da festa pode indicar a disposição do júri, secretariado por Bilac, em retribuir publicamente seus agrados. É possível imaginar que a troca de cortesias não cessasse aí; contudo, por ora, nos deteremos aos regalos oferecidos publicamente.

O concurso da primeira Batalha das Flores continua servindo para escancarar as redes de relações dos “estabelecidos” da sociedade carioca que se valeram da festa para enaltecer abertamente seu modo de vida, fazendo desta autoafirmação um ensejo para que os demais grupos pudessem apreciar e apreender suas formas de sociabilidade. Ou seja, as elites ensinavam para os outros grupos sociais quais comportamentos acreditavam ser positivos e marcavam os negativos ao se diferenciarem dos costumes indesejados. Em função de sua postura eurocêntrica, os “estabelecidos” cariocas exigiam um grande esforço para que seus membros mantivessem o “carisma grupal”, isto é, os atributos compartilhados por todos os membros do grupo que os tornariam “especiais” (Elias; Scotson, 2000), portadores de sentimentos de autovalorização e diferenciação em relação ao demais.

Na tentativa de manter a coesão de seu grupo, as elites caudatárias da cultura ocidental se destacaram em dois incidentes registrados na imprensa, durante o primeiro concurso da Batalha das Flores. O primeiro foi a decisão tomada pelo júri de não conferir o prêmio destinado às bicicletas mais belamente enfeitadas, um binóculo artístico, para entregá-lo como um presente ao ministro português Camelo Lampreia, presidente da própria comissão¹⁰². Na passagem transcrita no Quadro 60, a seguir, é interessante perceber que o *Correio da Manhã* se esforça para imprimir em seu texto um aparente distanciamento da cena; uma espécie de isenção narrativa. Inclusive, o jornal não menciona o nome do presenteado, indicando apenas seu cargo ao apresentar a situação. Mais adiante, na mesma matéria, discorre sobre o modo como os indivíduos gozam de suas estreitas redes de contatos, das quais Lampreia era um habilidoso tecelão:

¹⁰¹ Cf. O Paiz, 10 de outubro de 1902.

¹⁰² Cf. Correio da Manhã, 16 de agosto de 1903.

Quadro 60 – Trecho de matéria do *Correio da Manhã* sobre a Batalha das Flores (1903)

[...] não conferindo o prêmio destinado a bicicletas, que era um binóculo artístico. Este objeto resolveu a comissão oferece-lo ao sr. Ministro de Portugal.

[...]

A comissão ofereceu ao Dr. Rodrigues Alves, membro do jury, pessoas da comitiva do chefe de estado e imprensa uma mesa de doces junto da qual o senhor Conselheiro Lampreia brindou ao Sr. Presidente da República.

Fonte: Correio da manhã, 16 de agosto de 1903.

No entanto, a mudança repentina da premiação do concurso, mantendo os prêmios entre os que ocupavam os mais altos cargos da cidade e do país, não intimidaram o Sr. Marcellino Candó, vice-presidente do ‘Velo-Club’, que reclamou do desvio do binóculo que deveria ser entregue à bicicleta mais bonita. Neste ponto, convém observar que os prêmios destinados a ganhadores de concursos ficavam expostos em uma barraca no decorrer dos festejos da Batalha das Flores, até o momento da premiação, como se observa nesta fotografia:

Figura 68 – Barraca com exposição de prêmios da Batalha das Flores



Fonte: Augusto Malta, [c1907] (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

À época, o ‘Velo-Club’ era uma associação muito ativa na cena social da cidade, comparecendo a eventos ao lado de outras sociedades, como as carnavalescas¹⁰³, além de organizar seus próprios eventos esportivos¹⁰⁴. Na passagem transcrita a seguir, sobre um desses eventos, nota-se que o *Correio da Manhã* foi bastante simpático ao clima da corrida promovida pelo ‘Velo Club’ em abril de 1903:

Quadro 61 – Texto do *Correio da Manhã* sobre corrida do ‘Velo-Club’ (trecho 1)

VELO-CLUB

Esteve esplêndida a festa de ante-hontem no glorioso veterano do ciclismo.
A affluência de distintas senhoras e senhoritas com seus vestidos leves e de cores variegadas, davam a nota bella e chic a bella reunião.
A diretoria, tendo a frente o distinto sportman Sr. Fidelino Leitão, foi prodigo em amabilidades para com seus convidados.

Fonte: *Correio da Manhã*, 28 de abril de 1903.

Essa corrida do ‘Velo-Club’ ocorreu apenas quatro meses antes da Batalha das Flores de 1903. A cena da reunião de homens e mulheres *chics* se cumprimentando com modos delicados não parece diferir muito do ambiente do pavilhão construído na varanda da Fundação de Parques e Jardins para receber o camarote, na mesma ocasião. Sequer o figurino das mulheres anônimas estava aquém das vestimentas da primeira-dama e das filhas do presidente na grande festa:

Quadro 62 – Texto do *Correio da Manhã* sobre corrida do ‘Velo-Club’ (trecho 2)

Mlles Rodrigues Alves trajavam com a maior simplicidade, convenientes a taes diversões: vestidos e chapéus brancos guarnecidos de renda igualmente brancas e não levavam joias.

Fonte: *Correio da Manhã*, 28 de abril de 1903.

Diante disso, quais pistas poderiam indicar uma possível razão para o preterimento do ‘Velo Club’ na premiação da Batalha das Flores? Primeiramente, é importante atentarmos para a necessidade manifesta pela elite econômica e política da cidade do Rio de Janeiro de manter um círculo de convivência reduzido a seus próprios membros, estabelecendo modelos estritos de valorização e controle de seus próprios costumes, o que, em contrapartida, significava a

¹⁰³ Cf. *Jornal do Brasil*, 28 de fevereiro de 1903.

¹⁰⁴ Cf. *Correio da Manhã*, 28 de abril de 1903.

depreciação dos hábitos dos demais. O esforço para manterem-se como um grupo fechado era tão intenso que, na ocasião da Batalha das Flores, até mesmo o fornecimento de material foi circunscrito, pois a mesma floricultura preparou três de cinco carros premiados no concurso de 1903, como se lê no fragmento a seguir (Figura 69).

Figura 69 – Carros premiados na Batalha das Flores de 1903



Nota: Na imagem, sob o título “Batalha de Flores”, consta o texto: “Dos três carros cuja ornamentação foi confiada à Casa Flora, foram concedidos
1º prêmio ao carro do Club do Diarios
3º . . . sr. Octavio Guimarães
5º . . . srs. Alexandre Manteiro e Reidy.
Rio, 18 de agosto de 1903 – Schlick & C.”

Fonte: Correio da Manhã, 18 de agosto de 1903.

Diante de um grupo tão coeso e irmanado, surge então a questão: haveria, de fato, um desejo de competir? Ou esta seria apenas uma oportunidade criada para enaltecer seus valores diante do público?

Nas edições da Batalha das Flores, as elites cariocas organizavam-se a fim de evitar a possibilidade de que grupos com visões alternativas à sua pudessem se utilizar de seu palco para obter visibilidade e, menos ainda, ser legitimados pela premiação no concurso. Este serviria apenas para a autoafirmação das próprias elites e, consequentemente, para a divulgação dos princípios europeus de civilização sobre os diferentes grupos à margem do poder. Dois vestígios podem nos ajudar a compreender por que o binóculo não foi entregue aos ciclistas.

Os velocistas que participavam das corridas promovidas pelo ‘Velo Club’ eram *habitués*; no entanto, valiam-se, muitas vezes, de pseudônimos, o que dificulta o acompanhamento de suas trajetórias na imprensa, para além da participação nos torneios. Ao mesmo tempo, a escolha do pseudônimo de um dos velocistas se destaca entre os demais, não apenas pelo talento, já que estamos tratando de um campeão costumaz: Cacique. Aos olhos da organização da Batalha das Flores, a referência direta às lideranças indígenas no pseudônimo do velocista, em um momento em que a cidade pretendia se modernizar e “civilizar”, seria

subentendido como sinônimo de ruptura com o projeto de sociedade proposto pelas elites no início do século XX. Qualquer desvio a esse padrão causaria algum nível de desconforto.

O texto a seguir aponta para o alto nível de mal-estar sentido por um cronista do *Jornal do Commercio* ao relembrar seu encontro com indígenas na Avenida Central durante o Congresso Pan-Americano de 1907¹⁰⁵:

Quadro 63 – Crônica do *Jornal do Commercio* sobre indígenas na Av. Central

Lembro-me sempre, por mais que queira esquecer, com amargura, o desespero com que pusemos os olhos rebrilhantes de orgulho naquele carro fatal atulhado de caboclos, que a mão da providência meteu em préstito por ocasião das festas do Congresso Pan-Americano. A cabeleira de mata virgem daquela gente funesta ensombrou toda nossa alegria. E não era para menos. Abríamos nossa casa para convidados da mais rara distinção e de todas as nações da América. Recebíamos até norte-americanos! [...] Íamos mostrar-lhes a grandeza do nosso Progresso, na nossa grande Avenida recém-aberta, na Avenida Beira-Mar, não acabada, no Palácio Monroe, uma tetéia de açúcar branco. No melhor da festa, como se tivessem caído do céu ou subido do inferno eis os selvagens medonhos, de incultas cabeleiras metidas até os ombros, metidos com gente bem penteada, estragando a fidalguia das homenagens, desmoralizando-nos perante o estrangeiro, com seu exotismo nosso chiquismo.

Infelizmente não era mais tempo de providenciar, de tirar daquela nódoa tupinambá da nossa correção parisiense, se esconder aqueles caboclos importunos, de, ao menos, cortar-lhes o cabelo (embora parecesse melhor cortar-lhes a cabeça) de atenuar com escova e perfumaria aquele escândalo de bugres metediços [...]. Não houve remédio senão aturar, mas só Deus sabe que força de vontade tivemos de empregar para sorrir ao sr. Root, responder em bom inglês ao seu inglês, vendo o nervoso que nos sacudia a mão quando empunhávamos a taça dos brindes solenes e engolir, de modo que não revelássemos aos nossos hóspedes que tínhamos índios atravessados na garganta. Foram dias de dor aqueles dias de glória. A figura do índio nos perseguia com a tenacidade do remorso. A sua cara imóvel interpunha-se à dos embaixadores e a nossa. As suas plumas verdes e amarelas quebraram a uniformidade negra das casacas. Broncas sílabas tupis pingaram, enodoando o primor das línguas educadas.

Fonte: *Jornal do Commercio*, 30 de março de 1908.

A citação talvez seja um pouco cansativa, mas é bastante reveladora. Primeiramente porque o autor declara explicitamente sua associação entre educação e matrizes culturais europeias, tomando como exemplo a língua, embora em todo texto esta relação seja observável. O relato angustiado do cronista sugere que seria necessário homogeneizar a aparência da

¹⁰⁵ Seis Conferências Internacionais de Estados Americanos, frequentemente referidas como Conferências Pan-Americanas, foram realizadas durante o período da Primeira República (1889-1930). O termo panamericanismo buscava comunicar uma união entre os povos americanos, sobretudo no que tange a questões políticas e comerciais. Cf. Abreu, 2015; Bethell, 2015. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFERÊNCIAS%20PAN-AMERICANAS.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

população cortando e escovando os cabelos dos indígenas, assim como os vestidos das moças do ‘Velo-Club’ eram leves e claros tais quais os das mulheres da família presidencial. Contudo, a população carioca que assistia à passagem dos visitantes era diversa; havia, entre eles, indígenas, negros livres e libertos, imigrantes, trabalhadores brancos pobres, entre outros, como apontado no primeiro capítulo. Estavam longe demais do padrão de comportamento festivo (que é o que nos interessa nesta pesquisa e foi apresentado no capítulo anterior) e estético que a elite carioca tanto se esforçava para alcançar. Como alternativa, havia a possibilidade de, através da Batalha das Flores, difundir a inspiração do carnaval de Nice. De modo exemplar e preventivo, ainda no mês de agosto, paralelamente à publicação de uma série de atos oficiais proibindo o entrudo, a festa “civilizada” europeia poderia ser incorporada por essa população tão heterogênea.

O ciclista Cacique, vencedor do segundo páreo da corrida promovida pelo ‘Velo Club’, se, porventura, despertasse no júri da Batalha das Flores lembranças das fileiras de capoeiras fantasiados de “índios” à frente dos cordões carnavalescos, possivelmente lhes causaria tanto desconforto quanto os indígenas na Avenida Central durante o Congresso Pan-Americano causaram no cronista do *Jornal do Commercio* (Quadro 63). Lembrando que o modelo de fantasia foi categoricamente proibido na cidade do Rio de Janeiro, não apenas por ser associada aos povos originários, mas também pela possibilidade de embate com cordões rivais¹⁰⁶.

Contudo, somente a escolha do pseudônimo não é suficiente para indicar os motivos para a decisão de deslocar o prêmio destinado à bicicleta mais belamente decorada para as mãos do ministro de Portugal.

O ‘Velo Club’ não era a única associação de ciclistas da cidade, tampouco deveria abarcar todos os velocistas, mas certamente congregava um número substancial deles. Era um clube organizado, com estatuto e eleições publicizadas regularmente na imprensa¹⁰⁷. Provavelmente, isso contribuiu para que o Sr. Marcellino Candó se sentisse investido de autoridade suficiente para reclamar publicamente a injustiça a que foram submetidos durante a Batalha das Flores de 15 de agosto de 1903.

Ajudando a esclarecer as zonas opacas (Ginzburg, 1989), uma pequena pista deixada na imprensa é indicativa da resistência velada aos ciclistas por parte do “estabelecido” grupo do júri, ligado ao presidente da República, ao prefeito e ao ministro de Portugal. Assim, em 16 de agosto de 1903, dia seguinte à primeira Batalha das Flores, quando os grandes periódicos do

¹⁰⁶ Mais detalhes no capítulo 1 desta tese.

¹⁰⁷ Cf. *Jornal do Brasil*, 6 de janeiro de 1903.

Rio de Janeiro se preocuparam em narrar com riqueza de detalhes os pormenores da festa, somente o *Correio da Manhã* e *O Paiz* dedicaram algumas linhas ao incidente de absoluta tensão¹⁰⁸.

No dia 19 de janeiro de 1903, o *Jornal do Brasil* publicava uma coluna parabenizando os aniversariantes do dia, na qual constava a seguinte nota:

Quadro 64 – Nota que menciona ciclista do ‘Velo Club’ (1903)

Oscar Freitas, empregado no comércio, e corredor no Velo Club, sob o pseudonymo de Myosotis.

Fonte: Jornal do Brasil, 19 de janeiro de 1903.

A nota traz um importante dado: a categoria profissional do ciclista. Oscar era um comerciário, isto é, um trabalhador. E poderia ser tomado, no contexto desta pesquisa, como um dos sujeitos tidos como *outsiders* pelo grupo que promovia a Batalha das Flores. Entretanto, apesar de não pertencer ao grupo de “estabelecidos” do Rio de Janeiro, o membro do ‘Velo Club’ foi parabenizado publicamente em seu aniversário, na mesma coluna de jornal que os membros da elite.

O comerciário-ciclista Oscar, possivelmente, era tolerado por conta de seu esforço em se aproximar do refinamento dos hábitos e dos moldes de socialização europeia, tão louvável na perspectiva do desejo de modernização da cidade e, sobretudo, do projeto civilizador segundo o qual o próprio espaço e as festas deveriam educar os grupos populares. Contudo, havia um limite para o reconhecimento do avanço da “elegância” dos trabalhadores.

Na primeira Batalha das Flores carioca, este limite foi imposto pelos membros das elites locais, ao guardarem para si o prêmio destinado a quem se esmerasse em demonstrar o maior “requinte”, ostentando diante de todos seu carisma (Elias; Scotson, 2000), mesmo após o longo circuito percorrido pelos ideais de “requinte” em questão, desde a sua origem na Europa, passando pela recepção e ressignificação pelos grupos populares do Brasil até a rejeição, pelas próprias elites brasileiras que, inicialmente, importaram o ideário compreendido como “civilizado” (Elias, 1990; Ginzburg, 2006).

A congratulação ao ciclista do ‘Velo Club’ no *Jornal do Brasil* em 19 de janeiro de 1903, seguida pelo imbróglio da ausência de premiação em 15 de agosto do mesmo ano, remete-nos, mais uma vez, à circularidade cultural como ferramenta interpretativa (Ginzburg, 2006).

¹⁰⁸ Cf. *Correio da Manhã*, 16 de agosto de 1903; *O Paiz*, 16 de agosto de 1903.

A despeito do desencontro entre as novas formas de sociabilidade propostas, por um lado, pela cidade reformada e, por outro, pelos diversos grupos que habitavam o entorno do Campo de Santana e que, embora esta tese não pretenda abordá-los isoladamente, foram o público-alvo da Batalha das Flores em sua dimensão pedagógica, por vezes, estes grupos populares se apropriaram de comportamentos anglo-franceses e tencionaram vivê-los de acordo com suas possibilidades – inclusive, pedalando suas bicicletas e promovendo seus próprios eventos. Este pode ter sido o caso do ‘Velo Club’. Porém, a mesma elite que desejava educar à moda europeia os que julgava *outsiders* apontou para si mesma como detentora e herdeira das “boas maneiras” que a diferenciavam dos demais (Elias, 1990; Elias; Scotson, 2000).

Seria interessante diferenciar os ciclistas dos proprietários de automóveis da época por meio de uma comparação entre os preços de seus respectivos veículos; no entanto, não encontrei informações disponíveis com base nas buscas entre os periódicos do Rio de Janeiro de 1900 a 1909 disponíveis na Hemeroteca Digital da BN. O levantamento desses dados teria como objetivo situar a que distância econômica estariam ciclistas como Oscar, comerciante membro do ‘Velo Club’, e as pessoas capazes de adquirir um automóvel, como os membros da comissão julgadora e os já comentados integrantes do ‘Club dos Diários’.

Entretanto, no artigo intitulado “A bicicleta, o ciclismo e as mulheres na transição dos séculos XIX e XX”, Melo e Schetino (2009) apontam que a bicicleta era um objeto caro na cidade do Rio de Janeiro. A partir de 1890, passaram a ser importadas em escala comercial de Paris, fazendo com que se tornassem um pouco mais acessíveis do que quando apenas chegavam ao Brasil se fossem trazidas por pessoas que viajavam para a Europa (Melo; Schetino, 2009, p. 125). Além disso, o texto aponta indícios de que o primeiro velódromo do Brasil, o Velódromo Nacional, situava-se na Rua do Lavradio, bem próxima ao Campo de Santana, e o próprio parque chegou a receber algumas corridas, que atraíam um bom público, formado, inclusive, por autoridades.

Nessas competições, a presença das mulheres era considerada importante para garantir o ambiente familiar e “embelezar” os encontros, uma vez que elas dificilmente participavam como atletas. Sobre o uso feminino da bicicleta, há um trecho do artigo que pode ajudar no entendimento dos grupos sociais aos quais pertenceriam as ciclistas cariocas da época:

Fora do âmbito dos clubes e dos páreos, a situação era diferente: as cariocas das famílias mais ricas, montadas em suas bicicletas, já começavam a circular pela cidade. Ainda que não com a mesma intensidade do que na Europa e nos Estados Unidos, o uso do artefato para passeios começava a ser uma possibilidade (Melo; Schetino, 2009, p. 128).

Melo e Schetino (2009) concluíram que uma parcela das mulheres ricas no Rio de Janeiro do início do século XX dispunham de relativa autonomia para fruir a cidade em suas bicicletas. Assim, podemos ponderar que se, para elas, estava aberta a possibilidade de passeio, então, para as mulheres das camadas médias, pedalar era um possível interdito. Sua ação no ciclismo se restringia à organização e à decoração dos eventos (inclusive, com suas próprias presenças). Possivelmente, tal restrição era imposta por seus companheiros que exerciam, de fato, a atividade de velocistas. Seria pouco provável que pertencessem aos estratos “inferiores” porque, neste caso, os homens ciclistas que elas acompanhavam teriam dificuldade em adquirir as dispendiosas bicicletas. Por outro lado, caso fossem suficientemente ricas para ter acesso às próprias bicicletas, teriam a perspectiva de circular pela cidade com elas.

Assim, podemos levantar a hipótese de que a razão para que o prêmio destinado aos ciclistas na Batalha das Flores de 1903 tenha sido desviado para ser dado como um presente ao conselheiro português possa ter sido uma estratégia de elogio público aos membros do júri e da comissão organizadora, portanto, uma forma de enaltecimento da estética da festa executada por eles próprios. A homenagem materializada no presente condensaria as características almejadas pelo grupo, como o “bom gosto”, a moda de inspiração europeia, o curso, a circulação sistematizada, a natureza controlada, as emoções contidas, entre outros traços já mencionados, e indicaria a ausência dos mesmos atributos nos que ficavam de fora do seu círculo restrito. Esta decisão é ainda mais significativa por retirar do velocista a oportunidade de estar entre os “estabelecidos” – premiados –, compartilhando, mesmo que numa festa, dos espaços de poder.

Por outro lado, a partir da premissa analítica da circularidade cultural (Ginzburg, 2006), segundo a qual os elementos culturais populares e eruditos circulam, entrecruzam-se e geram elementos completamente originais, podemos observar que a relação entre o grupo de elite que compôs a comissão julgadora do concurso da Batalha das Flores e os ciclistas oriundos das camadas médias não formavam polos completamente antagônicos. Nessa direção, um importante sinal é a presença de ambos os grupos na primeira edição Batalha das Flores, participando do mesmo concurso, apenas em grupos distintos. Isso não quer dizer que houvesse um equilíbrio de forças ou harmonia entre eles, mas indica, somente, que havia contato e, consequentemente, trocas culturais – ainda que essas trocas fossem absolutamente desiguais e tivessem desfechos injustos, como o desvio do prêmio destinado à bicicleta mais bonita.

As novidades da Europa não paravam de chegar até aqui por meio da comunicação escrita – fosse por meio dos jornalistas correspondentes que publicavam colunas nos periódicos

brasileiros, fosse por cartas de parentes e amigos, editoriais, livros e outras formas de comunicação pertinentes à cultura letrada (Needell, 1993). Apesar de todo o desejo de aproximação do padrão ocidental, algumas acomodações eram necessárias. Podemos dizer que elas também aconteciam quando, numa operação persuasiva, as elites transmitiam para as camadas populares os valores civilizacionais que pretendiam desenvolver para si e para os outros. Contudo, ao recebê-los, estes equalizavam com suas próprias experiências e repertórios de conhecimentos, dando origem a ideias, algumas vezes, fugidias ao processo civilizatório pensado para a cidade, mas pertinente ao processo civilizatório vivido no Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX, profundamente marcado por sua história colonial. Novamente, a já mencionada ideia de circularidade cultural pode auxiliar no entendimento dessa operação.

Ginzburg (2006) fala da importância que tiveram as imagens para o estabelecimento de uma relação circular entre as culturas oriundas de contextos sociais diferentes. Se pensarmos a experiência da Batalha das Flores como uma oportunidade para a Prefeitura estimular que determinado segmento da sociedade exibisse para os demais, de forma exemplar, seus mais “refinados” modelos de comportamento, trataremos de uma aprendizagem primordialmente visual.

Naturalmente, todos os sentidos eram bastante estimulados na transmissão da mensagem da urgência da sociedade carioca em reelaborar suas formas de conviver e festejar. O som das bandas de música, o sabor dos alimentos vendidos nos quiosques, o perfume das flores, a textura dos caules entre os dedos, o calor os corpos se tocando na multidão. Contudo, a sobreposição das camadas sensoriais criava um quadro geral da amostra de sociabilidade francesa projetado sobre a moldura igualmente artificial dos jardins do Campo de Santana, que faziam da Batalha das Flores uma festa impactante visualmente.

Chama a atenção, como já foi abordado, a preocupação das pessoas com a própria indumentária, de modo que transmitisse visualmente a mensagem de adesão às últimas tendências. Apresentadas em grupo e desempenhando um papel central na festa, compunham um texto imagético cujo objetivo era convidar todos a “apurarem” seus modos e atingir um estado “superior” de delicadeza. Sobre a força pedagógica das imagens na Europa pré-industrial, Ginzburg diz o seguinte:

Acima de tudo havia a consciência, cada vez mais nítida, da função decisiva das imagens, ‘*idiotarum libri*’ (livro dos ignorantes), numa propaganda voltada a massas compostas predominantemente de iletrados (Ginzburg, 1989, p. 121).

Analisando a forma como a Batalha das Flores, promovida pela Prefeitura, desenvolveu-se ao longo de suas sete edições, notamos que sua organização esteve voltada para propagandear modelos de comportamento, como uma espécie de catálogo de “boas maneiras” a ser contemplado pelos sujeitos para quem a mensagem da modernidade chegava mais modulada. Um dado relevante, nesse sentido, são os registros fotográficos produzidos pelo fotógrafo oficial da Prefeitura, Augusto Malta. Nesses registros, podemos perceber a intencionalidade de quem produziu a festa – e contratou o fotógrafo – em documentá-la dentro do contexto dos melhoramentos da própria cidade, que levariam ao “progresso moral” dos indivíduos (Silva; Rezende, 2017), assunto analisado mais detidamente no capítulo 2 desta tese.

Na revelação dos resultados do concurso de veículos mais belamente enfeitados da primeira edição da Batalha das Flores, em 1903, a distribuição dos prêmios pareceu reduzir-se a uma espécie de confraria.

Quadro 65 – Resultado do concurso da primeira Batalha das Flores (1903)

Os premios foram assim conferidos:

- 1° – Uma cesta de prata antiga, ao Club dos Diários, que apresentou uma linda equipagem tirada por duas parelhas de cavallos pretos. [...].
- 2° – Um leque aquarellado. Foi conferido ao sr. Alberto Faria que apresentou um phaeton em forma de corbeille de longa aza, ornado de flores de estação [...].
- 3° – Uma aquarella emoldurada. Ganhou-a o sr. Octávio Guimarães, que apresentou o seu carro ornado de grandes ramos de forma pyramidal, formado de catáleas, palmas, jacinthos, jasmins [...].
- 4° – Um magnífico bronze artístico. Coube à equipagem dos srs, Reed e Monteiro, [...] com uma espécie de cupola enfeitada de rosas brancas e vermelhas [...].
- 5° – Um vaso de bronze dourado, conferido ao sr. Vasco Ramalho Ortigão, cujo carro era enfeitado de arcos e volutas enfeitados de rosas, brancas e vermelhas, jasmins, avencas, lules e fitas brancas e pombas.

Fonte: Correio da Manhã, 16 de agosto de 1903.

No Quadro 65, em primeiro lugar, chama a atenção que o jornal *Correio da Manhã*, ao descrever a premiação, tenha atribuído os prêmios aos indivíduos ou instituição (no caso do ‘Club dos Diários’, primeiro colocado e único nesta situação), em vez de atribuí-los aos veículos e ornamentações apresentados por eles. Isso sugere que, na percepção do jornalista que observou o certame para reportá-lo aos leitores, o pleito se deu entre os homens. Aos automóveis, carros e bicicletas, coube o papel de adjuvantes, cuja função era reforçar o prestígio de seus proprietários.

Entre os citados, destaca-se o nome do sr. Vasco Ramalho Ortigão, premiado na quinta posição com um vaso de bronze dourado por seu carro enfeitado de rosas brancas e vermelhas.

José Vasco Ramalho Ortigão era filho do aclamado escritor português José Duarte Ramalho Ortigão. Dois de seus tios, Joaquim da Costa Ramalho Ortigão e Francisco Duarte Ramalho Ortigão, estabeleceram-se no Brasil, integrando-se à colônia portuguesa e tornando-se importantes nomes dos negócios locais. Mais tarde, possivelmente a convite de Francisco, José Vasco aceitou o convite para também tentar a sorte no Brasil, vindo a se tornar um vultoso comerciante, proprietário da grande magazine *Au Parc Royal*, de inspiração francesa, situada no Largo de São Francisco de Paula. Inaugurada em 1873 pelo português Francisco Fernandes Vianna, em 1889 conforma-se a empresa M. Nunes & C., formada por José Antonio Marques Nunes, José Vasco Ramalho Ortigão, Manoel Vaz Osorio e Sebastião Lopes da Cruz, crescendo a ponto de ocupar quatro prédios, nos números 8, 10, 12 e 14 e 109.

Vasco era um homem ligado aos valores prezados pelo grupo social que frequentava, pertinentes a seu tempo. Por isso, fez questão de vincular sua imagem pessoal e a de seu negócio a estas concepções. Sua loja apresentava ao público carioca os últimos lançamentos da moda francesa, contribuindo com a disseminação de uma estética e uma forma de sociabilidade consonantes com as aspirações da elite europeizada do início do século XX, que associava os referidos lançamentos aos ideais de civilização e modernidade.

Por se tratar de um espaço de consumo, abordar a magazine *Au Parc Royal* como um espaço educativo requer bastante cuidado. Contudo, suas 48 vitrines e 5 portas de acesso podem ter tido um papel importante na apresentação dos modelos civilizacionais europeus à sociedade carioca, a ponto de Vasco Ramalho Ortigão, em 1903, fazer parte

da comissão de Conselheiros convidados por Pereira Passos para realizarem a Batalha das Flores no jardim da Praça da República (Campo de Santana) [...]. O prefeito visava, além da reforma física do espaço, oferecer outras oportunidades de lazer, numa tentativa de regulamentar e conter a manifestação popular que era o carnaval. Tratava-se da remodelação dos costumes, voltada para formas de cultura e religiosidade que não se encaixassem nos novos parâmetros de civilidade (Gorberg, 2013, p. 40).

O fato de Vasco Ramalho Ortigão ter sido convidado pelo prefeito Pereira Passos para compor a comissão organizadora da Batalha das Flores pode indicar não apenas a proximidade das relações entre eles, mas sobretudo a sintonia entre a proposta do prefeito para a festa e as atividades do comerciante. De certa forma, ambas se propunham a difundir ideais “civilizadores” sobre a população, assumindo, portanto, uma função pedagógica, ainda que de modo secundário no caso da loja. Outro dado importante é a premiação de Ortigão pela beleza de seu carro. Sua seleção, dentre tantos participantes notáveis, como representante do “bom

¹⁰⁹ Para saber mais sobre Parc Royal e Vasco Ramalho Ortigão, cf. Gorberg, 2013.

gosto” reitera a estrita demarcação do trânsito no âmbito das relações sociais da alta sociedade carioca. Como membro da organização do evento e participante do concurso, a escolha do comerciante aponta para a harmonia entre os elementos de seu estrato social, bem como o compromisso assumido em não permitir a penetração de componentes externos, concentrando esforços homogeneizantes.

A descrição do concurso pelo *Correio da Manhã*¹¹⁰ avança com o presidente da República sendo homenageado por seus pares; o ministro português aceitando o presente oferecido pelo júri encabeçado por si mesmo; e o prefeito Pereira Passos tendo seu carro escolhido como *hors-concours* na festa que ele próprio idealizada. No entanto, o texto não aponta qualquer reação ao desvio do prêmio destinado às bicicletas, tampouco à reclamação do presidente do Velo Club, colocando a própria imprensa¹¹¹ em acordo com os mecanismos de legitimação e unificação do grupo “estabelecido”, segundo os quais:

O caráter auto-engrandecedor de um diferencial maior de poder lisonjeia o amor-próprio coletivo, que é também a recompensa da submissão às normas específicas do grupo, aos padrões de continências afetiva característicos deste grupo, que são tidos como ausentes nos grupos menos poderosos “inferiores”, de *outsiders* e párias (Elias; Scotson, 2000, p. 44).

Em sua cobertura jornalística da primeira edição da Batalha das Flores, de 1903, o *Jornal do Brasil*, por seu turno, carregou nas tintas ao enfatizar as características positivas da festa. A primeira página da edição de domingo, 16 de agosto de 1903, dia seguinte ao evento, foi estampada com duas imagens bastante chamativas e significativas.

Intitulada “Synthese da Batalha das Flores”, a maior das imagens consiste em uma gravura que ocupa três quartos da folha. Como se observa na Figura 70, a seguir, a gravura mostrava aos leitores do *Jornal do Brasil* uma jovem branca sentada, representando a Capital Federal. Com a mão direita, pousada sobre uma espécie de engrenagem, a moça segura um mastro do qual pende a bandeira do Brasil. No entanto, o rosto da jovem oculta a esfera da flâmula e as estrelas que representam os estados da federação estão espalhadas sobre o tecido que cobre seu colo. Toda a base do assento é ricamente decorada com flores, destacando-se duas coroas em que se leem as inscrições “Comércio” e “Indústria”. Com a mão esquerda, a moça segura uma âncora que ganha forma com um conjunto de flores. Ao final do quadro, há a inscrição: “Início de uma nova era”.

¹¹⁰ Cf. *Correio da Manhã*, 16 de agosto de 1903.

¹¹¹ Para saber mais a respeito da imprensa no Rio de Janeiro do início do século XX, cf. Machado, 2005.

Figura 70 – Gravura “Synthese da Batalha das Flores” no *Jornal do Brasil* (1903)



Fonte: Jornal do Brasil, 16 de agosto de 1903.

Nesta alegoria extremamente otimista da Batalha das Flores, a festa ajudaria a Capital na empreitada de se estabilizar econômica e politicamente, apresentando uma imagem positiva da elite nacional e contribuindo com a disseminação da etiqueta europeia. Para melhor compreender esse quadro, Sevcenko (2003) nos fornece um panorama da centralidade econômica da cidade do Rio de Janeiro e, portanto, do peso que medidas voltadas a positivar sua imagem exerciam sobre a própria Capital, bem como a repercussão dos acontecimentos que nela se desenrolavam sobre todo o país, na virada do século XIX para o XX.

Núcleo da maior rede ferroviária nacional, que o colocava diretamente em contato com o Vale do Paraíba em São Paulo, os estados do Sul, o Espírito Santo e o *Hinterland* de Minas Gerais e Mato Grosso, o Rio de Janeiro completava sua cadeia de comunicações nacionais com o comércio de cabotagem para o Nordeste e o Norte até Manaus. Essas condições prodigiosas fizeram da cidade o maior centro comercial do país. Sede do Banco do Brasil, da maior Bolsa de Valores e da maior parte das grandes casas bancárias nacionais e estrangeiras, o Rio polarizava também as finanças nacionais. Acrescente-se ainda a esse quadro o fato de essa cidade constituir o maior centro populacional do país, oferecendo às indústrias que ali se instalaram em maior número nesse momento o mais amplo mercado nacional de consumo e mão de obra (Sevcenko, 2003, p. 39).

Essa passagem torna ainda mais nítido o caráter didático da gravura que concentra, nominalmente, a indústria e o comércio (Figura 70). As estrelas sobre o seio da mulher nos mostram a Capital – cidade do Rio de Janeiro – e seu caráter centrípeto através da convergência de diversos modais de transporte que, trazendo para si um importante papel integrador e de vitrine, reforçam o *status* de Capital Federal. Todos esses elementos são emoldurados pela manta de flores ascendentes, sugerindo que a Batalha das Flores sintetizada na imagem, a despeito do aparente caráter frívolo, poderia funcionar como um elemento de sustentação para o desenvolvimento de setores estratégicos e estruturais para a economia.

Abaixo da gravura descrita, encontra-se, no terço inferior da folha de maior destaque do periódico, uma charge em formato de tira horizontal, na qual são apresentados os sujeitos que não teriam comparecido à primeira edição da Batalha das Flores em 1903. O título da charge, “Porque não foram a Batalha das Flores”, busca ridicularizar, de modo bastante depreciativo (porém, em conformidade com o humor da época), uma parcela dos sujeitos indesejados na cidade, por meio da apresentação de possíveis justificativas para sua ausência na festa.

Mais do que uma ausência física, a imagem reproduzida a seguir (Figura 71) comunica a existência de um grupo heterogêneo, composto por sujeitos absolutamente diversos que não representavam os valores da festa, isto é, não compartilhavam do carisma do grupo “estabelecido”, uma vez que, para tanto, deveriam se submeter estritamente às regras de convivência criada por ele (Elias; Scotson, 2000). Dessa forma, seguindo a lógica das relações entre “estabelecidos” e “*outsiders*” de Elias e Scotson (2000), o grupo heterogêneo (logo, presumidamente “desarticulado”) era exposto, pelos “estabelecidos”, a maledicências que buscavam confirmar seu comportamento anômico, ainda que, neste caso específico, o veículo das “focas depreciativas” fosse a imprensa e tivesse um alcance mais amplo.

Figura 71 – Charge “Porque não foram à Batalha das Flores” no *Jornal do Brasil* (1903)



Nota: A charge apresenta quatro personagens, sob os quais se encontram, respectivamente, os quatro textos enumerados a seguir, da esquerda para a direita:

- (1) “Flores!... Só as flores d’alma, que se alteiam bellas, puras, singelas, orvalhadas, vivas...”;
- (2) “Não fui com receio de que, no delírio da batalha, alguém pegasse em mim e me atirasse...”;
- (3) “Batalha das flores? Sebo!... Em moço fui ferido numa dessas e ainda hoje soffro!”;
- (4) “Só iria se ainda eu fosse flor... ista... mas sou ‘fleur fanée’”;
- (5) “Lá deve haver senhoras e eu sou do parecer que na mulher não se bate nem com uma flor”.

Fonte: *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1903.

Na Figura 71, é interessante notar que os quatro personagens representados na charge têm formas achatadas, mãos grandes, sobrancelhas grossas, cabeças grandes, traços da face grosseiros e cansados. Essas características se opõem às da moça esguia que representa a Capital da República na gravura que sintetiza a Batalha das Flores, publicada na mesma folha do *Jornal do Brasil*. Na gravura, o rosto da jovem é representado em traços tão delicados que sua feição adquire contornos infantis. Com o olhar voltado para o horizonte, a moça ergue uma âncora sem parecer realizar qualquer esforço, em contraste com os expressivos personagens excluídos da festa.

Na legenda da charge, o discurso em primeira pessoa foi utilizado como recurso para destacar as características subjetivas dos personagens que não teriam comparecido à festa. O primeiro desenho, da esquerda para a direita, representa um homem de farta cabeleira preta, na altura dos ombros, vestindo um sobretudo ornado por uma gravata borboleta, a segurar uma harpa, instrumento musical que simboliza a ligação entre o céu e a terra. Sua fala indica que ele se interessaria apenas pelas “flores d’alma”, verdadeiramente “puras”, razão pela qual não teria comparecido à Batalha das Flores. Assim, utilizando-se da ironia, recurso próprio deste gênero textual, a charge sugere que somente as pessoas apegadas a valores morais muito restritivos, talvez quase religiosos (indicados pela presença da harpa), deixariam de participar da festa.

A fala da segunda personagem, uma mulher de aparência tímida e mal-apessoada, soa como um deboche diante de sua ingenuidade. A senhora, em tom de confissão, diz não ter ido à Batalha das Flores por medo de que alguém a atirasse. Com o contraste entre o desenho da personagem e a justificativa de sua ausência na festa, a charge parece ironizar a aparência da mulher ao se comparar com a beleza das flores. Por outro lado, se associarmos o ato de atirar objetos desagradáveis de assalto à já comentada brincadeira do entrudo, podemos ter uma referência direta ao esquema montado para combatê-la, do qual a Batalha das Flores era a culminância pedagógica¹¹².

A imagem e o discurso do terceiro personagem da charge reforçam o estereótipo do idoso inclinado a reclamar de dores e doenças, razão pela qual teria deixado de participar dos prazeres da vida. Por sua vez, o quarto (e penúltimo) desenho traz, mais uma vez, a figura de uma mulher depreciada. Na legenda, ela diz não ter ido à Batalha das Flores por ser uma “flor murcha” (*fleur fanée*). Trata-se da segunda personagem feminina reduzida a seus aspectos físicos na mesma charge.

Como um gênero textual, a charge, decerto, tem como característica o humor. Entretanto, como indicativo do papel quase limitado ao figurativo que, ainda hoje, ainda é atribuído ao gênero feminino, chama atenção que os personagens masculinos sejam ridicularizados por motivos variados, em vez de exclusivamente por sua aparência física.

Além de se apresentar como uma “*fleur fanée*”, a quarta personagem da charge afirma que, caso fosse florista, teria ido à Batalha das Flores. Isso confirma a informação de que a festa seria um sucesso também econômico, como o próprio *Jornal do Brasil* anunciara, dias antes, em uma passagem que já foi brevemente abordada no segundo capítulo do presente trabalho, mas que, a esta altura, convém retomarmos:

Quadro 66 – Trecho do *Jornal do Brasil* sobre a venda de flores às vésperas da festa

Difícilmente se pode obter flores agora em Petrópolis, e todo mundo sabe que isto aqui é terra de flores, um extensíssimo jardim. Raríssima é a casa que não cultive uma flor [...] pois bem, a custo se pode obter alguma, pois foram todas vendidas para a Batalha das Flores no Rio de Janeiro. Há aqui encomendas de muitos contos de réis.

Fonte: *Jornal do Brasil*, 14 de agosto de 1903.

Após o trecho reproduzido no Quadro 66, o texto do *Jornal do Brasil* de 14 de agosto de 1903 prossegue com uma ilustração intitulada “Flores e Espinhos”, em que as mulheres,

¹¹² Cf. Capítulos 1 e 2 desta tese.

desta vez, são tomadas como pessoas frívolas, responsáveis pela ruína financeira dos maridos (Figura 72). Ao comprar uma enorme quantidade de flores para se enfeitar na Batalha, a esposa representada na ilustração teria provocado a escassez deste produto na cidade do Rio de Janeiro, reiterando a movimentação comercial provocada pela festa.

Podemos cogitar, também, a possibilidade de que o periódico estivesse se utilizando da estratégia de propagandear a grande procura pelas flores a fim de gerar demanda entre os consumidores preocupados em não encontrar o produto disponível no mercado. Contudo, ainda que as flores não se tenham esgotado na cidade, é inegável que a Batalha das Flores aumentou substancialmente o seu consumo.

Figura 72 – Ilustração “Flores e Espinhos” publicada no *Jornal do Brasil* (1903)



Nota: Abaixo do desenho, consta o seguinte texto:

“VESPERA DA BATALHA

— Que não há flores no Rio de Janeiro... Eu obtive todas de que preciso!...

O nosso *mail* vae ficar lindo!...

NO DIA SEGUINTE

— Nunca supuz que as flores custassem dinheiro!

Uma coisa que nasce à tóa, ao sol e à chuva!...”

Fonte: Jornal do Brasil, 14 de agosto de 1903.

De volta à primeira página do *Jornal do Brasil* de 16 de agosto de 1903, os ataques às mulheres não se encerraram na charge que justifica a ausência de determinados sujeitos na Batalha das Flores (Figura 71). O quinto e último personagem da charge não ficou isolado por ter sido esquecido, mas por se relacionar com o menosprezo que o jornal supracitado faz questão de demonstrar em relação ao feminino.

O personagem é um homem de meia idade, vestido de paletó listrado, usando chapéu coco e óculos. Em sua fala, afirma não ter ido à batalha devido à presença de senhoras, pois não bateria em mulheres sequer com flores (Figura 71). Assim, a comicidade da cena estaria posta no sujeito que teme a presença das mulheres, que, em sua perspectiva, deveriam ser apenas as frágeis figuras cuja presença deveria atrair a atenção dos homens e embelezar o ambiente juntamente com as flores.

É importante destacar o papel desempenhado pela imprensa periódica na virada do século XIX para o XX. Nesse período, a imprensa contribuiu substancialmente para a propagação do discurso sobre os ideais de modernidade, progresso e civilização preconizados pela elite política e econômica do Rio de Janeiro. Esta elite, por sua vez, constituía um restrito segmento da população carioca que, para se autoafirmar, precisava desmerecer os grupos que entendia como seus opostos, num exercício de construção do “outro” para o qual colaboraram diversos jornais e revistas.

Esse tipo de antagonismo depreciativo é especialmente perceptível na charge em que o *Jornal do Brasil* representa os ausentes da Batalha das Flores (Figura 71). Afinal, para o interesse desta pesquisa, a festa valeria como instrumento pedagógico de um segmento elitizado da população para a disseminação de hábitos tidos por esse grupo como “civilizados” sobre os demais.

Para referendar as ideias que as elites ofertavam à população, os periódicos aliaram o texto impresso à fotografia, à crítica, à caricatura, ou à “reprodução” da realidade contida nas ilustrações (Machado, 2005). Esse quadro resultava de um processo complexo, em que profissionais da imprensa compunham os setores médios da sociedade que, juntamente com as classes altas, dominavam os postos de poder, excluindo diversos segmentos dos espaços decisórios, tornando-os cada vez mais marginalizados. Uma vez marginalizados e inadequados aos padrões pressupostos pelos grupos “estabelecidos”, é possível presumir que tais segmentos chamassem mais a atenção das intervenções educativas, de acordo com o ponto de vista dos “estabelecidos”.

As ações educativas baseadas na socialização eram fundamentais para uma cidade em que, treze anos antes da primeira edição da Batalha das Flores, apenas 50% da população era alfabetizada (Carvalho, 2006b; Martinez, 1997). Nesse sentido, é sensível que a Prefeitura atribuísse à festa um sentido pedagógico e a própria imprensa explorasse largamente as ilustrações no momento de divulgar as notícias sobre o evento, como nos exemplos anteriormente apresentados.

Resgatando o desenho formado pelo espaço entre os tempos históricos, tal qual uma constelação, proponho encerrar o capítulo com um salto da estrela – “ponto extremo” (Benjamin, 1984) – da primeira década do século XX, quando aconteceram as edições da Batalha das Flores, para o ano de 1955.

Nesse ano, num estudo atento das práticas sociais da elite política e econômica que marcam sua distinção em relação aos demais estratos sociais, o ex-pintor de paredes Jorge Veiga¹¹³ gravou o samba “Café Soçaite”, de Miguel Gustavo, que satirizava os costumes da alta sociedade carioca. A permanência, através do tempo, da ação de jornalistas (alguns dos quais, aliás, são nominalmente citados na letra) na prospecção dos hábitos de um grupo elitizado como parâmetro sobre o restante da população, bem como o peso da influência estrangeira e os estritos círculos de convivência são alguns dos alvos do deboche dos sambistas:

Doutor de anedota e de *champanhota*
Estou acontecendo no Café Soçaite
Só digo *enchanté*, muito *merci*, *all right*
Troquei a luz do dia pela luz da Light.

Agora estou somente contra a Dama de Preto
Nos dez mais elegantes, eu estou também
Adoro Riverside, só pesco em Cabo Frio
Decididamente eu sou gente bem.

Enquanto a plebe rude na cidade dorme
Eu ando com Jacinto que é também de Thormes
Terezas e Dolores falam bem de mim
Já fui até citado na coluna do Ibrahim.

E quando alguém pergunta: como é que pode?
Papai de *black-tie* jantando com Didu,
Eu peço outro uísque
Embora esteja pronto
Como é que pode?
Depois eu conto... (Miguel Gustavo, c1955).

A divertida canção narra a história de um sujeito oriundo dos grupos populares que consegue mimetizar os círculos de convivência da alta sociedade e, dessa forma, passar despercebido. De seu caráter “impostor” e, principalmente, da falta de apuro das elites para detectar a fraude, deriva o apelo cômico do texto. Assim como os participantes da Batalha das Flores voltavam as atenções todas para si ou para a Europa, no terreno das artes, onde tudo é possível, um trabalhador que aprendeu as primeiras lições de “boas maneiras” fez com que os seus rissem das elites, há muito versada na cortesia. *C’est la vie!*

¹¹³ Cf. Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira, c2021. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/artista/jorge-veiga>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou descrever e analisar a concepção, o desenvolvimento e a repercussão na mídia impressa da festa Batalha das Flores como uma das medidas pedagógicas propostas no contexto das reformas urbanas executadas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Nesse contexto, a festa investigada demonstrou-se uma forma de proporcionar à população carioca oportunidades de desenvolver hábitos de sociabilidade inspirados no continente europeu, sobretudo na França e na Inglaterra.

O período destacado foi a gestão do prefeito Pereira Passos, que governou a então Capital Federal entre 1902 e 1906, ainda que a festividade analisada tenha ultrapassado esse limite e se estendido até 1909. Neste ínterim, o governo federal, executou um conjunto de intervenções na cidade com o objetivo de modernizar o espaço, tornando-o mais apropriado a novas formas de produção, trabalho e circulação de mercadorias. Paralelamente, a Prefeitura alargou, alongou e abriu novas ruas, além de se dedicar ao melhoramento de praças, parques, jardins, espaços de lazer e à criação de legislações com o propósito de oferecer ambientes profícuos para a apreensão de comportamentos que superassem as práticas de sociabilidade presentes no cotidiano da cidade, compreendidas pelas elites agrárias como usanças, em desacordo com a sociedade “civilizada” que pretendiam construir.

As intervenções realizadas por Passos apoiavam-se em uma visão organicista da cidade, isto é, consideravam o Centro como o “coração” da urbe, capaz de impulsionar e distribuir pelas principais vias a mensagem “civilizadora” a ser difundida. Nessa perspectiva, a região central foi tomada pelo prefeito como um espaço particularmente importante para que os modos da população se alinhassem aos novos padrões comportamentais pretendidos, tanto nas regiões reformadas quanto nas áreas mais afastadas. Considerava-se que, no Centro, o contato proporcionado entre os sujeitos e os lugares que inspirassem o interesse pelas culturas consideradas “superiores” os afetaria, de modo que eles retornariam para seus bairros de residência carregados de reflexões e exemplos necessários ao aprimoramento da sociedade.

Neste movimento, Passos realizou intervenções voltadas a restringir as usanças populares. Dentre elas, esteve sob mira o entrudo, brincadeira carnavalesca que consistia em atirar objetos sobre os passantes sem a necessidade de seu consentimento. A prática do entrudo se fazia presente em todos os grupos sociais, que brincavam entre si, cada qual à sua maneira, tornando-se alvo de proibições desde o século XVIII. Este dado é indicativo tanto do apreço

pela brincadeira quanto das discussões que o jogo suscitava a respeito de seus possíveis malefícios à saúde e de sua brutalidade. Por isso, foi incluído como um dos principais alvos da campanha educativa prevista pela reforma que idealizou a Batalha das Flores, uma festa nos moldes do carnaval da cidade francesa de Nice.

A festa foi celebrada no Campo de Santana, um jardim inglês que havia sido remodelado pelo paisagista francês Glaziou entre 1873 e 1880, quando Pereira Passos ainda era membro da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, o parque público estava inserido no ideal de cidade pensado pelo prefeito por já estar ajustado aos padrões europeus desde o século XIX e, em especial, por estar situado na freguesia de Santana, a mais pauperizada, densa e diversa etnicamente, portanto, a que mais carecia da mensagem “civilizadora” que Passos aspirava transmitir.

Apesar da opção pela realização do evento num ponto da cidade habitado pelas camadas populares, a comissão organizadora da Batalha das Flores idealizou uma festa marcadamente elitista desde a primeira edição, em 1903, até a sétima e última, em 1909, quando Passos já não era mais prefeito. Como busquei evidenciar ao longo desta pesquisa, o caráter elitizado da festa sedimentou-se em diversas decisões da organização do evento, como o estabelecimento da cobrança de ingressos e, principalmente, a realização do desfile em curso sobre carros, automóveis, montarias ou bicicletas.

O concurso de veículos mais belamente decorados tornava o público atuante no desfile bastante selecionado. Junto a isso, o custo elevado da participação na brincadeira da batalha, isto é, o arremesso de flores naturais, era também bastante limitador. As flores deveriam ser naturais e não poderiam ser reaproveitadas caso caíssem no chão, sob pena de expulsão do parque. Dessa forma, os sujeitos oriundos das camadas populares que vencessem a barreira imposta pela cobrança de ingressos deveriam encarar o altíssimo preço das flores naturais como um fator limitador de sua participação. Assim, o pequeno grupo que protagonizou o evento, ligado por estreitas relações sociais, exibia seus comportamentos como num painel volante diante dos olhos do público, que deveria apreender os modos “refinados” e reproduzi-los em momentos festivos, como os carnavais dos anos seguintes às edições primaveris da Batalha das Flores, bem como em outras esferas da vida na cidade.

A estratégia pedagógica pensada pela Prefeitura para desenvolver comportamentos mais alinhados com o modelo civilizacional europeu entre os grupos populares cariocas, através da socialização e da observação dos grupos de elite, proporcionou resultados surpreendentes, que foram registrados nas fontes consultadas.

Ao aproximar a lente da análise, esta tese salientou que as elites cariocas, apesar de todo o esforço de autoafirmação a respeito de seu posicionamento alinhado ao patamar civilizatório europeu, podem ser observadas como um grupo forjado a partir do desenvolvimento próprio de uma sociedade escravista, que se esforçava por modernizar-se num processo bastante peculiar. Dessa forma, a despeito das muitas referências à cultura anglo-francesa, o que verificamos não foi uma transferência direta do modo de vida tal qual se praticava no velho mundo. No Rio de Janeiro do início do século XX, as influências culturais recebidas do estrangeiro passavam por um movimento de acomodação entre as formas de sociabilidade praticadas no contexto local. Com isso em vista, a análise atenta das fontes consultadas chamou atenção para o fato de que o comedimento em relação ao controle das emoções era representado de modo escalonado, mesmo entre os grupos sociais de *status* mais elevado.

Sujeitos oriundos de grupos populares, por sua vez, expressaram adesão aos modelos difundidos na festa, participando das atividades da Batalha das Flores com os recursos de que dispunham. Ao fazê-lo, esses sujeitos ressignificaram o papel de observadores e receptores de informações que lhes era reservado, mesmo sob as tentativas de submetê-los ao constrangimento através da ridicularização.

Assim, alguns indivíduos encontraram suas próprias maneiras de participar da festa que utilizava o território por onde eles circulavam cotidianamente como palco para uma exibição exemplar das elites, posto que foram colocadas diversas barreiras econômicas para mitigar a participação da população no evento como protagonista, a despeito do diálogo simbólico entre a festa pedagógica de origem carnavalesca e os jogos que a Prefeitura pretendia combater. Isto é, embora se tenha sugerido que o entrudo e as brincadeiras carnavalescas populares tivessem como alternativa uma festa mais amena, como a Batalhas das Flores, desconsiderou-se o altíssimo custo das flores naturais para o público que, a despeito do desejo de participar, teria dificuldade em arcar com as despesas desse material, passando a substituí-lo por flores de papel ou a reduzir drasticamente seu uso. Desse modo, apesar de aparentemente se subjugarem ao modelo cultural proposto pelas elites que engendraram a Batalha das Flores como uma festa pedagógica, ensejando a redução da diversidade das brincadeiras carnavalescas, os grupos populares se apropriaram da mensagem educativa da festa e a ressignificaram (Ginzburg, 2006).

A partir das fontes imagéticas levantadas para esta pesquisa, podemos apenas supor uma reduzida adesão popular à festa, pois o número de fotografias levantadas não é representativo se comparado ao número estimado de pessoas que frequentaram a Batalha das Flores durante todas as edições. Entretanto, a carnavalização do concurso por sujeitos que decoraram os carros

ou montarias com flores de papel ou vegetação tropical, sem necessariamente romper as regras previstas pela organização, indica a relação de incorporação e readequação – portanto, a transformação – do público diante dos esforços pedagógicos da Prefeitura. Nesse sentido, apesar do desagrado que as inovações materiais provocavam, seu uso pode sugerir uma resposta da população ao estímulo para o desenvolvimento de um maior apreço por brincadeiras não violentas, que não fossem danosas a saúde ou cuja herança africana fosse muito evidente. Dessa maneira, ao ajustarem a matéria-prima utilizada na decoração, alguns participantes estariam buscando definir sua agência nas festividades da cidade. As sugestões de novos comportamentos, conduzidas tanto pela programação da festa quanto pelas silenciosas regras de convivência, foram recebidas e sintetizadas com a experiência e o manejo dos recursos disponíveis no cotidiano para os dias excepcionais de festa, sobretudo quando reinava o humor carnavalesco (Soihet, 1998).

Com isso, algumas mulheres e homens demonstraram conhecimento dos valores que lhes foram apresentados, sem, no entanto, deixarem de declarar suas próprias leituras, exercendo, assim, a pressão que desembocou na criação da Batalha de Confetti. O novo festejo idealizado em 1907 pelo jornal *Gazeta de Notícias* amalgamou elementos tanto do entrudo quanto do carnaval francês, já conhecido pelo público, inclusive, em função da própria Batalha das Flores que ocorria na cidade desde 1903. Isto é, na Batalha de Confetti, os movimentos realizados pelo público com o objetivo de romper a peneira que buscava selecionar os frequentadores da festa florida pelo critério econômico foram associados à longa presença e notoriedade do entrudo, tradicionalmente praticado pelos grupos populares nas ruas durante o carnaval.

A iniciativa da *Gazeta de Notícias* de criar uma festa carnavalesca mais acessível foi assumida pela Prefeitura no ano seguinte. Não devemos deixar de ressaltar que o franqueamento ao público, a assistência ao curso e o preço módico dos confetes não tornou a nova batalha uma celebração carnavalesca de caráter popular. Afinal, a Batalha de Confetti manteve diversos pontos de contato com a exclusivista Batalha das Flores. Ao mesmo tempo, a participação dos sujeitos oriundos das camadas populares reinventando seu desenho educativo aponta para o caráter dialógico da socialização.

Nas edições da Batalha das Flores, o tensionamento exercido pelo público sobre as restrições econômicas do evento se manifestava, ainda, nas entradas clandestinas, sem compra de ingressos, bem como na audiência através das grades do parque. Esse tipo de tensionamento pode ser compreendido como uma espécie de pressão popular para o desenvolvimento de um

tipo de diversão que reconhecesse que o público estava em atendo e, talvez, compassado com a mensagem “civilizadora” que a Prefeitura vinha comunicando, conseguindo se divertir com uma brincadeira posicionada entre, por um lado, o “refinamento” da festa francesa, e, por outro, o baixo custo e a espontaneidade do entrudo.

Vistas em conjunto, as diversas estratégias desenvolvidas pelos segmentos populares da sociedade carioca para participar da Batalha das Flores, abordadas ao longo do presente trabalho, acabariam por ultrapassar os limites entre “foliões” e “consumidores” que, a princípio, separava os que participavam da festa como pagantes e os que penetravam o espaço do parque – fosse fisicamente, com a entrada clandestina ou mesmo com as soluções criativas de adaptação dos materiais utilizados no evento, fosse pelos olhares dos que se aglomeravam do lado de fora das grades. Diante disso, esta tese demonstra que tais atitudes podem ser lidas como estratégias adotadas pelo grupos populares de reelaboração de seus próprios símbolos culturais em conjunto com as ideias propostas pelas elites políticas e econômicas do Rio de Janeiro, no contexto das reformas urbanas do início do século XX. A interferência mútua proporcionada pela circulação e coadunação cultural gerou respostas bastante originais ao convite à simples aceitação dos modelos de sociabilidade e celebração ofertados pelos organizadores da festa.

Nesse sentido, esta pesquisa destaca que a releitura dos referidos modelos pelos grupos que as elites cariocas pretendiam transformar por meio da Batalha das Flores – entendida como uma festa pedagógica – não se desenrolou como um processo de recepção passiva, sem que fosse exercida a reflexão dos sujeitos sobre os padrões de sociabilidade que lhes eram propostos. Em vez disso, o presente trabalho demonstra que as diversas estratégias de apropriação em questão constituíram um processo de resignificação por parte dos grupos populares locais frente à oferta de elementos culturais alheios a si. Embora os casos abordados neste trabalho não se tenham caracterizado como ações organizadas coletivamente por grupos populares, sua importância não deve ser menosprezada, pois voltaram-se para fins políticos, em desafio ao poder instituído – monopolizado pelos grupos “estabelecidos” (Elias; Scotson, 2000). Nesse prisma, esta tese se encerra mobilizando concepções de Deborah Lupton, segundo as quais “[a] resistência, assim, inclui modos de contestar ou de não aceitar máximas estabelecidas para a vida cotidiana” (Lupton, 2000, p. 15-48).

Por último, vale mencionar que, na contemporaneidade, apesar das profundas transformações sofridas pelo carnaval desde o período focalizado no presente trabalho, o observador atento pode perceber algumas reminiscências de diferentes tempos históricos que a festa é capaz de fazer emergir. Desse modo, é interessante finalizar esta pesquisa sobre a Batalha

das Flores com o movimento de avanço sobre o presente, pois “[a] história é uma dialética da duração; por ela, graças a ela, é estudo do social, de todo o social, e, portanto, do passado, e, portanto, também do presente, um e outro inseparáveis” (Braudel, 2007, p. 98).

Em meados de 2023, os deputados estaduais da Bahia aprovaram um projeto de lei que proíbe o uso de pistolas de água durante o carnaval e em outras festas de rua no estado. Após ser sancionada pelo governador Jerônimo Rodrigues, a Lei n.º 14.584, de 2 de junho de 2023, foi regulamentada pelo Decreto n.º 22.594, de 29 de janeiro de 2024 (Bahia, 2023; 2024). A motivação da proibição foi a grande quantidade de denúncias de agressões contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ que ocorreram no carnaval de Salvador em 2023¹¹⁴. Preenchidos com água e, algumas vezes, urina, os brinquedos eram usados para alvejar as pessoas inadvertidamente, o que traz à tona lembranças do entrudo praticado no Rio de Janeiro.

Figura 73 – Homem molha as partes íntimas de uma mulher no carnaval em Salvador



Fonte: Paula Fróes – Arquivo do Jornal Correio, 2024.

Em um dos casos registrados no carnaval de Salvador, em 2023, uma mulher foi agredida em meio a uma discussão após ter sido molhada por um dos foliões do bloco “As Muquiranas”, em que tradicionalmente desfilam homens vestidos com roupas femininas carregando pistolas de água¹¹⁵. No carnaval de 2024, a Polícia Militar baiana recolheu as pistolas e outros brinquedos que atirassem jatos d’água, ao passo que o governo do estado

¹¹⁴ Cf. Terra, 2024; Correio, 2024.

¹¹⁵ Cf. G1-BA; TV Bahia, 2023.

realizou uma campanha para orientar os foliões sobre a proibição de tais objetos no carnaval¹¹⁶, apertando o cerco com medidas repressivas acompanhadas de ações pedagógicas.

Figura 74 – Campanha educativa do governo estadual da Bahia para o carnaval de 2024



Nota: Material da campanha educativa de combate à violência contra as mulheres no carnaval da Bahia em 2024, ação da qual fez parte a proibição às pistolas de água.

Fonte: Fernando Viva – Governo da Bahia. Reprodução: Terra, c2024.

Nos dois tempos e espaços em diálogo nestas linhas – séculos XX e XXI, Rio de Janeiro e Salvador –, há razão na implementação do controle. De fato, as brincadeiras baseadas em molhadeiras causavam e – e ainda causam – desconforto nas pessoas que são submetidas aos jatos d’água sem o acordo que sela a adesão ao jogo. Diante disso, faz-se importante a mediação do Estado entre as diversas formas de expressão cultural ou brincadeiras populares e o direito a não ser constrangido ou abusado. O que precisa ser analisado de forma bastante atenta é se a balança do Estado não pesa mais para ações abusivas ou deliberadamente autoritárias sobre grupos sociais determinados, em vez de atuar como uma ferramenta de controle aos atos inapropriados específicos.

¹¹⁶ Cf. G1-BA, 2024; Agência Brasil, 2024.

Em fevereiro de 2024, os blocos arrastavam milhares de pessoas pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro. O carnaval da capital fluminense passou por diversas transformações desde que Pereira Passos governou a cidade. As molhadeiras dividem a preferência com outros joguetes e não mais respondem pelo nome de entrudo. Questões como segurança pública, ordenamento urbano, trânsito, limpeza e outros assuntos demandam tamanha atenção da administração pública que, mesmo marcando presença discretamente para refrescar a alegria das multidões em meio às temperaturas escaldantes do verão carioca, as práticas de brincar o carnaval com água raramente sofrem interferência dos agentes públicos. Entre o colorido cintilante das fantasias, por vezes, cruzam o céu os esguichos de pistolas de água, borrifadores, pulverizadores e outras releituras das velhas bisnagas.

Na terça-feira do carnaval de 2024, os foliões do bloco “Cachorro cansado”, que desfila pelas ruas do bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro, divertiram-se durante a cena registrada pela câmera de um celular que “viralizou” na internet. No vídeo do qual a imagem que se segue faz parte (Figura 75), podemos ver Dja Marthins, uma mulher negra de 80 anos de idade, com os cabelos grisalhos, na sacada de seu apartamento a molhar com uma mangueira o enorme grupo de pessoas que canta “vovó, eu te amo!”, enquanto dança e se diverte.

Figura 75 – Dja Marthins joga água em foliões no carnaval do Rio de Janeiro em 2024



Fonte: Rede Globo; Globoplay, 2024. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12360999>. Acesso em: 30 jun. 2024.

Na entrevista que concedeu ao programa Encontro, da Rede Globo, Dja Marthins deixou claro que a brincadeira de molhar os foliões não fora uma ideia originalmente sua; ela apenas

teria acompanhado o vizinho do prédio em frente que utilizava um balde para molhar o bloco, lançando mão da mangueira por não conseguir carregar o peso.

Diante dessas informações, percebemos que o carnaval carioca tem múltiplas faces. Entre as de maior projeção, destacam-se os desfiles das Escolas de Samba do Grupo Especial e da Série Ouro, realizados com fomento da Prefeitura em um espaço construído exclusivamente para este espetáculo, o Sambódromo, atraindo visitantes do mundo inteiro. Ao mesmo tempo, as brincadeiras praticadas nas ruas trazem reminiscências de práticas antigas.

Dentre essas brincadeiras, a protagonizada por Dja Marthins, por exemplo, é típica da região compreendida pelo Centro e Zona Sul da capital fluminense, configurando, portanto, um espaço delimitado da cidade. Em outras regiões, há formas bastante peculiares de celebração que não costumam ser abordadas pela mídia ou transformadas em produtos turísticos, como os grupos de bate-bolas, grupos de gorilas, blocos de embalo, blocos de enredo, grupos de fantasia, afoxés, blocos afro e muitas outras manifestações que animam os subúrbios.

Durante as reformas urbanas do início do século XX, as intervenções no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro pretendiam transformar as pessoas, valendo-se de múltiplos canais. As festas carnavalescas foram colocadas, simultaneamente, como objetos e vetores dos ideais de “modernidade” e “civilização” que se pretendia apresentar para a sociedade em formação. Ainda que por caminhos distintos, tanto o entrudo quanto a Batalha das Flores foram festas que se submeteram a adaptações a fim de continuarem existindo, sintetizando-se na Batalha de Confetti. A despeito da distância temporal e dos múltiplos processos que separam o objeto desta pesquisa e a contemporaneidade, é interessante notar que as formas de brincar o carnaval possibilitem o reconhecimento de dinâmicas festivas inscritas na memória. Nesse sentido, podemos apreciar determinados vestígios de brincadeiras carnavalescas praticadas há séculos nos movimentos realizados pelos foliões recentes.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual; um elo vivido do eterno presente [...]. Porque é efetiva e mágica, a memória não se efetiva a detalhes que se confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas ou projeções. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (Nora, 1993, p. 9).

A amenidade das molhadeiras praticadas por Dja Marthins da sacada de seu apartamento respondeu à iniciativa do vizinho de esvaziar os baldes sobre a multidão de foliões,

seguida pela aceitação dos brincantes. Assim, o que podemos identificar, na descrição dessa cena, não é o entrudo propriamente dito. Há uma enorme distância temporal e muitos processos históricos separando o episódio envolvendo a senhora Dja e o bloco “Cachorro cansado”, em 2024, e a prática do entrudo que concorreu com a Batalha das Flores, no início do século XX. No entanto, podemos comparar o hábito dos cariocas de brincarem molhando uns aos outros durante o carnaval à fina poeira que se esconde sub-repticiamente na cena carnavalesca e, diante dos movimentos acelerados sob o sol escaldante, revela-se uma nuvem chamada memória. Baixada a poeira, parte dela gruda nas peles suadas e molhadas e é transportada até o próximo furdunço em outra esquina da cidade; nos próximos carnavais.

Há, também, os desfiles das Escolas de Samba do Grupo Especial que, apesar de diferirem completamente da Batalha das Flores no que concerne à sua história e, principalmente, a seu grupo social de origem, dialogam com a festa florida em relação ao papel educativo que realizam e à espetacularização das apresentações. No *site* oficial da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (Riotur), o desfile das Escolas de Samba da cidade é apresentado como o ápice da celebração carnavalesca, recebendo o título de maior espetáculo da Terra (Riotur, c2024).

Em 2024, a Prefeitura investiu R\$ 40,8 milhões nas Escolas de Samba que desfilaram no Sambódromo durante o carnaval. Neste ano, passaram pela Marquês de Sapucaí doze Escolas de Samba do Grupo Especial e dezesseis da Série Ouro, com mais de 60 mil pessoas desfilando, além das dezessete Escolas Mirins (cf. Rio de Janeiro, 2024).

O espetáculo a céu aberto é transmitido por grandes emissoras de televisão e os ingressos para assistir aos desfiles dos mais variados setores, desde os populares até as arquibancadas, costumam esgotar com meses de antecedência. O público curioso por acompanhar o desenvolvimento dos enredos em carros alegóricos, fantasias e sambas, mas que não pode comprar os caríssimos ingressos, costuma tentar participar da festa circulando pela concentração dos componentes das Escolas de Samba na grande Avenida Presidente Vargas, que dá acesso ao espaço onde os desfiles se desenvolvem, ou no alto do viaduto que passa paralelamente ao Sambódromo.

Figura 76 – Público assiste a desfiles das Escolas de Samba do Rio do alto do viaduto



Fonte: Giovanni Mourão – Jornal Extra, 2022.

Figura 77 – Pessoas assistem à entrada das Escolas de Samba no Sambódromo às margens do canal da Av. Presidente Vargas



Fonte: Giovanni Mourão – Jornal Extra, 2022.

Os desfiles têm uma potência pedagógica significativa. Em termos de movimentos, a princípio, o percurso dos carros alegóricos em uma via para a observação do público nos permite fazer uma referência ao curso realizado na Batalha das Flores e na Batalha de Confetti. No entanto, no caso dos desfiles das Escolas de Samba, sua estruturação dramática investe em uma comunicação inovadora e imersiva, operada por elementos diversos, como figurino, som, iluminação, coreografias e efeitos visuais, promovendo o envolvimento e a interação do público através do canto e da amplificação de debates restritos a determinados segmentos da sociedade.

Em 2024, pelo menos cinco Escolas de Samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro basearam seus enredos em livros. Dentre elas, a Portela desfilou na avenida com um enredo que oferecia para a população a representação do romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, lançado em 2006 pela editora Record. Apenas 24 horas após o desfile, o livro teve o estoque esgotado no *site* de vendas da Amazon, e os interessados em comprá-lo diretamente da editora também precisaram aguardar a reposição dos exemplares. Este fenômeno aponta não apenas para a propaganda que o desfile proporcionou, mas também para as oportunidades de difusão do conhecimento para além dos círculos acadêmicos ou letrados que as festas proporcionam. Além do incentivo à leitura e da dinamização do debate sobre enredos afro-centrados entre o grande público, é fundamental termos em mente que as festas, em qualquer tempo, possuem um teor pedagógico porque proporcionam acesso ao conhecimento por meio de experiências imersivas e sensoriais que trazem oportunidades de interações entre os indivíduos.

Como foliã e pesquisadora, sonho com uma síntese dialética ao ver esta pesquisa que buscou compreender as tentativas de conter algumas emoções no carnaval e proporcionar outras, explodir em arroubos quentes, sonoros, barulhentos, multicoloridos e cintilantes ao se tornar enredo de alguma escola de samba. Ser representada e apresentada na avenida por comunidades de trabalhadores que compõem o corpo das escolas e se reinventam a cada tentativa de transformar seu bem cultural em mercadoria. Nesta noite jubilosa, os caracteres até aqui percorridos pelo mais caro leitor se transformarão em pequeninos pedacinhos de papel metalizado a iluminar o céu; as grades e os camarotes cairão; e cada um dos espectadores tomará para si o seu fragmento da história, descivilizando a festa a caminho da apoteose.

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS CONSULTADOS NA HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). A Notícia (RJ) – 1884 a 1910.

BNDIGITAL, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Cidade do Rio (RJ) – 1887 a 1902.

BNDIGITAL, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/cidade/085669>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Correio da Manhã (RJ) – 1901 a 1909.

BNDIGITAL, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/correio/089842>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Diário de Notícias (RJ) – 1885 a 1895.

BNDIGITAL, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/diario/369365>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Gazeta da Tarde (RJ) – 1880 a 1901.

BNDIGITAL, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/gazeta/226688>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Gazeta de Notícias (RJ) – 1875 a 1910.

BNDIGITAL, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/gazeta/103730>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Jornal do Brasil (RJ) – 1890 a 1909.

BNDIGITAL, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Jornal do Commercio (RJ) – 1890 a

1909. **BNDIGITAL**, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em:
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Kosmos – Revista Artística, Científica e Litteraria (RJ) – 1904 a 1909. **BNDIGITAL**, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em:

<https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/kosmos/146420>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). O Malho (RJ) – 1902 a 1910.

BNDIGITAL, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/O-malho/116300>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). O Paiz (RJ) – 1884 a 1910. **BNDIGITAL**, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/paiz/178691>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Revista Careta (RJ) – 1909 a 1910. **BNDIGITAL**, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/careta/083712>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Revista Ilustrada – 1876 a 1898. **BNDIGITAL**, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/revista/332747>. Acesso em: 2 jul. 2024.

REFERÊNCIAS GERAIS

ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ABREU, Martha. Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994, p. 183-203. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1985>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ABREU, Mauricio de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

AGÊNCIA BRASIL. Polícia Militar recolhe pistolas de água no carnaval em Salvador. **Carta Capital**. [S. l.], 9 fev. 2024. Disponível em: www.cartacapital.com.br/sociedade/policia-militar-recolhe-pistolas-de-agua-no-carnaval-em-salvador. Acesso em: 3 jul. 2024.

AGUIAR, Thiago Borges de; LEONARDI, Paula; PERES, Fernando Antonio. Ginzburg na oficina do historiador da educação: algumas considerações metodológicas. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. e029, 2021. DOI: 10.14393/che-v20-2021-29. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/60377>. Acesso em: 24 jan. 2023.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. A educação escolar Apinayé na perspectiva bilíngue e intercultural. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 299-322, dez. 2011. DOI: 10.21713/2358-2332.2011.v8.255. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/255>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ALVES, Claudia. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, MG, v. 33, n. 67, p. 27-55, 2019. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v33n67a2019-47879. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47879>. Acesso em: 7 jun. 2023.

ALVES, Sirlene Ribeiro. Heitor dos Prazeres – Arte, luta e resistência negra. CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 10., 2018, Uberlândia, MG. **Anais eletrônicos** [...]. Uberlândia, MG: Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), 2018. Disponível em: www.copene2018.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares. Acesso em: 2 jul. 2024.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, v. 14, n. 14, p. 125-136, 1995.

ARAÚJO, Alberto Filipe de Abreu; ARAÚJO, Joaquim Machado. Dos ideais e do simbolismo da Festa da Árvore na I República. In: MOGARRO, M. J.; CUNHA, M. T. S. (Org.). CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., Lisboa, jul. 2012. **Anais** [...]. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. p. 3247-3251. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/13037>. Acesso em: 2 jul. 2024.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARAÚJO, Vânia Maria Mourão. “...Ou então é influência da cor”: os personagens negros nos carnavais brasileiros na primeira metade do século XX. 2018. 271 f. Tese (Doutorado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/7362>. Acesso em: 3 jul. 2024.

ARIÉS, Philippe. **A Criança e a vida familiar no Antigo Regime**. Relógio D'Água: Lisboa, 1988.

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica. **Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 45-55, 2006. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/contemporanea/article/view/17576/12953>. Acesso em: 2 jul. 2024.

AZEVEDO, André Nunes de. **A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Mauad X, 2016.

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. **Rev. Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 10, p. 39-79, maio/ago. 2003. Disponível em: www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf. Acesso em: 2 jul. 2024.

BAHIA. **Decreto n.º 22.594, de 29 de janeiro de 2024**. Regulamenta a Lei nº 14.584, de 2 de junho de 2023, que proíbe, no âmbito do Estado da Bahia, a utilização de ‘pistolas de água’ e congêneres, durante o carnaval e festas de rua, [...]. Salvador, 2024. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/decreto-n-22594-2024-bahia-regulamenta-a-lei-no-14-584-de-02-de-junho-de-2023-que-proibe-no-ambito-do-estado-da-bahia-a-utilizacao-de-pistolas-de-agua-e-congeneres-durante-o-carnaval-e-festas-de-rua-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BAHIA. **Lei n.º 14.584, de 2 de junho de 2023.** Proíbe, no âmbito do Estado da Bahia, a utilização de ‘pistolas de água’ e congêneres, durante o carnaval e festas de rua, [...]. Salvador, 2024. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-14584-2023-bahia-proibe-no-ambito-do-estado-da-bahia-a-utilizacao-de-pistolas-de-agua-e-congeneres-durante-o-carnaval-e-festas-de-rua-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.** São Paulo: HUCITEC; Brasília, DR: Editora da UnB, 1999.

BARCHI, Felipe Yera; CUNHA, Fabiana Lopes da. As letras e a nação: Olavo Bilac e suas crônicas sobre educação (1900-1906). **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. e008, 2020. DOI: 10.14393/che-v20-2021-8. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/58223>. Acesso em: 23 maio 2023.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma.** São Paulo: Ática, [c1915]. (Bom Livro). Disponível em: www.dominipublico.gov.br/download/texto/bv000159.pdf. Acesso em: 2 jul. 2024.

BARRETO, Lima. **Recordações de Isaías Caminha.** 2. Ed. Rio de Janeiro: A. de Azevedo & Costa, 1917.

BARROS, José D’Assunção. **História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BÊDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** 5. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BENCHIMOL, Jaime L. **Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1992. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/945>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987^a. (Obras Escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão.** 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única.** 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987^b. (Obras Escolhidas, v. 2).

BERÇOT, Fernando Santos. As capitais no palco: teatro e sociedade na Europa oitocentista. **Topoi**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 207-210, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X013025013>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BETHELL, Leslie. Conferências Pan-Americanas. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930).** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BORA, Leonardo Augusto. Frestas, flores e fogueiras no carnaval de Nice de 2017, “Roi de l’énergie”. **Policromias**, Rio de Janeiro, v. 5, número especial, p. 81-111, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/38412>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BOURDIEU, Pierre. Campo de poder, campo intelectual. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987. P. 183-202.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL, Bruno. Correio da Manhã. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca Nacional Digital: Hemeroteca**. Rio de Janeiro, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha>. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL, Bruno. O Paiz. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca Nacional Digital: Hemeroteca**. Rio de Janeiro, 2 abr. 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz>. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no Município da Corte e o superior em todo o Império. **Coleção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 196-216, 1880. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BRASIL. Lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. **Primeiro Livro de Leis da Secretaria d’Estado dos Negócios da Justiça**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 135, 1850. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm. Acesso em: 2 jul. 2024.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade**. 2007. 434 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1605900>. Acesso em: 2 jul. 2024.

CAMARA, Sônia. As damas da assistência à infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930). **História da Educação**, [S. l.], v. 21, n. 53, p. 199-218, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/66363>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaios sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo: Nobel, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006b.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CHAMON, Carla Simone. Festas no império: Pedagogia cívica em Minas Gerais nos primeiros anos do Império. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 30, p. 93-106, dez. 1999. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46981999000200009&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 31 jul. 2023.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da Cidade do Rio de Janeiro: quatro séculos de histórias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008.

COLLARES, Darli. **Epistemologia genética e pesquisa docente: estudo das ações no contexto escolar**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

CORREIO. Pistolas de água fora do Carnaval: lei vai proibir uso do objeto na folia. **Jornal Correio**. [S. l.], 28 jan. 2024. Disponível em: www.correio24horas.com.br/carnaval-2024/pistolas-de-agua-fora-do-carnaval-lei-vai-proibir-uso-do-objeto-na-folia-0124. Acesso em: 30 jun. 2024.

COSTA, Amanda Danelli. **Cidade, reformas urbanas e modernidade: o Rio de Janeiro em diálogo com João do Rio e Augusto Malta**. 2011. 178 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.21717>. Acesso em: 2 jul. 2024.

CUNHA Cyntia Simioni; FRANÇA, Nara Rubia de Carvalho; SILVA, Fabio Luiz da. Educação política das sensibilidades e arquitetura escolar. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 5, n. 14, p. 859-873, maio/ago. 2020.

CUNHA, Fabiana Lopes da. Tentando Regrar o Carnaval: índios, diabinhos e outros mascarados. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., São Paulo, jul. 2011. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. Disponível em: www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares. Acesso em: 2 jul. 2024.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. “Você me conhece?” Significados do carnaval na belle époque carioca. **Projeto História**, São Paulo, v. 13, p. 93-108, 1996. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11259/8267>. Acesso em: 2 jul. 2024.

DONA Dja Marthins fez sucesso nas redes ao ser filmada jogando água nos foliões no Rio de Janeiro. Encontro com Patrícia Poeta. Rio de Janeiro: Rede Globo; Globoplay, 16 fev. 2024. Programa de TV (7min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12360999>. Acesso em: 2 jul. 2024.

DUARTE, Claudia Brack. **Plano de gestão para o Campo de Santana**: subsídios e considerações. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/798972.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2024.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003. (Edições do Senado Federal, v. 1). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1071>. Acesso em: 5 jun. 2024.

EL-KAREH, Almir Chaiban. Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX. In: FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **150 anos de subúrbio carioca**. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj; EdUFF, 2010.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. v. 1.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EXTRA. Arquibancada ‘0800’: torcedores assistem a desfiles no Rio às margens do canal da Presidente Vargas. **Jornal Extra**. Rio de Janeiro, 22 abr. 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/carnaval/arquibancada-0800-torcedores-assistem-desfiles-no-rio-as-margens-do-canal-da-presidente-vargas-25485315.html>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FARIA, Marcelo; CAMARGO, Robson. Teatralidade e carnavalização. Zé Pereira no final do séc. XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], v. 1, n. 80, p. 142-165, dez. 2021. Disponível em: www.revistas.usp.br/rieb/article/view/193398. Acesso em: 2 jul. 2024.

FAZENDA, José Vieira. **Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179495>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FCRB (Fundação Casa de Rui Barbosa). **Projeto O Malho**. Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <http://omalho.casaruibarbosa.gov.br>. Acesso em: 5 jun. 2024.

FEIJÃO, Rosane. **Moda e modernidade na Belle Époque carioca**. São Paulo: Estação das Letras e cores, 2011.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **Escolas de Samba**: sujeitos celebrantes e objetos celebrados. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. (Coleção Memória carioca, v. 3).

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. O carnaval e a modernização do Rio de Janeiro. **Geopaisagem**, [S. l.], ano 2, n. 4, não paginado, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/carnaval.htm>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. *In*: VARELLA, Flávia *et al.* **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. P. 121-124.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. 20. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Hemeroteca digital. **BNDIGITAL**, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

G1-BA. Pistolas de água são proibidas no carnaval da Bahia. **Portal G1-BA**. Salvador, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/01/29/proibicao-das-pistolas-de-agua-passa-a-valer-no-carnaval-2024-na-bahia-governador-sancionou-lei-nesta-segunda-feira.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2024.

G1-BA; TV BAHIA. Foliona é agredida por integrantes do bloco ‘As Muquiranas’ no carnaval de Salvador. **Portal G1-BA**. Salvador, 23 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/carnavalnabahia/noticia/2023/02/23/foliona-e-agredida-por-associados-do-bloco-as-muquiranas-no-carnaval-de-salvador-veja-video.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2024.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. *In*: INSTITUT International des Droits de l’Enfant (IDE). (Org.). **Seminário Direito à Educação**: solução para todos os problemas ou problema sem solução?. Sion, Suíça: IDE, 2005. p. 1-11.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. A intendência de polícia e a civilização do Rio de Janeiro oitocentista. **Urbana**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 376-401, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635307>. Acesso em: 16 ago. 2022.

GEBARA, Ademir. Civilização e descivilização na América Latina: o caso brasileiro. *In*: GOETTER, Jones; SARAT, Magda. (Org.). **Tempos e espaços civilizadores**: diálogos com Norbert Elias. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009. p. 13-31.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. *In*: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 3-21.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GÓES, Fred. O carnaval elegante de Figueiredo Pimentel. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 21-31, nov. 2015. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/tecap/article/view/16474. Acesso em: 2 jul. 2024.

GOETTER, Jones; SARAT, Magda. (Org.). **Tempos e espaços civilizadores**: diálogos com Norbert Elias. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.

GOMES, Clecia Aparecida. Urbanismo e Educação: ideários modernos nas Engenharias da Nação. Rio de Janeiro, anos iniciais do século XX. **Revista de História**, [S. l.], n. 179, p. 1-30, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.161592. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/161592. Acesso em: 17 jun. 2023.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves; SAMPAIO, Thiago. Ciência pela força? Dr. Abílio Cesar Borges e a propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade (1856-1876). **Acta Scientiarum Education**, Maringá, PR, v. 32, n. 1, p. 75-82, 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-52012010000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2023.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GORBERG, Marissa. **Parc Royal**: um magazine na modernidade carioca. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/10883>. Acesso em: 2 jul. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HERMANN, Jacqueline. O rei da América: notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil. **Topoi**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 124-158, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X008015006>. Acesso em: 2 jul. 2024.

HOBBSBAWN, Eric. A Invenção das Tradições (Introdução). In: HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. (Org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KNAUSS, Paulo. Prefácio. In: DE PAOLI, Paula Silveira. **Entre relíquias e casas velhas**: a arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

KOSSELECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.

KUHLMANN JR., Moyses. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: EdUSF, 2001. (Série Estudos CDAPH).

LAGE, Ana Cristina Pereira. Imprensa e História da Educação. In: HISTEDBR, Grupo de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. (Org.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas, SP: Faculdade de Educação da Unicamp, 2006. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/imprensa-e-historia-da-educacao. Acesso em: 5 jun. 2024.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre a experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEONARDI, Paula. Memória, monumentos e educação: a distribuição no espaço e no tempo dos colégios católicos na cidade do Rio de Janeiro. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 22, n. 37, p. 151-170, 2019. DOI: 10.24934/eef.v22i37.2755. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/2755>. Acesso em: 3 jul. 2024.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Impressos: veículos de publicidades, fontes para história da educação. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/21702>. Acesso em: 24 jan. 2023.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOPES, Nei. **Partido-alto**: samba de bamba. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

LUPTON, Deborah. Corpos, Prazeres e Práticas do eu. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 15-48, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46831/29115>. Acesso em: 2 abr. 2023.

MACHADO, Izamara Bastos. **A imprensa no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2005. 128 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/IzamaraBastosMachado.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O papel educativo da imprensa na formação do cidadão republicano brasileiro: a atuação de Rui Barbosa e José Veríssimo. **História & Perspectivas**, Uberlândia, MG, v. 1, n. 38, p. 213-235, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19170/10314>. Acesso em: 11 maio 2024.

MARTINEZ, Alessandra. **Educar e instruir**: a instrução popular na Corte Imperial – 1870 a 1889. 1997. 300 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

MARTINS, Willian de Souza. Transformações da festa do Divino Espírito Santo no Rio de Janeiro. **Revista História**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 90-110, 2017. ISSN 1983-0831.

MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade. (Org.). **Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de. É possível uma pedagogia da cidade?. **Revista HISTEDBR**, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 212-221, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639815>. Acesso em: 18 jan. 2022.

MELO, Victor Andrade de. Educação, civilização, entretenimento: o Tivoli – um parque de diversão no Rio de Janeiro do século XIX (1846-1848). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, PR, v. 20, n. 50, p. e114, abr. 2020. Disponível em: www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/49891/751375149877. Acesso em: 3 jul. 2024.

MELO, Victor Andrade de; KARLS, Thaina Schwan. Novas dinâmicas de lazer: as fábricas de cerveja no Rio de Janeiro do século XIX (1856-1884). **Movimento**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 147-160, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.69803>. Acesso em: 6 jun. 2024.

MELO, Victor Andrade de. O automóvel, o automobilismo e a modernidade no Brasil (1891-1908). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 187- 203, set. 2008. Disponível em: www.redalyc.org/pdf/4013/401338534013.pdf. Acesso em: 3 jul. 2024.

MELO, Victor Andrade de. O esporte como forma de lazer no Rio de Janeiro do século XIX e década inicial do XX. In: MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade. (Org.). **Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 17-48.

MELO, Victor Andrade de; SCHETINO, André. A bicicleta, o ciclismo e as mulheres na transição dos séculos XIX e XX. **Rev. Estudos Feministas**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 111-134, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100007>. Acesso em: 3 jul. 2024.

MIGUEL GUSTAVO. **Café Soçaite**. Intérprete: Jorge Veiga. Rio de Janeiro: Copacabana Records, 1955. Recurso digital (2min 33s). Disponível em: <https://discografiabrasileira.com.br/fonograma/129529/cafe-socaite>. Acesso em: 2 jul. 2024.

MONTEIRO, Débora Paiva. O mais querido “fora da lei”: um estudo sobre o entrudo na cidade do Rio de Janeiro (1889-1910). ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 14., Rio de Janeiro, jul. 2010. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio; Unirio, 2010. Disponível em: www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276734712_ARQUIVO_MONTEIRO_2010__ANPUHRJ.pdf. Acesso em: 3 jul. 2024.

MORAES, Eneida de. **História do carnaval carioca**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

MOREIRA, Paulo Renato Menezes. **O que se disse do que se fez: os jornais e a Grande Reforma Urbana**, Rio de Janeiro 1903-1906. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/13195>. Acesso em: 3 jul. 2024.

NEEDEL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Margarida de Souza. **As vitrines do progresso**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1986.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 3 jul. 2024.

NUNES, Clarice. Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. (Org.). **Os missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro – 1870-1937**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 155-224.

NUNES, Clarice. (Des)Encantos da Modernidade Pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 371-398.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. A Festa da Glória: festas, irmandades e resistência cultural no Rio de Janeiro Imperial. **História Social**, Campinas, SP, v. 7, n. 7, p. 19-48, 2000. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/483>. Acesso em: 3 jul. 2024.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Devoção e Caridade: irmandades religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889)**. 1995. 305 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

PAULILO, André Luiz. Os artífices da metrópole: anotações sobre a transformação da vida urbana carioca depois da Belle Époque. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 25, n. 87, p. 513-534, ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200010>. Acesso em: 5 jun. 2024.

PECHMAN, Robert M. **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

PEREIRA, Leonardo Affonso Miranda. **O carnaval das letras**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. São Paulo: PUC-SP; Rio de Janeiro: Forense, 1970.

POLLACK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Rafael Winter. Rio de Janeiro e a Avenida Beira-Mar: desejo de paisagem e cidade balneário nas primeiras décadas do século XX. **Confin**, [S. l.], v. 39, n. 39, não paginado, jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confin.18065>. Acesso em: 15 jun. 2024.

RIO DE JANEIRO (RJ). Boletim da Intendência Municipal de 1903. In: ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Boletim da Intendência Municipal**, Rio de Janeiro, c1903. Disponível em: www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/boletim-da-camara-municipal. Acesso em: 3 jul. 2024.

RIO DE JANEIRO (RJ). Carnaval 2024 deve movimentar R\$ 5 bilhões na economia da cidade. **Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 9 fev. 2024. Disponível em: <https://prefeitura.rio/desenvolvimento-urbano-e-economico/carnaval-2024-deve-movimentar-r-5-bilhoes-na-economia-da-cidade>. Acesso em: 30 jun. 2024.

RIO DE JANEIRO (RJ). **Mensagem do Prefeito do Distrito Federal Lida na Sessão do Conselho Municipal de 1º de setembro de 1903**. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1906.

RIO DE JANEIRO (RJ). **Portal Augusto Malta**, Rio de Janeiro, 18 ago. 2008. Disponível em: <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/blog-post/augusto-malta-dono-da-memoria-fotografica-do-rio>. Acesso em: 5 jun. 2024.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. [S. l.]: Domínio Público, c1908. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000039.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.

RIOTUR. Grupo Especial do Carnaval 2024. In: RIO DE JANEIRO (RJ). **Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, c2024. Disponível em: https://riotur.rio/que_fazer/grupo-especial-do-carnaval-2024. Acesso em: 30 jun. 2024.

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra. Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, PR, v. 17, n. 1 (44), p. 89-115, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v17n1.827>. Acesso em: 3 jul. 2024.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições**: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1986.

SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. **Congregação da Escola Normal**: da legitimidade outorgada à legitimidade (re)conquistada (1880-1910). 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2008_1-260-ME.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

SANTOS, Heloísa Helena Meirelles dos. Praça d'Aclamação, 56: A Escola Normal Republicana. **Democratizar**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 17-27, jan./jul. 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. Milton Santos: **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2013.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 2008.

SANTUCCI, Jane. **Cidade rebelde**: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SCHETTINI, Cristiana. **“Que tenhas teu corpo”**: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1931. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Nobel, 1996.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. As religiões como agentes da socialização. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 15-25, 2008. DOI: 10.1590/S1413-45192008000200002. Disponível em: www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11855. Acesso em: 20 set. 2023.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SILVA, Beatriz Coelho. **Negros e judeus na Praça Onze**: a história que não ficou na memória. Rio de Janeiro: Bookstart, 2015.

SILVA, Isabel Corrêa da. Arquivo Pessoal do conselheiro Camelo Lampreia. *In*: ROSA, Maria de Lurdes. (Ed.). **Arquivos de Família, séculos XIII-XX**: que presente, que futuro?. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais; CHAM – Centro de História de Além-Mar; Editora Caminhos Romanos, 2012. p. 437-448.

SILVA, José Cláudio Sooma; RIZZINI, Irma; SILVA Maria de Lourdes. Remodelar a capital carioca e sua gente: educação e prevenção nos anos 1920. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 38, p. 199-225, set./dez. 2012. Disponível em: www.scielo.br/j/heduc/a/Zm7z6RjRSk5MMh85vQFQ8yC. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, José Cláudio Sooma. **Teatros da modernidade**: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920. 2009. 321 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.btd.uerj.br/handle/1/10482>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. Freguesia de Santana na Cidade do Rio de Janeiro: territórios e etnia no último quartel do século XIX. **Urbana**, Campinas, SP, v. 7, n. 10, p. 262-281, 2015. DOI: 10.20396/urbana.v7i1.8642556. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642556>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da. Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S. l.], v. 11, p. e20180179, 2019. DOI: 10.1590/2175-3369.011.e20180179. Disponível em: www.scielo.br/j/urbe/a/RZQZ3vhLgqTmYWXQXZrqSgJ/#. Acesso em: 3 jul. 2024.

SILVA, Sergio Luiz Pereira da; REZENDE Dolores Eugênia de. Memórias subterrâneas na fotografia de Augusto Malta: imagens, disputas e identidades no Brasil da modernidade. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 8 n. 13, p. 258-279, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/65989>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SIMSON, Olga R. de Moraes Von. Mulher e carnaval: mito e realidade (análise da atuação feminina nos folguedos de Momo desde o entrudo até as Escolas de Samba). **Revista de História**, [S. l.], n. 125-126, p. 7-32, 1992. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i125-126p7-32. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18661. Acesso em: 3 jul. 2024.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso**: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. Governo de crianças: O Instituto Profissional João Alfredo (1910-1933). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 38, p. 149-166, set./dez. 2012. Disponível em: www.scielo.br/j/heduc/a/3Szs8mWfXrCT7fbsHTGJ6sS/abstract/?lang=pt. Acesso em: 3 jul. 2024.

TERRA. Carnaval da Bahia: Governo sanciona lei que proíbe uso de pistola de água. **Portal Terra**. [S. l.], 31 jan. 2024. Disponível em: www.terra.com.br/diversao/carnaval/salvador/carnaval-da-bahia-governo-sanciona-lei-que-proibe-uso-de-pistola-de-agua,5c9f0d3602373e6bd0059a0dd48d5984i9o5vuiv.html. Acesso em: 3 jul. 2024.

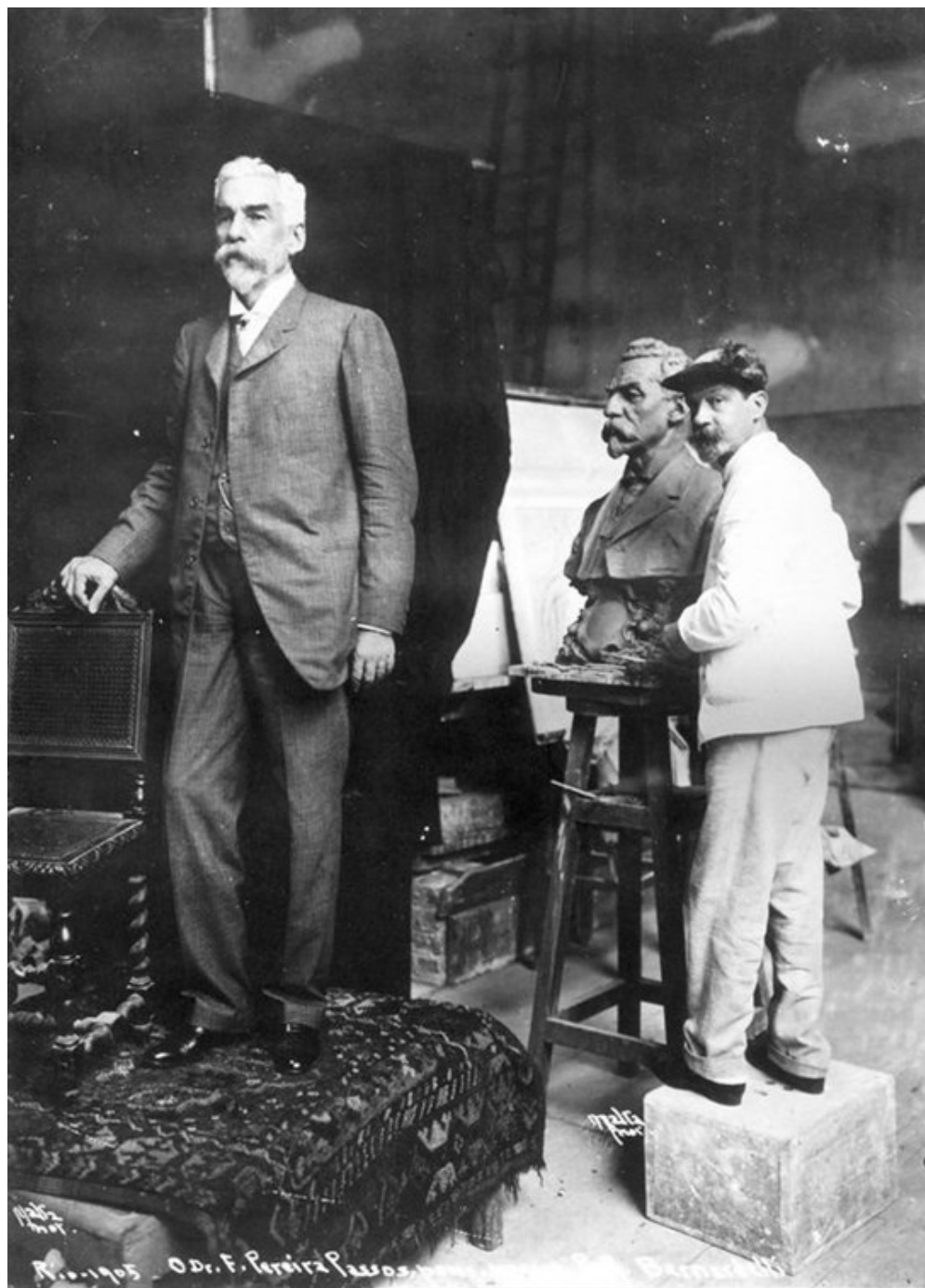
VEIGA, Cynthia Greive. Civilizar: tensões entre violência e pacificação nas relações de alunos e professores na institucionalização da escola pública elementar, Brasil, século XIX. *In*: GOETTER, Jones; SARAT, Magda. (Org.). **Tempos e espaços civilizadores**: diálogos com Norbert Elias. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009. p. 83-101.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. *In*: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação do Brasil**. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 399-421.

VERNIN, Lenna Carolina da Silva Solé. **Campo de histórias e batalha pela memória**: usos possíveis do Campo de Santana na prática da educação patrimonial. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433645>. Acesso em: 3 jul. 2024.

ANEXO A – Prefeito Pereira Passos em fotografias de Augusto Malta

Figura 78 – Pereira Passos posa para escultor Rodolfo Bernadelli (1905)



Fonte: Augusto Malta, c1905 (Arquivo IHGB).

Figura 79 – Pereira Passos assina pedra fundamental de monumento (1906)



Nota: Na fotografia, o prefeito Pereira Passos assina ata da pedra fundamental de monumento em sua homenagem na Praia de Botafogo, em 1906, com o intuito de se inscrever na memória do espaço urbano carioca.

Fonte: Augusto Malta, c1906 (Coleção Família Passos – Museu da República).

Figura 80 – Pessoas formam corredor para saída do cortejo fúnebre de Pereira Passos (1913)



Nota: Na fotografia, pessoas formam um corredor para a saída do cortejo fúnebre de Pereira Passos do Palácio Municipal, localizado no Campo de Santana, em 1913.

Fonte: Augusto Malta, c1913 (Coleção Augusto Malta – Arquivo MIS-RJ).

Figura 81 – Passagem do cortejo fúnebre de Pereira Passos pelo Campo de Santana (1913)



Fonte: Augusto Malta, c1913 (Arquivo IMS).